

# BA&D

## BAHIA ANÁLISE & DADOS

Desigualdades: múltiplas evidências I



# **BA&D**

**BAHIA ANÁLISE & DADOS**

## INSTITUCIONAL

### **Governo do Estado da Bahia**

Jerônimo Rodrigues Souza

### **Secretaria do Planejamento**

Cláudio Ramos Peixoto

### **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**

José Acácio Ferreira

### **Diretoria de Estudos**

Edgard Porto Ramos

### **Diretoria de Indicadores e Estatísticas**

Armando Affonso de Castro Neto

### **Diretoria de Informações Geoambientais**

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

### **Diretoria de Pesquisas**

Jonatas Silva do Espírito Santo

## FICHA TÉCNICA

### **Diretoria Responsável\***

Diretoria de Pesquisas

### **Editoria-Geral**

Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais

Luzia Luna Pamponet Vilas Boas\*

### **Editoria Científica\***

Denilson Lima Santos

Soraia Tecla de Oliveira Borges

### **Conselho Editorial**

Ângela Borges, Ângela Franco, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios-Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Érika do Carmo Cerqueira, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Lucigleide Nery Nascimento, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Paulo Canas Rodrigues, Renato Leone Miranda Léda, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

### **Conselho Temático\***

Alex Gama Queiroz dos Santos, Alisson Barbosa Calasãs Pereira, Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira, André Luís Nascimento, Caroline Ramos do Carmo de Souza, Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, Cristiane Aparecida de Cerqueira, Edgilson Tavares de Araújo, Elenilda Farias de Oliveira, Emmanuelle Daltro, Enézio de Deus, Fábio Periandro de Almeida Hirsch, Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti, Fernanda Oliveira Caires e Caires, Ivana Patrícia Almeida da Silva, Jacqueline Mary Soares, Mabel Diz Marques, Manoel Joaquim Fernandes de Barros, Márcia da Silva Clemente, Maria de Fátima Araújo Frazão, Micheli Bernardone Saquetto, Ramona Souza da Silva Baqueiro Boulhosa, Sélton Diniz dos Santos, Sérgio Hage Fialho, Thaiz Silveira Braga, Trícia Viviane Lima Calmon, Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, Yuri de Matos Mesquita Teixeira

### **Colaboração**

Márcia Santana Tavares

### **Editoria de Arte**

#### **Produção**

Ludmila Nagamatsu

#### **Normalização**

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Patrícia Fernanda Assis da Silva

#### **Revisão de Linguagem\***

EGBA

#### **Projeto Gráfico**

Julio Vilela

#### **Editoração\***

Ludmila Nagamatsu

A *Bahia Análise & Dados* é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI ([www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)) no menu *Biblioteca Virtual (Publicações SEI)*.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's International Periodicals Directory*, *Diadorim*, *Latin-dex-Diretório* e no sistema *Qualis da Capes*.

Bahia Análise & Dados / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v.1 (1991 - ).  
Salvador : SEI, 2023.  
v. 32  
n. 1  
Semestral

Subtítulo: Desigualdade: múltiplas evidências (I)

ISSN 0103-8117  
EISSN 2595-2064

CDU 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB  
Salvador (BA) Cep: 41.745-002  
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781  
[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br) [sei@sei.ba.gov.br](mailto:sei@sei.ba.gov.br)

\* Referente a esta edição.

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>SEÇÃO 1: DESIGUALDADES REGIONAIS</b>	
<b>Formação do território e desenvolvimento regional no Brasil no século XXI</b>	<b>9</b>
IVO MARCOS THEIS, RAFAEL FRANCISCO CARDOSO, NICOLLE THAUANA PASSOLD, GABRIEL LEMOS JUNKES	
<b>SEÇÃO 2: POBREZA</b>	
<b>Pobreza multidimensional na Bahia a partir do CadÚnico: os mais pobres entre os pobres em 2021</b>	<b>35</b>
LIS HELENA DE SOUZA BORGES, SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO, VICTOR BARALLE FERREIRA	
<b>Análise espacial da pobreza: uma aplicação para o estado da Bahia, Brasil</b>	<b>61</b>
FABRÍCIO FERREIRA CAETANO SANTOS, MÔNICA DE MOURA PIRES, TICIANA GRECCO ZANON MOURA	
<b>População em situação de rua na Bahia em 2021 – perfis sociodemográficos dos (in)visíveis cadastrados no CadÚnico</b>	<b>93</b>
LIS HELENA DE SOUZA BORGES, SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO, VICTOR BARALLE FERREIRA	
<b>SEÇÃO 3: RACISMO</b>	
<b>O olhar do outro no meu olhar: racismo e formação da identidade de crianças negras</b>	<b>123</b>
LARISSA PEREIRA LEAL, ANA LÚCIA BARRETO FONSECA, MARIA GORETTI DA FONSECA, LUCIVANDA CAVALCANTE BORGES DE SOUSA	
<b>Contrassenso: raça e racismo no mercado de trabalho majoritariamente negro da Bahia</b>	<b>149</b>
LUIZ CHATEAUBRIAND CAVALCANTI DOS SANTOS, LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO, SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO, JOSÉ ROBERTO SANTOS DA SILVA, ALASSANA DEM	
<b>A Justiça de Xangô e as suas interfaces com o Constitucionalismo Negro: o estudo de caso A Pedra de Xangô</b>	<b>173</b>
MARIA ALICE PEREIRA DA SILVA, HÉLEN REJANE SILVA MACIEL DIOGO, FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO	
<b>SEÇÃO 4: GÊNERO</b>	
<b>A complexidade da desigualdade de gênero nas ciências: estudo de caso de uma universidade baiana</b>	<b>201</b>
IOLANDA PINTO DE FARIA, FÁBIO HENRIQUE DE ALENCAR FREITAS, MÁRCIA DOS SANTOS MACÉDO	
<b>Feminicídios em Salvador: uma análise dos casos registrados pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia entre 2017 e 2020</b>	<b>223</b>
VICTOR SAID DOS SANTOS SOUSA, TÂNIA MOURA BENEVIDES	
<b>Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Conceição do Coité-BA</b>	<b>251</b>
TÁYLA CARIZE SILVA CARNEIRO, ACÁCIA BATISTA DIAS	
<b>SEÇÃO 5: OUTRAS FORMAS DE DESIGUALDADES</b>	
<b>A equidade social no plano Salvador Resiliente</b>	<b>275</b>
ERIKA MARIA RIBEIRO SOUZA, ANDRÉA CARDOSO VENTURA	



# Apresentação

A revista *Bahia Análise & Dados (BA&D)* é um periódico publicado semestralmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado, voltado para a divulgação de artigos técnico-científicos e de resultados de estudos e pesquisas, favorecendo a reflexão e o debate sobre diversos e relevantes temas.

A nova edição da revista *Bahia Análise & Dados*, intitulada *Desigualdades: múltiplas evidências*, apresenta questões econômicas, sociais, culturais, de gênero, de raça e cor, de acesso a serviços básicos, de violência, de pobreza e miséria, dentre outras que afetam de forma dispar os indivíduos na busca por qualidade de vida e bem-estar social. Tornou-se mais urgente a necessidade de discutir tais temas devido ao recrudescimento dos processos de desigualdade, que foram ainda mais acentuados pela pandemia da covid-19. Devido ao grande número de artigos recebidos e aprovados, optou-se por dividi-la em duas, com numeração contínua. Esta é a primeira delas.

A temática desta *BA&D* dialogou também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja finalidade é pôr em prática um plano de ação global com 17 objetivos centrais, os quais visam erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades, entre outros. Para esta edição, buscou-se explorar os ODS, reconhecendo que as causas e os efeitos das desigualdades aludem a diversos indicadores. Para tal fim, contou-se com a contribuição de distintos órgãos estaduais, que auxiliaram na definição dos eixos temáticos propostos no edital da revista e alinhados a esta realidade.

Diante do exposto, apresenta-se o primeiro volume, que trata em seu artigo inicial de um assunto fundamental para o entendimento das desigualdades no país, que é o processo de formação regional no Brasil. No artigo *Formação do território e desenvolvimento regional no Brasil no século XXI*, o autor busca responder, dentre outras indagações, como a inserção externa e a formação do território condicionam o desenvolvimento regional brasileiro.

Em seguida, apresentam-se os artigos que versam sobre pobreza, um dos mais visíveis e proeminentes desafios no campo das desigualdades. Aqui, ela é retratada no seu aspecto espacial, analisando a realidade dos municípios baianos, bem como no seu aspecto multidimensional. Esse volume também traz um artigo que caracteriza as pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), demonstrando os perfis sociodemográficos deste grupo tão vulnerável e, muitas vezes, invisível aos planejadores das políticas públicas. Na sequência, ainda são apresentados artigos que tratam do racismo

no mercado de trabalho na Bahia e do racismo na formação da identidade da criança preta. Discute-se também o Constitucionalismo Negro como forma de resistência contra o racismo, bem como a luta para salvaguardar o patrimônio cultural e o direito à memória do povo negro.

Este volume traz ainda trabalhos com importantes discussões sobre a desigualdade de gênero. Os artigos abordam questões como condições de acesso das mulheres às posições de prestígio nas carreiras científicas, repercussões no desenvolvimento científico do Brasil e questões de violência contra a mulher, tanto no que tange ao quantitativo de feminicídios registrados por órgãos oficiais como também nas implementações de políticas públicas de enfrentamento. Por fim, a revista torna público o trabalho *Plano Salvador Resiliente*, artigo que debate se a estratégia de resiliência definida para a cidade de Salvador incorporou elementos de equidade social.

Em suma, faz-se necessário assinalar que os múltiplos temas abordados nesta edição acendem o debate, mas de maneira alguma o esgota. Pelo contrário. Estes temas contribuem imperativamente para alertar a sociedade acerca da obrigação de se manter não somente a discussão, mas, principalmente, o combate a toda espécie de desigualdades que a assolam.

Deste modo, em reconhecimento ao salutar trabalho desta publicação, a SEI agradece aos autores pela exitosa cooperação, bem como aos membros dos notáveis conselhos editorial e temático, cuja colaboração e disposição foram de grande valia para viabilizar esta edição sobre as desigualdades e suas múltiplas evidências.

SEÇÃO 1  
**DESIGUALDADES  
REGIONAIS**



## Resumo

O tema deste artigo é o processo de formação regional no Brasil. As perguntas de pesquisa de que se partiu foram as seguintes: Como se pode caracterizar a formação do território brasileiro? Como se pode caracterizar a presença do Brasil no sistema mundial ao longo de sua formação territorial? Como a inserção externa e a formação do território condicionam o desenvolvimento regional no Brasil? Para responder a essas perguntas, perseguiram-se os seguintes objetivos: realizar uma releitura da formação histórica do território, apoiada em intérpretes selecionados do Pensamento Social Brasileiro, com vistas a explicar a dinâmica configuração regional do Brasil; realizar uma releitura da presença do Brasil no moderno sistema mundial, também visando explicar a dinâmica configuração regional do Brasil; buscar nexos entre a presença externa e a formação histórica do território para explicar o desenvolvimento regional no Brasil. Com relação aos métodos em que se apoiou a pesquisa, recorreu-se: ao método dialético de abordagem; aos métodos histórico, comparativo e estatístico de procedimento; à delimitação do universo de pesquisa aos agentes e instituições envolvidos com estratégias territoriais no Brasil; e a uma coleta de dados abrangendo pesquisa documental (planos e relatórios), pesquisa bibliográfica e levantamento estatístico. No que se refere aos resultados, as evidências são de que o desenvolvimento regional no Brasil tem sido condicionado pela formação histórica do território, como apontam importantes intérpretes do Pensamento Social Brasileiro, e pela inserção passiva e subordinada no moderno sistema mundial.

**Palavras-chave:** Brasil; desenvolvimento desigual; desenvolvimento regional; formação territorial; moderno sistema mundial.

## Abstract

*The subject of this article is the process of regional formation in Brazil. The research questions from which it was started were the following: How can one characterize the formation of the Brazilian territory? How can one characterize the presence of Brazil in the world system throughout its territorial formation? How do external insertion and territorial formation affect regional development in Brazil? To answer these questions, the following objectives were pursued: carry out a re-reading of the historical formation of the territory, supported by selected interpreters of Brazilian Social Thought, in order to explain the dynamic regional configuration of Brazil; carry out a re-reading of the presence of Brazil in the modern world system, also in order to explain the dynamic regional configuration of Brazil; search for nexuses between external presence and the historical formation of the territory in order to explain regional development in Brazil. This research employed multiple methods: the dialectical method of approach; the historical, comparative and statistical methods of procedure; the delimitation of the research universe to agents and institutions involved with territorial strategies in Brazil; and a data collection encompassing documentary research (plans and reports), bibliographical research and statistical survey. In terms of results, the evidence suggests that regional development in Brazil has been conditioned by the historical formation of the territory, as pointed out by important interpreters of Brazilian Social Thought, and by the passive and subordinate insertion into the modern world system.*

**Keywords:** Brazil; modern world system; regional development; territorial formation; uneven development.

# Formação do território e desenvolvimento regional no Brasil no século XXI<sup>1</sup>

**IVO MARCOS THEIS**

Doutor em Geografia Humana pela Universität Tübingen, Alemanha, pós-doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), graduado em Economia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Docente-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Blumenau (Furb).  
theis@furb.br

**RAFAEL FRANCISCO CARDOSO**

Mestre e doutorando em Desenvolvimento Regional e graduado em Direito pela Universidade de Blumenau (Furb).  
rafaelfrancisco@furb.br

**NICOLLE THAUANA PASSOLD**

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade de Blumenau (Furb), bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR/FURB). npassold@furb.br

**GABRIEL LEMOS JUNKES**

Graduando em Administração na Universidade de Blumenau (Furb), bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR/FURB). jljunkes@furb.br

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.4](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.4)

## INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é o processo de formação regional no Brasil. Nas linhas a seguir deve ficar mais evidente o que se entende por formação regional, um processo histórico de configuração do território de determinada formação social. Ao se revelar que aqui esta formação social é o Brasil, implicitamente se admite que o respectivo processo histórico corresponde ao período entre a chegada dos portugueses, em princípios do século XVI, e o presente. O objetivo principal é analisar o desenvolvimento regional no Brasil a partir de sua inserção no moderno sistema mundial e da formação de seu território. As perguntas de pesquisa, as hipóteses, os objetivos específicos e a justificativa devem contribuir para uma melhor compreensão do que motivou a elaboração do presente artigo.

<sup>1</sup> Os autores são agradecidos pela concessão de duas bolsas de Iniciação Científica (PIPE e Fumdes), provenientes de recursos do orçamento do estado de Santa Catarina (previstos nos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual) para a execução do Projeto 109/2021, aprovado por edital lançado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura, da Universidade de Blumenau; pela disponibilidade da infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR); e pelo sempre valioso debate sobre os resultados da pesquisa que deu origem a este artigo, levado a efeito com os/as integrantes do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR). Por fim, ainda cabe agradecer tanto a um parecerista anônimo quanto à Coordenação Editorial da Bahia Análise & Dados, que contribuíram sobremaneira para melhorar a qualidade do artigo. Não obstante, o resultado final não pode ser senão de exclusiva responsabilidade de seus autores.

**Os resultados que aqui se apresentam podem jogar luz sobre as relações entre desenvolvimento desigual, formação do território, inserção externa e conflitos sociais**

As perguntas de pesquisa de que se partiu foram as seguintes: (a) como se pode caracterizar a formação do território brasileiro? (b) como se pode caracterizar a presença do Brasil no moderno sistema mundial ao longo de sua formação territorial? (c) como a inserção externa e a formação do território têm condicionado o desenvolvimento regional no Brasil?

As hipóteses adotadas foram as seguintes: (a) a formação do território brasileiro pode ser caracterizada como um complexo processo condicionado por agentes e instituições (entes privados e públicos) que mais ativamente têm participado da formulação e implementação das políticas territoriais historicamente adotadas no Brasil; (b) comparativamente, a presença do Brasil no moderno sistema mundial, ao longo de sua formação territorial, pode ser caracterizada como de pouca significação em face de sua inserção externa passiva e subordinada; (c) a inserção externa passiva e subordinada do Brasil no moderno sistema mundial e o complexo processo histórico de formação de seu território têm resultado, até o presente, em um desenvolvimento regional desigual.

Para responder às questões e testar as hipóteses, formularam-se os seguintes objetivos específicos: (a) realizar uma releitura da formação histórica do território, apoiada em intérpretes selecionados do Pensamento Social Brasileiro, com vistas a explicar a dinâmica configuração regional do Brasil; (b) realizar uma releitura da presença do Brasil no moderno sistema mundial, também com vistas a explicar a dinâmica configuração regional do Brasil; (c) buscar nexos entre a presença externa e a formação histórica do território, visando explicar o desenvolvimento regional no Brasil.

Isto posto, cumpre indicar as justificativas que animaram a realização da pesquisa sobre o processo de formação e desenvolvimento regional do Brasil que resultou neste artigo: (a) a justificativa de natureza mais prática é que os resultados que aqui se apresentam podem jogar luz sobre as relações entre desenvolvimento desigual (THEIS; BUTZKE, 2012), formação do território (MORAES, 2005), inserção externa (GONÇALVES, 2002) e conflitos sociais (AQUINO *et al.*, 2015). O entendimento de tais conexões pode permitir que os diversos agentes e instituições vinculados à produção de desigualdades possam reavaliar os seus movimentos no território. Concretamente, pode-se conhecer melhor as políticas territoriais mobilizadas, tanto no passado mais remoto quanto no período recente, e, assim, contribuir para a identificação de seus limites e suas potencialidades; (b) a justificativa de caráter teórico-metodológico é que ainda persiste uma lacuna na reflexão teórica sobre a questão regional no Brasil que privilegia a explicação das desigualdades a partir da formação de seu território e da perspectiva dos *vencidos*. São relativamente poucos os estudos sobre o tema desde a ótica proposta. Isto descortina a possibilidade de se gerar conhecimento novo sobre um problema fundamental para o desenvolvimento brasileiro (BARROS, 2009; HOFFMANN, 2007). De maneira que a

justificativa teórico-científica repousa na constatação de que ainda são poucos os estudos realizados e ainda é limitado o conhecimento gerado sobre a questão regional e o desenvolvimento desigual no Brasil a partir de análises do processo histórico de formação do território e do protagonismo de agentes e instituições desde a perspectiva dos *vencidos*; (c) por fim, há uma justificativa relativa aos esforços de pesquisa empreendidos no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR), grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB). O NPDR tem se constituído em espaço privilegiado de investigação sobre as conexões entre desenvolvimento socioeconômico e desigualdades socioespaciais no Brasil. Nos últimos anos, o NPDR vem se desafiando a oferecer respostas analiticamente consistentes para perguntas referentes às repercussões do processo de acumulação de capital sobre o território – o que requer aprofundar a análise do desenvolvimento desigual da ótica da inserção externa passiva do Brasil no moderno sistema mundial e o complexo processo de formação de seu território.

No que se refere aos seus resultados, e com base no que apontam importantes intérpretes do Pensamento Social Brasileiro, o artigo deve desvelar as políticas que amparam o processo de acumulação de capital no Brasil, indissociável de sua inserção passiva e subordinada no moderno sistema mundial, que têm condicionado o processo histórico de formação do território e, por conseguinte, o desenvolvimento regional no Brasil.

Para cumprir as suas promessas, este artigo encontra-se estruturado em quatro seções, a primeira das quais é esta introdução. A segunda seção é destinada à apresentação do arcabouço metodológico. Na terceira são apresentados e discutidos os resultados, em três breves subseções: o processo de formação do território brasileiro, a inserção do Brasil no moderno sistema mundial, e o desenvolvimento regional no Brasil. Por fim, a quarta seção corresponde às considerações finais, sintetizando as principais conclusões do artigo.

## MATERIAL E MÉTODOS

Antes de apresentar a estrutura metodológica da investigação que deu origem a este artigo, é preciso antecipar, no que se refere à *perspectiva metodológica*, que se compartilham as preocupações baseadas no chamado *relativismo democrático*. Este não é introduzido a partir de cima e/ou de fora (por exemplo, por intermédio de um grupo de cientistas especializados), mas de cada ser humano que queira tornar-se autônomo e independente e no sentido que lhe parecer mais adequado. De forma que o que deve contar não são planos intelectuais, mas desejos, vontades, anseios e temperamentos de cada mulher e cada homem que propõe alguma mudança na

**O artigo deve desvelar as políticas que amparam o processo de acumulação de capital no Brasil, indissociável de sua inserção passiva e subordinada no moderno sistema mundial**

**No caso do Brasil [...], seu desenvolvimento geograficamente desigual não pode ser dissociado da dinâmica excludente própria ao caráter periférico do capitalismo brasileiro**

realidade social (FEYERABEND, 1992). Com base na proposição do *relativismo democrático*, e objetivando oferecer uma visão aproximada de como a pesquisa foi operacionalizada, esta estrutura metodológica compreende uma descrição breve da abordagem adotada, dos métodos de procedimento, das técnicas de pesquisa, da definição do universo da pesquisa, da coleta de dados, e dos procedimentos de análise e interpretação.

Quanto à abordagem, partiu-se do pressuposto de que o território se desenvolve de forma desigual. Mas, especialmente, no caso do Brasil, uma formação social semiperiférica, seu desenvolvimento geograficamente desigual não pode ser dissociado da dinâmica excludente própria ao caráter periférico do capitalismo brasileiro nem da atuação dos agentes e instituições envolvidos com as políticas territoriais. A tentativa de compreensão deste processo se apoia na perspectiva dialética (KOPNIN, 1978; SUCUPIRA FILHO, 1981) – que permite examinar relações entre espaço e tempo, entre o local e o global, entre particularidades e universalidades (HARVEY, 2004, p. 30-31), privilegiando enfoques baseados na contradição e na produção de sínteses – como a abordagem mais adequada à produção de respostas teoricamente significativas e socialmente relevantes (DEMO, 1980; RITSERT, 1997).

Quanto aos métodos de procedimento empregados na execução da pesquisa que originou o presente artigo incluíram-se: o método histórico, o método comparativo e o método estatístico. O emprego do método histórico deveu-se à necessidade de identificar as variáveis que produziram alterações mais significativas na formação histórica do território brasileiro e concorreram para a sua conformação regional. O método comparativo, por sua vez, foi tomado em conta dada a necessidade de cotejar, no espaço e no tempo, o processo de acumulação de capital, a inserção externa, as desigualdades socioeconômicas e os conflitos sociais no território. O método estatístico, finalmente, passou a ter relevância na medida em que favoreceu o emprego de dados quantitativos que poderiam expressar, de forma objetiva, as relações econômicas externas e as desigualdades identificáveis internamente ao território.

Quanto às técnicas de pesquisa, recorreu-se à chamada *documentação indireta*, que compreende a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. É sabido que a pesquisa documental faculta contato com planos, relatórios oficiais e outros registros relevantes. E que a pesquisa bibliográfica complementa a pesquisa documental na medida em que, a partir de pertinente revisão de literatura, atualiza os vários argumentos sobre o tema do desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica. Não se recorreu à *documentação direta*, isto é, a alguma modalidade de pesquisa de campo.

Quanto à população/ao universo: o universo da pesquisa que resultou no presente artigo abarca o conjunto de agentes e instituições envolvidos com as políticas territoriais, isto é, aqueles que, ativamente, têm participado de

sua formulação e implementação e aqueles, direta ou indiretamente, afetados por ela. São, na verdade, entes privados e públicos que vêm exercendo maior ou menor influência sobre o desenvolvimento regional no Brasil, sobretudo, aqueles que, de forma mais direta, vêm interferindo na formulação e execução de políticas que conformam a (modalidade passiva de) inserção no sistema mundial, o padrão de acumulação (produtor de exclusão social) e as disparidades inter-regionais daí decorrentes. Se em outros âmbitos são genericamente designados como sujeitos ou atores sociais, aqui se os designa por agentes e instituições. Como tais consideram-se: unidades do setor produtivo, entidades que representam os interesses do setor produtivo privado, a administração pública nos diversos níveis, entidades que representam os interesses da sociedade civil organizada etc.

Quanto à coleta de dados, privilegiou-se a *documentação indireta*. Ela inclui o levantamento de dados por intermédio da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica (GIL, 2002; REIS, 2003). A pesquisa documental propiciou acesso a planos e relatórios gerados pelos agentes e instituições envolvidos com as políticas territoriais adotadas no Brasil. A pesquisa bibliográfica complementou a pesquisa documental por meio de uma revisão da literatura sobre a problemática regional. O levantamento estatístico permitiu obter, por meio de dados quantitativos, tanto referentes ao passado mais distante quanto ao período recente, um quadro da inserção externa do país, da formação de seu território e das desigualdades socioespaciais nele acumuladas. Para tanto, foram úteis dados, informações e agregados gerados pelo IBGE, pelo IPEA e por outros órgãos governamentais, por entidades que representam os interesses do setor produtivo privado e as demandas da sociedade civil organizada.

Finalmente, quanto aos procedimentos de análise e interpretação, uma vez levantadas as informações e disponibilizados os dados, foram procedidos sua tabulação e seus cruzamentos. Buscou-se tabular as informações coletadas, elegendo-se como critério principal a identificação de variáveis que ligassem entre si a formação territorial desigual, a inserção externa e a configuração regional do Brasil. As informações coletadas e tabuladas, após um agrupamento por categorias, foram analisadas e interpretadas à luz dos objetivos da pesquisa (GIL, 2002; GOODE; HATT, 1979) que deu origem a este artigo. Maior destaque foi conferido, sobretudo, às seguintes questões: (a) uma releitura da formação histórica do território brasileiro, apoiada em intérpretes selecionados do Pensamento Social Brasileiro, com especial atenção às contribuições de Manoel Bomfim, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Milton Santos e Raymundo Faoro; (b) os nexos entre a formação histórica do território, o acúmulo de desigualdades e a ocorrência de inúmeros conflitos sociais com vistas a explicar o desenvolvimento regional no Brasil, uma formação social semiperiférica; (c) os nexos entre “b” e a inserção (socioeconômica,

**São, na verdade,  
entes privados  
e públicos que  
vêm exercendo  
maior ou menor  
influência sobre  
o desenvolvi-  
mento regional  
no Brasil**

Para se caracterizar devidamente o processo histórico de formação do território brasileiro, recorreu-se a uma releitura de intérpretes selecionados do Pensamento Social Brasileiro

política, cultural etc.) externa do Brasil no sistema mundial – com base em bibliografia selecionada da *análise do sistema-mundo*; (d) a dinâmica configuração regional do Brasil que tem resultado das diversas políticas territoriais, mais ou menos explícitas, ao longo de diferentes períodos da formação histórica do Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO, INSERÇÃO EXTERNA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A partir dos procedimentos metodológicos referidos, revisou-se a literatura, coletaram-se os documentos e levantaram-se os dados pertinentes, com vistas a responder às perguntas de pesquisa que deram origem ao presente artigo. Nesta seção procurar-se-á apresentar e analisar os resultados. Para tanto, procedeu-se à sua divisão em três subseções: o processo histórico de formação do território brasileiro, a presença do Brasil no moderno sistema mundial, e o desenvolvimento regional no Brasil.

### Sobre a formação do território brasileiro

Para se caracterizar devidamente o processo histórico de formação do território brasileiro, recorreu-se a uma releitura de intérpretes selecionados do Pensamento Social Brasileiro, tendo em vista a compreensão da dinâmica configuração regional do Brasil. A propósito: em que consiste o Pensamento Social Brasileiro? Ele se refere ao:

[...] campo intelectual contemporâneo dedicado a pesquisar o ensaísmo nacional, tomando como marco as releituras dessa tradição intelectual feitas em âmbito universitário, no contexto de institucionalização acadêmica. Parte-se do pressuposto de que as pesquisas feitas nessa cronologia se alimentam das grandes tradições interpretativas geradas nas quatro primeiras décadas do século XX [...] (MAIA, 2009, p. 156-157).

Cabe advertir que, dos intérpretes aqui selecionados, nem todos integram as *grandes tradições interpretativas das primeiras quatro décadas do século XX*. No entanto, mesmo que alguns pertençam a gerações mais recentes, podem ser inclusos/as entre aqueles/as que, com suas obras, realizaram importante contribuição ao Pensamento Social Brasileiro. Para o propósito em vista, a sua relevância deriva do fato de que propiciaram explicações originais ao processo histórico de formação territorial do Brasil. Assim, nesta subseção apresentar-se-ão, sinteticamente, algumas das proposições centrais de alguns desses intérpretes em relação ao processo de formação do território brasileiro.

Quanto a Gilberto Freyre, sua obra de referência é *Casa grande & senzala*, em que examina a influência da colonização portuguesa no Brasil, dando

destaque às relações entre senhores e escravos. Trata-se, com efeito, de uma contribuição inestimável para a compreensão da formação do Brasil (RIBEIRO, 2011). O que, porém, importa do ponto de vista do processo histórico de formação territorial do país é que, com a obra de Freyre (2006), se está na presença do que atualmente é o Nordeste – examinado de uma perspectiva sociológica. O encontro do colonizador português com o indígena e o escravo negro tem repercussões significativas na formação da sociedade patriarcal que Gilberto Freyre pôs em relevo. Em termos geográficos, sua atenção se concentra no largo espaço que se estende de São Vicente até Pernambuco, mas, sobretudo, neste último. É, portanto, com uma variável sociocultural que o sociólogo de Apipucos realizou suas investigações.

**É correto reconhecer que as condições físicas não favoreciam uma ligação entre os diversos povoamentos até o fim do período colonial**

Talvez deva ser lembrado que Gilberto Freyre se ocupou da “questão regional” no Brasil ainda em 1926, ano em que deu à luz seu *Manifesto Regionalista*. Aí defendeu que “a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação interregional. Pois de regiões é que o Brasil [...] é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepujaram regiões sociais” (FREYRE, 2010, p. 70). E acrescentou: “o conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de estados, uns grandes outros pequenos, a se guerrearem economicamente como outras tantas Bulgárias, Sérvias e Montenegros” (FREYRE, 2010, p. 70). Em conclusão, sugeriu que “regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem” (FREYRE, 2010, p. 71).

Quanto a Caio Prado Jr., em obra histórica de reconhecida importância registrou a ocupação portuguesa ao longo do litoral da então Colônia e – concentrada entre a Bahia e Pernambuco – a atividade que, nos seus primórdios, propiciou maiores benefícios econômicos à metrópole. Se em Caio Prado Jr. parece evidente a primazia do impulso econômico, cabe enfatizar que o historiador recorre à variável política para explicar a formação do Brasil (PRADO JR., 2000, p. 117, 127). Noutra obra, Prado Jr. (1981) destacaria essa condição de uma formação social que não se constitui para si ou para a sua gente, mas para outras sociedades, constituindo-se internamente o seu território e mobilizando os seus recursos para o atendimento a interesses externos<sup>2</sup>.

2 A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...] Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia nacional, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa (PRADO JR., 1981, p. 270).

**As rupturas no plano político, porém, não conduziram a nova nação nem à liberdade nem à independência verdadeira, permanecendo o Brasil na condição de formação social subordinada a forças externas**

Da perspectiva das relações inter-regionais, *a situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional* [ver nota de rodapé 2] conduzirá, cedo, à fragmentação do território em regiões – que, entre si, não se comunicam. É correto reconhecer que as condições físicas não favoreciam uma ligação entre os diversos povoamentos até o fim do período colonial. Contudo, os meios de transporte, convenientemente, se limitaram, até o século XIX, à navegação. Neste último, aliás:

[...] a via de cabotagem voltará a ser articulação geral única do território brasileiro, e retorna-se ao primitivo sistema do início da colonização: uma via marítima, espinha dorsal das comunicações do país, em que se vem articular as vias de penetração perpendiculares ao litoral, desligadas inteiramente umas das outras. Fragmenta-se assim novamente a estrutura territorial brasileira. (PRADO JR., 2000, p. 270).

Assim, ao longo de sua formação e até o presente foram se constituindo inúmeras conexões do Brasil com o mundo a partir de suas regiões, isto é, com os “parceiros comerciais” interessados nas matérias-primas de que dispõe o seu território. No entanto, por um tempo considerável permaneceram precárias e pouco funcionais as ligações internas, que conectariam as regiões entre si. Quando existiam, então, para propiciar acesso a algum porto ou aeroporto, não necessariamente para o bem-estar da gente, mas para o embarque de mercadorias de baixo valor em direção às formações sociais centrais.

Quanto a Florestan Fernandes, a despeito de se reconhecer sua contribuição para explicar “a revolução burguesa no Brasil” (FERNANDES, 2005), conferir-se-á atenção aqui ao que ele aportou em termos de uma explicação mais abrangente em relação ao processo formativo do Brasil. E isto leva a outra referência, na qual o sociólogo paulista destaca duas rupturas políticas ocorridas no longo século XIX brasileiro. No plano econômico, é certo, houve continuidade, isto é, a posição do Brasil na economia mundial não se alteraria, de maneira que sua condição de economia subalterna do período colonial permaneceria inalterada após 1822. No plano político, porém, houve interrupções: a primeira das rupturas diz respeito à emancipação política que resultou na construção do Estado Nacional Independente. A segunda diz respeito à desagregação da ordem social escravagista e senhorial e da expansão da ordem social competitiva<sup>3</sup>. As rupturas no plano político, porém, não conduziram a nova nação nem à

3 [...] os dois ciclos revolucionários foram mais produtos da transformação estrutural profunda da organização da economia e da sociedade, que de movimentos sociais conscientes e estruturados das elites tradicionais ou emergentes. [...] o controle legal da Metrópole e da Coroa apenas desapareceu para dar lugar a outra modalidade de controle externo: um controle baseado em mecanismos puramente econômicos, que restabelecia os nexos de dependência como parte das relações comerciais. (FERNANDES, 1975, p. 156-157).

liberdade nem à independência *verdadeira*, permanecendo o Brasil na condição de formação social subordinada a forças externas, em continuidade com sua posição de subalternidade de quando era colônia de Portugal. Isso porque o Brasil preenchia “a condição de uma sociedade satélite e dependente, especializada no consumo das invenções culturais e no atendimento das necessidades econômicas [...] das sociedades nacionais a que se subordina[va]” (FERNANDES, 1975, p. 161).

As implicações geográficas destes fatos parecem evidentes: de um lado, os recursos do território (sobretudo, a força de trabalho e as matérias-primas provenientes da natureza) continuavam sendo mobilizados em favor de interesses que escapavam ao controle da sociedade brasileira; de outro, o território ia sendo fragmentado, conformando regiões econômicas funcionais à continuidade da condição de subserviência do Brasil, mesmo depois de sua independência política formal (CARDOSO, 2020).

Quanto a Celso Furtado, sua obra aporta contribuição significativa para a “questão regional” no Brasil. Em numerosas oportunidades ele registrou sua preocupação com a “geografia” do desenvolvimento. Contudo, é em *Formação Econômica do Brasil* que se localizam algumas das passagens mais notáveis sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Aliás, a “questão regional” no Brasil é, para Furtado (1977), um problema que, desde a chegada dos portugueses, no início do século XVI, diz respeito ao que hoje corresponde ao Nordeste. Nos primórdios da ocupação, essa região ofereceria condições para a atividade que viabilizaria o projeto colonial lusitano. Posteriormente, com a crise da economia açucareira, o Nordeste perderia importância em favor das Minas Gerais em consequência da exploração e exportação de ouro. Em meados do século XVIII o centro dinâmico da economia colonial já terá se deslocado para uma vasta área entre as atuais regiões Sudeste e Centro-Oeste. Isso está evidenciado no fato de que “o decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação [de ouro] se manteve então em torno de dois milhões de libras” (FURTADO, 1977, p. 78). Todavia, é necessário fazer referência à sua perspicácia em apreender o processo de formação do território desde o movimento da atividade econômica nos diversos espaços particulares – o que sintetiza no quadro que esboçou do século XVIII:

Observada em conjunto, a economia brasileira se apresenta[va] como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno de dois polos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa estava a pecuária nordestina. Articulada ao núcleo mineiro estava o *hinterland* pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco,

**É em Formação  
Econômica  
do Brasil que  
se localizam  
algumas das  
passagens mais  
notáveis sobre  
o desenvolvi-  
mento regional  
brasileiro**

**Darcy Ribeiro  
pode perceber,  
por um lado,  
que “a indus-  
trialização,  
enquanto  
gênero de  
vida que cria  
suas próprias  
paisagens  
humanas,  
plasmou ilhas  
fabris em suas  
regiões”**

cuja pecuária se beneficiava da meia-distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena [...] O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária [...] Os três principais centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso *hinterland* pecuário (FURTADO, 1977, p. 90).

Este quadro, em que capta o movimento da economia do século XVIII, com o qual se passou a dispor de elementos para compreender o processo de formação do território brasileiro e as diversas regionalizações que se sucederiam até o presente, modificar-se-ia com a independência e, depois, com a entrada em cena da economia cafeeira e, sobretudo, da indústria. Posteriormente, Celso Furtado se dedicaria à compreensão dos seus condicionantes e (preocupado em intervir nessa realidade tão dinâmica) de todas as suas mais importantes implicações.

Quanto a Darcy Ribeiro, é especialmente uma obra – *O povo brasileiro* – que o liga mais estreitamente à “questão regional”. Ele a examina desde a contribuição das diversas etnias que conformariam a sociedade brasileira:

[...] historicamente [plasmaram-se] diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los, hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. (RIBEIRO, 2012, p. 21).

Foi, portanto, investigando os diversos grupos humanos, incorporados em diferentes momentos à sociedade brasileira, que Darcy Ribeiro podia caracterizar as regiões que se iam constituindo e assim modificavam o território. Ele constataria que a diminuta elite branca que, inicialmente, governava a Colônia e, depois, o Brasil independente, temia a população indígena e, sobretudo, a negra descendente de escravos. Em relação a esta última, o temor era de que ela pudesse se rebelar – aliás, o medo da minoria branca em face da população negra (que permanece sendo a mais pobre) subsiste até o presente. A velha ordem produtora de desigualdades, por essa elite, tem se valido nesses séculos – primeiro no Nordeste açucareiro, depois nas Minas Gerais, em seguida nos cafezais do Sudeste e, desde o século XX, nas fábricas espalhadas por todo o território – da força repressora para impedir que índios e negros se libertassem do racismo, da exploração e da miséria. *O povo brasileiro* é, então, o ponto de chegada, a utopia da gente que quer viver com base no respeito à diversidade das inúmeras culturas e da imensa riqueza de seu meio físico-natural (RIBEIRO, 2012).

**A análise dos sistemas-mundo introduziu uma terceira categoria, intermediária entre as duas mencionadas: economias semiperiféricas**

Apesar de não ter se ocupado, propriamente, das regionalizações ao longo da formação do território brasileiro, Darcy Ribeiro pode perceber, por um lado, que “a industrialização, enquanto gênero de vida que cria suas próprias paisagens humanas, plasmou ilhas fabris em suas regiões” (RIBEIRO, 2012, p. 21); por outro, pode notar, também, que, contra a exploração e o desgaste da gente, tanto a que já vivia quanto a que – transplantada compulsoriamente – passou a viver nas diversas “regiões econômicas” (do açúcar, do ouro, do café, da indústria...), rebelaram-se mulheres e homens, dando origem a insurgências, erguendo-se em resistências, organizando insurreições que, em certos momentos, conflagraram a sociedade brasileira e ameaçaram a ordem constituída da diminuta elite branca, moldando – mesmo que, temporariamente – “regiões emancipatórias” (RIBEIRO, 1972).

Em síntese: os intérpretes selecionados do Pensamento Social Brasileiro – Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado e Darcy Ribeiro – oferecem explicações originais para a compreensão do processo histórico de formação territorial do Brasil. A partir delas se pode avançar em direção às duas próximas subseções.

## **A presença do Brasil no moderno sistema mundial**

Para se aquilatar a presença do Brasil no cenário internacional, recorre-se aqui, mas de forma não exclusiva, ao referencial da *world-system analysis*. Não exclusiva porque também sobre este ponto o Pensamento Social Brasileiro faz contribuição de relevo.

No que se refere à *análise dos sistemas-mundo*, trata-se de uma abordagem abrangente, uma *grande narrativa*, que se ocupa de problemas econômicos, sociais, políticos e culturais em escalas de tempo e espaço extensas. Por isso, a unidade de análise não é o Estado-nação (como nas análises-padrão), mas o sistema mundial; não um ano ou uma década (como nas ciências sociais positivistas), mas a *longue durée*; não desde uma disciplina em específico, mas a partir de uma combinação de disciplinas que privilegia a história e a geografia, e se vale, igualmente, da economia, da sociologia e da ciência política (WALLERSTEIN, 2004, p. 16-17, 19, 21).

O Brasil surge, “descoberto” por Portugal, no momento em que se conforma o moderno sistema mundial. Quando este se consolida, entre o último quartel do século XVIII e o primeiro do século XIX, ocorrem as independências nas Américas, inicialmente, na do Norte, em seguida, nas ex-Colônias espanholas e, por fim, no Brasil. As trajetórias dessas formações sociais ao longo dos séculos XIX e XX diferenciar-se-iam consideravelmente: enquanto os EEUU emergiriam como potência hegemônica, as formações sociais latino-americanas constituiriam, juntamente com numerosos países da Ásia e da África, a *periferia* do moderno sistema mundial. Mas, o que é mesmo periferia?

**Em termos históricos, a forma de inserção (econômica, política, cultural etc.) do Brasil no moderno sistema mundial indica passividade**

Desde os primeiros estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) se vêm distinguindo economias centrais de economias periféricas. Em geral, são consideradas centrais aquelas nas quais as decisões econômicas mais relevantes estão devidamente internalizadas. Já periféricas são as economias cuja autonomia decisória é reduzida. A *análise dos sistemas-mundo* introduziu uma terceira categoria, intermediária entre as duas mencionadas: economias semiperiféricas (WALLERSTEIN, 1974; MARIUTTI, 2004). De uma perspectiva relativa, estas últimas ocupam uma larga fatia da escala que tem a periferia num extremo e o centro no outro (DOMINGUES, 2012; LIMA, 2007; LOURENÇO, 2005).

Da ótica da *análise dos sistemas-mundo*, a aplicação do conceito de semiperiferia para o caso brasileiro parece adequada. Ainda mais: ela converge com a percepção de importantes intérpretes do Pensamento Social Brasileiro. Com efeito, suas análises sugerem que o Brasil se tem inserido de forma passiva e subordinada, ao longo de sua formação e até o presente, no moderno sistema mundial – o que caracterizaria uma formação social semiperiférica. Prado Jr., como visto [ver nota de rodapé 2], refere-se à “situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira” em face do “conjunto internacional de que [o país] participa” – fato que atribuiu “às raízes da formação do país” (PRADO JR., 1981, p. 270).

De fato, em termos históricos, a forma de inserção (econômica, política, cultural etc.) do Brasil no moderno sistema mundial indica passividade. Desde os tempos do Brasil Colônia, o “encaixe” no “conjunto internacional” tem se dado como reflexo de impulso exógeno. A independência política no início do século XIX nada alteraria quanto à modalidade do encaixe (FERNANDES, 1975). O Brasil continuaria existindo para atender a interesses outros que os estabelecidos por sua própria população. É certo que, durante o século XX, quando o país já se industrializava, alguns governantes (à frente, Getúlio Vargas) ameaçaram romper essa tradição de inserção passiva. Contudo, o modo como se daria a industrialização – sobretudo, da segunda metade dos anos 1950 em diante, com a concessão de privilégios ao capital estrangeiro – favoreceria a perpetuação do subdesenvolvimento dependente e associado. O processo de acumulação recente, marcado pela financeirização (BAER, 1986; PAULANI, 2008), apenas acentuaria a tendência histórica de inserção passiva e subserviente do Brasil na economia mundial (GONÇALVES, 1994; GONÇALVES, 2002).

Como, porém, essa modalidade de inserção subalterna tem condicionado a configuração regional do país? De que forma o território tem sido ordenado em escala subnacional a partir do encaixe subserviente e passivo no moderno sistema mundial? E aí se alcança um ponto central relativo à questão regional: *como podem desenvolver-se regiões, com a devida autonomia na definição de suas estruturas produtivas e no cultivo de seus*

*valores culturais, se o que, historicamente, tem contado para elas é, sobretudo, a qualidade de sua ligação com o exterior?*

Considere-se, por exemplo, a ocupação do Nordeste brasileiro pelos portugueses: não terá sido precisamente este contato entre europeus e nativos que definiria o espaço de vida [*Lebensraum*] destes últimos? Não terá sido sobre as terras dos nativos (mas, sem benefício para estes) que os portugueses implantaram a mais pujante atividade orientada para a produção de riquezas – como resposta a impulsos oriundos do mercado europeu – logo depois de sua *chegada*?<sup>4</sup>

Evidentemente, ocorreu o mesmo com outras regiões em outros momentos: elas acabariam sendo definidas em resposta a motivações exógenas, constituídas não a partir do que suas populações estabeleceram para si, mas do que interesses externos determinaram para elas com o auxílio das elites nacional e regionais. Se é certo que, ao longo do século XX, as regiões brasileiras passaram a conectar-se umas com as outras, fato inquestionável e de grande relevância para a coesão do território, também parece correto reconhecer a injunção de interesses externos na configuração das regiões. Vale dizer: a modalidade do “encaixe” externo faz mais sentido para as regiões que a autodeterminação econômica, política e cultural das populações que elas abrigam. É por isso que o Brasil pode ser considerado, no que se refere à sua inserção (econômica, política, cultural etc.) no moderno sistema mundial, uma formação social semiperiférica. E esta condição não pode ser dissociada de sua configuração regional, isto é, da forma como o seu território seria ordenado em escala subnacional. Que ela se projete para dentro do século XXI, ao mesmo tempo condicionando o desenvolvimento regional no Brasil e por ele sendo reforçada, isso se poderá verificar na próxima subseção.

### **Inserção externa, formação do território e desenvolvimento regional no Brasil**

Convém, inicialmente, aclarar o que aqui se entende por desenvolvimento regional. E a resposta mais simples é: trata-se de desenvolvimento de uma região. O que, porém, é região? E o que é desenvolvimento? Respostas a estas perguntas convidam a buscar auxílio em diversas áreas do saber, mas, sobretudo, na geografia e na economia.

Quanto ao primeiro destes termos, Santos (2008) observava que já houvera “um momento em que a região era considerada como a categoria *par excellence* do estudo espacial”. Ele acrescentaria que, “apesar da

**A hipótese que aqui se apresenta é de que o “fenômeno regional” recobrou sua primazia com os avanços da globalização e a consequente permeabilidade das fronteiras dos estados nacionais**

4 Parece não haver dúvida de que o “êxito da grande empresa agrícola [isto é: a exploração da cana-de-açúcar em regime de grande propriedade] do século XVI – única na época – constituiu [...] a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas” (FURTADO, 1977, p. 12).

**A atividade econômica é considerada como sistema (quando, de fato, deveria ser considerada como subsistema) que cresce (e tende a continuar crescendo) indefinidamente**

precedência de uma lógica maior, a da formação social nacional como um todo sobre o fenômeno regional, este parecia dotado de uma certa autonomia” (SANTOS, 2008, p. 87). A hipótese que aqui se apresenta é de que o “fenômeno regional” recobrou sua primazia com os avanços da globalização e a conseqüente permeabilidade das fronteiras dos estados nacionais – o que, no caso da América Latina, incluso o Brasil, remonta ao “Consenso de Washington” (BRESSER PEREIRA, 1991).

Mas, afinal, como entender a região? Uma pista é reconstituir essa parte da realidade a partir de um conjunto de variáveis que formam sua estrutura interna, como, por exemplo: “a população e seus ritmos e classes, as atividades e seus ritmos, as instituições, a base territorial (e fundiária), as estruturas do capital e do trabalho utilizadas, os processos de comercialização, os ritmos da circulação interna e para fora etc.” (SANTOS, 2008, p. 96). Ao se considerar uma formação social, como o Brasil, poder-se-á constatar que “a articulação entre [as] diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial” (SANTOS, 2008, p. 96).

Para os fins aqui em vista, região é um espaço geográfico, delimitado a partir de um critério (ambiental, cultural...) determinado. Embora viesse sendo empregado para designar aglomerados de estados nacionais, o conceito de região oriundo da geografia reporta à escala subnacional: trata-se de “um subespaço do espaço nacional total” (SANTOS, 2008, p. 90). Acresça-se que o espaço da região é produto de certa geopolítica: regionalizar significa *territorializar*, produzir fronteiras no âmbito de uma formação social nacional. Embora, em muitas oportunidades, seja tratado como espaço absoluto (como se fosse um *container*), região pode ser tomado como um espaço geográfico relativo e relacional, que se distingue de outros espaços delimitados por um mesmo critério. Portanto, uma região se reconhece quando se a diferencia de outras regiões.

E quanto a desenvolvimento? Este é um termo que envolve maior controvérsia. Basta lembrar os adjetivos que lhe foram adicionados para conferir-lhe significados menos vagos. O ponto de partida é a economia heterodoxa de Celso Furtado, sobretudo, os seus estudos sobre subdesenvolvimento (FURTADO, 1961, 1992). Se se recorresse à biologia para se indagar o que seja desenvolvimento, ter-se-ia seu significado elucidado no próprio processo de vida: um organismo vivo nasce, se desenvolve e morre – e a vida continua por intermédio de outros organismos vivos. Diferentemente da biologia, porém, a “ciência econômica” convencional imprimiu um significado a desenvolvimento que o reduz a crescimento. Assim, a atividade econômica é considerada como sistema (quando, de fato, deveria ser considerada como subsistema) que cresce (e tende a continuar crescendo) indefinidamente. O ponto é que o “sistema econômico”

é, realmente, parte de um sistema mais amplo – o ecossistema natural, que têm limites materiais e energéticos (GEORGESCU-ROEGEN, 1971).

Para os fins aqui em vista, desenvolvimento deve ser entendido como um complexo processo de expansão ilimitada das forças produtivas, que envolve absorção de matéria-energia do entorno para produzir não valores de uso, mas mercadorias; e para produzir não apenas mercadorias, mas relações sociais, que reproduzem um desenvolvimento orientado para a produção de mais mercadorias (SAMOHYL, 1982). Conquanto seja viável tecnicamente, desenvolvimento tem sido questionado quanto ao seu sentido, já que implica uso predatório de recursos comuns, exploração (precarização, terceirização, informalização etc.) da força de trabalho e produção de desigualdades entre indivíduos e coletividades, mais pronunciadas nas formações sociais periféricas – inclusive, entre as regiões que conformam seus territórios – que no centro do moderno sistema mundial (FURTADO, 1974).

Evidentemente, desenvolvimento regional não resulta apenas do que aportam a geografia e a economia. Trata-se de um objeto de estudo multidisciplinar, referido a um processo de desenvolvimento (econômica, social, política e espacialmente) *desigual* – que não cabe em uma ou duas disciplinas do conhecimento humano. Desigual porque desenvolvimento se alimenta sempre das desigualdades previamente existentes (entre campo e cidade, pobres e ricos, resquícios de formações pré-capitalistas e o capitalismo...) – e gera sempre novas e maiores desigualdades (HARVEY, 2004; SMITH, 1988).

No caso do Brasil, a região que primeiramente foi integrada ao moderno sistema mundial – que se forma no século XVI – é a que hoje se conhece por Nordeste. Assim, uma primeira regionalização abarca o espaço em torno de Pernambuco como terreno no qual se concentrariam os recursos para a produção açucareira. Não se conferia maior atenção ao que se passava ao sul da Bahia. Contudo, com a perda do dinamismo econômico do Nordeste em face da concorrência do açúcar das Antilhas, tanto São Vicente quanto Rio de Janeiro tornar-se-iam geoeconômica e geopoliticamente mais importantes. Com o declínio da economia açucareira, o Nordeste enquanto região integrada à economia-mundo então emergente perderia sua prerrogativa de espaço exclusivo de produção de riquezas – e sua significação política. A entrada em cena do ouro (e dos diamantes) das Minas Gerais conduziria a que este *novo* espaço da Colônia portuguesa passasse a ter primazia na geração de riquezas – e, como resultado, a ganhar correspondente relevância política. O declínio desta fonte de riquezas – que coincidirá com a ascensão da Colônia à condição de sede da Monarquia portuguesa – converteria o Rio de Janeiro, capital desde 1763, em espaço onde se concentrariam

**Com a perda  
do dinamismo  
econômico  
do Nordeste  
em face da  
concorrência  
do açúcar das  
Antilhas, tanto  
São Vicente  
quanto Rio  
de Janeiro  
tornar-se-iam  
geoeconômica  
e geopolítica-  
mente mais  
importantes**

as decisões econômicas e políticas mais significativas. Embora o Rio de Janeiro permanecesse sendo a capital do Brasil independente até 1961, entre fins do século XIX e início do século XX São Paulo passaria a sediar as principais atividades econômicas do país, do café à indústria. Ou seja, o atual Sudeste brasileiro tornar-se-ia a região economicamente mais dinâmica (FURTADO, 1977).

Parece evidente, pois, que as regionalizações não podem ser dissociadas – e o caso do Brasil se ajusta à norma – da dinâmica socioeconômica. Ao longo da formação do território conformaram-se regiões em consequência dos movimentos de ocupação e das oportunidades de produção de riquezas. Um traço que caracteriza as regiões brasileiras é que elas pouco se conectavam umas com as outras, ligando-se, fundamentalmente, em face das atividades produtivas que abrigavam, com os centros de consumo (Europa, EEUU...). Também as regionalizações do século XX expressam a realidade dos espaços produtivos que vão se cristalizando no território (PORTUGAL; SILVA, 2020). Todavia, as tentativas de captar a dinâmica socioeconômica (e demográfica etc.) nos diversos pontos do território terão no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1934, o seu principal agente. Com efeito, o que se conhece desde 1942, quando se anuncia a primeira divisão regional do Brasil, é um esforço notável, que ainda crescerá outras regionalizações, publicadas, respectivamente, nos anos de 1970 e 1990 (CONTEL, 2014). Desde 2017 tem-se uma “nova” divisão regional, também emanada do IBGE, que passou a distinguir “Regiões Geográficas Imediatas” de “Regiões Geográficas Intermediárias” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Reconhecida uma dada divisão regional, podem-se, então, constatar as desigualdades produzidas (e ininterruptamente reproduzidas) pelo desenvolvimento no território. Em outras palavras: as desigualdades podem ser traduzidas em termos de disparidades inter-regionais. As desigualdades entre as regiões, não importa qual regionalização se tome como referência, remete à identificação dos espaços nos quais se concentram as atividades econômicas mais dinâmicas, as decisões políticas mais relevantes etc. No caso do Brasil, é inquestionável que São Paulo (enquanto Unidade da Federação) e o Sudeste (enquanto Macrorregião) sejam os polos de maior dinamismo econômico e maior relevância política. Já as Macrorregiões nas quais as forças produtivas se encontram menos desenvolvidas – Norte, Nordeste e, ainda, Centro-Oeste – tendem a tomar parte da vida econômica, política e cultural com recursos mais limitados. Os dados a seguir mostram que a distribuição (ou concentração) da população corresponde com a geografia histórica do dinamismo socioeconômico do Brasil.

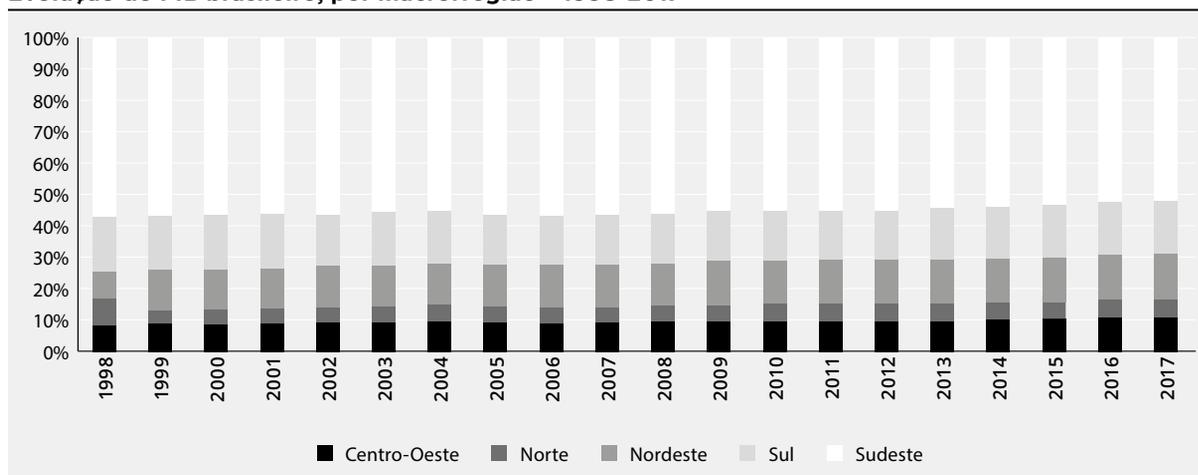
**Tabela 1**  
**Evolução da população brasileira, por macrorregião - 1950-2010**

Ano	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1950	2.084.696	17.973.413	1.532.924	22.548.494	7.840.870	51.944.397
1960	2.930.005	22.428.873	2.678.380	31.062.978	11.892.107	70.992.343
1970	4.188.313	28.675.110	4.629.640	40.331.969	16.683.551	94.508.583
1980	6.767.249	35.419.156	7.003.515	52.580.527	19.380.126	121.150.573
1991	10.257.266	42.470.225	9.412.242	62.660.700	19.412.242	146.917.459
2000	12.893.561	47.693.253	11.616.745	72.297.351	25.089.783	169.590.693
2010	15.864.454	53.081.950	14.058.094	80.364.410	27.386.891	190.755.799

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Inicialmente, chama atenção que a população brasileira tenha crescido, nos 60 anos entre 1950 e 2010, por um múltiplo de 3,67. Dada a distribuição entre as cinco macrorregiões, a maior fatia da população cabia ao Sudeste, tanto no início quanto no final do período - embora seu crescimento tenha sido por um múltiplo (levemente inferior ao da média

**Gráfico 1**  
**Evolução do PIB brasileiro, por macrorregião - 1998-2017**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021).

brasileira) de 3,56. Aliás, o Sudeste, com 43,4% em 1950 e 42,1% em 2010, tem sido a região que concentra a maior fatia da população brasileira. Já as duas regiões menos populosas, com 6,9% em 1950 e com 15,7% em 2010, eram a Norte e a Centro-Oeste. No entanto, crescendo por um múltiplo de 9,17 entre 1950 e 2010, o Centro-Oeste ganhou mais população que qualquer outra região no período.

Um Brasil de dimensões continentais é o que os dados demográficos apresentados acima revelam. Sua população, que alcançou 214,8 milhões de habitantes em maio de 2022, se distribui por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área (IBGE, 2002). Entretanto, ela se espalha de forma desigual pelas cinco macrorregiões do país. Ao Sudeste - que,

**Contra a exploração da força de trabalho – tanto da gente que já vivia no Brasil quanto da que fora transplantada desde a África – e dos recursos comuns oriundos da natureza, insurgiram-se mulheres e homens nessas regiões econômicas (do açúcar, do ouro, do café, da indústria...)**

com mais de 42%, era a região que concentrava a maior fatia da população em 2010 – correspondia a segunda menor área: menos de 11% do território brasileiro. Daí resulta uma altíssima densidade demográfica. Em contrapartida, o Centro-Oeste e o Norte são as regiões que têm as menores populações relativas – a despeito de terem experimentado o maior incremento demográfico entre 1950 e 2010 –, mas as maiores áreas (sozinha, a região Norte cobre mais de 45% do território brasileiro. Daí resulta, em oposição ao Sudeste, uma densidade demográfica relativamente baixa. Essa distribuição desigual da população pelo território corresponde fidedignamente à geografia da atividade econômica, como mostram os dados do gráfico a seguir.

O que os dados (aqui restritos ao intervalo de 1998 a 2017) mostram é que a distribuição geográfica da riqueza produzida no Brasil nos últimos decênios tem sido bastante desigual. Objetivamente, eles revelam que a participação das macrorregiões Sul e Sudeste no PIB brasileiro permanece bastante alta, ainda correspondendo a quase 70% no último ano da série. De maneira que, às regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (mesmo estas abarcando mais de 82% do território e abrigando mais de 43% da população do país) cabiam, na segunda metade dos anos 2010, menos de 30% do PIB brasileiro. Assim, parece não haver dúvida de que a capacidade de criação de riquezas continua fortemente concentrada, sobretudo, na macrorregião Sudeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021).

Em síntese: em complemento ao que se viu nas subseções anteriores, o processo histórico de formação do território e a modalidade de inserção passiva e subordinada do Brasil no moderno sistema mundial vêm, simultânea e dialeticamente: a) sendo alimentados por correspondentes estratégias – explícitas e implícitas – de desenvolvimento regional (deliberadamente orientadas para a aceleração do processo de acumulação de capital); e b) resultando em um padrão de desenvolvimento regional marcadamente desigual; que, de um lado, se nutre das desigualdades previamente existentes e, de outro, produz novas desigualdades, tanto *entre* as regiões quanto no interior delas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, estruturado em quatro partes, iniciou indicando as questões de pesquisa, as hipóteses e os objetivos; depois, informou o arcabouço metodológico; em seguida, apresentou e discutiu os resultados em três breves subseções: o processo de formação do território brasileiro, a inserção do Brasil no moderno sistema mundial, e o desenvolvimento regional no Brasil; e, por fim, desembocou nestas considerações finais.

Para comunicar as principais conclusões do artigo, pode-se didaticamente responder às questões de pesquisa a partir dos resultados registrados nas três subseções precedentes.

Como se pode caracterizar a formação do território brasileiro? Embora devam ser ressaltadas as inegáveis diferenças entre suas respectivas posições em relação ao assunto, as evidências aportadas pelos aqui selecionados intérpretes do Pensamento Social Brasileiro (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado e Darcy Ribeiro) permitem inferir que a formação territorial do Brasil foi um processo histórico não apenas complexo, mas também contraditório. Na medida em que os recursos do território (sobretudo, a força de trabalho e as matérias-primas oriundas da natureza) foram sendo mobilizados em proveito de interesses que escapavam ao controle da sociedade brasileira, o território foi sendo fragmentado, conformando *regiões econômicas* funcionais à reprodução de desigualdades. Todavia, contra a exploração da força de trabalho – tanto da gente que já vivia no Brasil quanto da que fora transplantada desde a África – e dos recursos comuns oriundos da natureza, insurgiram-se mulheres e homens nessas *regiões econômicas* (do açúcar, do ouro, do café, da indústria...), dando origem a movimentos populares que, nalguns momentos, ameaçaram a ordem estabelecida pela diminuta elite branca, moldando mesmo *regiões emancipatórias*.

Como se pode caracterizar a presença do Brasil no sistema mundial ao longo de sua formação territorial? Com base nos dados mobilizados e o amparo no referencial da *world-system analysis* (assim como também no Pensamento Social Brasileiro), pode-se inferir que a presença do Brasil no cenário internacional indica passividade. Com efeito, desde os tempos do Brasil-Colônia, o “encaixe” no “conjunto internacional” tem se dado como reflexo de impulso exógeno. As regiões acabaram sendo definidas não a partir de suas próprias populações, mas de interesses externos, aos quais, desde cedo, se associaram as elites nacional e regionais. Assim, a “qualidade” da inserção (econômica, política, cultural etc.) do Brasil no moderno sistema mundial parece vir fazendo mais sentido para as regiões que a autodeterminação econômica, política e cultural das populações que nelas vivem. Essa modalidade de inserção passiva e subalterna é que caracteriza o Brasil como formação social semiperiférica. Ela tanto condiciona e reforça a configuração regional (isto é, o ordenamento do território em escala subnacional) quanto por esta é impulsionada. E tem se projetado para dentro do século XXI como determinação crucial do desenvolvimento regional no Brasil.

Como a inserção externa e a formação do território condicionam o desenvolvimento regional no Brasil? Se se considerar as contribuições provenientes da atual ciência social, à frente a geografia e a economia,

**Em termos práticos-políticos, parece imprescindível abandonar o desiderato do “desenvolvimento regional” [...] em favor de uma utopia concreta que, a partir de autêntica autonomia, contemple uma vida material e espiritualmente digna para mulheres e homens e sem danos à natureza**

desenvolvimento regional é um processo de desenvolvimento (econômica, social, política...) que não apenas se dá *no* espaço (tomando-se espaço como mero *palco*), mas *com o e a partir do* espaço. Viu-se que o desenvolvimento se alimenta sempre de desigualdades já existentes (entre campo e cidade, pobres e ricos, resquícios de formações pré-capitalistas e o capitalismo...), mas produz sempre novas e maiores desigualdades. No caso brasileiro, tanto o processo de formação do território quanto a inserção passiva e subordinada do Brasil no moderno sistema mundial têm sido, simultaneamente, alimentados por estratégias de desenvolvimento regional orientadas para acelerar o processo de acumulação de capital e resultando em um padrão de desenvolvimento regional marcadamente desigual, portanto, um desenvolvimento regional que tanto se nutre de desigualdades existentes quanto gera novas desigualdades.

Por fim, cabe referir às implicações que decorrem dessas conclusões. Em termos teóricos, parece razoável continuar mobilizando a noção de “desenvolvimento regional” para identificar um processo por meio do qual se pode captar a produção e reprodução de desigualdades no território – mas, não mais para expressar um objetivo, uma política, uma estratégia. Em termos práticos-políticos, parece imprescindível abandonar o desiderato do “desenvolvimento regional”, alcançável à base de doses variadas de capital e Estado, em favor de uma utopia concreta (BLOCH, 2005) que, a partir de autêntica autonomia (DINERSTEIN, 2015), contemple uma vida material e espiritualmente digna para mulheres e homens e sem danos à natureza.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de *et al.* *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BAER, Mônica. *A internacionalização financeira do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão; RIBEIRO, José Aparecido Carlos (org.) *Situação social brasileira, 2007*. Brasília: IPEA, 2009. p. 81-128.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UERJ, 2005. v. 1.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-24, 1991.

CARDOSO, Rafael Francisco. *A constituição do Estado e a formação do território brasileiro*. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis: Revista de Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-20, 2014. (Nova série).

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1980.

DINERSTEIN, A. C. *The politics of autonomy: the art of organising hope*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

DOMINGUES, José Maurício. *Desarrollo, periferia e semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global*. Buenos Aires: CLACSO, 2012. (Colección Sur-Sur).

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FEYERABEND, Paul. *Erkenntnis für freie Menschen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. Sobre o “manifesto regionalista” de 1926. In: COHN, Sergio. *Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010. p. 62-97. (Col. Encontros).

FURTADO, Celso. *Development and underdevelopment: a structural view of the problems of developed and underdeveloped countries*. Berkeley: University of California Press, 1971.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 5-19, 1992.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GIL, Antônio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. *Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1979.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda no Brasil em 2005 e sua decomposição. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (org.). *Análise da PNAD 2005: pobreza e desigualdade*. Brasília: MCTIC: CGEE, 2007, p. 157-183.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Resolução nº 05, de 10 de outubro de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 out. 2002. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=resolucoes-e-legislacao>. Acesso em: 13 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Contas Nacionais Brasil: 2004-2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=247747>. Acesso em: 13 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: tabela 1288: população nos censos demográficos por situação do domicílio*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1288>. Acesso em: 18 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Ipeadata*. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 18 out. 2021.

KOPNIN, Pavel Vassilyevitch. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, Pedro Garrido C. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 58-85, 2007.

- LOURENÇO, André Luís Cabral de. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. *Economia e Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 177-186, 2005.
- MAIA, João Marcelo. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 71, p. 155-168, 2009.
- MARIUTTI, Eduardo B. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 69, p. 89-103, 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. *História das políticas regionais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2020. 130 p.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- REIS, J. A recolha de informação não estatística em economia. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (org.). *Metodologia das ciências sociais*. 12. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2003. p. 197-213.
- RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- RIBEIRO, Darcy. Gilberto Freyre: uma introdução à Casa Grande & Senzala. In: RIBEIRO, Darcy. *Gentildades*. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 9-86.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RITSERT, Jürgen Ritsert. *Kleines Lehrbuch der Dialektik*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1997.
- SAMOHYL, Robert. Acumulação de capital e desacumulação do meio ambiente. *Economia & Desenvolvimento*, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 95-127, 1982.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: USP, 2008. (Col. Milton Santos, 12).

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUCUPIRA FILHO, Eduardo. *Introdução ao pensamento dialético*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. *In: GALVÃO, Andreia et al. (org.). Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 83-110.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Nova Iorque: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World systems analysis: an introduction*. London: Duke University Press, 2004.

SEÇÃO 2  
**POBREZA**



## Resumo

O trabalho teve como objetivo avaliar e caracterizar a incidência da pobreza multidimensional na Bahia em 2021, a partir de um indicador sintético adaptado de Barros, Carvalho e Franco (2006) e com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O índice mensura os fatores mais relevantes da pobreza nas famílias e varia entre 0% e 100%, a partir de 6 dimensões (vulnerabilidade das famílias, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recurso, desenvolvimento infantil, condições habitacionais), 19 componentes e 33 indicadores. Quanto mais próximo de 100 o índice se apresentar, pior a situação da família. Os resultados permitiram evidenciar que a incidência média da pobreza na Bahia foi de 39,2%, sendo que 4,1% das famílias inscritas no CadÚnico obtiveram pontuação acima de 60% e estão em situação de extrema pobreza multidimensional. As dimensões acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e acesso ao conhecimento foram predominantes no cálculo do índice, apresentando os piores resultados. Famílias que residem no interior e na área rural obtiveram maior grau de pobreza em comparação à média do estado, assim como aquelas em que os responsáveis pelas famílias são mulheres, negros ou indígenas.

**Palavras-chave:** pobreza multidimensional; índice de pobreza; CadÚnico.

## Abstract

*The study aimed to evaluate and characterize the incidence of multidimensional poverty in Bahia in 2021, based on a synthetic indicator adapted from Barros, Carvalho and Franco (2006) and based on data from the Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). The index measures the most relevant factors of poverty in families and varies between 0% and 100%, based on 6 dimensions (family vulnerability, access to knowledge, access to work, resource availability, child development, housing conditions), 19 components and 33 indicators. The closer the index is to 100, the worse the situation of the family. The results showed that the average incidence of poverty in Bahia was 39.2%, and 4.1% of the families registered in CadÚnico obtained scores above 60% and are in a situation of extreme multidimensional poverty. The dimensions access to work, availability of resources and access to knowledge were the most representative for calculating the index, presenting the worst results. Families residing in the countryside and in rural areas had a higher degree of poverty compared to the state average, as well as those in which the heads of families are women, blacks or indigenous people.*

**Keywords:** multidimensional poverty; poverty index; CadÚnico.

# Pobreza multidimensional na Bahia a partir do CadÚnico: os mais pobres entre os pobres em 2021

**LIS HELENA DE SOUZA BORGES**

Mestre em Administração, doutoranda em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). [lisborges@sei.ba.gov.br](mailto:lisborges@sei.ba.gov.br)

**SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO**

Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília (UNB) e graduada em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. [silvaniaconceicao@sei.ba.gov.br](mailto:silvaniaconceicao@sei.ba.gov.br)

**VICTOR BARALLE FERREIRA**

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Salvador (Unifacs). [victorbaralle@gmail.com](mailto:victorbaralle@gmail.com)

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.6](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.6)

## INTRODUÇÃO

A análise da pobreza na Bahia representa uma importante contribuição aos estudos sobre o tema, pois o estado é a quarta maior Unidade da Federação (UF) do país e o maior estado do Nordeste, em termos populacionais, e possui uma distribuição de renda tão desigual quanto a do Brasil. Desta forma, a Bahia é a UF com o maior peso nos números nacionais de pobreza e extrema pobreza, pela ótica estritamente monetária (SOUZA, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021). Soma-se a isso o fato do estado ter apresentado, em 2021, o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em relação aos demais estados brasileiros (BAHIA, 2022).

Investigar a pobreza apenas pela perspectiva unidimensional da insuficiência de renda pode representar uma limitação na definição de políticas públicas para a população mais vulnerável. Ações dessa natureza podem reduzir a pobreza monetária, mas, em muitos casos, se limitam ao efeito temporário. A permanência de outros elementos que classificam as pessoas como pobres tende a restringir o acesso a oportunidades de romper com a pobreza intergeracional. Sendo assim, identificar entre as múltiplas dimensões que colocam esses

**Quão pobres são os cadastrados no CadÚnico da Bahia quando observadas as dimensões de vulnerabilidade das famílias, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recurso, desenvolvimento infantil e condições habitacionais?**

indivíduos em condição de vulnerabilidade aquelas que mais têm afetado o desenvolvimento das famílias pode auxiliar a formulação de ações mais efetivas.

O Cadastro Único para Informações do Governo Federal (CadÚnico) constitui um “instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional” (BRASIL, 2022). Ainda que o cadastro seja voltado para famílias em condição de pobreza, os fatores que colocam essas famílias nessa situação podem ser distintos. Como observam Barros, Carvalho e Mendonça (2009), existem famílias no cadastro que são pobres devido ao nível educacional dos adultos ser baixo, outras por conta de o chefe estar desempregado ou ainda devido à presença de pessoas com necessidades especiais. Desta forma, identificar quais são as carências de cada família permite caracterizar a natureza de sua pobreza.

Diante do exposto, esse trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: Quão pobres são os cadastrados no CadÚnico da Bahia quando observadas as dimensões de vulnerabilidade das famílias, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recurso, desenvolvimento infantil e condições habitacionais? O objetivo é identificar as dimensões de maiores privações dos cadastrados no estado a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas que mitiguem esses efeitos. Para tanto, com base na metodologia de Barros, Carvalho e Franco (2006) que sugerem um indicador sintético e analisando os dados do CadÚnico, o Índice de Pobreza Familiar (IPF) foi adaptado e estimado para a Bahia e calculado para diferentes grupos demográficos.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: primeiramente são apresentadas algumas reflexões gerais com relação às abordagens teóricas sobre a pobreza multidimensional. Em seguida, são expostas a metodologia e os procedimentos realizados para tratamento da base de dados, assim como os ajustes realizados nas dimensões que compõem o índice. Logo após, são exibidos e discutidos os resultados do índice de pobreza multidimensional de forma agregada e analisados para diferentes subgrupos de famílias. Por fim, são realizadas as considerações finais.

## **POBREZA MULTIDIMENSIONAL: ABORDAGENS TEÓRICAS E FORMAS DE MENSURAÇÃO**

O caráter multidimensional da pobreza tem sido amplamente defendido na literatura recente e nos tratados internacionais (como por exemplo os definidos no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 1: Erradicação da pobreza, descrito na Agenda 2030) a partir da compreensão de que

a renda representa um dos indicadores dessa medida, mas não o único (UNITED NATIONS, 2015). A abordagem unidimensional, baseada na perspectiva monetária, ocupou durante muitos anos espaço de destaque no debate devido à relação entre os rendimentos e a capacidade de consumo, além de ser, do ponto de vista metodológico, uma forma mais direta e simplificada de medição (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

Os principais estudos teóricos sobre a pobreza multidimensional podem ser sintetizados a partir de dois enfoques: (I) Abordagem das Necessidades Básicas e (II) Abordagem das Capacitações. A primeira considera a pobreza como uma limitação em obter o nível mínimo tolerável de meios que garantam a subsistência dos indivíduos. Bagolin e Ávila (2006) contribuíram para a conceituação dessa abordagem e classificam em três diferentes estágios: o primeiro, voltado às necessidades vitais ou de sobrevivência, considera que as necessidades são definidas como carências naturais, algo semelhante às necessidades animais; o segundo, entendido como necessidades básicas, amplia o primeiro estágio, adicionando a noção de privações oriundas da falta de bens e serviços básicos; o terceiro, conhecido como a nova teoria das necessidades humanas, parte da ideia de necessidades de forma mais ampla e inclui as necessidades não materiais, como a participação ativa e crítica dos indivíduos na sociedade.

Já a segunda, a abordagem das Capacitações, que tem os trabalhos de Sen (2010) como precursores desse pensamento, embora possua um foco maior sobre o bem-estar social e o desenvolvimento socioeconômico, apresenta importantes contribuições para o entendimento sobre a pobreza. Nessa perspectiva, as capacitações são entendidas como as liberdades substantivas dos indivíduos para realizar coisas importantes ou para o alcance da própria existência. A pobreza significa a privação das capacitações básicas. Sendo assim, a insuficiência de rendimento é um forte indicativo de predisposição à pobreza, mas outros elementos como ter acesso à saúde, à educação, aos serviços públicos, à justiça, às liberdades sociais e políticas, possibilitam ter uma vida melhor com um maior bem-estar.

A partir dessas duas abordagens conceituais, diversos autores dedicaram esforços para construção de indicadores que medissem a pobreza e a escolha das variáveis a serem selecionadas não constitui um consenso no debate (BOURGUIGNON; CHAKRAVARTY, 2003; BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Alguns métodos desenvolvidos são popularmente utilizados, como a Metodologia das Necessidades Básicas Insatisfeitas (elaborado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e os índices desenvolvidos no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os Índices de Pobreza Humana (IPH1 e IPH2) e o Índice de Pobreza Multidimensional. Esse último foi formulado por Alkire e Foster (2007) e

**Elementos  
como ter  
acesso à saúde,  
à educação,  
aos serviços  
públicos, à  
justiça, às  
liberdades  
sociais e  
políticas,  
possibilitam  
ter uma vida  
melhor com  
um maior  
bem-estar**

**O CadÚnico  
visa priori-  
tariamente o  
cadastramento  
de famílias  
com renda *per  
capita* de até  
meio salário-  
-mínimo ou  
renda familiar  
mensal de até  
três salários-  
-mínimos**

representa uma medida de referência, desde a sua divulgação, sendo aplicado amplamente em diversos países (PESSOTI, 2020).

Algumas limitações podem ser observadas na escolha e operacionalização do cálculo dos indicadores. Destaca-se a restrição na disponibilidade de dados presentes nas pesquisas domiciliares de larga cobertura (FURTADO, 2012). Como alternativa, a escolha das dimensões pode ser definida a partir das informações presentes nos questionários das pesquisas domiciliares, como a proposta do Índice de Pobreza Familiar (IPF) de Barros, Carvalho e Franco (2006), elaborada com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A forma como foi construído o indicador e a possibilidade de adaptação permitem traçar o perfil e as diversas características da pobreza na Bahia, em nível das famílias, a partir de características sociodemográficas e por regiões geográficas.

**METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS**

**Base e tratamento dos dados**

Os dados utilizados nesse estudo foram extraídos no dia 25 de maio de 2021 da base do Cead, do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2017)<sup>1</sup>. Foram considerados ativos os cadastros cujas alterações mais recentes foram incluídas a partir de março de 2018. Embora o CadÚnico defina a necessidade de atualização das informações no prazo máximo de 2 anos, em 20 de março de 2020, momento crítico da crise sanitária, o governo federal suspendeu a necessidade de atualização dos cadastros, através da portaria 335/20-03-2020, como medida para garantir o distanciamento social e evitar que as famílias tivessem seus benefícios cancelados por falta de atualização (BRASIL, 2020).

Por tratar-se de um banco de registro administrativo, o CadÚnico apresenta algumas limitações tais como ausência de declarações ou declarações preenchidas incorretamente. Neste sentido, foi necessário adotar uma série de procedimentos, visando garantir a qualidade dos dados. Foram excluídas as famílias em que pelo menos um componente não declarou o parentesco com o responsável pela família, ajuste necessário para evitar vieses, uma vez que a posição na família foi necessária para identificar a presença de cônjuges e filhos. Os procedimentos adotados para a preparação da base de dados, bem como para o processamento das informações, foram realizados por meio do software R.

O CadÚnico visa prioritariamente o cadastramento de famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal de até três

1 Em conformidade com o processo regulado pela Portaria MDS 502/2017 (BRASIL, 2017).

salários-mínimos. Porta de entrada para diversas políticas sociais, é possível que famílias com renda superior possam ser cadastradas, desde que estejam pleiteando fazer parte de algum programa específico. A variável que informa a renda familiar não foi utilizada devido aos problemas de subnotificação, distorções e vieses, tendo sido adotada a que representa a separação por faixas de renda familiar por pessoa, disponível no cadastro e elaborada para facilitar o enquadramento das famílias no Programa Bolsa Família (PBF).

Deste modo, foram consideradas três faixas de renda *per capita*: de R\$ 0,00 a R\$ 89,00; R\$ 89,01 a 178,00 e a partir de R\$ 178,01 até o limite. Essas faixas estão definidas no Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018<sup>2</sup> e até a data de extração dos dados serviam de referência para a concessão do Bolsa Família (BRASIL, 2018). As famílias enquadradas na primeira faixa são definidas no decreto como em situação de extrema pobreza e no segundo grupo são tidas como em condição de pobreza. A terceira faixa não possui nomenclatura específica, sendo referida nesse trabalho, quando necessário, como pessoas na faixa de renda acima da pobreza.

## Indicador sintético

Barros, Carvalho e Franco (2006) discutem a limitada disponibilidade de dados presentes nas pesquisas oficiais e apresentam uma proposta de construção de um indicador multidimensional da pobreza utilizando como referência os dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Na revisão de literatura sobre o tema foi possível encontrar aplicações e adaptações para utilização da estrutura desse indicador, no esforço dos pesquisadores em retratarem a pobreza no país pela perspectiva multidimensional, como o trabalho de Portela e outros (2019), que utilizaram a PNAD, e os estudos de Oliveira, Souza e Devidé Junior (2015) e Furtado (2013), que tiveram como base de dados o Censo demográfico. Para o presente estudo será utilizado o CadÚnico que, embora consista em uma base de registro administrativo, em períodos intercensitários e na ausência de dados mais atualizados, torna-se uma importante alternativa de obtenção de informações municipais, permitindo conhecer quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias mais vulneráveis.

Seguindo a metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2006), adaptações e ajustes no Índice de IPF foram feitos para tornar compatível a utilização com base nas informações do CadÚnico. Desta forma, o IPF adaptado possui seis dimensões, 19 componentes e 33 indicadores. Os indicadores, conforme a metodologia original, foram construídos como

**Porta de  
entrada para  
diversas  
políticas sociais  
[CadÚnico], é  
possível que  
famílias com  
renda superior  
possam ser  
cadastradas,  
desde que  
estejam  
pleiteando fazer  
parte de algum  
programa  
específico**

2 A Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, instituiu o Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família e estabeleceu novas faixas de renda para pobreza e extrema pobreza (BRASIL, 2021).

**A presença de crianças em idade de amamentação [Quadro 1] indica a necessidade de cuidados especiais por parte da mãe devido às necessidades nutricionais da criança e de acompanhamento médico**

se fossem realizadas perguntas para as famílias com respostas do tipo “sim” ou “não”, no qual cada “sim” respondido é entendido como uma fonte de vulnerabilidade e, conseqüentemente, agrava o indicador de pobreza. Cada dimensão representa um tipo de ausência de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades, sendo que cada um dos indicadores assumirá os valores 0 ou 1, sendo que a ausência de acesso aos meios pontua um e o acesso pontua zero. Como as informações são obtidas à nível das famílias, a metodologia permite a agregação do índice para diferentes grupos demográficos, possibilitando a obtenção do nível de pobreza da população em cada uma das dimensões.

A metodologia de utilização dos indicadores em cascata, conforme definem Barros, Carvalho e Franco (2006), foi mantida, pois permite que, mesmo todos os elementos apresentando o mesmo peso, um determinado indicador tenha maior peso que os demais dentro de um mesmo componente. Esse efeito pode ser observado no Quadro 1, por meio do qual nota-se que o indicador “Presença de crianças” aparece três vezes no componente “Crianças, adolescentes e jovens”. Assim, como o fato de a família ter pelo menos uma criança como componente é contabilizado, dentro da dimensão, no indicador “Presença de criança”, seguido de “Presença de criança e adolescentes” e adicionado em “Presença de criança, adolescente ou jovem”, ter criança na família passa a ter um peso equivalente ao triplo do peso dos jovens (que aparece apenas uma vez), mesmo considerando que cada indicador tenha recebido peso igual.

A seguir, os quadros e tabelas exibirão as inter-relações entre as dimensões, sendo que cada uma das seis dimensões relacionadas se desdobra em componentes que são explicados pelos diferentes indicadores que os representam. Com base nas indicações de Barros, Carvalho e Franco (2006) e considerando as atualizações de Furtado (2012), eles se dedicam a descrever os indicadores e as características das dimensões resultantes dos procedimentos de adaptação para a utilização dos dados disponíveis no CadÚnico.

No Quadro 1 são apresentadas as informações selecionadas para definir a vulnerabilidade social da família descrevendo os elementos que ajudam a explicar a capacidade de promoção do próprio sustento. Foram selecionados quatro componentes para essa dimensão. O “Presença de crianças em idade de amamentação” indica a necessidade de cuidados especiais por parte da mãe devido às necessidades nutricionais da criança e de acompanhamento médico. Foram consideradas duas faixas de idade: até 6 meses e até 2 anos. Segundo a Organização Mundial de Saúde, o aleitamento materno é recomendado até os 2 anos ou mais e deve ser a única fonte de alimentação até os primeiros seis meses de vida (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2003).

A presença de crianças, adolescentes e jovens se justifica devido ao fato de que a presença desses nas famílias demandam despesas adicionais relacionadas aos cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação etc.) e requerem dedicação para atender às necessidades específicas, tais como educação e atendimento médico (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Somam-se a isso as observações de Lavinias e Nicoll (2006) que afirmaram que a presença de crianças amplia a probabilidade de vulnerabilidade em diferentes arranjos familiares. Com base nas faixas etárias, considera-se criança a pessoa com até onze anos de idade, adolescente entre doze e dezessete anos de idade e jovens<sup>3</sup> aqueles entre dezenove e vinte um anos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Famílias que possuem a presença de pessoas com deficiência e idosos também necessitam dedicar maior atenção e cuidado a esses grupos. Embora o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), considere como idosos as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, neste trabalho ficou estabelecida a idade de 65 anos ou mais, pois é a partir dessa faixa etária que as pessoas deixam de ser consideradas no cálculo da população em idade ativa, para efeitos de participação no mercado de trabalho. A presença de cônjuges e a proporção de membros em idade ativa indicam a capacidade de gestão das famílias.

**O acesso ao conhecimento representa uma importante condicionante para a família obter meios para satisfazer suas necessidades.**

#### Quadro 1

##### Dimensão 1: indicadores de vulnerabilidade das famílias

Componentes	Indicadores
Amamentação	V1. Presença de criança com até 6 meses V2. Presença de criança com até 2 anos
Crianças, adolescentes e jovens	V3. Presença de criança V4. Presença de criança ou adolescente V5. Presença de criança, adolescente ou jovem
Pessoa com deficiência e idoso	V6. Presença de pessoa com deficiência V7. Presença de Idoso
Dependência econômica	V8. Ausência de cônjuge V9. Menos da metade dos membros encontra-se em idade ativa

Fonte: elaboração própria a partir de Barros, Carvalho e Franco (2006).

O acesso ao conhecimento representa uma importante condicionante para a família obter meios para satisfazer suas necessidades. O grau de escolaridade do (a) responsável pela família, por exemplo, exerce importante influência sobre a condição de vida dos membros visto que, segundo Cacciamali e Tatei (2008), as chances de uma criança ou adolescente participar do mercado de trabalho está fortemente relacionada aos níveis de educação dos pais, na medida em que, quanto maior o nível de instrução dos pais, maiores as opções dos filhos e menores as chances de trabalho

3 No Estatuto da juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2013).

infantil. Considerando todos os membros da família, para essa dimensão, são definidos como analfabetos os indivíduos que declararam não saber ler nem escrever. Como analfabeto funcional, entende-se aquelas pessoas que declararam não ter instrução. Nos componentes sobre a escolaridade, foram utilizadas as informações referentes ao último ano de ensino completo (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

**Quadro 2**

**Dimensão 2: indicadores de acesso ao conhecimento**

Componentes	Indicadores
Analfabetismo	C1. Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais analfabeta C2. Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais analfabeta funcional
Escolaridade	C3. Ausência de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo C4. Ausência de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo C5. Ausência de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais com pelo menos o ensino superior incompleto

Fonte: elaboração própria a partir de Barros, Carvalho e Franco (2006).

O acesso ao trabalho representa a oportunidade dos indivíduos de utilizar sua capacidade produtiva (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006) e gerarem renda. A dimensão acesso ao trabalho tem como componentes a disponibilidade de trabalho e a qualidade dos postos. Como atividade formal, são consideradas as ocupações com carteira assinada, militar ou servidor público, empregador, estagiário ou aprendiz. Essas atividades possuem alguma cobertura e garantia de vínculo, em relação às ocupações informais. Seguindo o conceito de razão de dependência, a população em idade ativa considerada respeitou a faixa entre 15 e 64 anos.

**Quadro 3**

**Dimensão 3: indicadores de acesso ao trabalho**

Componentes	Indicadores
Disponibilidade de trabalho	T1. Menos da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupado
Qualidade do posto de trabalho	T2. Ausência de pelo menos um ocupado no setor formal T3. Ausência de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola

Fonte: elaboração própria a partir de Barros, Carvalho e Franco (2006).

A renda *per capita* familiar é um elemento adicional de vulnerabilidade, sendo obtido na dimensão escassez de recursos, com base nas faixas de extrema pobreza e pobreza definidas no Decreto nº 9.396 de 2018 (BRASIL, 2018), que definia as diretrizes de acesso ao Programa Bolsa

Família, vigente na data da extração dos dados na base do CadÚnico. Embora não exista uma linha oficial de pobreza no Brasil, as faixas definidas para a elegibilidade nas políticas e programas sociais são comumente utilizadas como referência dos limites de extrema pobreza (renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00) e pobreza (renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00).

#### Quadro 4

##### Dimensão 4: indicadores de escassez de recurso

Componentes	Indicadores
Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> de até R\$ 89,00 (extrema pobreza)
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> de até R\$ 178,00 (pobreza e extrema pobreza)

Fonte: elaboração própria a partir de Barros, Carvalho e Franco (2006).

O desenvolvimento infantil pode ser medido pelo acesso, na idade adequada, das crianças à educação. O acesso à escola é considerado quando as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão frequentando a escola. A idade inicial de 4 anos foi utilizada, pois, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com base no art. 6º, é dever dos pais ou dos responsáveis realizar a matrícula das crianças na educação básica a partir dessa idade (BRASIL, 1996). O primeiro indicador do segundo componente dessa dimensão mede a distorção idade-série, que indica se os alunos matriculados têm idade pelo menos 2 anos maior do que a idade esperada para aquela série. Ainda de acordo com a legislação brasileira, a faixa etária de escolarização obrigatória vai dos 4 aos 17 anos, sendo que, aos 4 anos a criança deve ingressar na pré-escola, aos 6 anos no ensino fundamental e, quando completar 15 anos deve acessar o ensino médio (BRASIL, 1996).

#### Quadro 5

##### Dimensão 5: indicadores de desenvolvimento infantojuvenil

Componentes	Indicadores
Acesso à escola	D1. Presença de pelo menos uma criança de 4-6 anos fora da escola D2. Presença de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola D3. Presença de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	D4. Presença de pelo menos uma criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso no ensino fundamental D5. Presença de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D6. Presença de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto

Fonte: elaboração própria a partir de Barros, Carvalho e Franco (2006).

Por fim, a condição de moradia é a 6ª dimensão (Quadro 6) e examina os elementos referentes à espécie ou tipo de domicílio, as características

da construção e ao acesso a serviços básicos como água, esgotamento sanitário e rede de energia elétrica.

**Quadro 6**  
**Dimensão 6: indicadores de condições habitacionais**

Componentes	Indicadores
Espécie do domicílio	H1. Domicílio é particular improvisado
Déficit habitacional	H2. Presença de família convivente (1) H3. Densidade maior que dois moradores por dormitório
Abrigabilidade	H4. Material de construção não é permanente
Acesso à água	H5. Não tem água canalizada no domicílio
Acesso ao saneamento e esgotamento sanitário	H6. Não tem acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial e fossa séptica ou não tem banheiro
Acesso à coleta de lixo	H7. Lixo não é coletado
Acesso à eletricidade	H8. Sem acesso à energia

Fonte: elaboração própria a partir de Barros, Carvalho e Franco (2006).

Nota: (1) Famílias conviventes são compostas por duas ou mais unidades nucleares, parentes ou não, que residem em um mesmo domicílio e, necessariamente, compartilham um ou mais cômodos da casa, mas não compartilham rendas e despesas.

### Agregação dos indicadores e cálculo do Índice de Pobreza Familiar (IPF)

Para efeito de sintetização do IPF, foram atribuídos pesos idênticos a todos os indicadores que integram o mesmo componente, assim como para os componentes de uma mesma dimensão. As dimensões também receberam os mesmos pesos. Embora nem todos os componentes e dimensões possuam o mesmo número de indicadores, a ponderação é padronizada de forma que o grau de pobreza de cada família varie entre 0 (ausência de qualquer traço de pobreza) e 100 (famílias absolutamente pobres) (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

A agregação dos indicadores é feita internamente a cada dimensão, a partir da média aritmética simples. A seguir, a expressão ilustra como o indicador sintético é obtido a partir dos componentes e dos indicadores integrantes:

$$IPF = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left( \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left( \frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right) \right)$$

Nessa expressão, *B* retrata o *i*-ésimo indicador integrante do *j*-ésimo componente da *k*-ésima dimensão. O *m<sub>k</sub>* representa o número de componentes da *k*-ésima dimensão. Já *n<sub>jk</sub>* caracteriza o número de indicadores do *j*-ésimo componente da *k*-ésima dimensão. O indicador sintético global, *IPF*, é resultado da média aritmética simples dos indicadores sintéticos das

seis dimensões que o abarcam e que, da mesma forma, são constituídos pela média aritmética dos indicadores sintéticos de seus componentes. Depois de encontrado o resultado para cada família, o indicador para o estado da Bahia é a média dos resultados obtidos para as famílias.

A identificação das famílias pobres pela perspectiva multidimensional pode ser feita de duas formas: constatando a privação em pelo menos uma dimensão, o que pode levar a uma superestimação da pobreza na medida em que não é possível garantir que a privação ou superação em uma dimensão necessariamente influencie na melhora ou piora de outra; ou considerando a privação em todas as dimensões, o que leva a uma subestimação da pobreza, visto não ser tão comum a privação conjunta em todas as dimensões, o que leva a não considerar a diferença entre aqueles que possuem algum grau de pobreza daqueles que possuem um nível absoluto (ALKIRE; FOSTER, 2007).

Desta forma, para a análise dos resultados, Portela e outros (2017) sugerem a utilização de um limite de pontuação para cada dimensão de pobreza, com a finalidade de definir a extrema pobreza a partir desse limiar. Para tanto, recorrem a Alkire e outros (2011), que, ao definir uma medida de pobreza multidimensional que varia entre 0 e 1, estabelecem que a partir do *score* de 0,33 um indivíduo é considerado extremamente pobre. Contudo, visando minimizar riscos de imprecisão no qual densidades significativas podem estar no entorno deste limite, Portela e outros (2017) sugere ajustes. Utilizando o indicador que varia de 0 a 100, aconselham considerar em condição de pobreza os indivíduos com pontuação entre 40 e 60 e em extrema pobreza aqueles acima de 60 pontos, admitindo a medição em termos percentuais. Seguindo essa sugestão, para esse estudo foram definidas as faixas de que 30 a 60 (exclusive) para situação de pobreza e 60 a 100 para situação de extrema pobreza.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a caracterização e avaliação da incidência da pobreza na Bahia, foram considerados os cadastros de 2.756.545 famílias inscritas no CadÚnico<sup>4</sup>. Dentre essas famílias, considerando apenas a perspectiva monetária para definição de pobreza, ou seja, as faixas de renda, havia 1.869.500 famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Quando considerado o critério multidimensional, esse número sobe para 2.073.351 famílias. Desta forma, 203.851 famílias que não eram consideradas pobres ou extremamente pobres quando observado apenas o quesito renda passaram a figurar nessa condição, ao incorporar outros elementos na análise.

**Famílias que não eram consideradas pobres ou extremamente pobres quando observado apenas o quesito renda passaram a figurar nessa condição, ao incorporar outros elementos na análise**

4 Total de famílias cadastradas no CadÚnico em 21/05/2021 com registros considerados válidos, conforme detalhado no tópico sobre a metodologia.

A Tabela 1 apresenta a distribuição do número total de famílias cadastradas de acordo com o IPF e as faixas de pobreza. Desse total, 24,8% das famílias obtiveram pontuação menor do que 30% para o indicador de pobreza multidimensional, indicando que, na perspectiva das características analisadas, elas estão mais próximas de uma situação de ausência de pobreza. A maior parte das famílias do estado encontra-se em condição de pobreza, visto que 71,1% delas registraram escore entre 30% e 60%, exclusive. Na situação mais extrema dessa escala, 4,1% obtiveram pontuação a partir de 60% e estão em situação de extrema pobreza, com base nas dimensões analisadas, com os piores resultados.

**Tabela 1**  
**Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico, por faixa de pobreza multidimensional - Bahia - 2021**

Faixas de pobreza multidimensional	Nº de famílias	%
Total	2.756.545	100,0
0 até menos de 30 (ausência ou baixo nível de pobreza)	683.194	24,8
30 até menos de 60 (situação de pobreza)	1.959.433	71,1
60 até 100 (situação de extrema pobreza)	113.918	4,1

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021

A partir das estimativas do indicador, os resultados apresentados nos subtópicos a seguir se dedicam a apresentar: a) a incidência da pobreza no estado a partir do resultado médio do IPF e das suas dimensões e respectivos componentes; b) as características das famílias de acordo com o grau de pobreza do IPF (grupos mais pobres e menos pobres) e c) a incidência da pobreza nos municípios baianos com base no IPF médio e resultados das dimensões.

### **Características e incidência da pobreza no estado da Bahia por dimensão**

As Tabelas de 2 a 12 apresentam o IPF médio calculado para cada dimensão, o que permite conhecer as que mais se destacam na caracterização da pobreza multidimensional na Bahia. A Tabela 2 relaciona os resultados da dimensão que mede a vulnerabilidade das famílias, com base na presença de pessoas que demandam cuidados e na limitação de apoio familiar, como a ausência de cônjuge e nível de dependência dos demais membros. Entre essas componentes, destaca-se que a "Presença de crianças adolescentes ou jovens" apresentou um grau de pobreza de 53,4% e "Dependência econômica", medida pela ausência de cônjuge e existência de membros em idade para trabalhar, apresentou 43,6%. Esses resultados demonstram como a composição familiar tem impactado na condição de pobreza das famílias.

**Tabela 2**  
**Dimensão 1: indicadores de vulnerabilidade das famílias - Bahia - 2021**

Componentes	Indicadores	IPF Médio%	
		Componentes	Dimensão
Amamentação	V1. Presença de criança com até 6 meses V2. Presença de criança com até 2 anos	11,3	30,2
Crianças, adolescentes e jovens	V3. Presença de criança V4. Presença de criança ou adolescente V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	53,4	
Pessoa com deficiência e idoso	V6. Presença de pessoa com deficiência V7. Presença de Idoso	12,1	
Dependência econômica	V8. Ausência de cônjuge V9. Menos da metade dos membros encontra-se em idade ativa	43,6	

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Os cálculos foram realizados considerando a idade que os membros da família tinham no momento da última atualização cadastral.

Em relação ao acesso ao conhecimento (Tabela 3), nota-se que a escolaridade representa um importante fator para retratar a pobreza nas famílias. O analfabetismo apresentou grau de 20,9%, enquanto a baixa escolaridade foi de 80,8%. Muitas vezes, a necessidade de trabalhar para obter a própria renda e da família faz com que um conjunto de pessoas interrompa os seus estudos, levando-as a uma condição de baixa escolaridade. Esse fenômeno é característico da população mais pobre e reduz as oportunidades de superação da pobreza. A escolaridade tem importante influência na possibilidade de trabalho infantil e sobre as chances de rompimento com a pobreza intergeracional (CACCIAMALI; TATEI, 2008).

**Tabela 3**  
**Dimensão 2: indicadores de acesso ao conhecimento - Bahia - 2021**

Componentes	Indicadores	IPF Médio%	
		Componentes	Dimensão
Analfabetismo	C1. Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais analfabeta C2. Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais analfabeta funcional	20,9	50,8
Escolaridade	C3. Ausência de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo C4. Ausência de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo C5. Ausência de pelos menos uma pessoa com 18 anos ou mais com pelo menos o ensino superior incompleto	80,8	

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Os cálculos foram realizados considerando a idade que os membros da família tinham no momento da última atualização cadastral.

A dimensão que trata do acesso ao trabalho (Tabela 4) foi a que apresentou a maior média percentual, comparada com as demais dimensões, e resulta da desocupação dos cadastrados e da presença de vínculos precários de trabalho, quando existentes. Esse fato mostra a tendência à baixa

renda *per capita*, visto que a renda familiar é dividida por mais membros sem renda, e à baixa remuneração, na medida em que os vínculos formais possuem a garantia de remuneração de pelo menos um salário mínimo.

**Tabela 4**  
**Dimensão 3: indicadores de acesso ao trabalho - Bahia - 2021**

Componentes	Indicadores	IPF Médio%	
		Componentes	Dimensão
Disponibilidade de trabalho	T1. Menos da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupado	51,9	68,1
Qualidade do posto de trabalho	T2. Ausência de pelo menos um ocupado em idade ativa no setor formal T3. Ausência de pelo menos um ocupado em idade ativa em atividade não agrícola	84,4	

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Os cálculos foram realizados considerando a idade que os membros da família tinham no momento da última atualização cadastral.

A renda representa um importante componente de análise sobre a pobreza, visto que através dela é viabilizado o acesso a bens e serviços. O grau de pobreza em relação à vulnerabilidade no acesso a recursos (Tabela 5) foi de 64,4%, segundo pior resultado entre as dimensões, o que reflete a característica da base do CadÚnico na qual a maior parte dos cadastrados está em situação de extrema pobreza ou pobreza monetária.

**Tabela 5**  
**Dimensão 4: indicadores de escassez de recurso - Bahia - 2021**

Componentes	Indicadores	IPF Médio%	
		Componentes	Dimensão
Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> de até R\$ 89,00 (extrema pobreza)	61,0	64,4
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> de até R\$ 178,00 (pobreza e extrema pobreza)	67,8	

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

A dimensão que apresentou menor impacto na composição do índice multidimensional de pobreza para a Bahia foi a que trata do desenvolvimento infantojuvenil (Tabela 6). Essa dimensão reflete a presença de crianças frequentando a escola e a baixa ou ausência de distorção entre a idade e a série que está matriculada. O fato de a frequência escolar ser uma condicionante para o recebimento do Programa Bolsa Família pode ter influência sobre o bom desempenho desse indicador que teve grau de apenas 3,1%.

**Tabela 6**  
**Dimensão 5: indicadores de desenvolvimento infantojuvenil - Bahia - 2021**

Componentes	Indicadores	IPF Médio%	
		Componentes	Dimensão
Acesso à escola	D1. Presença de pelo menos uma criança de 4-6 anos fora da escola D2. Presença de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola D3. Presença de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola	2,1	3,1
Progresso escolar	D4. Presença de pelo menos uma criança com até 14 anos com 2 anos ou mais de atraso no ensino fundamental(1) D5. Presença de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D6. Presença de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto	4,6	

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Os cálculos foram realizados considerando a idade que os membros da família tinham no momento da última atualização cadastral.

(1) Curso regular seriado com 8 ou 9 anos.

As condições dos domicílios das famílias representam um elemento ilustrativo das condições de vida das famílias (Tabela 7). A precariedade do acesso ao saneamento básico e das habitações têm influência sobre a saúde dos indivíduos. Sobre a condição de moradia das famílias cadastradas, essa dimensão apresentou baixa influência média na composição do IPF geral, visto que o valor foi 18,4%. Dentre os componentes, os piores resultados foram a falta de acesso a saneamento e esgotamento sanitário, com grau de 48,9%.

**Tabela 7**  
**Dimensão 6: indicadores de condições habitacionais - Bahia - 2021**

Componentes	Indicadores	IPF Médio%	
		Componentes	Dimensão
Espécie do domicílio	H1. Domicílio é particular improvisado(1)	4,0	18,4
Déficit habitacional	H2. Presença de família convivente(1)(2) H3. Densidade maior que dois moradores por dormitório(3)	10,1	
Abrigabilidade	H4. Material de construção não é permanente(1)(4)	9,6	
Acesso à água	H5. Não tem água canalizada no domicílio(1)(4)	18,7	
Acesso ao saneamento e esgotamento sanitário	H6. Não tem acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial e fossa séptica ou não tem banheiro(1)(4)	48,9	
Acesso à coleta de lixo	H7. Lixo não é coletado(1)(4)	28,5	
Acesso à eletricidade	H8. Sem acesso à eletricidade(1)(4)	8,8	

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

(1) Inclui quem não tem domicílio.

(2) Inclui quem mora em domicílios coletivos.

(3) Inclui domicílio improvisado com mais de dois moradores (admitindo que só tem um cômodo), quem não tem domicílio ou mora em domicílio coletivo.

(4) Inclui quem mora em domicílio improvisado.

## Características das famílias de acordo com o grau de pobreza multidimensional no estado da Bahia

O valor do IPF médio para o estado foi de 39,2%. Esse resultado, segundo a escala adotada, mostra que a Bahia se enquadraria em uma situação de pobreza multidimensional. A Tabela 8 apresenta o IPF médio, segundo características do (a) responsável familiar. Desta forma, é possível identificar as dimensões mais representativas entre os grupos mais vulneráveis. Em relação à localização do domicílio, as famílias residentes no interior e na área rural apresentaram IPF pior que a média do estado. Enquanto no interior o elemento com pior resultado foi o acesso ao trabalho (69,7%), na zona rural a dimensão acesso à recursos (72,1%) teve o pior resultado.

Quando considerada a raça/cor do (a) responsável pela família, negros e indígenas apresentaram os piores IPF, superando não só o resultado dos brancos, mas também a média geral do estado. Além disso, o grau de pobreza dos indígenas (42,6%) foi maior que o dos negros (39,4%). Em relação ao sexo, as mulheres estão em pior condição de pobreza, com destaque para a componente "Acesso ao trabalho", que apresentou o grau de 70% para elas em comparação aos 60,1% para eles.

**Tabela 8**  
IPF médio geral, por dimensão, segundo sexo e cor/raça do responsável familiar - Bahia - 2021

Dimensões	IPF Médio%									
	Geral(1)	Localização do domicílio				Responsável familiar				
		Interior	RMS	Rural	Urbana	Indígena	Negro(3)	Branco(2)	Mulher	Homem
IPF médio Bahia	39,2	39,9	35,3	44,1	36,6	42,6	39,4	37,2	40,1	35,4
Vulnerabilidade das famílias	30,2	29,8	32,6	28,2	31,2	31,9	30,4	28,6	31,8	23,3
Acesso ao conhecimento	50,8	52,2	42,5	56,3	47,9	53,1	50,9	49,4	49,3	56,9
Acesso ao trabalho	68,1	69,7	59,2	71,9	66,2	70,0	68,3	67,3	70,0	60,1
Acesso a recursos	64,4	64,3	65,1	72,1	60,4	68,9	65,3	57,6	67,7	50,5
Desenvolvimento infanto-juvenil	3,1	3,2	3,1	3,3	3,1	4,2	3,2	2,6	3,6	1,2
Habitação	18,4	20,0	9,1	32,8	10,8	27,8	18,4	17,8	17,9	20,3

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

(1) Inclui todas as raças/cores e informações não declaradas.

(2) Inclui brancos e amarelos.

(3) Inclui pretos e pardos.

A Tabela 9 elenca e detalha o IPF das cinco famílias que obtiveram os piores resultados com o índice mais próximo da pobreza absoluta (índice igual a 100%). Em comum, são famílias chefiadas por mulheres que possuem total precariedade no acesso ao conhecimento (todas declararam não ter instrução), ao trabalho e a recursos (todas extremamente pobres monetariamente). Essas três dimensões representam fatores muitas vezes relacionados, visto que baixa escolaridade tem influência na oportunidade

de emprego e renda. Entre as demais dimensões, as famílias apresentaram diferentes níveis de pobreza, mas sempre com resultados de 50% ou mais. Em relação à raça/cor, a maioria é negra, sendo que apenas uma, entre as cinco, se autodeclarou branca. A família na Bahia em pior situação apresentou 90,1% de nível de pobreza e a dimensão que a coloca nessa posição, além das condições compartilhadas com as responsáveis pelas demais famílias, é a habitação (92,9%). As famílias que ocuparam da segunda até a quinta pior posição apresentaram IPF de no mínimo 87,5% e, salvo as dimensões em que alcançaram a pobreza absoluta, as demais apresentaram resultados diversos, variando entre 50,0% e 100%. Para todas as dimensões, os valores dos indicadores superaram o observado para o estado.

**Tabela 9**  
**IPF médio geral e por dimensão, em %, das cinco famílias com os piores resultados - Bahia - 2021**

IPF médio geral	Dimensões						Característica do(a) responsável familiar	
	Vulnerabilidade das famílias	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Acesso a Recursos	Desenvolvimento infantojuvenil	Habitação	Sexo	Raça/Cor
90,1	62,5	100,0	100,0	100,0	85,0	92,9	Mulher	Negra
89,8	75,0	100,0	100,0	100,0	85,0	78,6	Mulher	Branca
88,0	50,0	100,0	100,0	100,0	85,0	92,9	Mulher	Negra
88,0	50,0	100,0	100,0	100,0	85,0	92,9	Mulher	Negra
87,6	62,5	100,0	100,0	100,0	70,0	92,9	Mulher	Negra
87,5	75,0	100,0	100,0	100,0	50,0	100,0	Mulher	Negra

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Do total de famílias analisadas no estudo (2.756.545), apenas 69 obtiveram resultado do IPF igual a zero, demonstrando ausência de vulnerabilidade. Isso é equivalente a dizer que a cada 100 mil famílias cadastradas no CadÚnico na Bahia, apenas duas famílias apresentaram ausência total de pobreza multidimensional. As características dos responsáveis por essas famílias foram sintetizadas na Tabela 10. Entre essas famílias, a maioria dos representantes são mulheres (62,3%), pessoas autodeclaradas negras (82,6%) e pessoas que possuem carteira de trabalho assinada (49,3%) ou são da categoria militar ou funcionário público (46,4%)<sup>5</sup>. Em comum, são pessoas que declararam possuir escolaridade de nível superior incompleto ou mais e estão ocupadas em atividades com vínculo formal de trabalho.

5 Cabe lembrar que o CadÚnico prioriza o cadastramento de famílias com renda *per capita* de até meio salário- mínimo e funciona como canal de acesso a diversos programas, além do Bolsa Família, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que podem ser de interesse de famílias em situação de menor vulnerabilidade.

**Tabela 10**  
**Características selecionadas das(os) responsáveis pelas 69 famílias com o melhor resultado do IPF – Bahia – 2021**

Características do responsável familiar	%
Total de famílias	100,0
Sexo	-
Homem	37,7
Mulher	62,3
Cor/raça	-
Branca	17,4
Negra	82,6
Ocupação	-
Carteira assinada	49,3
Militar ou funcionário público	46,4
Estagiário	4,3

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021

### Distribuição da pobreza nos municípios da Bahia

Os dados do CadÚnico permitem analisar as famílias a nível municipal de desagregação territorial. A Tabela 11 mostra os dez municípios com os piores resultados no IPF do estado. Nenhum município apresentou pontuação igual a 100 para o IPF, assim como esse valor não aparece em nenhuma das dimensões analisadas. Isso significa que nenhum município do estado apresentou pobreza absoluta. O município em pior situação, segundo as dimensões analisadas, foi Wenceslau Guimarães, com grau de pobreza de 52,4%. Tanto para o município com a pior posição (primeiro do ranking) como para os nove seguintes, as dimensões que denotaram maior fragilidade foram "Acesso ao trabalho" e "Acesso a recursos". A dimensão "Desenvolvimento infantojuvenil" foi a que apresentou o melhor resultado, considerando todos os municípios selecionados.

A Tabela 12 apresenta os dez municípios com os melhores resultados do IPF. O município que registrou o melhor IPF do estado foi Feira de Santana, com grau de pobreza de 30,4%. Em comum, os municípios com as melhores posições apresentam "Grau de vulnerabilidade das famílias" abaixo de 34%, e bons resultados para as dimensões "Desenvolvimento infantojuvenil" e "Habitação". Salvador ocupou a sexta posição, com IPF de 32,7% e teve o pior resultado na dimensão acesso a recursos, assumindo um grau de pobreza de 60,8%. Nenhum dos 10 municípios com os melhores resultados apresentaram nível de ausência ou baixa pobreza multidimensional (resultado do IPF menor que 30,0%).

**Tabela 11**  
**IPF médio geral, por dimensão, dos 10 municípios com os piores resultados - Bahia - 2021**

Municípios	IPF Municipal	Dimensões					
		Vulnerabilidade das famílias	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Acesso a Recursos	Desenvolvimento infanto-juvenil	Habitação
Wenceslau Guimarães	52,4	33,0	59,7	81,5	81,1	5,9	53,2
Riachão das Neves	50,8	33,6	59,4	88,4	77,1	4,8	41,8
Caetanos	50,7	26,2	69,2	89,6	79,3	3,4	36,5
Marau	50,6	31,8	56,0	71,2	81,3	6,3	57,0
Conceição do Almeida	50,2	28,1	55,6	88,0	78,5	4,0	46,9
Conde	49,8	32,8	54,6	89,0	78,5	5,8	38,2
Macurure	49,4	29,9	52,7	88,3	74,6	5,4	45,7
Chorrochó	49,3	31,3	48,0	94,1	80,0	2,5	39,8
Igrapiúna	49,1	33,9	57,4	87,9	79,5	3,7	32,4
Lamarão	48,8	28,7	52,2	90,5	75,5	4,6	41,2

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

**Tabela 12**  
**IPF médio geral e por dimensão, em %, dos 10 municípios com os melhores resultados - Bahia - 2021**

Municípios	IPF Municipal	Dimensões					
		Vulnerabilidade das famílias	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Acesso a Recursos	Desenvolvimento infanto-juvenil	Habitação
Feira de Santana	30,4	30,0	47,1	60,1	34,7	3,7	6,7
Porto Seguro	32,3	34,1	48,6	55,9	41,9	3,5	9,6
Barreiras	32,3	32,8	45,4	58,6	47	3,3	6,8
Caculé	32,3	26,5	53,7	62,5	41,3	2,2	7,8
Itabuna	32,6	32,3	47,3	58,6	47,4	2,5	7,4
Salvador	32,7	32,5	41,4	53,9	60,8	3,0	4,8
Ubaitaba	32,9	32,1	54,6	57,7	42,5	1,9	8,5
Jequié	33,4	32,9	54,2	61,6	43,5	3,6	4,8
Teixeira de Freitas	33,5	31,1	52,3	64,5	43,6	3,2	5,9
Eunapolis	33,7	33,6	52,1	58,6	39,9	3,5	14,4

Fonte: Brasil (2017).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi discutir a pobreza, a partir da perspectiva multidimensional, avaliando e identificando quais as dimensões de maiores privações presentes nas famílias cadastradas no CadÚnico na Bahia. Dentre as 2.756.545 famílias inscritas no CadÚnico, 4,1% obtiveram pontuação acima de 60,0% e estão em situação de extrema pobreza multidimensional. Acesso ao trabalho, acesso a recursos e acesso ao conhecimento foram as dimensões que mais se destacaram para o cálculo do IPF, apresentando os piores resultados.

**As iniciativas precisam buscar a inclusão social dos mais vulneráveis, evitando o retorno ao empobrecimento e garantindo a possibilidade de melhorar a condição de vida atual e das gerações futuras**

Analisando as características das famílias, foram fatores relevantes para a condição de pobreza multidimensional ser residente no interior ou na área rural e ter como responsáveis mulheres, negros ou indígenas. Essas famílias apresentaram maior grau de pobreza em comparação à média do estado. As cinco famílias em pior condição apresentaram nível de pobreza acima de 85,0% e registraram pobreza absoluta (100%) nas dimensões acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e acesso a recursos. As famílias com total ausência de pobreza (IPF igual a zero) são chefiadas por pessoas com nível superior incompleto ou mais e que estão ocupadas em atividades com vínculo formal. O município com o pior resultado apresentou nível de pobreza de 52,4%, e as dimensões com maior representação foram acesso ao trabalho e a recursos, enquanto o município de melhor posição registrou pobreza de 30,4%, com boas condições no acesso ao conhecimento e habitação.

Os resultados revelam a necessidade de considerar na formulação de políticas públicas, principalmente aquelas que tenham como objetivo a redução da pobreza, os diversos tipos de privações vivenciadas pelas pessoas. Como ficou evidenciado no estudo, há necessidade de políticas que promovam melhorias dessa população em relação à escolaridade e acesso ao mercado de trabalho, como aquelas que visem ações de capacitação profissional. Apenas a redução da pobreza monetária pode ter pouca influência na possibilidade de romper com a pobreza intergeracional. Políticas que conciliem o alívio financeiro, através de transferência de renda, com a melhoria da escolaridade e encaminhamento ao mercado de trabalho podem ser alternativas para condução da melhoria das diferentes dimensões relacionadas a pobreza das famílias cadastradas no CadÚnico na Bahia. As iniciativas precisam buscar a inclusão social dos mais vulneráveis, evitando o retorno ao empobrecimento e garantindo a possibilidade de melhorar a condição de vida atual e das gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina *et al.* *Multidimensional poverty index 2011: brief methodological note*. Oxford: University of Oxford, 2011. Disponível em: [https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/MPI\\_2011\\_Methodology\\_Note\\_4-11-2011\\_1500.pdf](https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/MPI_2011_Methodology_Note_4-11-2011_1500.pdf). Acesso em: 6 maio 2018.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. *Counting and multidimensional poverty measurement*. Oxford: OPHI, 2007. (Working paper, 7). Disponível em: [https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7\\_vs2.pdf](https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7_vs2.pdf). Acesso em: 6 maio 2018.

BAGOLIN, Izete Pengo; ÁVILA, Rodrigo Peres de. Poverty distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using Capabilities and Needs approaches. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 34., 2006, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>. Acesso em: 6 maio 2018.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Relatório de execução do PPA 2020-2023: ano II - 2021*. Salvador: SEPLAN, 2022. Disponível em: [http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/RAG-2021-VOLUME-I\\_INTERNET\\_03-05-22.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/RAG-2021-VOLUME-I_INTERNET_03-05-22.pdf). Acesso em: 24 maio 2022.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *O índice de desenvolvimento da família (IDF)*. Rio de Janeiro: Ipea, 2003. (Texto para discussão, 986).

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. (Texto para discussão, 1227).

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; MENDONÇA, Rosane. *Sobre as utilidades do Cadastro Único*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. (Texto para discussão, 1414).

BOURGUIGNON, François; CHAKRAVARTY, Satya. The measurement of multidimensional poverty. *The Journal of Economic Inequality*, [s. l.], v. 1, p. 25-49, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria nº 502, de 29 de novembro de 2017. Institui a Política de Controle de Acesso aos dados do Cadastro Único para Programas Sociais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 4 dez. 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro\\_unico/portarias/2017/portaria\\_502\\_29112017.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro_unico/portarias/2017/portaria_502_29112017.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1 jun. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9396.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9396.htm). Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 mar. 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm#art15](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11016.htm#art15). Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm). Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Portaria nº 335, de 20 de março de 2020. Estabelece medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-335-de-20-de-marco-de-2020-249091352>. Acesso em: 9 ago. 2021.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 269-290, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/jhq6GLhStLmbnQTy4BNVgdG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

FURTADO, Bernardo Alves. *Índice de vulnerabilidade das famílias (2000-2010): resultados*. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para discussão, 1835).

FURTADO, Bernardo Alves. *Índice de vulnerabilidade das famílias: atualização (2003-2009) e recortes geográficos*. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para discussão, 1699).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n1/a04v49n1.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de; SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de; DEVIDÉ JUNIOR, Aricieri. Desenvolvimento das famílias e a pobreza no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, n. 3, p. 240-262, 2015. Disponível em: [https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3385/pdf\\_1](https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3385/pdf_1). Acesso em: 4 maio 2022.

PESSOTI, Fernanda Calasans Costa Lacerda. *Políticas sociais e dinâmica econômica e suas relações com a pobreza multidimensional: uma análise para os pequenos municípios da Bahia*. 2020. 210 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33334/3/Tese%20%28vers%C3%A3o%20final%29%20-%20Fernanda%20Calasans%20.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

PORTELA, André *et al.* A pobreza multidimensional no Brasil sob a ótica da PNAD Contínua 2017. *Cadernos de Estudos*, Brasília, n. 34, p. 52-59, 2019. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/caderno-de-estudos-34-a-pobreza-multidimensional-no-brasil-sob-a-otica-da-pnad-continua-2017-1.pdf>. Acesso em: 9 maio 2022.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011*. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para discussão, 1816).

UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development*. Geneva: UN, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 24 maio 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global strategy for infant and young child feeding*. Geneva: World Health Organization: UNICEF, 2003. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42590/9241562218.pdf;jsessionid=DE4B2E89AF20E518DF9B0594A8449486?sequence=1>. Acesso em: 24 maio 2022.



## **Resumo**

Apesar da melhora significativa dos indicadores de pobreza no Brasil e no mundo, a pobreza ainda é um problema persistente no país, principalmente no estado da Bahia. Por isso, o objetivo deste trabalho foi analisar os determinantes da pobreza na Bahia e sua distribuição territorial nos anos censitários de 1991 e 2010. Para tanto foram utilizadas técnicas de econometria espacial, aplicando o Modelo Espacial de Durbin (SDM) e estimados os efeitos diretos e indiretos. Os resultados empíricos confirmaram que os efeitos espaciais condicionaram a pobreza nos municípios baianos, sendo o Índice de Gini e a taxa de analfabetismo os principais determinantes.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; modelos espaciais; concentração de pobreza.

## **Abstract**

*Despite the significant improvement in poverty indicators in Brazil and worldwide, poverty is still a lasting problem in the country, especially in the state of Bahia. Because of this reason, this study aimed to analyze the determinants of poverty in Bahia and its territorial distribution in the census years 1991 and 2010. Using spatial econometric techniques, a Spatial Durbin Model (SDM) has been applied and the direct and indirect effects of the phenomenon were estimated. The empirical results have confirmed that the spatial effects conditioned poverty in the municipalities of Bahia, being the Gini Index and the illiteracy rate the two main determinants.*

**Keywords:** regional development; spatial models; poverty concentration.

# Análise espacial da pobreza: uma aplicação para o estado da Bahia, Brasil

**FABRÍCIO FERREIRA CAETANO SANTOS**

Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). ffcasantos@uesc.br.

**MÔNICA DE MOURA PIRES**

Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). mpirez@uesc.br.

**TICIANA GRECCO ZANON MOURA**

Doutora em Economia. Professora do Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). tgzmoura@uesc.br.

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.7](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.7)

## INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno presente em todas as sociedades – tanto países desenvolvidos quanto os que estão em desenvolvimento enfrentam problemas em menor ou maior intensidade relacionados a este fenômeno. Todavia, os dados revelam que nos últimos 200 anos vem ocorrendo uma redução da pobreza em nível mundial, inclusive nos países localizados na África Subsaariana e América Latina<sup>1</sup>. No Brasil, porém, a despeito dessa redução, ainda é notável o alto nível de privação, fome e miséria, dentre outros males que denotam pobreza, conforme a Síntese de Indicadores Sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Por outro lado, observa-se que essa redução não ocorreu de maneira homogênea para todas as pessoas e países, observando-se mais comumente um processo desigual e concentrado. É nesse sentido que a maioria dos estudos sobre pobreza se debruça não somente sobre a renda, mas também como ela é distribuída.

No Brasil, após a implantação do Plano Real, em 1994, o país experimentou uma melhora significativa nos seus indicadores de pobreza à medida que uma parcela da população teve, pela primeira vez, acesso à energia elétrica,

1 Um panorama geral da queda da extrema-pobreza em nível global acessar o sítio eletrônico do *Our World in Data*, em: <https://ourworldindata.org/extreme-poverty>.

**A maioria dos estudos de pobreza centra-se no aspecto renda e sua distribuição, a partir de análises dos indicadores de Índice de Gini e PIB *per capita*, empregando assim uma análise unidimensional da pobreza**

educação e saneamento. Desse modo, Rocha (2000, 2011) explica que, a partir dos anos 2000, duas políticas foram responsáveis pela considerável redução da extrema-pobreza: o Plano Real, que eliminou a hiperinflação, propiciando um ambiente macroeconômico mais estável e permitindo a manutenção do poder de compra dos mais pobres; e o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou, ampliou e focalizou uma série de programas assistenciais vigentes desde os anos 1990.

Na área social também houve importantes progressos: foram definidas ações como Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que permitiu acompanhar as condições socioeconômicas da população brasileira de maneira mais sistematizada (BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2009). Dados do Banco Mundial mostram que entre os anos 1995 e 2017 o percentual da população brasileira em condição de extrema-pobreza passou de 13% para 4,8%, uma redução de 170% em um período de 22 anos<sup>2</sup>. Entre os anos 2000 e 2012 a extrema-pobreza foi reduzida em 176%, com o PIB *per capita* alcançando um crescimento médio de 2,56% a.a. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Em nível regional, porém, há elevada heterogeneidade no que diz respeito à pobreza e desigualdade. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua de 2018 revelam que a região Nordeste é a mais pobre em termos de renda domiciliar *per capita*, pois entre os 10 estados mais pobres do Brasil, sete estão na região Nordeste. A Bahia, objeto deste estudo, situa-se nesta região, a qual, por sua vez, possui, também, indicadores que revelam profunda situação de desigualdade e pobreza. De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, entre os anos 1991 e 2010, o Índice de Gini (renda) do estado da Bahia passou de 0,67 para 0,63, respectivamente, indicando uma alta concentração de renda, mesmo melhorando sua posição em relação ao ano de 1991 de mais desigual (1ª posição entre os estados brasileiros), passando em 2010 a ocupar a nona posição, em relação ao critério de desigualdade em nível nacional entre os 26 estados brasileiros (CENSO DEMOGRÁFICO, 1991; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

De maneira geral, a maioria dos estudos de pobreza centra-se no aspecto renda e sua distribuição, a partir de análises dos indicadores de Índice de Gini e PIB *per capita*, empregando assim uma análise unidimensional da pobreza, segundo Avila e Bagolin (2014). De fato, o aumento da renda *per capita* consoante à sua distribuição mais equânime são aspectos desejáveis, pois propiciam melhorias nas condições de vida da população.

2 O Banco Mundial modificou a metodologia. A linha de pobreza utilizada no trabalho em questão foi de 1,90 US\$ por paridade de poder de compra. O Banco Mundial recentemente modificou a linha de pobreza, aumentando para 2,15 US\$ por paridade de poder de compra. A publicação que utilizava a linha de pobreza anterior não está mais disponível no site do Banco Mundial.

Entretanto, tais instrumentos, isolados, tornam-se insuficientes quando se deseja compreender de maneira mais ampla esse fenômeno.

Sob esse aspecto, a partir das décadas de 1950 e 1970 emergem estudos empregando na análise da pobreza indicadores de desenvolvimento econômico e bem-estar social (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; CODES, 2008; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2004). Surge, então, o que se conhece como análise multidimensional da pobreza, a qual amplia o espectro de análise para além da renda. Mais adiante, os estudos passaram a incorporar elementos da ciência regional e modelar a forma como este fenômeno se configura no espaço. Todavia, apesar do surgimento dessa nova literatura, até onde se sabe, poucos trabalhos são aplicados à realidade do estado da Bahia (SANTOS; CARVALHO; BARRETO, 2017; SILVA; AMARANTE; SILVA, 2014).

Dito isso, a questão principal que se levanta neste trabalho é: como a pobreza se distribui e tem evoluído no território da Bahia? Diante disso, quais fatores ou elementos podem explicar sua existência? Assim, o objetivo deste trabalho é verificar quais os determinantes da pobreza e como ela se distribuiu no território da Bahia, tomando como referência os anos censitários 1991 e 2010. Especificamente, objetiva-se:

- a. Compreender a pobreza a partir da espacialização dos indicadores educação, habitação e saneamento, saúde, renda e desigualdade em nível municipal;
- b. Identificar padrões de pobreza e agrupamentos espaciais no estado e as mudanças nesses agrupamentos entre os anos censitários analisados;
- c. Estimar os fatores determinantes da pobreza nos municípios baianos.

O conhecimento mais profundo do tópico contribuirá com a literatura, pois permitirá conhecer a magnitude do fenômeno pobreza sob uma ótica multidimensional e examinar como se difunde no território baiano, com a finalidade de identificar medidas e ações políticas que poderão ser mais efetivas no seu controle.

## **O ESTUDO DA POBREZA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA ESPACIAL E MULTIDIMENSIONAL**

Nesta seção, apresentam-se os principais avanços no estudo dos fatores determinantes da pobreza no Brasil. Os estudos analisados foram aplicados a estados brasileiros com perfis bastante diferentes, o que favorece a riqueza da discussão e, ao mesmo tempo, demonstra que as conclusões possuem uma linha em comum.

**O objetivo deste trabalho é verificar quais os determinantes da pobreza e como ela se distribuiu no território da Bahia, tomando como referência os anos censitários 1991 e 2010**

**Os resultados apontaram que políticas baseadas apenas em transferência de renda não resolveriam o problema da pobreza no estado do Rio Grande do Sul**

A incorporação do efeito espacial, através do arcabouço da Ciência Regional, inclui, de forma primária, a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) e, com aspecto mais robusto, a Econometria Espacial, na análise pretendida. Com a pobreza não poderia ser diferente. Muitos estudos vêm se dedicando à incorporação de uma visão multidimensional da pobreza, utilizando elementos além da renda, combinada com sua distribuição no espaço (BARRETO; SANTOS; CARVALHO, 2017; GIOVANETTI; RAIHER, 2015). O uso desta estratégia metodológica se deve ao entendimento de que o fator espaço se constitui em importante determinante das complexas dinâmicas que condicionam a pobreza.

Visando realizar uma análise multidimensional da pobreza no Rio Grande do Sul, Avila e Bagolin (2014) utilizaram quatro dimensões para a construção de um Índice Municipal de Pobreza (IPM): habitação e saneamento, educação, saúde e renda. A fim de consubstanciar as análises, os autores buscaram, também, identificar *clusters* de pobreza no estado por meio de uma AEDE. Os resultados apontaram que políticas baseadas apenas em transferência de renda não resolveriam o problema da pobreza no estado do Rio Grande do Sul. Além disto, a pobreza observada pela ótica da renda mostrou-se subestimada, pois pela ótica multidimensional, ela se mostrava mais espalhada, revelando que os índices multidimensionais foram capazes de apontar um número maior de municípios pobres, comparativamente à aplicação de índices unidimensionais, e, portanto, as medidas de políticas sob a ótica multidimensional teriam efeitos mais relevantes sob a solução de tais problemas.

Ainda no Rio Grande do Sul, Farias, Leivas e Menezes (2018) analisaram a dependência espacial da pobreza aplicando, além da AEDE, um modelo econométrico espacial (*Spatial Error Model*), no qual a variável dependente foi a taxa de pobreza e as variáveis explicativas foram: educação, renda e emprego. Os autores constataram que municípios com altos índices de pobreza possuíam como vizinhos municípios de mesma intensidade de pobreza. De modo oposto, municípios com baixos índices de pobreza estavam rodeados por municípios com baixos índices de pobreza. Esta pobreza, por sua vez, estava associada com o grau de formalização da população, com o Índice de Gini e com a proporção da população em domicílios com banheiro e água encanada.

No Paraná, Giovanetti e Raiher (2015) analisaram a pobreza multidimensional e seus determinantes no ano de 2010. Os autores construíram um indicador de pobreza utilizando o método *fuzzy set* e aplicaram técnicas da econometria espacial, utilizando, no total, 14 variáveis. Os resultados encontrados mostram que os fatores que estavam diretamente associados com a pobreza no Paraná foram, respectivamente, Índice de Gini e razão de dependência. Por outro lado, o emprego formal *per capita* e o nível de escolaridade possuíam relação inversa com a pobreza no estado.

Silva, Borges e Parré (2014), analisaram a incidência da pobreza nos 399 municípios do Paraná. Como métodos de análise os autores realizaram uma AEDE e estimaram modelos econométricos espaciais (SEM, defasagem espacial e regressivo cruzado espacial), a fim de identificar os determinantes da pobreza no estado. Os autores encontraram que a pobreza de um município era explicada, em parte, pela pobreza observada nos municípios vizinhos. Além disto, aumentos percentuais na renda média e no grau de urbanização faziam com que a pobreza se reduzisse no estado. Por outro lado, aumentos percentuais no Índice de Gini aumentavam a pobreza.

Em estudo aplicado aos municípios da região Norte, Leite (2016) analisou a configuração espacial da pobreza no ano de 2010. Aplicando a AEDE a quatro variáveis, a autora identificou que a pobreza no estado era heterogênea, sendo concentrada em cinco estados: Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Desse modo, nas capitais havia menor incidência de pobreza que nas demais regiões destes estados. Os resultados mostram uma pobreza dispersa regionalmente e concentrada em municípios isolados, reiterando a importância dos formuladores de políticas em considerar os efeitos espaciais no combate à pobreza.

Romero (2006) analisou a pobreza no estado de Minas Gerais. Buscando destacar as características geográficas da população mineira e o papel destas na explicação da pobreza, o autor utilizou a AEDE para tal fim. Desse modo, verificou-se que o nível de pobreza de um município depende dos municípios que estão em seu entorno e que, portanto, municípios pobres estavam rodeados de municípios pobres e, por sua vez, municípios ricos estavam rodeados de municípios ricos. Políticas que ensejem a redução da pobreza, portanto, devem levar em consideração tais fatores, requerendo esforço adicional e coordenação entre os gestores.

Em estudo de Silva e Leite (2017), os autores salientaram que há interações que resultam em efeitos de transbordamento da pobreza e desigualdade entre municípios do estado do Espírito Santo e municípios circunvizinhos localizados em outros estados. Eles concluíram que a presença de autocorrelação espacial entre renda e pobreza pode indicar que o desempenho socioeconômico dos municípios de uma região seja condicionado por efeitos de locais fronteiriços, os quais influenciariam a dinâmica socioeconômica de uma região.

Em estudo aplicado ao estado do Ceará, Barreto, Santos e Carvalho (2017) buscaram caracterizar a pobreza nos bairros de Fortaleza. Utilizando dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, os autores utilizaram técnicas da econometria espacial a fim de identificar quais regiões eram mais afetadas pela pobreza. Os autores identificaram a presença de *clusters* de pobreza nos bairros da Capital, sendo maior quando da utilização de índices

**A presença de autocorrelação espacial entre renda e pobreza pode indicar que o desempenho socioeconômico dos municípios de uma região seja condicionado por efeitos de locais fronteiriços**

**Políticas públicas de combate à pobreza, baseadas apenas na renda são insuficientes para combatê-la, apesar de conseguir minimizá-la**

multidimensionais. Em relação aos elementos que configuravam a pobreza em Fortaleza, os autores identificaram que o Índice de Theil, a taxa de mortalidade infantil e a taxa de analfabetismo eram importantes elementos.

O trabalho de Santos, Carvalho e Barreto (2017) discutiu sobre o comportamento da pobreza no estado da Bahia nos anos 2000 e 2010 através de uma análise espacial. Utilizando dados dos Censos Demográficos, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os autores verificaram que mais da metade dos municípios possuía índices de pobreza multidimensional superiores à média estadual. Os *clusters* de pobreza mostraram-se mais numerosos e mais dispersos no território quando da adoção de índices multidimensionais. Chegando à mesma conclusão que o trabalho de Avila e Bagolin (2014), os autores ponderam que políticas públicas de combate à pobreza baseadas apenas na renda são insuficientes para combatê-la, apesar de conseguir minimizá-la.

Tendo apresentado essa revisão não extensiva da literatura acerca da análise espacial no Brasil, na Seção 4 são apresentados os métodos de análises utilizados neste estudo.

## METODOLOGIA

### Área de estudo

O estado da Bahia situa-se na região Nordeste do Brasil, fazendo fronteira com sete estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco e Sergipe. Segundo consta no sítio eletrônico do IBGE, a estimativa populacional para o ano de 2019 para a Bahia foi de 14.873.064 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023). Neste trabalho adotou-se como recorte de análise os 417 municípios da Bahia, os quais estão inseridos em 34 Regiões Geográficas Imediatas, conforme Figura 1.

### Fonte de dados

Este trabalho tem como fonte o Atlas do PNUD, o qual disponibiliza uma ampla base de dados extraída dos Censos Demográficos do IBGE (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013). Foram selecionadas 12 variáveis que envolvem características de desenvolvimento, desigualdade e pobreza, baseando-se em estudos expostos na Seção 3. Essas variáveis compuseram cinco indicadores: educação, habitação e saneamento, saúde, renda e desigualdade de renda e pobreza. Os dados referem-se aos anos censitários 1991 e 2010 e são apresentados no Quadro 1.



**Quadro 1**  
**Dados utilizados para a análise da pobreza para os municípios da Bahia, para os anos censitários 1991 e 2010, conforme indicador e fonte de dados**

Variável	Descrição resumida	Fonte de dados
<b>Educação</b>		
EDFUND	Percentual da população de 25 anos ou mais com fundamental completo	PNUD
EDMED	Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo	PNUD
EDSUP	Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo	PNUD
ANALF	Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade	PNUD
<b>Habitação e Saneamento</b>		
AGUAEC	Percentual da população que vive em domicílios com água encanada	PNUD
CLIXO	Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	PNUD
ENERG	Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica	PNUD
<b>Saúde</b>		
MORT	Mortalidade até um ano de idade	PNUD
<b>Renda</b>		
RDPC	Renda <i>per capita</i> média	PNUD
<b>Desigualdade de Renda e Pobreza</b>		
GINI	Índice de Gini	PNUD
PPOB	Proporção de pobres	PNUD
PRAP20	Percentual da renda apropriada pelos 20% da população com menor renda domiciliar <i>per capita</i>	PNUD

Fonte: Elaboração própria.

Nota: A variável proporção de pobres corresponde à proporção de indivíduos que possuíam renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00, em agosto de 2010.

## Estatística espacial

Segundo Anselin (2010), a econometria espacial surgiu como um campo de estudo marginal da Ciência Regional, sendo utilizada em trabalhos aplicados da área, tendo um crescimento exponencial também, nos últimos anos, nas Ciências Sociais, em que a principal diferença para a econometria convencional está na inclusão de efeitos espaciais nos modelos.

Nesse contexto, os efeitos espaciais consistem em dois elementos: a dependência e heterogeneidade espaciais. A dependência espacial surge através da interação dos agentes entre as regiões, na qual um elemento socioeconômico presente em uma determinada região influencia este ou outros elementos presentes nas regiões vizinhas. Por outro lado, a heterogeneidade espacial indica que o comportamento econômico não é estável através do espaço e gera padrões espaciais sob a forma de agrupamentos ao longo do conjunto de dados (ALMEIDA, 2012; VIEIRA, 2009).

Para identificar a interação entre as regiões e captar os efeitos espaciais é necessário modelar tal relação por meio de uma matriz de ponderação espacial,  $W$ , que expressa um determinado arranjo espacial das interações resultantes do fenômeno a ser estudado (ALMEIDA; PEROBELLI;

FERREIRA, 2008). Desse modo, espera-se que uma região realize transações em maior proporção com uma região vizinha do que com aquelas que se situam mais afastadas. Nesse sentido, cada conexão entre duas regiões é representada por uma célula da matriz, que é denominada de peso espacial. Matematicamente, a matriz de ponderação espacial é uma matriz quadrada, de dimensão  $n \times n$ . Os pesos espaciais,  $W_{ij}$ , mostram a influência de uma região  $j$  sobre uma região  $i$ .

A matriz de ponderação espacial utilizada neste trabalho é a da distância geográfica. Nesse contexto, regiões que, geograficamente, têm uma proximidade menor, têm uma interação espacial maior. Por outro lado, regiões mais distantes geograficamente tendem a ter uma menor interação espacial (ALMEIDA, 2012). Neste tipo de matriz, o critério mais utilizado é dos vizinhos mais próximos,  $W_{ij}(k)$ , em que a contiguidade é o atributo mais importante para construí-la, o que se leva a uma matriz de ponderação binária. Alguns estudos, no entanto, utilizam a matriz dos  $k$ -vizinhos mais próximos combinada com a distância euclidiana inversa (DRUKER; PENG; PRUCHA, 2013).

Formalmente, a matriz é assim especificada:

$$W_{ij} = d_{ij}^{-2}(k) \quad (1)$$

Em que  $d_{ij}^{-2}$  é a distância entre região  $i$  e todas as unidades espaciais da amostra. Isto posto, considera-se apenas os resultados referentes aos cinco (5) vizinhos mais próximos ( $k$ ).

Como procedimento seguinte da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) e a fim de se identificar a associação espacial, utiliza-se a Estatística  $I$  de Moran. Ao aplicá-la, testam-se as hipóteses de distribuição aleatória dos dados e se eles são ou não autocorrelacionados (ALMEIDA, 2012). O valor de  $I$  deve ser igual ao seu valor esperado dentro dos limites estabelecidos pela significância estatística. Nesse sentido, se o valor de  $I$  for maior que o seu valor esperado, há indícios de autocorrelação espacial positiva; porém, se o valor de  $I$  for menor que o seu valor esperado, a autocorrelação espacial é negativa. Um  $I$  de Moran positivo, portanto, indicará similaridade entre os valores do atributo observado e sua localização; todavia, se a autocorrelação espacial for negativa, há dissimilaridade entre os valores do atributo observado e sua localização (ALMEIDA, 2012).

Formalmente, o  $I$  de Moran é dado pela seguinte expressão:

$$I = \frac{n \sum_i \sum_j w_{ij} z_i z_j}{s_0 \sum_{i=1}^n z_i^2} \quad (\text{Em notação algébrica}) \quad (2)$$

$$I = \frac{nz'Wz}{s_0 z'z} \quad (\text{Em notação matricial}) \quad (3)$$

Em que:  $n$  é o número de regiões;  $z$  é o número de regiões;  $W_z$  representa os valores médios da variável de interesse padronizada nos vizinhos, definido em função de uma matriz de ponderação espacial  $W$ . Assim sendo,  $W_{ij}$  refere-se à região  $i$  e à região  $j$ ;  $S_o$  refere-se à operação  $\sum\sum W_{ij}$ , que indica que todos os elementos da matriz de pesos espaciais devem ser somadas (ALMEIDA, 2012). Para validar estatisticamente o valor do  $I$  de Moran há duas formas: a primeira é assumir que os dados seguem um padrão de uma distribuição normal. Almeida (2012) explica que, ao assumir que os dados seguem uma distribuição normal, a variável padronizada  $Z(I)$  também seguirá uma distribuição com média zero e variância unitária. A fórmula para  $Z(I)$  será dada por:

$$Z(I) = [I - E(I)]/DP(I) \tag{4}$$

Em que:  $Z(I)$  é a variável padronizada;  $E(I)$  é o valor esperado; e  $DP(I)$  é o desvio-padrão teórico de  $I$ . Assim sendo, se o valor obtido de  $Z(I)$  estiver fora da área crítica, isto é, da área de aceitação ou rejeição da hipótese nula, os dados serão ou não autocorrelacionados espacialmente.

O segundo método é por meio da permutação, também conhecido como teste de pseudossignificância. Nesse teste, gera-se “[...] diferentes permutações de valores de atributos associados às regiões; cada permutação produz um novo arranjo espacial, onde os valores estão redistribuídos entre as áreas” (CÂMARA *et al.*, 2004, p. 14). Nesse método, os dados observados da variável de interesse são embaralhados aleatoriamente para todas as regiões. A partir disso, a estatística do teste é calculada para cada uma das permutações, obtendo uma referência empírica a partir dos cálculos obtidos através da estatística (ALMEIDA, 2012).

Neste trabalho, especificamente, utilizou-se o  $I$  de Moran bivariado, que revela que, dadas duas variáveis, estas são ou não autocorrelacionadas espacialmente. Desse modo, testa-se se uma região que possui valores altos (ou baixos) de uma variável  $X$ , se seus vizinhos terão valores altos ou baixos de uma variável  $Y$ . O sentido da autocorrelação espacial é dado pelo sinal do  $I$  de Moran e a sua intensidade é dada pela sua proximidade de 1 (GOLGHER, 2015).

Formalmente, o  $I$  de Moran bivariado é dado pela seguinte expressão:

$$I_{z_1 z_2} = \frac{nz_1'wz_2}{S_0z_1'z_1} \tag{5}$$

Em que:  $z_1$  e  $z_2$  são as duas variáveis padronizadas.

A partir da estimação do  $I$  de Moran local bivariado é possível gerar mapas de significância e de *clusters*, denominados de *Local Indicators of Spatial Association* (LISA), categorizando os dados a partir de quatro quadrantes:

alto-alto (AA), que representa os agrupamentos espaciais que contêm regiões com valores altos da variável  $X_i$  e que possuem vizinhos que possuem valores altos para a variável  $Y_i$ ; o quadrante baixo-baixo (BB) representa os agrupamentos espaciais que contêm regiões que possuem valores baixos para a variável  $X_i$  e que possuem vizinhos que possuem valores baixos para a variável  $Y_i$ ; no quadrante AB tem-se agrupamentos espaciais representados por regiões que possuem valores altos para a variável  $X_i$  e que possuem vizinhos com valores baixos para a variável  $Y_i$ ; por fim, no quadrante BA têm-se agrupamentos espaciais de regiões que possuem valores baixos para a variável  $X_i$  que possuem vizinhos com valores altos para a variável  $Y_i$  (GOLGHER, 2015).

Neste trabalho, o conceito de pobreza a ser adotado nas análises será o de pobreza multidimensional. Embora a variável de interesse, a proporção de pobres, seja uma medida unidimensional, que capta tão somente a renda, ela é posta em função de um conjunto de características multidimensionais dos domicílios como educação, habitação e saneamento e saúde que, muitas delas, lhe são exógenas. Desse modo, é possível fazer uma análise muito mais detalhada da vulnerabilidade pela qual aqueles indivíduos estão sujeitos, englobando um conjunto amplo de elementos socioeconômicos. Na próxima seção, discute-se os resultados deste trabalho.

## RESULTADOS

### Análise descritiva das variáveis

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das 12 variáveis utilizadas neste trabalho. Observa-se elevado desvio-padrão e coeficiente de variação para a variável renda domiciliar *per capita*, denotando heterogeneidade nos dados, em que a renda domiciliar foi muito distinta entre os municípios nos dois anos censitários (1991 e 2010). O desvio-padrão e o coeficiente de variação das variáveis associadas à educação, apesar de não serem tão altos comparando-se à renda domiciliar *per capita*, revelaram heterogeneidade e distinções entre municípios.

Além disso, verificou-se a partir da análise das variáveis e de suas estatísticas descritivas que havia enorme disparidade entre os municípios baianos. Um exemplo disto é a variável percentual de domicílios com água encanada: o município de Campo Alegre de Lourdes possuía, em 2010, apenas 5,9% de seus domicílios com água encanada; Madre de Deus possuía cobertura quase que completa (99,71%). Tal situação é observada em quase todas as variáveis.

O município de Salvador foi o que apresentou os melhores índices educacionais de nível fundamental e médio (nos anos 1991 e 2010) e no ensino

**Verificou-se a partir da análise das variáveis e de suas estatísticas descritivas que havia enorme disparidade entre os municípios baianos**

superior (apenas no ano 2010). Além disso, possuía a menor taxa de analfabetismo no estado para esses dois anos, figurando como o município de menor proporção de pobres, maior nível de renda domiciliar *per capita* e menor taxa de mortalidade infantil. Essa análise preliminar demonstra que a capital do estado, Salvador, ocupa posição central no estado da Bahia.

**Tabela 1**  
**Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo - Bahia - 1991/2010**

Variáveis	Desvio-padrão	Coefficiente de Variação	Média	Mínimo	Máximo	Município menor valor	Município maior valor
EDFUND(1)	5,82	74,31	7,83	0,23	47,63	Caraíbas	Salvador
EDFUND(2)	9,31	34,61	26,91	11,92	67,99	Itapicuru	Salvador
EDMED(1)	3,88	70,19	5,53	0,19	32,02	Caetanos	Salvador
EDMED(2)	6,81	33,47	20,33	7,67	52,43	Itapicuru	Salvador
EDSUP(1)	0,81	160,37	0,5	0	8,58	Água Fria	Salvador
EDSUP(2)	1,71	60,97	2,8	0,28	15,28	Canápolis	Lauro de Freitas
ANALF(1)	10,15	20,87	48,62	10,15	79,57	Salvador	Coronel João Sá
ANALF(2)	6,63	25,7	25,82	4,12	44,24	Salvador	Pedro Alexandre
AGUAEC(1)	17,06	60,69	28,11	0,23	86,51	Umburanas	Salvador
AGUAEC(2)	15,19	19,94	76,2	5,9	99,71	Campo A. Lourdes	Madre de Deus
CLIXO(1)	25,4	55,38	45,86	0	99,68	Abaré	Sobradinho
CLIXO(2)	5,99	6,37	94,06	36,13	100	Macururé	Aiquara
ENERG(1)	21,87	40,82	53,59	3,26	99,47	Caraíbas	Salvador
ENERG(2)	5,42	5,76	94,03	66,15	99,87	Campo A. Lourdes	Muritiba
MORT(1)	15,88	21,44	74,06	46,38	120,12	Salvador	Fátima
MORT(2)	5,44	20,92	26,02	14,92	40,8	Salvador	Bonito
RDPC(1)	105,34	43,88	240,08	79,94	1040,27	Lagoa Real	Salvador
RDPC(2)	185,82	34,14	544,3	247	1880,95	Sítio do Mato	Lauro de Freitas
GINI(1)	0,08	14,29	0,54	0,38	0,86	Itaguaçu da Bahia	Urandi
GINI(2)	0,05	8,93	0,53	0,39	0,71	Caatiba	Maraú
PPOB(1)	9,74	12,54	77,65	32,15	96,31	Salvador	Boa Vista do Tupim
PPOB(2)	9,85	25,3	38,95	10,52	67,91	Luís E. Magalhães	Sítio do Mato
PRAP20(1)	1,15	30,85	3,73	0	6,69	Caraíbas	Barro Preto
PRAP20(2)	0,81	31,15	2,6	0,95	5,32	Jaguarari	Caatiba

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

Notas: EDFUND= percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino fundamental completo; EDMED = percentual de indivíduos de 18 anos ou mais com ensino médio completo; EDSUP = percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino superior completo; ANALF = taxa de analfabetismo para indivíduos de 18 anos ou mais; AGUAEC= percentual da população que vive em domicílios com água encanada; CLIXO = percentual da população que vive em domicílios que são atendidos por serviços de coleta de lixo; ENER = percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica; MORT = taxa de mortalidade de até um ano; RDPC = renda domiciliar *per capita*; GINI = Índice de Gini; PPOB = proporção de pobres; PRAP20 = percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres.

(1) 1991.

(2) 2010.

## Análise exploratória de dados espaciais

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da AEDE, a partir da aplicação da Estatística I de Moran bivariada para as 12 variáveis dos cinco indicadores mais a variável de interesse, respectivamente: educação, habitação e saneamento, saúde, renda, desigualdade de renda e pobreza. Para validar estatisticamente o I de Moran utilizou-se o método de permutações, sendo utilizadas 999 para cada variável.

A variável ANALF apresentou autocorrelação espacial positiva nos dois anos analisados, indicando, assim, que municípios com alta (ou baixa) taxa de analfabetismo possuíam como vizinhos municípios com alta (ou baixa) proporção de pobres (Tabela 2). Para as variáveis EDFUND, EDMED e EDSUP, a autocorrelação espacial encontrada foi negativa, revelando associação espacial inversa entre o nível de escolaridade, a proporção de pobres e a localização dos municípios. Municípios com altos (baixos) níveis de escolaridade fundamental, médio e superior tinham em seu entorno municípios com baixa (alta) proporção de pobres.

**Tabela 2**  
**Índices de Moran global bivariado para o indicador educação nos municípios - Bahia - 1991/2010**

Variável	Ano	
	1991	2010
ANALF	0,265	0,251
EDFUN	-0,302	-0,292
EDMED	-0,241	-0,274
EDSUP	-0,226	-0,197

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

Os resultados do I de Moran apontaram para uma relação espacial muito forte entre a escolaridade e a pobreza no estado da Bahia nos dois anos analisados. Nesse sentido, para cada I de Moran existe um “ótimo desejável”, isto é, uma situação na qual se deveria observar, em nível local, em relação às variáveis analisadas. Utilizando a variável taxa de analfabetismo, por exemplo, o ótimo desejável seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo, representando municípios com baixa taxa de analfabetismo e vizinhos com baixa proporção de pobres. Contudo, para verificar se essa situação ocorre de fato, é necessário analisar os agrupamentos espaciais a partir do I de Moran local. Nesse sentido, na Figura 2 expõem-se os agrupamentos espaciais para a taxa de analfabetismo do indicador educação.

As áreas em vermelho escuro representam municípios com taxa de analfabetismo alta e vizinhos com alta pobreza (AA); as áreas em azul escuro representam municípios com baixa taxa de analfabetismo e vizinhos com baixa pobreza (BB); as áreas em azul claro representam municípios com baixa taxa de analfabetismo e vizinhos com alta pobreza (BA); por fim, as áreas em vermelho claro representam municípios com alta taxa de analfabetismo e vizinhos com baixa pobreza (AB).

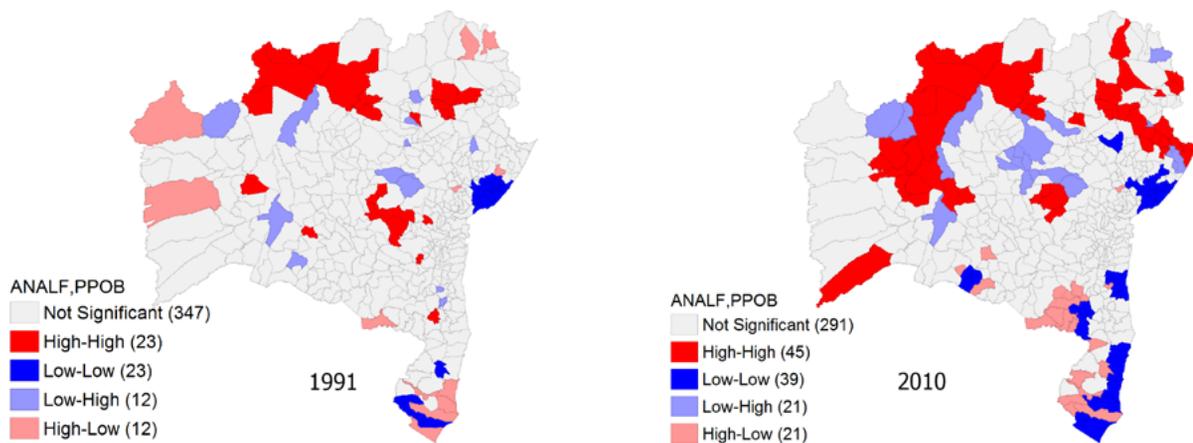
A distribuição espacial dos agrupamentos espaciais (Figura 2) na Bahia, está disposta da seguinte forma: agrupamentos espaciais alto-alto (alta pobreza) localizados, majoritariamente, nas regiões imediatas a noroeste do estado, regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra; e a Nordeste do

estado, nas regiões imediatas de Alagoinhas, Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha); agrupamentos espaciais de baixa pobreza (baixo-baixo) concentrados nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas e Eunápolis-Porto Seguro.

Além dessa concentração de *clusters* de pobreza, evidenciada a partir da análise da Figura 2, verifica-se aumento na quantidade de municípios nos agrupamentos de alta e baixa pobreza. Os *clusters* de baixa pobreza totalizavam 23 municípios em 1991; em 2010 eram 39 (aumento de quase 70%); os *clusters* de alta pobreza eram 23 municípios em 1991; eram 45 em 2010 (quase o dobro entre os dois anos). Tais números mostram aumento superior na quantidade de municípios nos agrupamentos espaciais de alta pobreza comparativamente aos de baixa pobreza (Figura 3).

Na Figura 3 mostram-se os agrupamentos espaciais para as variáveis percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino fundamental completo, de 18 anos ou mais com ensino médio completo e de 25 anos ou mais com ensino superior completo.

**Figura 2**  
**Agrupamentos espaciais para a variável taxa de analfabetismo (ANALF) e proporção de pobres nos municípios - Bahia - 1991/2010**



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

O desejável para essas variáveis seria agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios com altos percentuais de indivíduos com escolaridade de nível fundamental, médio e superior com vizinhos com baixa pobreza) – esses agrupamentos estão representados na Figura 3 pela cor vermelho claro. Por outro lado, os agrupamentos de alta pobreza são do tipo baixo-alto (municípios com baixos percentuais de indivíduos com escolaridade de nível fundamental, médio e superior com vizinhos com alta incidência de pobreza) – esses agrupamentos estão representados pela cor azul claro.

A distribuição espacial dos agrupamentos espaciais de baixa pobreza seguiu padrão semelhante ao observado para a variável taxa de analfabetismo: os *clusters* de baixa pobreza localizam-se em municípios das regiões imediatas de Salvador, Teixeira de Freitas, Ilhéus-Itabuna e Barreiras. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza, por sua vez, localizam-se na parte noroeste do estado, na extensão das regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra, por exemplo.

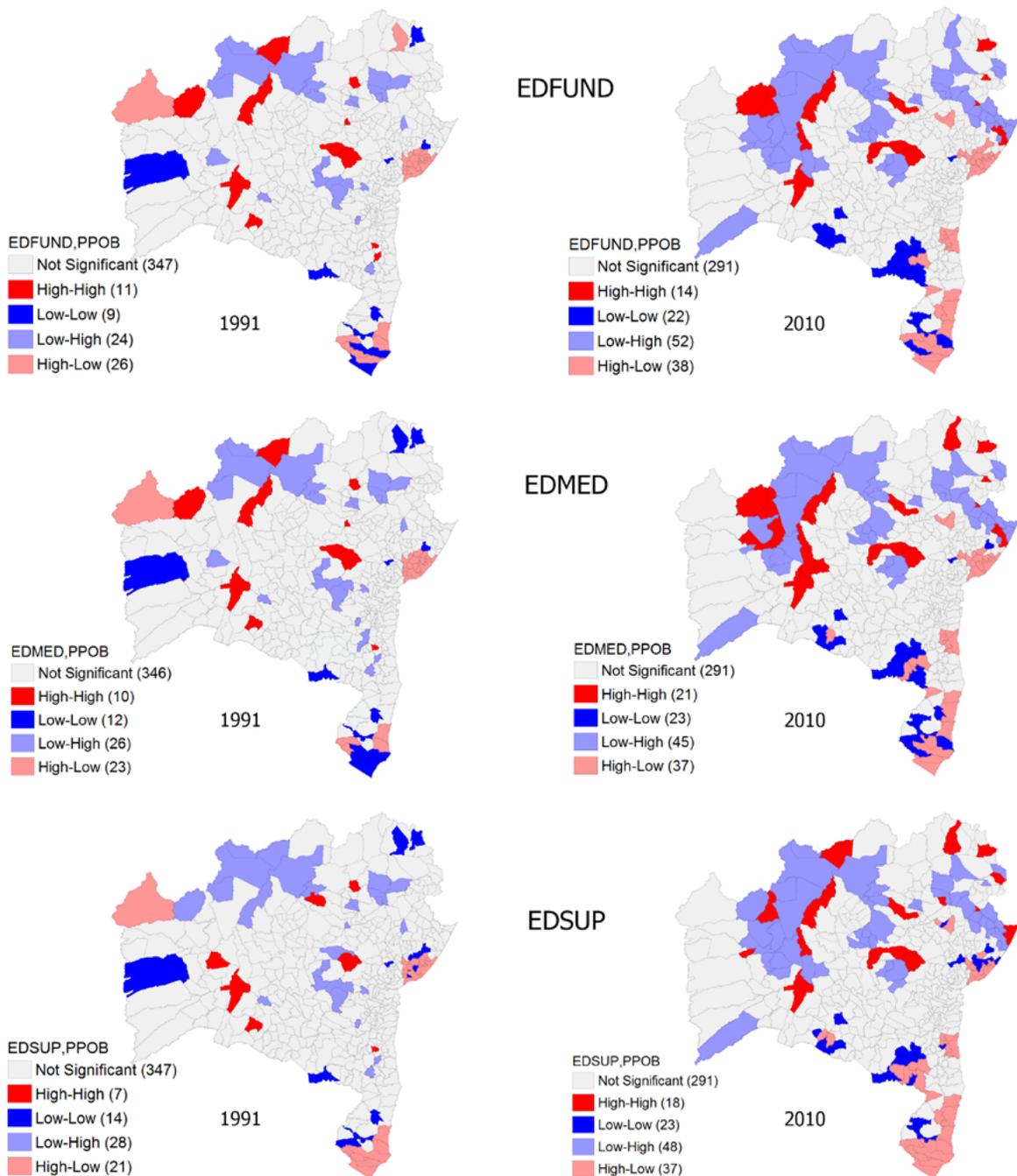
Além disso, verificam-se aumentos nos agrupamentos espaciais de alta pobreza e baixa pobreza. Para a variável percentual de indivíduos de 25 anos ou mais com ensino fundamental completo verificou-se que os agrupamentos de alta pobreza aumentaram 116,7% (passando de 24 municípios em 1991 para 52 em 2010); os agrupamentos de baixa pobreza aumentaram 42,2% (26 municípios em 1991 para 52 em 2010). Para a variável de escolaridade de nível médio observou-se que: os agrupamentos espaciais de alta pobreza variaram em 73,1%, enquanto a variação observada nos agrupamentos de baixa pobreza foi de 60,9%. Para a variável de escolaridade de nível superior, a variação observada nos agrupamentos espaciais de alta pobreza foi de 71,4%, enquanto a variação ocorrida nos agrupamentos de baixa pobreza foi de 76,2% (Figura 3).

Desse modo, observa-se que a pobreza, medida pelos indicadores da variável educação, é espacialmente concentrada, sobretudo na parte noroeste do estado da Bahia, sendo maior em 2010, quando se tem maior quantidade de agrupamentos espaciais. Os agrupamentos de baixa pobreza, por sua vez, concentram-se na região imediata de Salvador. Essa concentração pode ser motivada por fatores históricos, haja vista que segundo dados do IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020), Salvador já no ano de 1970 possuía a maior média de anos de estudo para pessoas de 25 anos ou mais, que foi tão somente aumentando nos anos posteriores. E daí pode-se estar diante de efeitos de transbordamento espacial do fator educacional, que pode ter sido propagado para os municípios circunvizinhos.

Os resultados do I de Moran do indicador habitação e saneamento, revelados na Tabela 3, indicam a presença de autocorrelação espacial negativa entre as variáveis percentual de domicílios com água encanada, com atendimento por serviços de coleta de lixo, domicílios com energia elétrica, com a proporção de pobres e a localização dos municípios baianos nos dois anos analisados. Diante desse cenário, municípios com altos (baixos) percentuais de domicílios com acesso ao fornecimento de água encanada, coleta de lixo e energia elétrica tinham como vizinhos municípios com baixa (alta) proporção de pobres.

**A pobreza, medida pelos indicadores da variável educação, é espacialmente concentrada, sobretudo na parte noroeste do estado da Bahia**

**Figura 3**  
**Agrupamentos espaciais das variáveis do indicador educação e proporção de pobres nos municípios - Bahia - 1991/2010**



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

**Tabela 3**  
**Índice de Moran global bivariado para o indicador habitação e saneamento nos municípios - Bahia - 1991/2010**

Variável	Ano	
	1991	2010
AGUAEC	-0,197	-0,225
CLIXO	-0,021	-0,138
ENERG	-0,247	-0,179

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

O desejável para as variáveis deste indicador seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios com altos percentuais de infraestrutura com vizinhos com baixa proporção de pobres). Contudo, uma análise local é necessária, para verificar se, de fato, existem tais agrupamentos e onde se localizam (Figura 4).

Verifica-se, a partir da análise da Figura 4, que a distribuição espacial da pobreza na Bahia para as variáveis de infraestrutura segue padrão semelhante ao observado no indicador educacional. Nas três variáveis deste indicador (percentual de domicílios com água encanada, com coleta de lixo e com energia elétrica) os agrupamentos espaciais baixa pobreza (municípios com altos percentuais para as variáveis de infraestrutura e vizinhos com baixa proporção de pobres) localizavam-se nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro e Vitória da Conquista. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios com baixos percentuais de infraestrutura e vizinhos com alta pobreza) localizavam-se na parte noroeste, nordeste e em algumas partes centrais do estado da Bahia. Mais especificamente, concentravam-se nas regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Alagoinhas, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha e Itaberaba.

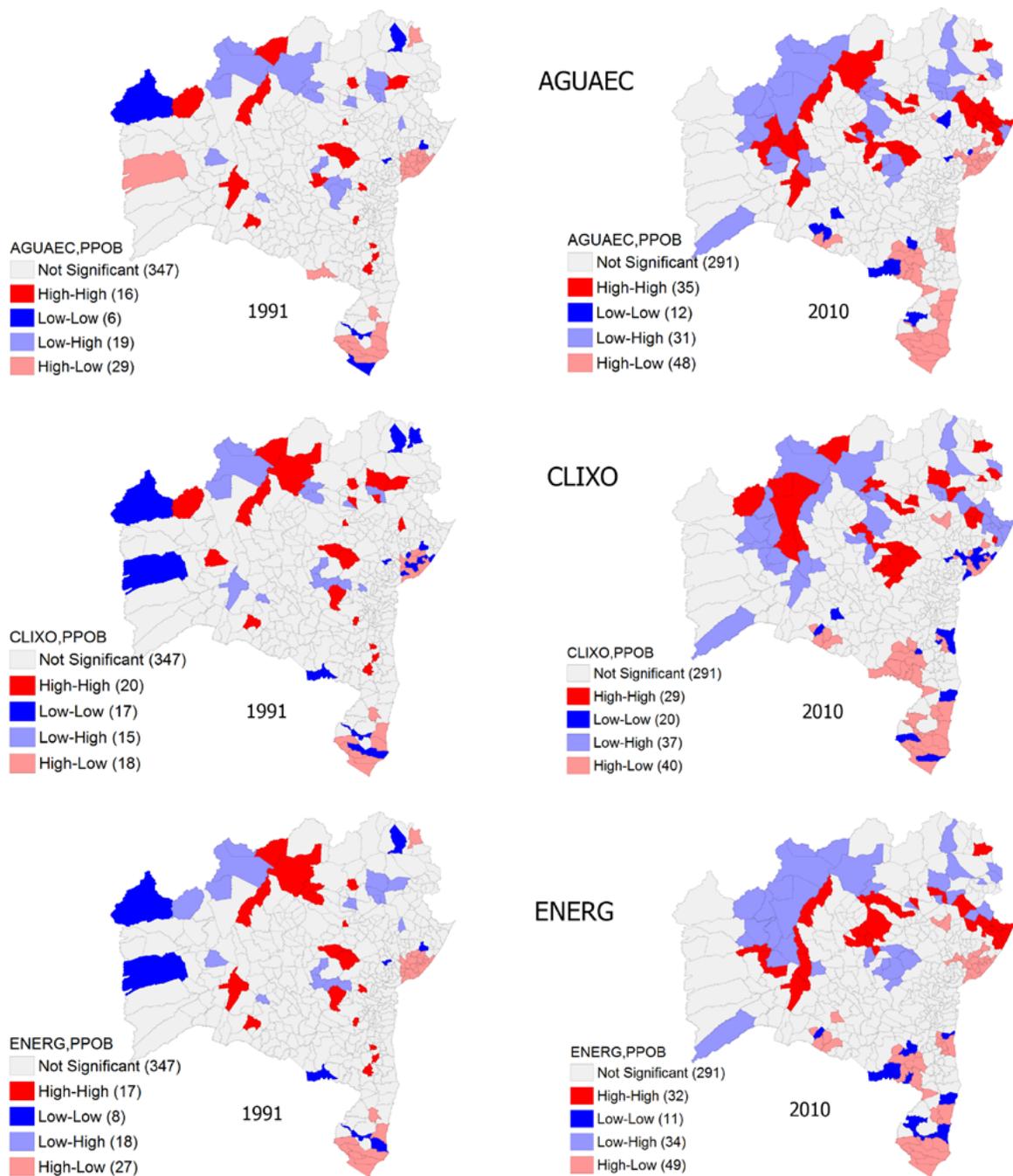
Nos anos analisados houve mudanças na distribuição espacial da pobreza no estado, medida por esse indicador. Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza da variável percentual de domicílios com água encanada variaram 65,5% entre os anos (passou de 29 municípios em 1991 no *cluster* alto-baixo para 48 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza variaram 63,2% (passou de 19 municípios para 31 entre os anos analisados).

Na variável percentual de domicílios com atendimento por serviços de coleta de lixo, os agrupamentos espaciais de baixa pobreza variaram 122,2% entre os dois anos (18 municípios no *cluster* alto-baixo para 40). Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (baixo-alto), por sua vez, variaram 146,7% entre 1991 e 2010 (15 municípios para 37, respectivamente).

Na variável percentual de domicílios com energia elétrica observou-se que os agrupamentos espaciais de baixa pobreza (alto-baixo) variaram 81,5%

(27 para 49 municípios entre 1991 e 2010, respectivamente). Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (baixo-alto), entre 1991 e 2010, variaram 88,9% (18 municípios para 34).

**Figura 4**  
**Agrupamentos espaciais para as variáveis do indicador habitação e saneamento e proporção de pobres nos municípios - Bahia - 1991/2010**



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

Das três variáveis analisadas, apenas para o percentual de domicílios com água encanada, os agrupamentos espaciais de alta pobreza não foram mais numerosos que os de baixa pobreza, o que indica uma piora na pobreza no estado entre os dois anos censitários analisados, seguindo também concentrada nas mesmas regiões apontadas para o indicador educação.

Os resultados do I de Moran para o indicador saúde (Tabela 4) apontaram para a presença de autocorrelação espacial positiva entre a taxa de mortalidade infantil, proporção de pobres e a localização dos municípios baianos nos dois anos analisados. Nesse sentido, municípios com alta (baixa) taxa de mortalidade possuíam como vizinhos municípios com alta (baixa) proporção de pobres.

**Tabela 4**  
**Índice de Moran global bivariado para a variável taxa de mortalidade (MORT) nos municípios - Bahia - 1991/2010**

Variável	Ano	
	1991	2010
MORT	0,099	0,23

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

Na Figura 5 observa-se a presença de agrupamentos espaciais de baixa pobreza (baixo-baixo) nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro, Vitória da Conquista e Barreiras. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (alto-alto), por sua vez, localizavam-se nas regiões imediatas de Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Alagoinhas, Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal. Além disso, os agrupamentos de alta pobreza variaram menos que os de baixa pobreza. Entre 1991 e 2010, os agrupamentos de baixa pobreza aumentaram em 125% (20 municípios para 45), e nos agrupamentos de alta pobreza, 68,2% (22 municípios para 37).

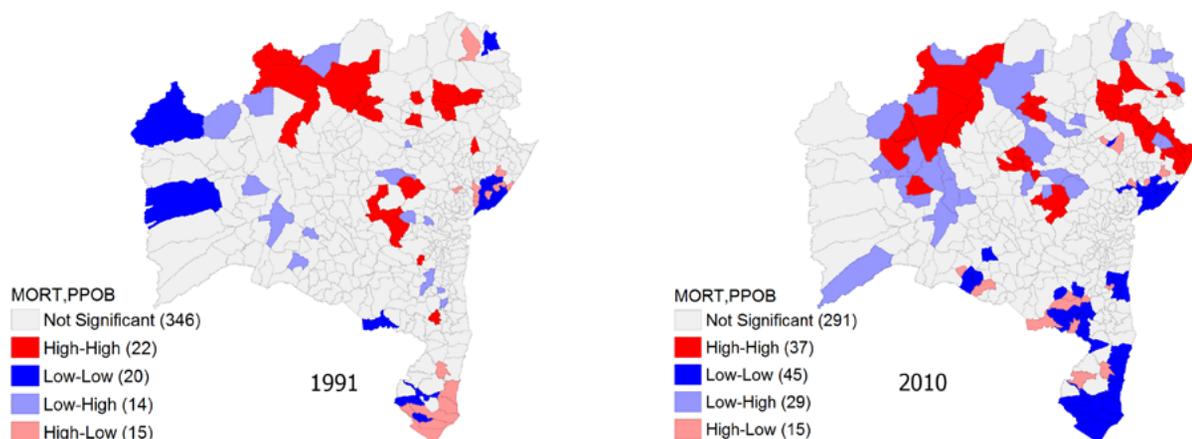
**Tabela 5**  
**Índice de Moran global bivariado da variável renda domiciliar *per capita* (RDPC) para os municípios - Bahia - 1991/2010**

Variável	Ano	
	1991	2010
RDPC	-0,299	-0,343

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

Como explica Sen (2010), a morte prematura de crianças pode estar relacionada a diversos fatores, como por exemplo, subnutrição. Todavia, outros fatores também podem influenciar na taxa de mortalidade, como o tipo de infraestrutura de saneamento disponível para os moradores etc. O desejável para essa variável é a presença de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo (municípios com baixa taxa de mortalidade e vizinhos com baixa pobreza).

**Figura 5**  
**Agrupamentos espaciais para a variável taxa de mortalidade (MORT) e proporção de pobres para os municípios - Bahia - 1991/2010**



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

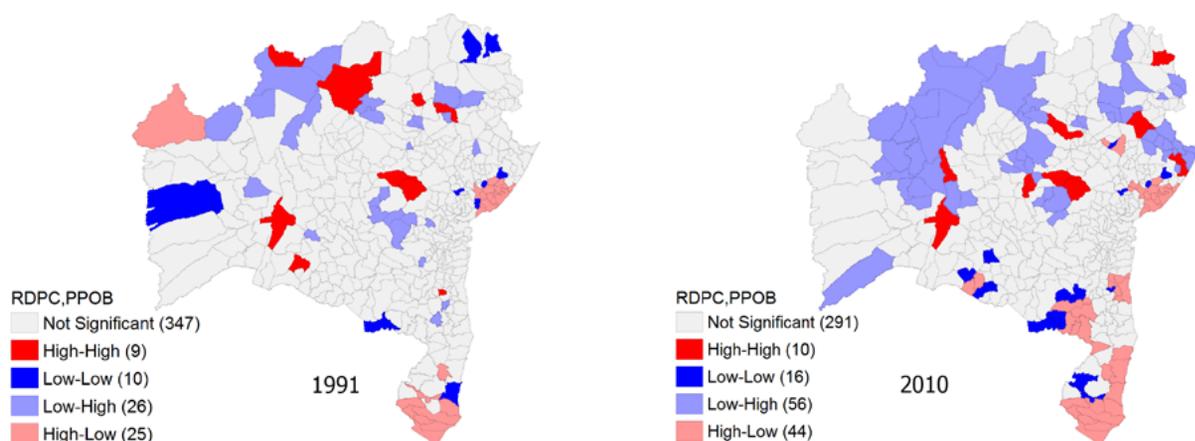
Os resultados do I de Moran para a variável renda domiciliar *per capita* apontam para a presença de autocorrelação espacial negativa nos dois anos analisados. Assim sendo, municípios com alta (baixa) renda domiciliar *per capita* possuíam vizinhos com baixa (alta) renda domiciliar *per capita*.

O desejável para essa variável é que se tenha em nível local agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios com alta renda domiciliar *per capita* e vizinhos com baixa proporção de pobres). De acordo com a Figura 6, esses agrupamentos situam-se nas regiões imediatas de Salvador, Ilhéus-Itabuna, Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro e Vitória da Conquista. Já os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios com baixa renda domiciliar *per capita* e vizinhos com alta pobreza) localizam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Xique-Xique-Barra, Juazeiro, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Alagoinhas e Itaberaba.

Além disso, verificaram-se, entre os dois anos, aumentos nos agrupamentos espaciais de baixa pobreza em 76% (25 municípios em 1991 para 44 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza aumentaram 115,4% (26 para 56 municípios entre 1991 e 2010), retratando assim maior pobreza na Bahia. Além disso, a distribuição espacial de tais *clusters* seguiu padrão já observado nas variáveis anteriores, agrupando-se, sobretudo, na parte noroeste do estado da Bahia.

Os dados da Tabela 6 indicam a presença de autocorrelação espacial distinta para a variável Índice de Gini entre os anos analisados. No ano de 1991 a autocorrelação espacial foi negativa, indicando que municípios com alto (baixo) Índice de Gini tinham como vizinhos municípios com baixa (alta) proporção de pobres. No ano de 2010, porém, a autocorrelação espacial

**Figura 6**  
**Agrupamentos espaciais da variável renda domiciliar *per capita* (RDPC) e proporção de pobres para os municípios - Bahia - 1991/2010**



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

foi positiva: municípios com alto (baixo) Índice de Gini tinham como vizinhos municípios com alta (baixa) proporção de pobres.

O desejável para essa variável seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo (municípios com baixo Índice de Gini e vizinhos com baixa proporção de pobres). Na Figura 7 tem-se retratado aumento no número de municípios nesse tipo de agrupamento em 72,2% (18 em 1991 para 31 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios com alto Índice de Gini e vizinhos com alta pobreza) aumentaram 284,6% (passou-se de 13 para 50).

A variável proporção de pobres apresentou autocorrelação espacial positiva para os dois anos censitários analisados, indicando que municípios com alta (baixa) proporção de pobres possuíam vizinhos com alta (baixa) proporção de pobres (Tabela 6). O desejável para essa variável seria a presença, em nível local, de agrupamentos espaciais do tipo baixo-baixo (municípios com baixa pobreza e vizinhos com baixa incidência de pobreza). Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza cresceram 96,4% (28 municípios em 1991 para 55 em 2010); os agrupamentos espaciais de alta pobreza aumentaram 110,7% (28 para 59), para o mesmo período temporal.

Em relação à variável percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres também se observou uma mudança no sentido da autocorrelação espacial entre os anos analisados: em 1991 a autocorrelação espacial foi negativa; em 2010, foi positiva. O desejável seria a presença de agrupamentos espaciais do tipo alto-baixo (municípios nos quais os 20% mais pobres se apropriavam de maior fatia de renda e vizinhos com baixa pobreza). Esses agrupamentos aumentaram 500% entre 1991 e 2010, enquanto nos agrupamentos espaciais de alta pobreza (baixo-alto) esse aumento foi de 211,1%, no mesmo período temporal.

**Tabela 6**  
**Índices de Moran global bivariado para as variáveis do indicador de desigualdade de renda e pobreza para os municípios – Bahia – 1991/2010**

Variável	Ano	
	1991	2010
GINI	-0,028	0,19
PPOB	0,363	0,458
PRAP20	0,072	-0,343

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

Observou-se, através do I de Moran, mudança do sentido de autocorrelação espacial para as variáveis percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres e Índice de Gini. Na variável Índice de Gini, por exemplo, no ano de 1991 o I de Moran global indicava que havia predominância de agrupamentos espaciais dissimilares (alto-baixo e baixo-alto); no ano de 2010 o I de Moran apontava para a predominância de agrupamentos espaciais similares (alto-alto e baixo-baixo). Na variável percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres, por sua vez, o I de Moran global demonstrou, no ano de 1991, a predominância de agrupamentos espaciais de municípios com alta (baixa) apropriação de renda pelos 20% mais pobres e vizinhos com alta (baixa) pobreza. Essa situação já havia sido apontada pela estatística descritiva, na qual cresceu o número de municípios com maior Índice de Gini, com maior desigualdade e redução de municípios em relação à apropriação de renda dos 20% mais pobres. Essas situações são igualmente indesejáveis.

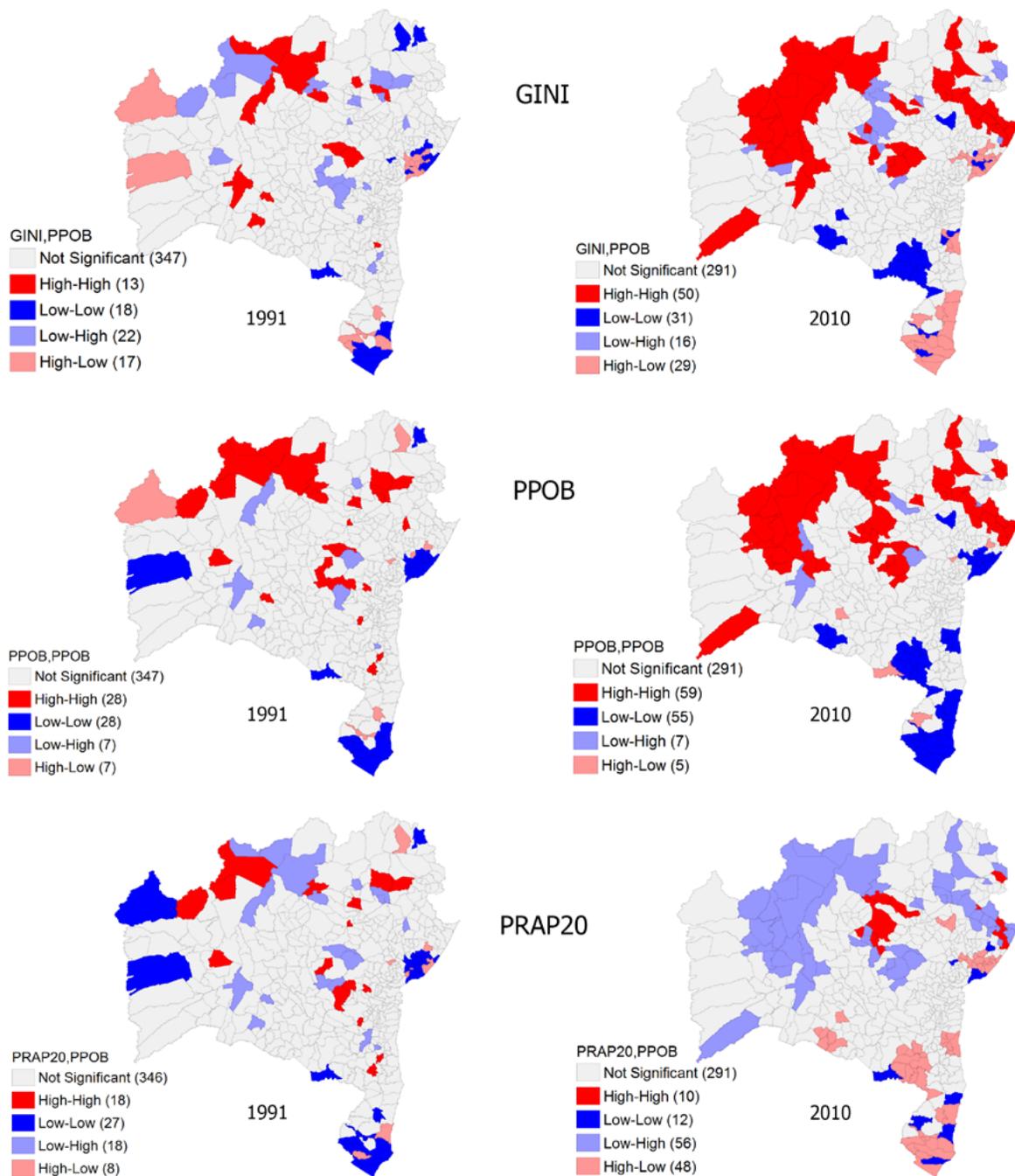
A distribuição espacial da pobreza para a variável Índice de Gini ocorreu da seguinte forma: os agrupamentos espaciais de alta pobreza localizavam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Alagoinhas, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha e Itaberaba. Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza localizavam-se, majoritariamente, nas regiões imediatas de Vitória da Conquista, Guanambi e Salvador.

A localização dos agrupamentos espaciais da variável proporção de pobres seguiu distribuição semelhante à observada para o Índice de Gini. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (municípios de alta proporção de pobres e vizinhos com alta pobreza) concentravam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Juazeiro, Xique-Xique-Barra, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha, Itaberaba e Alagoinhas. Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza localizavam-se nas regiões imediatas de Teixeira de Freitas, Eunápolis-Porto Seguro, Barreiras, Guanambi, Ilhéus-Itabuna e Salvador.

Os agrupamentos espaciais de baixa pobreza para a variável percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres situavam-se nas regiões imediatas de Eunápolis-Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna, Salvador e Guanambi. Os agrupamentos espaciais de alta pobreza (agrupamentos alto-baixo) concentravam-se nas regiões imediatas de Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa,

Xique-Xique-Barra, Juazeiro, Alagoinhas, Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal e Itaberaba.

**Figura 7**  
**Agrupamentos espaciais para as variáveis do indicador desigualdade de renda e pobreza e a proporção de pobres para os municípios – Bahia – 1991/2010**



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Elaboração própria.

**Salvador, por ser a capital do estado da Bahia, exerce a posição de centralidade, recebendo montante maior de investimentos, e daí infraestrutura superior aos demais municípios baianos**

Tais análises revelam que a pobreza na Bahia é espacialmente concentrada, sobretudo nos municípios situados na parte noroeste do estado da Bahia. Por outro lado, seis regiões imediatas destacaram-se com agrupamentos de baixa pobreza: Barreiras, Salvador, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Eunápolis-Porto Seguro e Ilhéus-Itabuna. É complexo descobrir quais fatores podem estar influenciando essa concentração da pobreza na Bahia. Dessa forma, como há muitos municípios classificados no agrupamento pobreza, essa pode estar espraiando, “fortalecendo” esse fenômeno para mais partes do território baiano, e também sofrendo influência de municípios de estados fronteiriços à Bahia, como Piauí e Pernambuco, por exemplo. Distintamente, Salvador, por ser a capital do estado da Bahia, exerce a posição de centralidade, recebendo montante maior de investimentos, e daí infraestrutura superior aos demais municípios baianos, reverberando tal situação para as demais variáveis (pobreza, mortalidade infantil etc.).

Outra região que apareceu nos agrupamentos espaciais de menor taxa de pobreza foi a de Barreiras, que compreende importantes municípios no agronegócio baiano, tais como Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e o município de Barreiras. Segundo Miranda, Magalhães e Carvalho (2014), esses municípios formam, juntamente a outros municípios circunvizinhos e os estados do Maranhão, Tocantins e Piauí a região denominada pelo acrônimo de MATOPIBA. Os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, especificamente, possuem uma agricultura fortemente baseada em tecnologias intensivas em capital, de alta produtividade, especialmente na produção de grãos (soja e milho), algodão, café, dentre outras. Nesse sentido, as oportunidades decorrentes das atividades agrícolas podem ter efeitos nessa menor incidência de pobreza observada em alguns municípios dessa região.

A região de Ilhéus-Itabuna, por sua vez, caracterizou-se desde a década de 1980 como uma das poucas na Bahia a ter uma rede de ensino superior, conforme explica Sirqueira (2016). Em 1974, as três faculdades (Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna e Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna) se juntaram e formaram a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), segundo Boaventura (2009, *apud* SIRQUEIRA, 2016), e que mais tarde se constituiria na Universidade Estadual de Santa Cruz, nos anos 1990.

De acordo com dados do Ipea (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020), a média de anos de estudo da cidade de Ilhéus nos anos 1970, 1980 e 1990 era de 1,7, 2,7 e 3,7, respectivamente. A cidade de Itabuna, por sua vez, possuía 2,2, 3,2 e 4,7 de média de anos de escolaridade nos anos relatados, respectivamente. Segundo esses mesmos dados, a cidade de Itabuna possuía a segunda maior média de anos de escolaridade no ano de 1970; a cidade de Ilhéus possuía a 11ª maior média

de anos de escolaridade. De certa forma, essa história pode explicar a presença de agrupamentos espaciais de baixa pobreza na região imediata de Ilhéus-Itabuna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, tem-se uma pobreza no estado da Bahia especialmente concentrada, especialmente nos municípios situados na parte noroeste e no interior do estado; enquanto os agrupamentos espaciais de baixa pobreza estão nas regiões imediatas de Salvador, Vitória da Conquista, Ilhéus-Itabuna, Eunápolis-Porto Seguro, Barreiras e Eunápolis.

A partir do modelo estimado observou-se que o aumento (ou redução) do analfabetismo dos municípios vizinhos impactaria negativa (ou positivamente) na pobreza do município em questão, considerando-se os cinco vizinhos mais próximos. Essa é uma informação relevante para o tomador de decisões em relação a políticas públicas de redução da pobreza, ao se considerar o efeito transbordamento e como este se propaga. Dessa forma, as políticas de combate à pobreza devem expandir-se para um conjunto de municípios, sendo elaboradas de maneira coordenada localmente e com cooperação dos governos estadual e federal.

O efeito indireto negativo observado na taxa de analfabetismo foi particularmente interessante, pois à medida que um município melhorasse seu nível educacional, tenderia a reduzir sua taxa de analfabetismo, e poderia assim potencializar seu crescimento econômico. Uma população com maior grau de escolaridade tem condições de acessar melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maiores salários. Além disso, firmas poderiam ser atraídas por essa mão de obra mais qualificada, gerando efeitos de transbordamento para municípios vizinhos. E nesse sentido, a pobreza seria reduzida, gerando efeitos positivos para um conjunto de municípios, em especial aqueles que se avizinham.

Nesse sentido, melhorias no sistema educacional são fundamentais. Todavia, os retornos educacionais não são imediatos, e normalmente levam mais de 20 anos para se captar essas transformações. No imediatismo que permeia a política brasileira, ações para promover melhoria nos indicadores educacionais se arrastam a passos lentos, pois muitos querem resultados de curto prazo, difíceis de ocorrerem na educação. Para mudar isso, é necessária uma continuidade de políticas, a fim de erradicar o analfabetismo na Bahia, e, dessa forma, criar melhores condições de emprego para a população. Porém, isso não é uma tarefa trivial, e alguns esforços vêm sendo adotados para mudar esse cenário, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), criado em 2007, o qual permitiu ampliar os recursos para a educação básica.

**É necessária  
uma  
continuidade de  
políticas, a fim  
de erradicar o  
analfabetismo  
na Bahia, e,  
dessa forma,  
criar melhores  
condições de  
emprego à  
população.  
[...] alguns  
esforços vêm  
sendo adotados  
para mudar  
esse cenário**

**A desigualdade de renda está imbricada com o fator educacional e, desse modo, a piora nos indicadores analfabetismo e desigualdade de renda, resulta na ampliação da pobreza**

Entretanto, há inúmeros problemas ainda persistentes como defasagem de anos de estudo, evasão escolar etc. Tais problemas precisam ser resolvidos para que, de fato, se possa reduzir substancialmente a pobreza, sobretudo na Bahia. Além disso, a desigualdade de renda está imbricada com o fator educacional, e desse modo, a piora nos indicadores analfabetismo e desigualdade de renda resulta na ampliação da pobreza, gerando um ciclo vicioso de pobreza que necessita ser “quebrado”.

Muitas questões não puderam ainda ser respondidas neste trabalho, pela ausência de dados mais recentes das variáveis analisadas ou pela disponibilidade de outros indicadores. Além disso, o que foi tratado aqui pode ter sido ainda ampliado com os problemas ocasionados com a pandemia da covid-19 de 2020, pela paralisação das escolas públicas, enquanto as escolas particulares deram continuidade ao ensino, remotamente. Provavelmente, isso poderá desencadear efeitos ainda maiores no que diz respeito à desigualdade em termos educacionais na população, evasão escolar, defasagem de anos de estudo etc. Assim, novos estudos podem se debruçar sobre essas questões, buscando identificar medidas assertivas para a área educacional, a qual necessita de uma coordenação e esforços conjuntos da União, estados e municípios, para que se altere o quadro educacional da Bahia.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, E. *Econometria espacial aplicada*. São Paulo: Alínea, 2012.

ALMEIDA, E. S. de; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil?. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n. 1, p. 31-52, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n1/a02v46n1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ALVES, D. F.; ANDRÉ, D. M.; ALVES, J. S. Desigualdades, crescimento econômico e estrutura produtiva: uma análise fatorial e espacial dos municípios cearenses. *In: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE*, 15, 2019, Ceará. *Anais [...]*. Fortaleza: IPECE, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/338047509\\_DESIGUALDADES\\_CRESCIMENTO\\_ECONOMICO\\_E ESTRUTURA\\_PRODUTIVA\\_UMA\\_ANALISE\\_FATORIAL\\_E\\_ESPACIAL\\_DOS\\_MUNICIPIOS\\_CEARENSES/link/5dfba120299bf10bc368b2a3/download](https://www.researchgate.net/publication/338047509_DESIGUALDADES_CRESCIMENTO_ECONOMICO_E ESTRUTURA_PRODUTIVA_UMA_ANALISE_FATORIAL_E_ESPACIAL_DOS_MUNICIPIOS_CEARENSES/link/5dfba120299bf10bc368b2a3/download). Acesso em: 28 out. 2020.

ANSELIN, L. *et al.* Simple diagnostic tests for spatial dependence. *Regional Science and Urban Economics*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 77-104, Feb. 1996. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0166046295021116>. Acesso em: 27 out. 2020.

ANSELIN, L. Thirty years of spatial econometrics. *Papers in Regional Science*, [s. l.], v. 89, n. 1, p. 3-25, 2010. Disponível em: [https://dces.webhosting.cals.wisc.edu/wp-content/uploads/sites/128/2013/08/W2\\_Anselin2010.pdf](https://dces.webhosting.cals.wisc.edu/wp-content/uploads/sites/128/2013/08/W2_Anselin2010.pdf). Acesso em: 1 nov. 2020.

AVILA, J. F.; BAGOLIN, I. P. Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 21, n. 2, p. 25-47, 2014. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/614>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BARRETO, R. C. S.; SANTOS, E. I.; CARVALHO, Í. C. S. Uma análise espacial da pobreza multidimensional nos bairros de Fortaleza-Ceará. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 336-357, 2017. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/220/213>. Acesso em: 9 out. 2020.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. *Sobre as utilidades do cadastro único*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. (Texto para discussão, 1414). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1414.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1414.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100009&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100009&script=sci_arttext). Acesso em: 2 nov. 2020.

CÂMARA, G. *et al.* Análise espacial de áreas. In: DRUCK, S. *et al.* (ed.). *Análise especial de dados geográficos*. Brasília: Embrapa, 2004.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991: resultados do universo relativos as características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>. Acesso em: 20 out. 2022.

CLEMENTE, A. *Economia regional e urbana*. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

CODES, A. L. M. de. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília: Ipea, 2008. (Texto para discussão, 1332). Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD\\_1332.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD_1332.pdf). Acesso em: 26 fev. 2019.

DRUKER, D. M.; PENG, H.; PRUCHA, I. R. Creating and managing spatial-weighting matrices with the *spmat* command. *The Stata Journal*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 242-286, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1536867X1301300202>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FARIAS, H. N. de; LEIVAS, P. H.; MENEZES, G. Análise espacial da pobreza nos municípios gaúchos. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 25, n. 2, p. 91-110, 2018. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1620/1377>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GIOVANETTI, A. E.; RAIHER, A. P. Uma análise multidimensional da pobreza nos municípios paranaenses em 2010. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, v. 17, n. 33, p. 228-248, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2181/pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

GOLGHER, A. B. *Introdução à econometria espacial*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. 5. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas nacionais anuais*: tabela 6784 – Produto interno bruto, produto interno bruto per capita, população residente e deflator. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#/n1/all/v/9812/p/all/d/v9812%202/l/v,t+p/resultado>. Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas de população*: Tabela 6579 - População residente estimada. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 3 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2018*. Rio de Janeiro, 27 fev. 2019. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2018.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2018.pdf). Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Anos de estudo – média – pessoas 25 anos e mais*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 1 nov. 2020.

LEITE, S. F. Análise da distribuição espacial da pobreza na região Norte do Brasil. *Revista Economia e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 215-231, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/economia/article/view/36083/18367>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LESAGE, J. P. What regional scientists need to know about spatial econometrics. *The Review of Regional Studies*, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 13-32, 2014. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2420725](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2420725). Acesso em: 2 nov. 2020.

LESAGE, J. P.; PACE, K. *Introduction to spatial econometrics*. Flórida: Taylor & Francis Group, 2009.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ABEP, 2004. p. 1-20. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1452/1417>. Acesso em: 22 out. 2022.

MIRANDA, E. E.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. *Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA*. Campinas: Embrapa, maio 2014. (Nota técnica, 1). Disponível em: [https://www.cnpem.br/projetos/gite/publicacoes/NT1\\_DelimitacaoMatopiba.pdf](https://www.cnpem.br/projetos/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf). Acesso em: 2 nov. 2020.

MOURA, T. G. Z.; CHEN, Z.; GARCIA-ALONSO, L. Spatial interaction effects on inland distribution of maritime flows. *Transportation Research Part A: policy and practice*, [s. l.], v. 128, p. 1-10, Oct. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0965856419300813?via%3Dihub>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PIRES, M. M. *et al. Economia urbana e regional: território, cidade e desenvolvimento*. Ilhéus: Editus, 2018.

PLASSA, W.; PASCHOALINO, P. A. T.; SANTOS, M. P. Determinantes socioeconômicos das taxas de homicídios no nordeste brasileiro: uma análise espacial. *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, n. 53, p. 479-505, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/941>. Acesso em: 28 out. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas de desenvolvimento humano do Brasil*. 2013. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 18 jan. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Índice de desenvolvimento humano. Brasília: PNUD, 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh-0>. Acesso em: 18 out. 2019.

ROCHA, S. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113-139, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642363/9854>. Acesso em: 15 out. 2022.

ROCHA, S. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para discussão, 721). Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2365/1/TD\\_721.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2365/1/TD_721.pdf). Acesso em: 20 fev. 2019.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROMERO, J. A. R. Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais - 1991 - 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú. *Anais [...]*. Caxambú: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1531/1495>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SANTOS, E. I. dos; CARVALHO, Í. C. S. de; BARRETO, R. C. S. Pobreza multidimensional no estado da Bahia: uma análise espacial a partir dos censos de 2000 e 2010. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 240-263, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/67716/65342>. Acesso em: 17 out. 2022.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA JÚNIOR, I. B. *Impactos das políticas de segurança sobre a difusão da criminalidade entre as cidades: uma aplicação dos modelos de econometria espacial*. 2016. 45 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/22086/1/deposito\\_inaldo.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/22086/1/deposito_inaldo.pdf). Acesso em: 19 out. 2022.

SILVA, L. D. C.; AMARANTE, P. A.; SILVA, J. R. A pobreza extrema nos municípios baianos: um estudo de dependência espacial com dados do censo 2010. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10., 2014, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: SEI, 2014.

SILVA, L. N. S.; BORGES, M. J.; PARRÉ, J. L. Distribuição espacial da pobreza no Paraná. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 39, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2014.

SILVA, S. P.; LEITE, L. de M. Transbordamentos de pobreza e desigualdade em Minas Gerais: uma análise espacial considerando o efeito da fronteira interestadual. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 48, n. 3, p. 55-76, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/796/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

SIRQUEIRA, F. J. S. *Universidade e desenvolvimento regional*. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.

VIEIRA, R. de S. *Crescimento econômico no estado de São Paulo: uma análise espacial*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WHITE, H. A heteroskedasticity - consistent covariance matrix and a direct test for heteroskedasticity. *Econometrica*, [s. l.], v. 48, n. 4, p. 817-838, May 1980.

## Resumo

O objetivo deste trabalho foi caracterizar as pessoas em situação de rua (PSR) inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) na Bahia em 2021. Trata-se de um grupo populacional vulnerabilizado, heterogêneo, que sobrevive nas ruas, muitas vezes visível às ações de controle do estado e invisível para as políticas públicas. Através de um estudo descritivo, foram analisados os dados do CadÚnico em relação às características pessoais e expressões das questões sociais desse público. Os resultados mostraram que, do total de 5.169 pessoas cadastradas no CadÚnico e identificadas como em situação de rua, a maioria eram homens, pessoas autodeclaradas negras, com idade entre 30 e 49 anos, sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, estavam há até 2 anos em situação de rua e mais da metade das pessoas cadastradas viviam em Salvador. Contudo, mais do que descrever as características observadas com maior frequência para estabelecer um perfil, o trabalho evidenciou a necessidade de considerar a diversidade desse grupo populacional para a elaboração de políticas públicas. Espera-se que esse estudo possa contribuir para a melhoria da condição de vida dessas pessoas, através de ações multidisciplinares e transversais que considerem a importância e a complexidade do tema.

**Palavras-chave:** população em situação de rua; vulnerabilidade social; CadÚnico.

## Abstract

*The objective of this study was to characterize homeless people (PSR) enrolled in the Single Registry of Social Programs (Cadastro Único para Programas Sociais) (CadÚnico) in Bahia in 2021. This is a vulnerable, heterogeneous population group that lives on the streets, often visible to State control actions and unseen to public policies. Through a descriptive study, data from CadÚnico were analyzed in relation to personal characteristics and social issues, work and life on the streets. The results show that, out of the total of 5,169 people registered in CadÚnico and identified as homeless, the majority were men, self-declared black people, aged between 30 and 49 years, without education or with incomplete elementary education, they have been homeless for two years and more than half of the registered people live in Salvador. However, more than describing the most frequently observed characteristics to establish a profile, the work highlighted the need to consider the diversity of this population group for the elaboration of public policies. It is hoped that this study can contribute to the improvement of the living conditions of these people, through multidisciplinary and transversal actions that consider the importance and complexity of the topic.*

**Keywords:** homeless population; social vulnerability; CadÚnico.

# População em situação de rua na Bahia em 2021 – perfis sociodemográficos dos (in)visíveis cadastrados no CadÚnico

**LIS HELENA DE SOUZA BORGES**

Mestre em Administração, doutoranda em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). lisborges@sei.ba.gov.br

**SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO**

Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília (UNB) e graduada em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. silvaniaconceicao@sei.ba.gov.br

**VICTOR BARALLE FERREIRA**

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Salvador (Unifacs). victorbaralle@gmail.com

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.9](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.9)

## INTRODUÇÃO

A atual crise econômica e social, acentuada pela pandemia do novo coronavírus, tem aumentado o desafio dos governos em relação à assistência aos mais vulneráveis. Enquanto a Constituição prevê, em seu Art. 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988), a desigualdade social vivenciada pela população brasileira expõe os grupos populacionais que não possuem acesso mínimo a essas garantias à piora da condição de vida.

A população em situação de rua (PSR) é um exemplo de grupo populacional que está sujeito a todo tipo de privação. A invisibilidade sofrida por esses indivíduos pode ser ilustrada no fato de não fazerem parte da contagem oficial da população em nível nacional, visto que

**Em um estudo recente, o IPEA calculou que, em 2021, havia 232.147 PSR no país, número que tem apresentado trajetória crescente desde 2012**

o Censo Demográfico<sup>1</sup> utiliza os domicílios como referência para o cálculo. Com base nessa informação, há necessidade de inclusão desse grupo no sistema estatístico oficial de forma sistemática, o que permitirá ampliar o conhecimento, acompanhar a evolução ao longo do tempo e tornar possível a criação de políticas públicas específicas, assim como a destinação de serviços que atendam suas demandas e necessidades.

Diante da limitação de fontes de dados, bases alternativas têm sido utilizadas para mensurar a PSR no Brasil. Em um estudo recente, o IPEA calculou que, em 2021, havia 232.147 PSR no país, número que tem apresentado trajetória crescente desde 2012. Esse resultado foi estimado a partir de projeções utilizando os dados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e visou dimensionar o número de pessoas que necessitavam de atenção na fase crítica da pandemia da covid-19 (NATALINO, 2022). O CadÚnico representa uma importante fonte de informações, pois constitui um “instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional” (BRASIL, 2007). Embora o cadastramento dependa de as pessoas buscarem os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios ou de ações de busca ativa por parte dos órgãos de Proteção Social Especial das prefeituras, as informações obtidas a partir dessa base permitem caracterizar as pessoas que tiveram algum contato com o poder público e são visíveis para o Estado.

Com base nesse cenário, o objetivo do artigo foi caracterizar as pessoas em situação de rua no estado, com base nos dados do CadÚnico. Através de uma análise descritiva, buscou-se responder ao seguinte questionamento: qual o perfil sociodemográfico das pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico na Bahia, com base nos dados extraídos em 2021? O intuito foi destacar a necessidade da inclusão permanente desse público nas bases de dados oficiais. Ao utilizar o CadÚnico, reconheceu-se a limitação do nível de cobertura do público, visto que só é possível conhecer as características daquelas pessoas que estão cadastradas, mas entende-se que esse cadastro representa uma importante fonte alternativa para obter informações sobre essa população para elaboração de políticas públicas.

1 Para o Censo Demográfico de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou mudanças na metodologia, buscando melhorar a caracterização da população. Foram incluídas habitações em condições precárias, visando alcançar a população em situação de rua. Prevê a identificação das pessoas que vivem, por exemplo, nos logradouros públicos, em barracas e tendas de lona e em veículos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022).

## VULNERABILIDADE DA PSR

A situação de rua pode ser entendida como um fenômeno diverso que afeta diferentes grupos de pessoas, de maneiras distintas, mas com características que podem ser compartilhadas. Dessa forma, a situação de rua pode ser vista pela perspectiva de problema global, mas também como uma experiência individual (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Do ponto de vista global, o relatório do Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, já alertava para o fato de que a situação de rua se constitui em “uma crise global de direitos humanos que requer uma resposta global e urgente” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 1). Ainda de acordo com o relatório, destaca-se a ausência do tema na pauta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que “raras vezes foi mencionada nos trabalhos preparatórios para a Conferência das Nações Unidas sobre a Habitação e o Desenvolvimento Urbano Sustentável” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 3). Com os prejuízos econômicos e sociais agravados pela pandemia da covid-19, a necessidade de respostas globais se torna ainda mais urgente.

Na perspectiva de experiência individual, a situação de rua pode ser explicada pelo fato de o fenômeno poder ser vivenciado por “alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, com consequências graves para a saúde e para a vida” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 1). Cabe ressaltar que a situação de rua não está relacionada apenas a carência de moradia, mas também identifica um grupo social que sofre a privação de outros direitos socioeconômicos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A vulnerabilidade, segundo Carneiro e Veiga (2004), pode ser definida como a exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental das pessoas e famílias de enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam. Sendo assim, existem riscos que estão associados às situações próprias do ciclo de vida das pessoas e riscos que podem decorrer das condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que os indivíduos se desenvolvem. O conceito de vulnerabilidade representa um elemento importante na caracterização da população em situação de rua, pois são pessoas que possuem menor capacidade de lidar com os desafios (sejam eles econômicos, sociais ou de relacionamento com os familiares) e essas diferentes limitações vão resultar nas distintas motivações para viver nas ruas. Soma-se a isso a forma como a raça/cor e o gênero do indivíduo acentuam as dificuldades enfrentadas, visto que as desigualdades sociais e raciais às quais as mulheres e os negros estão submetidos os expõem, de forma mais intensa, aos diversos tipos de privações.

**A situação de rua não está relacionada apenas a carência de moradia, mas também identifica um grupo social que sofre a privação de outros direitos socioeconômicos**

**Estar em situação de rua significa, muitas vezes, conviver com a violência diária que se manifesta por meio da violência física e psicológica devido à exclusão social**

Estar em situação de rua significa, muitas vezes, conviver com a violência diária que se manifesta por meio da violência física e psicológica devido à exclusão social, através da negligência ou ausência no acesso às políticas públicas ou vivenciando intervenções violentas por parte de policiais ou de fiscais. Por conta do descaso e da discriminação, em muitos casos se tornam vítimas de agressões, tentativas de homicídio, homicídios e chacinas (BRASIL, 2020). De acordo com o Ministério da Saúde, entre 2015 e 2017, foram registrados<sup>2</sup> ao todo 17.386 casos de violência nos quais a motivação principal foi a condição de situação de rua da vítima. Entre as capitais, Salvador aparece em segundo lugar, com 395 notificações, no período mencionado, atrás apenas de São Paulo, com 788 casos (POPULAÇÃO..., 2019).

A falta de moradia e as condições precárias de sobrevivência têm influência na saúde da PSR. As condições de saúde que mais demandaram atendimento nos consultórios de rua, segundo os resultados de Machado (2021) para 2019 e 2020, foram diabetes, hipertensão arterial, pré-natal, saúde reprodutiva, problema na relação com álcool, problema na relação com outras drogas, questões de saúde mental, tuberculose, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis e câncer de colo de útero. A tuberculose, por exemplo, é uma doença que possui forte relação com a pobreza, devido a essa população estar submetida a más condições de vida, como a moradia precária, a desnutrição e a dificuldade de acesso aos serviços e bens públicos (MACHADO, 2021), sendo que o risco da PSR adoecer por tuberculose é 67 vezes maior que a população em geral (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). Segundo o censo da PSR de Salvador, em 2009, tuberculose foi o terceiro problema de saúde mais relatado pela população, sendo que doença mental e problemas cardiovasculares ocuparam a primeira e a segunda posição, respectivamente (SALVADOR, 2010).

Quanto maior o tempo de permanência da pessoa nas ruas, maior é a adaptação à realidade que vivencia, pois são criadas estratégias de sobrevivência à instabilidade e à precariedade do ambiente. São situações de insegurança alimentar, dificuldade em obter água potável, trabalho informal, entre outros fatores, que geram impactos na saúde física e mental dos indivíduos (ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015). São relatadas situações de discriminação por não realizar a higiene pessoal (que na maioria das vezes é possível apenas em albergues), dificuldades em acessar restaurantes populares, intempéries devido às mudanças climáticas e o fato de as mulheres estarem mais suscetíveis à violência sexual (VALLE; FARAH; CARNEIRO JUNIOR, 2020). São apontadas também dificuldades para ter atendimento nos postos de saúde devido à discriminação e ao

2 Atendimento realizado pelo Sistema Único de Saúde e registrado no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) como "motivação da violência".

preconceito, assim como à falta de documentação que é exigida para o acesso à saúde (AGUIAR; IRIART, 2012).

Essa síntese do quadro de vulnerabilidade vivenciada pela PSR e a desigualdade social a qual essas pessoas estão submetidas revela a necessidade dos órgãos de Estado conhecerem e acompanharem a realidade, buscando garantir os direitos dessas pessoas e proporcionando meios para a superação da situação de rua.

## **PSR NO BRASIL: BREVE PERCURSO HISTÓRICO E DESTAQUES DAS AÇÕES PÚBLICAS**

O debate público nacional sobre a garantia de direitos e inclusão social da PSR pode ser considerado recente. Embora a assistência social tenha sido instituída como direito no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, até os anos 2000 as ações destinadas para população em situação de rua, em sua maioria, eram realizadas por entidades religiosas (MEDEIROS; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019).

As primeiras iniciativas governamentais em prol das pessoas em situação de rua foram realizadas por instâncias municipais. De acordo com Vieira, Bezerra e Rosa (1992), a primeira contagem da população em situação de rua no Brasil ocorreu em 1991, em São Paulo, e envolveu apenas a área central da cidade, sendo ampliada a cobertura de outras regiões em anos seguintes. Essa iniciativa foi resultado de uma aliança entre a prefeitura e ONGs do município. Segundo Sposati (2009), outras grandes cidades enviam esforços para contar a PSR local, como Belo Horizonte (realizado em 1998), Recife (finalizado em 2005) e Porto Alegre (em 2007). Do ponto de vista legal, a Lei Municipal 12.316 de 16 de abril de 1997, da cidade de São Paulo, é considerada a primeira iniciativa no país a reconhecer direitos e necessidades próprias para a PSR e seu decreto posterior criou a exigência de realização do censo municipal em cada mandato de governo (SPOSATI, 2009).

Na esfera federal, o primeiro e único levantamento nacional da PSR foi realizado em 2008 e resultou de demandas dos movimentos sociais que representam essa população (como, por exemplo, o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis e o Movimento Nacional de População de Rua), ONGs e do interesse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (VEIGA *et al.*, 2009). A pesquisa foi feita em 71 cidades, sendo 23 capitais (excluindo São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que haviam realizado levantamento semelhante em anos recentes) e mais 48 cidades com população superior a 300 mil habitantes. Foram contadas as pessoas com 18 anos ou mais e apenas as crianças e adolescentes cujo adulto entrevistado declarou ser responsável (VEIGA *et al.*, 2009).

**Na esfera federal, o primeiro e único levantamento nacional da PSR foi realizado em 2008 e resultou de demandas dos movimentos sociais que representam essa população**

**O termo PSR traz o caráter de transitoriedade da condição desses indivíduos e o conceito ressalta a diversidade de características que podem ser encontradas em relação aos indivíduos e às suas histórias de vida**

A investigação contou 31.922 pessoas nos 71 municípios. Quando somado esse resultado ao encontrados nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, totalizaram, aproximadamente, 50 mil pessoas em situação de rua, em 2008. Os principais resultados apontaram para predominância de pessoas do sexo masculino (82%), a maioria jovem, com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que se declaram negros (39,1% pardos e 27,9% pretos). A maior parte informou não ter concluído o primeiro grau (63,4%) e 70,9% exerciam alguma atividade remunerada, principalmente como catador de material reciclável e flanelinha. Os motivos mais apontados sobre a ida para as ruas foram o alcoolismo e/ou drogas (35,5%), seguido de desemprego (29,8%) e desavenças com familiares (29,1%). Além disso, 24,8% informaram não possuir nenhum documento de identificação (BRASIL, 2009c).

Após a pesquisa, o Decreto nº 7.053, de 23 dezembro de 2009 (BRASIL, 2009a), instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), com o intuito de garantir o acesso desta população específica aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas, com destaque para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>3</sup>. Neste decreto, a PSR é definida como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a, art. 1, § único).

Aqueles indivíduos historicamente estigmatizados e marginalizados, muitas vezes referenciados como “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados” e “bandidos” (SILVA, 2006), passaram a ser denominados como População em Situação de Rua e a ser reconhecidos como detentores de direitos. O termo PSR traz o caráter de transitoriedade da condição desses indivíduos e o conceito ressalta a diversidade de características que podem ser encontradas em relação aos indivíduos e às suas histórias de vida. O conjunto de informações obtidas serviu para uma primeira aproximação sobre o fenômeno, mas não pode ser resumido a um único perfil. O presente estudo usou o conceito definido no decreto, que constitui

3 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Ele articula os esforços e os recursos dos níveis de governo municipal, estadual e da União para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; e a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros (BRASIL, 2009b).

a mesma concepção utilizada na definição do público do CadÚnico. Os termos “pessoas em situação de rua” ou “em condição de rua” poderão ser utilizados no decorrer do texto como equivalentes a população em situação de rua.

Na Bahia, de acordo com Carvalho, Santana e Vezedek (2017), as primeiras contagens da PSR foram realizadas em Salvador, pela ONG Projeto Axé – Centro de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, em 1990 e 1993, e buscaram contabilizar as crianças e os adolescentes em situação de rua na cidade através de método de contagem próprio, obtendo o número de pessoas e compreendendo a dinâmica de ocupação da cidade. Machado (2021) destaca o trabalho desenvolvido em Salvador, em 1999, pelo professor Antônio Nery Filho, do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (CETAD/UFBA), como pioneiro no campo da atenção à saúde e que tinha como objetivo conhecer as pessoas (em especial as crianças e os adolescentes) com problemas na relação com álcool e outras drogas ou em condições de grande vulnerabilidade que viviam nas ruas e não chegavam aos serviços de saúde.

O primeiro censo da PSR de Salvador, envolvendo a administração pública, foi realizado em 2009 e resultou da parceria entre a Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão (SETAD), Ministério Público do Estado da Bahia e a Fundação José Silveira. A pesquisa teve como referência a pesquisa nacional sobre PSR, contudo incluiu a população de 0 a 17 anos com o intuito de recensear as crianças e adolescentes em situação de rua. Foram identificados 2.076 indivíduos, sendo que o censo obteve a resposta de 2.010 pessoas. O censo nacional, finalizado no ano anterior, havia contado 3.289 PSR com idade de 18 anos ou mais. Os principais resultados do censo da capital baiana revelaram que: a maioria da população eram homens (79,8%), pessoas autodeclaradas negras (85%, soma de pretos e pardos), com idade entre 18 e 49 anos (78%), cursaram o ensino fundamental incompleto (64,1%) e trabalhavam com material reciclado (46,6%). A distribuição espacial da população pela cidade (maior concentração na cidade baixa e centro histórico) e questões sobre a saúde e situação alimentar também puderam ser evidenciadas através desse estudo (SALVADOR, 2010).

O trabalho mais recente desenvolvido em Salvador para estimar a PSR foi realizado em 2017, pelo Projeto Axé em parceria com a Universidade Federal da Bahia, Movimento Nacional de População de Rua e União dos Baleiros e buscou contar e mapear a PSR na cidade. Através de metodologia própria de observação, o estudo chegou ao intervalo de no mínimo 14.513 e máximo de 17.357 pessoas, entre crianças e adultos, que ocupavam as ruas de diferentes formas (trabalhando, dormindo, brincando, perambulando, etc.) nos dias e turnos pesquisados. Os principais resultados foram: maior percentual de pessoas do gênero masculino (77,8%), negros (88,9%,

**A distribuição espacial da população pela cidade [...] e questões sobre a saúde e situação alimentar também puderam ser evidenciadas através desse estudo [censo da PSR de Salvador, 2009]**

**Por tratar-se de um banco de registro administrativo, o CadÚnico apresenta algumas limitações, tais como ausência de declarações ou declarações preenchidas incorretamente**

soma de pretos e pardos), idade entre 26 a 59 anos (59,4%) e trabalham como baleiro (34,7%) (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017). Esses resultados ilustram os achados sobre a PSR da cidade e chamam atenção para as principais características encontradas.

## **METODOLOGIA**

### **Base e tratamento dos dados**

O Cadastro Único para Informações do Governo Federal (CadÚnico) (BRASIL, 2007) foi criado com o intuito de constituir um conjunto de informações que caracterizam socioeconomicamente as famílias brasileiras de baixa renda, sendo a principal fonte para seleção dos beneficiários dos programas sociais do governo federal<sup>4</sup>. Embora o CadÚnico tenha sido instituído por meio de decreto em 2001 e o Programa Bolsa Família, principal programa social acessado pelo cadastro, tenha sido criado em 2003, foi a partir de Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS Nº 07, de 22 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010) que o governo passou a orientar como os municípios deveriam proceder para incluir as pessoas em situação de rua no cadastro, permitindo que elas passassem a ter acesso aos programas do governo.

Para a realização do presente estudo, foram analisados os dados extraídos no dia 25 de maio de 2021 da base do Cead, do Ministério da Cidadania. Para garantir a qualidade das informações, dois filtros foram aplicados nos dados do CadÚnico, visando a utilizar apenas os registros considerados válidos. O primeiro foi a exclusão dos registros nos quais os indivíduos não declararam a posição na família, necessário para identificação das famílias em que o chefe estava em situação de rua. O segundo filtro buscou considerar válidos os cadastros cujas alterações mais recentes foram incluídas a partir de março de 2018. Embora o CadÚnico defina a necessidade de atualização das informações no prazo máximo de 2 anos, em 20 de março de 2020, por meio da Portaria 335/20-03-2020, o governo federal suspendeu a necessidade de atualização dos cadastros, como medida de garantir o distanciamento social e evitar que as famílias tivessem seus benefícios cancelados por falta de atualização (BRASIL, 2020). O processamento dos dados foi realizado utilizando o software R.

Por tratar-se de um banco de registro administrativo, o CadÚnico apresenta algumas limitações, tais como ausência de declarações ou declarações preenchidas incorretamente. Foram consideradas pessoas em situação de rua aquelas que possuíam marcação dessa característica especial em

4 O cadastramento é condição necessária para ter acesso a programas como Auxílio Brasil, Programa Casa Verde Amarela, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros.

seu cadastro. As informações específicas sobre a condição de vida desses indivíduos são levantadas através do formulário suplementar, que é preenchido para cada componente da família (BRASIL, 2017a). O CadÚnico utiliza a mesma definição que a PNPSR.

O formulário suplementar contém 13 perguntas, sendo três de identificação e as demais sobre a situação da pessoa. Foram consideradas as informações contidas nos formulários de identificação das pessoas, das famílias e as informações do formulário suplementar. O cadastramento é feito através das informações fornecidas pelo responsável pela família, que pode ser um arranjo do tipo unipessoal ou conter mais membros. O responsável pela família deve ser uma pessoa com 16 anos ou mais. O cadastro prioriza as mulheres para a titularidade para o recebimento de benefícios. As crianças cadastradas estão vinculadas a um responsável familiar.

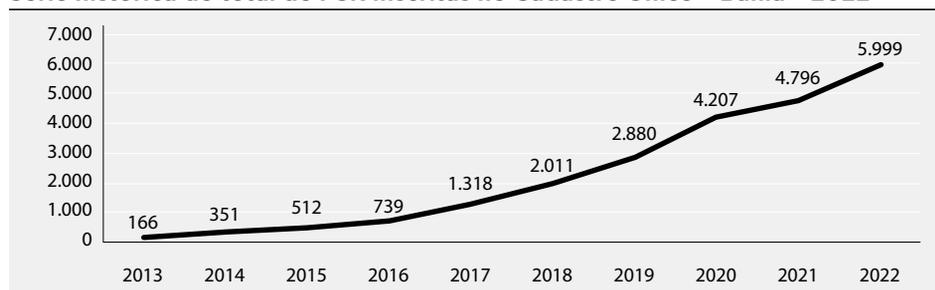
**A crise econômica, agravada pela pandemia da covid-19, pode ter contribuído para o aumento do número de pessoas em situação de rua entre 2020 e 2022**

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados do CadÚnico, o número de pessoas em situação de rua cadastradas nos últimos 5 anos mais que dobrou, passando de 2.011, em janeiro de 2018, para 5.999, em janeiro de 2022 (Gráfico 1). O crescente número de inscritos chama a atenção para a possibilidade do contingente de pessoas em situação de rua no estado ser ainda maior, visto que esse total não contempla aquelas pessoas que não foram alcançadas pelo poder público no cadastramento. A crise econômica, agravada pela pandemia da covid-19, pode ter contribuído para o aumento do número de pessoas em situação de rua entre 2020 e 2022. Segundo a Defensoria Pública da Bahia, muitas pessoas em situação de rua não tiveram acesso aos programas de transferência de renda criados durante a pandemia devido à falta de documentos (SENA, 2021). Cabe destacar também o caráter transitório do fenômeno, visto que algumas pessoas acabam sendo impelidas a passarem a estar em situação de rua por algum acontecimento específico, capaz de ser revertido com o tempo, o que pode influenciar na alteração do quantitativo de pessoas ao longo do tempo.

### Gráfico 1

#### Série histórica do total de PSR inscritas no Cadastro Único - Bahia - 2022



Fonte: Brasil (2022)

Nota: Dados referentes ao mês de janeiro de cada ano.

## Características Demográficas

Na Bahia, em 2021, havia 5.169 pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico<sup>5</sup> (Tabela 1). A maioria eram homens (79,2%) e pessoas autodeclaradas negras (92,8%). Foi possível identificar pessoas de todas as faixas etárias, embora com predominância da população adulta de 30 a 49 anos (51,6%), faixa etária economicamente ativa. As crianças (0 a 11 anos) eram 8,2% das pessoas cadastradas, o que mostra a exposição desse grupo aos riscos da vida na rua e provoca a reflexão sobre os impactos dessa vivência no desenvolvimento futuro. Os idosos<sup>6</sup> (65 anos ou mais) representavam 1,8% do total.

**Tabela 1**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua segundo o sexo, raça/cor e grupo etário - Bahia - 2021**

Grupamentos	Pessoas	%
Total	5.169	100,0
<b>Sexo</b>		
Homem	4.096	79,2
Mulher	1.073	20,8
<b>Cor/raça</b>		
Negro	4.795	92,8
Branco	363	7,0
Indígena	11	0,2
<b>Grupos etários</b>		
<5 anos	247	4,8
05-06	62	1,2
07-11	116	2,2
12-14	43	0,8
15-17	63	1,2
18-24	539	10,4
25-29	554	10,7
30-39	1.571	30,4
40-49	1.094	21,2
50-64	788	15,2
65+	92	1,8

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021 após o tratamento da base de dados.

A cor negra inclui pretos e pardos, a cor branca inclui brancos e amarelos.

Quando analisada a condição de deficiência das pessoas em situação de rua (Tabela 2), os dados revelam que 12,9% das pessoas declararam

5 Na data da extração dos dados e após os tratamentos realizados conforme metodologia.

6 Embora o Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741 de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), considere como idosos as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, neste trabalho ficou estabelecida a idade de 65 anos ou mais, pois é a partir dessa faixa etária que as pessoas deixam de ser consideradas no cálculo da população em idade ativa, para efeitos de participação no mercado de trabalho e passam a ter possibilidade de acessar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Governo Federal no valor de 1 salário mínimo.

possuir algum tipo de limitação. Mais da metade dessas pessoas informaram que o tipo de deficiência é física, o que pode implicar alguma limitação para locomover-se, alimentar-se ou vestir-se (BRASIL, 2017a).

**Tabela 2**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua por condição de deficiência - Bahia - 2021**

Pessoa com deficiência	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100</b>
Não	4.500	87,1
Sim	669	12,9

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

A maior parte das pessoas em situação de rua na Bahia (82,7%) tem o próprio estado como local de nascimento (Tabela 3). Entre aqueles que nasceram em outros locais, a maior parte tem como origem a região Sudeste (7,8%), com destaque para São Paulo (cerca de 50% dos que nasceram no Sudeste nasceram nesse estado). A migração de retorno pode ser um fator que justifique esse quantitativo, sendo muito provável que parte dessas pessoas que nasceram em São Paulo sejam parentes de emigrantes do passado, visto que, durante muitos anos, os residentes na Bahia se deslocaram para São Paulo em busca de trabalho (SALVADOR, 2010). A região Nordeste (6,2%) aparece em segundo lugar, sendo que o principal local de nascimento foi Pernambuco, responsável por mais de 40% dos nascidos na região. Foram identificados estrangeiros cadastrados (0,5%) e o principal país de origem é a Venezuela.

**Tabela 3**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua, segundo o local de nascimento por Grandes Regiões - Bahia - 2021**

Grandes regiões	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100,0</b>
Nordeste (Exceto Bahia)	319	6,2
Norte	30	0,6
Centro - Oeste	53	1,0
Sudeste	404	7,8
Sul	54	1,0
Ignorada	8	0,2
<b>Bahia</b>	<b>4.274</b>	<b>82,7</b>
<b>Outro país</b>	<b>27</b>	<b>0,5</b>

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Quando comparado o município de nascimento com o município em que a pessoa foi cadastrada (Tabela 4), percebe-se que a maioria (50,6%) estava em situação de rua no mesmo município em que nasceu. Embora a diferença não seja tão expressiva, isso aponta para o fato de que a migração não teve um impacto tão decisivo na condição de estar nas ruas.

**Tabela 4**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua, por categoria do local de nascimento em relação ao local de cadastro - Bahia - 2021**

Local de nascimento	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100,0</b>
Mesmo município que fez o cadastro	2.615	50,6
Município diferente de onde fez o cadastro	2.519	48,7
Em outro país	27	0,5
Ignorado	8	0,2

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

## Educação

A escolaridade possui um papel importante na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A Tabela 5 mostra a condição de leitura e escrita das pessoas com 7 anos ou mais. Embora a maioria tenha declarado saber ler e escrever (84,9%), destaca-se que 15,1% das pessoas em situação de rua, cadastradas no CadÚnico, informaram não ter aprendido a ler e escrever ou que só sabiam escrever o próprio nome (BRASIL, 2017a).

**Tabela 5**  
**Distribuição das pessoas(1) em situação de rua segundo a condição de leitura e escrita - Bahia - 2021**

Sabe ler e escrever	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>4.860</b>	<b>100,0</b>
Não	735	15,1
Sim	4.125	84,9

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

(1) Pessoas com idade a partir de 7 anos.

Sobre o grau de instrução (Tabela 6), a baixa escolaridade é predominante na PSR. Somando-se aqueles que não possuem instrução com os que não completaram o ensino fundamental, têm-se 66,4% das pessoas com condições precárias de formação escolar. Chama a atenção a presença de pessoas que informaram ter ensino médio completo (13,8%) e nível superior incompleto ou mais (0,9%), o que reforça a característica heterogênea do fenômeno.

**Tabela 6**  
**Distribuição das pessoas(1) adultas em situação de rua segundo o grau de instrução – Bahia – 2021**

Grau de instrução	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>4.638</b>	<b>100,0</b>
Sem instrução	747	16,1
Fundamental incompleto	2.333	50,3
Fundamental completo	497	10,7
Médio incompleto	375	8,1
Médio completo	641	13,8
Superior incompleto	43	0,9
Ignorado	2	(2)

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

(1) Pessoas com idade a partir de 18 anos.

(2) Valor pouco expressivo.

## Social

A frequência escolar revela, em parte, a relação das pessoas em situação de rua com a comunidade (Tabela 7). Apenas 5,9% das pessoas com 4 anos<sup>7</sup> ou mais frequentavam a escola. Entre essas, a maioria estava concentrada nas faixas de 4 a 11 anos e de 12 a 17 anos, nas quais mais de 70% estavam frequentando a escola. Acredita-se que esse fato se deve às condicionalidades de programas sociais como o Bolsa Família, que vincula a continuidade do recebimento à frequência escolar. A permanência dessas crianças na escola pode representar o contato com outra realidade que não apenas a vivenciada nas ruas e a possibilidade futura de não reproduzir a condição de vida dos pais. Entre os que não frequentavam, a maioria já frequentou em algum momento, informação que, associada à baixa escolaridade da PSR, revela a tendência ao abandono precoce da escola.

**Tabela 7**  
**Distribuição das pessoas(1) em situação de rua segundo a condição de frequência escolar – Bahia – 2021**

Frequenta a escola	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>4.962</b>	<b>100</b>
Sim	295	5,9
Não	4.667	94,1
Já frequentou	4.181	89,6
Nunca frequentou	486	10,4

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

(1) Pessoas com idade a partir de 4 anos.

7 Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com base no art. 6º, é dever dos pais ou dos responsáveis realizar a matrícula das crianças na educação básica a partir dessa idade (BRASIL, 1996).

Outro elemento que ilustra a relação entre a PSR e a comunidade local é a participação em atividades comunitárias (Tabela 8). Entre os cadastrados, 76% não sabiam ou não responderam se participaram de atividades comunitárias; outros 17,1% afirmaram atuar em escola, cooperativa ou movimento social.

**Tabela 8**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua segundo a participação de atividades comunitárias - Bahia - 2021**

Participa de atividades comunitárias	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100,0</b>
Sim (em escola, cooperativa ou movimento social)	882	17,1
Não	359	6,9
Não sabe ou não respondeu	3.928	76,0
Nunca frequentou	486	10,4

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Em relação à assistência ou acolhimento social, a Tabela 9 mostra os dados referentes ao acesso dessas pessoas em situação de rua a algum estabelecimento que proporcione atendimento especializado ou algum tipo de suporte. A maior parte (90,8%) teve contato com pelo menos um desses locais, 22,7% com mais de um e 9,2% declararam não ter tido nenhum contato. O principal local de atendimento citado pela PSR cadastrada no CadÚnico foi Centro de referência para a população em situação de rua (Centro POP)<sup>8</sup> (38,7%) o que sinaliza a importância desse tipo de estabelecimento para essa população.

**Tabela 9**  
**Pessoas em situação de rua segundo o tipo de estabelecimento de assistência ou acolhimento social em que foram atendidas nos últimos 6 meses - Bahia - 2021**

Tipos de organização/estabelecimento	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100,0</b>
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	237	4,6
Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS	284	5,5
Centro de referência para população em situação de rua	2.002	38,7
Instituição de acolhimento governamental (albergue/abrigo/outro)	826	16,0
Instituição de acolhimento não governamental	103	2,0
Hospital/clínica geral	69	1,3
Mais de uma organização	1.172	22,7
Nenhuma	476	9,2

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

8 O Centro POP é um centro especializado para o atendimento a PSR, onde é possível fazer refeições, ter um espaço para higiene pessoal e lavar suas roupas, ter apoio para conseguir documentos pessoais; guardar seus pertences, ter informações sobre trabalho e tirar suas dúvidas sobre como ter acesso aos seus direitos. Destaca-se que, para ter atendimento, não é necessário ter documento e o endereço da unidade pode ser utilizado como referência para documentos ou inclusão no CadÚnico (BRASIL, 2009b).

## Trabalho e Renda

As informações sobre pessoas em situação de rua e a relação delas com o trabalho e a obtenção de renda encontram-se sintetizadas na Tabela 10. A maior parte dos cadastrados informou não ter trabalhado na semana anterior à entrevista (66,0%). Entre aqueles que exerceram alguma atividade remunerada ou não, 32,6% disseram trabalhar por conta própria, realizando bicos ou como autônomo. Atividades como trabalhador temporário em área rural (0,7%), empregado sem Carteira de Trabalho assinada (0,3%) e empregado com Carteira de Trabalho assinada (0,2%) foram outras ocupações mencionadas entre os cadastrados.

Em relação ao tipo de atividade exercida, 13,2% da PSR cadastrada no CadÚnico informou trabalhar como catador, 9,8% com vendas, 5,7% ganhava dinheiro como pedinte e 5,6% declarou ser guardador de carro/flanelinha. Ressalta-se que esses percentuais destacados são referentes à população com 16 anos ou mais. No Brasil, o trabalho realizado por menor de 16 anos, salvo as situações previstas em lei<sup>9</sup>, configura trabalho infantil. Entre as pessoas com menos de 16 anos, 27,9% informaram realizar alguma atividade para obter renda. As atividades declaradas foram: flanelinha, catador, serviços gerais, pedinte, vendas e outros trabalhos.

**Tabela 10**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua por função principal(1) e tipo de atividade remunerada - Bahia - 2021**

Função principal	Pessoas	%	Atividades exercidas	Pessoas	%
Total de pessoas com idade a partir de 14 anos	4.715	100,0	Total de pessoas com idade a partir de 16 anos	4.688	100,0
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	1.539	32,6	Construção civil	151	3,2
Trabalhador temporário em área rural	31	0,7	Guardador de carro/flanelinha	262	5,6
Empregado sem carteira de trabalho assinada	13	0,3	Carregador/estivador	83	1,8
Empregado com carteira de trabalho assinada	10	0,2	Catador	620	13,2
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	2	(3)	Serviços gerais	191	4,1
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0	0,0	Pedinte	266	5,7
Trabalhador não remunerado	4	0,1	Vendas	459	9,8
Militar ou servidor público	1	(3)	Outra forma	969	20,7
Empregador	0	0,0	Mais de uma atividade	428	9,1
Estagiário	0	0,0	Não respondeu	1.259	26,9
Aprendiz	3	0,1	Total de pessoas com idade inferior a 16 anos	481	100,0
Sem ocupação	3.110	66,0	Flanelinha, catador, serviços gerais, pedinte, vendas e outros trabalhos(2)	134	27,9
Sem informação	2	(3)	Não respondeu	347	72,1

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

(1) Função das pessoas que trabalharam com ou sem remuneração.

(2) Resultados sugerem ocorrência de trabalho infantil.

(3) Resultados pouco expressivos.

9 De acordo com o Decreto-Lei nº 5.452, é vedado ao menor de 16 anos qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos (BRASIL, 1943).

Um dado sobre a relação da PSR com o trabalho (Tabela 11) que chama atenção é que 53,3% das pessoas com 18 anos ou mais inscritas no CadÚnico informaram já terem trabalhado com carteira assinada. Esse fato mostra a progressão da condição de vulnerabilidade, uma vez que, em algum momento, foi possível uma relação de trabalho formal, com recebimento de pelo menos um salário mínimo e garantias.

**Tabela 11**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua por condição de trabalho com carteira assinada no passado - Bahia - 2021**

Já teve emprego com carteira assinada	Pessoas	%
<b>Total de pessoas com idade a partir de 18 anos</b>	<b>4.638</b>	<b>100</b>
Sim	2.473	53,3
Não	1.926	41,5
Não sabe	239	5,2

Fonte: Brasil (2017b).  
Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.  
Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

O CadÚnico é a porta de entrada para diversos programas sociais. O Bolsa Família, vigente na data de extração dos dados, representava o principal programa de transferência de renda do governo federal. A Tabela 12 revela que 85,4% das pessoas em situação de rua cadastradas eram beneficiárias do Bolsa Família. As demais (14,6%), mesmo estando em nível de precariedade não eram beneficiárias do programa. O cadastro não disponibiliza informações sobre o motivo das demais famílias não serem beneficiárias.

**Tabela 12**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua por participação no Programa Bolsa Família (PBF)(1) - Bahia - 2021**

Beneficiário	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100,0</b>
Sim	4.412	85,4
Não	757	14,6

Fonte: Brasil (2017b).  
Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.  
Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.  
(1) Pessoas cadastradas como beneficiárias ou não do programa até a data de coleta dos dados.

## Vida nas Ruas

A população em situação de rua constitui um grupo heterogêneo, como mencionado anteriormente. Sendo assim, as motivações para estarem nessa condição, bem como a forma como estabelecem estratégias de sobrevivência no meio em que vivem também são diversas. Compreender as especificidades desse grupo populacional permite a elaboração de ações destinadas às necessidades e à possibilidade de superar essa situação.

A Tabela 13 apresenta o tempo que as pessoas cadastradas no CadÚnico estavam em situação de rua. A maior parte dessa PSR vivia há no máximo 2 anos (59,1%), sendo expressivo o quantitativo de pessoas que estava nessa condição há até seis meses (32,2%). O percentual de pessoas em situação de rua há mais de 10 anos foi de 14,6%. De acordo com Alcântara, Abreu e Farias (2015), quanto mais tempo a pessoa permanece vivendo nas ruas, maior é a adaptação dela à difícil realidade que vivencia, uma vez que são criadas estratégias de sobrevivência. Além disso, Machado (2021) destaca que, quanto maior o tempo que a pessoa vive em situação de rua, mais complexo se torna o conjunto de medidas para a reinserção dela na rede de assistência do setor público, o que exige ações céleres para resgatar esses indivíduos. Isso quer dizer que o tempo em que a pessoa está em situação de rua influencia na estratégia de atendimento a ser direcionada, o que requer medidas diferentes.

**Tabela 13**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua segundo o tempo que mora na rua - Bahia - 2021**

Grupamentos	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100,0</b>
Tempo que vive na rua		
Até seis meses	1.666	32,2
Entre seis meses e um ano	799	15,5
Entre um e dois anos	589	11,4
Entre dois e cinco anos	826	16,0
Entre cinco e dez anos	535	10,4
Mais de dez anos	754	14,6

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Quando observada a relação entre o tempo em que a pessoa estava em situação de rua e o grupo etário (Tabela 14), percebe-se que há uma tendência aos mais novos estarem em situação de rua há menos tempo que os mais velhos. Entre as pessoas menores de 12 anos, 58,6% estavam em situação de rua. Esses números revelam um dado preocupante, pois parte dessas crianças pode ter nascido durante o período em que seus pais estavam nas ruas como, por exemplo, o grupo que estava há mais de 10 anos em condição de rua (2,8%). Em relação ao grupo etário de 12 a 17 anos, 13,2% informaram estar há mais de 10 anos em situação de rua, o que mostra que eram pessoas que estavam próximas a se tornar adultos que não tiveram outras experiências de vida e referências que não sejam aquelas relacionadas ao cotidiano nas ruas (SALVADOR, 2010).

**Tabela 14**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua segundo o tempo que moram na rua, por grupo etário - Bahia - 2021**

Tempo que mora na rua	Total	Grupo etário											
		<12		12-17		18-29		30-49		50-64		65+	
		Pes-soas	%	Pes-soas	%	Pes-soas	%	Pes-soas	%	Pes-soas	%	Pes-soas	%
Total	5.169	425	100,0	106	100,0	1.093	100,0	2.665	100,0	788	100,0	92	100,0
Até seis meses	1.666	249	58,6	48	45,3	409	37,4	710	26,6	228	28,9	22	23,9
Entre seis meses e um ano	799	76	17,9	15	14,2	201	18,4	384	14,4	111	14,1	12	13,00
Entre um e dois anos	589	32	7,5	14	13,2	133	12,2	320	12,00	80	10,2	10	10,9
Entre dois e cinco anos	826	36	8,5	8	7,5	168	15,4	471	17,7	130	16,5	13	14,1
Entre cinco e dez anos	535	20	4,7	7	6,6	92	8,4	297	11,1	102	12,9	17	18,5
Mais de dez anos	754	12	2,8	14	13,2	90	8,2	483	18,1	137	17,4	18	19,6

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Sobre o local em que a PSR costumava pernoitar (Tabela 15), nem sempre essas pessoas passavam a noite no mesmo ambiente. Diante disso, foram listadas as localidades utilizadas para alternarem as dormidas e a rua aparece no topo com 44,3% das indicações. São diversos os locais considerados como rua pelo CadÚnico. São alguns exemplos: locais situados sob pontes, marquises e viadutos, a frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, rodoviárias, a margem de rodovias, casas e prédios abandonados e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência (BRASIL, 2017a).

O segundo local mais mencionado como local de dormida eram os albergues, que reuniram 42,8% das respostas. De acordo com o Manual do entrevistador do CadÚnico (BRASIL, 2017a), os albergues são abrigos ou casas de passagem disponibilizados pelo serviço de Proteção Social Especial para pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar, desabrigadas por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Esse tipo de estabelecimento foi mencionado mais vezes como local de dormida nos sete dias da semana, seguido da rua. Apenas em 4,0% das respostas, o domicílio particular permanente aparece como alternativa de repouso. São locais que pertencem a outras pessoas, geralmente casas de parentes ou amigos, que não caracterizam local de residência da pessoa em situação de rua (BRASIL, 2017a).

Quando o local em que a pessoa em situação de rua costuma dormir é analisado com base na cor/raça, gênero e faixa etária (Tabela 15), observa-se que, dentre as mulheres, considerando as frágeis opções de locais para dormir pelo menos uma vez na semana, a resposta mais frequente foi albergue. Dentre os homens, o local que mais se destacou foi a rua. Em relação a cor/raça, para o grupo de pessoas autodeclaradas negras

e indígenas, 'dorme na rua' foi a indicação predominante. Já entre as que se declararam brancas, prevaleceu albergue como opção de lugar para pernoitar. Considerando a faixa etária, as pessoas mais jovens (crianças, adolescentes e adultos até 29 anos) indicaram utilizar os albergues como alternativa um número maior de vezes, em comparação aos mais velhos (pessoas com 30 anos ou mais).

**Tabela 15**  
**Distribuição % das respostas das PSR quanto aos locais onde dormem, por cor/raça, sexo e grupo etário - Bahia - 2021**

Local de dormida	Total	Sexo		Cor/raça			Grupo etário em anos			
		Mulher	Homem	Negra	Branca	Indígena	Menos de 12	12-17	18-29	30 ou mais
Domicílio particular permanente	4,0	6,7	3,4	4,0	4,6	(1)	10,6	19,5	3,2	3,0
Albergue	42,8	44,6	42,3	42,6	44,4	41,7	49,3	43,1	44,9	41,3
Rua	44,3	38,6	45,8	44,4	43,1	50,0	28,1	26,0	44,6	46,8
Outra forma	8,9	10,1	8,6	9,0	7,9	8,3	11,9	11,4	7,2	8,9

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

A cor negra inclui pretos e pardos, a cor branca inclui brancos e amarelos.

A indicação dos locais de dormida admite resposta múltipla.

(1) Resultado pouco expressivo.

Nem todas as pessoas em situação de rua romperam seus vínculos familiares com parentes que não estão nas ruas. A Tabela 16 mostra a frequência em que as pessoas em situação de rua afirmaram ter contato com parentes fora da condição de rua. Neste contexto, 56,6% da PSR tem algum tipo de contato com familiares. Os outros 43,4% informaram nunca ter contato, o que representa o percentual de pessoas que romperam a relação familiar por completo. Adiciona-se às informações encontradas o fato de que as mulheres apresentaram maior frequência de contato com a família, em comparação com os homens, e, que quanto maior o tempo nas ruas, maior o número de pessoas que alegaram nunca ter contato com parente fora da rua.

**Tabela 16**  
**Distribuição das pessoas em situação de rua segundo a frequência com que tem contato com parente fora da condição de rua - Bahia - 2021**

Frequência	Pessoas	%
<b>Total</b>	<b>5.169</b>	<b>100</b>
Todo dia	333	6,4
Toda semana	600	11,6
Todo mês	722	14,0
Todo ano	176	3,4
Quase nunca	1.096	21,2
Nunca	2.242	43,4

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Diversas são as razões que motivaram os inscritos no CadÚnico a estarem em situação de rua. A pergunta no questionário de cadastramento permite escolher mais de uma opção. De acordo com a Tabela 17, os motivos mais mencionados foram problemas familiares (30,9%), desemprego (17,6%), perda de moradia (14,5%) e alcoolismo (12,2%). Em 2,3% das respostas, a preferência em estar nas ruas foi apontada como motivação. Ressalta-se que os motivos declarados para a ida para as ruas não devem ser analisados isoladamente. Deve ser considerada a complexidade da dinâmica social e urbana desses indivíduos. Problemas familiares podem estar relacionados ao alcoolismo. A perda de emprego, assim como a perda de moradia, pode ser causa do desemprego ou de ameaça. Quando esses indivíduos apontam que estão em situação de rua por preferência, deve ser avaliado qual o grau de escolha desses indivíduos, visto que se encontram, muitas vezes, sem a possibilidade econômica de buscar alternativas e o tipo de assistência disponibilizado pelos estabelecimentos de saúde nem sempre está disponível ou é de fácil acesso (FARIAS; DINIZ, 2019).

**Tabela 17**  
**Ranking dos motivos que levaram as pessoas entrevistadas a viverem na rua - Bahia - 2021**

Motivação para viver na rua	%
<b>Total</b>	<b>100,0</b>
Problemas familiares	30,9
Desemprego	17,6
Perda de moradia	14,5
Alcoolismo	12,2
Não sabe/não lembra/não respondeu	6,2
Outro motivo	6,1
Ameaça	5,4
Trabalho	3,5
Preferência	2,3
Tratamento de saúde	1,5

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Foram identificadas 475 famílias cujo responsável familiar declarou que todos os membros estão em situação de rua. A Tabela 18 apresenta as principais características desses chefes de família. Embora a maioria das pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico sejam homens, 54,7% daquelas que informaram viver com a família em situação de rua são mulheres. É possível que este resultado decorra do fato de o CadÚnico dar preferência ao cadastramento das mulheres como responsável pela família para recebimento de benefícios sociais. A maioria dos responsáveis pela família se autodeclararam negros (96,2%). A faixa etária mais representativa varia entre 30 e 39 anos (35,4%). Foram observados chefes de família jovens, entre 18 e 24 anos, que estavam vivendo com a família nas ruas (18,7%).

**Tabela 18**  
**Distribuição das pessoas intituladas como responsável familiar, que declararam viver com a família na rua, segundo o sexo, cor/raça e grupo etário do(a) responsável familiar - Bahia - 2021**

Grupamentos	Pessoas	%
<b>Total de pessoas responsáveis pela família(1)</b>	<b>475</b>	<b>100,0</b>
<b>Sexo do (a) responsável familiar</b>		
Mulher	260	54,7
Homem	215	45,3
<b>Cor/raça</b>		
Negro	457	96,2
Branco	18	3,8
<b>Grupos etários</b>		
<18	4	0,8
18-24	89	18,7
25-29	83	17,5
30-39	168	35,4
40-49	82	17,3
50-64	44	9,3
65+	5	1,1

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Notas: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

A cor negra inclui pretos e pardos. A cor branca inclui brancos e amarelos.

(1) Responsáveis familiares que declararam viver na rua com a família.

Com o objetivo de identificar alguma contribuição conjuntural no fenômeno da PSR cadastrada no CadÚnico, a Tabela 19 relaciona o tempo em que a pessoa declarou estar na rua e a data em que fez o cadastramento. Do total de pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico, duas faixas se destacaram: 45,0% da PSR tinha até 6 meses de cadastro e 26,7% tinha entre 2 e 5 anos. Como os dados contêm informações disponíveis até maio de 2021, acredita-se que as pessoas que informaram ter até 6 meses que passaram a viver em condição de rua (1.666 pessoas, 32,2%) tenham sofrido impactos relacionados à crise intensificada pela pandemia da covid-19. É possível também que aquelas pessoas que estavam há mais de 10 anos nas ruas, mas que se cadastraram há até 6 meses, tenham sido alcançadas pelas ações das prefeituras para acolhimento e enfrentamento da crise sanitária. Observa-se uma parcela da PSR que está cadastrada no CadÚnico há mais tempo do que declarou estar em situação de rua. Nesse caso, 1.631 pessoas (31,6%) tiveram sua condição de vida deteriorada mesmo depois de terem realizado cadastro no CadÚnico.

**Tabela 19**  
**Distribuição das pessoas segundo o tempo que estão em situação de rua e o tempo que fazem parte do CadÚnico - Bahia - 2021**

Tempo de CadÚnico		Total	Tempo que estão em situação de rua					
			Até seis meses	Entre seis meses e um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Entre cinco e dez anos	Mais de dez anos
<b>Total</b>		<b>5.169</b>	<b>1.666</b>	<b>799</b>	<b>589</b>	<b>826</b>	<b>535</b>	<b>754</b>
Até seis meses	Pessoas	2.328	751	369	274	365	224	345
	%	45,0	45,1	46,2	46,5	44,2	41,9	45,8
Entre seis meses e um ano	Pessoas	255	91	50	37	30	23	24
	%	4,9	5,5	6,3	6,3	3,6	4,3	3,2
Entre um e dois anos	Pessoas	562	187	87	66	86	60	76
	%	10,9	11,2	10,9	11,2	10,4	11,2	10,1
Entre dois e cinco anos	Pessoas	1.380	425	203	161	239	150	202
	%	26,7	25,5	25,4	27,3	28,9	28,0	26,8
Entre cinco e dez anos	Pessoas	439	134	59	41	76	60	69
	%	8,5	8,0	7,4	7,0	9,2	11,2	9,2
Mais de dez anos	Pessoas	205	78	31	10	30	18	38
	%	4,00	4,7	3,9	1,7	3,6	3,4	5,0

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

## Distribuição Geográfica

Os 10 municípios com o maior número de pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico (Tabela 20) são responsáveis por 78,7% do total do estado. A capital baiana concentra mais da metade dos cadastrados (55,1%) e representa o único município da região metropolitana a figurar entre os dez maiores. Feira de Santana, o segundo município com o maior número de pessoas em situação de rua, é responsável por apenas 4,8% do total. Cabe mencionar que esses municípios são os mais populosos da Bahia.

**Tabela 20**  
**Ranking dos 10 municípios com o maior número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico - Bahia - 2021**

Municípios	Pessoas	%
<b>Total da Bahia</b>	<b>5.169</b>	<b>100</b>
Salvador	2.850	55,1
Feira de Santana	248	4,8
Vitoria da Conquista	217	4,2
Juazeiro	164	3,2
Itabuna	144	2,8
Ilhéus	112	2,2
Porto Seguro	99	1,9
Teixeira de Freitas	81	1,6
Alagoinhas	76	1,5
Barreiras	76	1,5

Fonte: Brasil (2017b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população em situação de rua (PSR) constitui um grupo populacional vulnerável, heterogêneo, que vive nas ruas e, muitas vezes, são visíveis apenas às ações de controle do Estado e invisíveis para as políticas públicas. O artigo buscou caracterizar as PSR cadastradas no CadÚnico no estado da Bahia, mas ressalta-se que essas são aquelas pessoas que, de alguma forma, foram alcançadas pelo poder público, sendo possível existir um quantitativo ainda desconhecido para o Estado. O objetivo foi, além de caracterizar essa população, destacar a carência de dados sobre ela e ressaltar a importância da inclusão das pessoas em situação de rua nas contagens oficiais.

Foi possível conhecer, através dos dados, que a maior parte dos cadastrados eram homens (79,2%), pessoas autodeclaradas negras (92,8%), com idade entre 30 e 49 anos (51,6%), sem instrução (16,1%) ou com o ensino fundamental incompleto (50,3%) e que estavam em condição de rua há até 2 anos (59,1%), sendo que 32,2% estava há até 6 meses. Uma parcela também importante é composta por crianças de 0 a 11 anos (8,2%), além de famílias inteiras vivendo em alto nível de privação. As motivações eram diversas, sendo mais frequentes problemas familiares (30,9%), o desemprego (17,6%) e a perda da moradia (14,5%). Somados, os dois últimos motivos sinalizam que 32,1% das motivações estavam relacionadas à piora da condição de vida e decorrem de questões financeiras, fato que serve de alerta para a possibilidade de ampliação do fenômeno em momentos de crises econômicas. São pessoas expostas às desigualdades sociais que limitam o acesso a serviços públicos e condições mínimas de sobrevivência.

Diante das evidências apresentadas, o acompanhamento contínuo das características das pessoas em situação de rua se mostra necessário devido à heterogeneidade do público e aos diversos motivos que podem levar essas pessoas a estarem nessa condição de vulnerabilidade. A identificação rápida pode aumentar as chances de saída dessa condição, visto que situações de crise econômica podem aumentar o número de famílias inteiras indo para as ruas e ações do Estado podem fornecer o amparo necessário e reverter esse quadro.

Todo trabalho científico está sujeito a limitações. Durante o desenvolvimento deste artigo, algumas restrições foram identificadas: por não ser o cerne desse trabalho, temas como a existência e o histórico das políticas realizadas e vigentes no estado da Bahia e o percurso histórico do termo PSR não foram abordados. No entanto, essas ressalvas não invalidam as contribuições deste estudo, uma vez que os resultados alcançados foram importantes para dar visibilidade a essas pessoas, sugeriu uma base de dados alternativa diante da ausência de informações em bases oficiais e trouxe luz ao perfil atual dos cadastrados no CadÚnico na Bahia. Ademais, tais achados podem servir como fonte de pesquisa para trabalhos futuros,

Situações de  
crise econômica  
podem  
aumentar  
o número  
de famílias  
inteiras indo  
para as ruas e  
ações do Estado  
podem fornecer  
o amparo  
necessário e  
reverter esse  
quadro

estimulando a investigação sobre o tema e contribuindo para subsidiar políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Magalhães; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2012.

ALCANTARA, Stefania Carneiro; ABREU, Desirée Pereira de; FARIAS, Alessandra Araújo. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, Bogotá, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 jun. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm). Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 dez. 2009a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1 maio 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Síntese da Política para População de Rua*. Brasília, 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Manual do entrevistador: Cadastro Único para Programas Sociais*. 4. ed. Brasília: MDS, 2017a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf). Acesso em: 9 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS nº 07, de 22 de novembro de 2010*. Brasília, DF: MDS, 2010. Assunto: Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/08092017115416-12.io.conjunta.senarc.e.snas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília, DF: MDS, 2009b. 72 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/asistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/asistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua: síntese dos resultados. In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (org.). *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS, 2009c. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/052.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria nº 502, de 29 de novembro de 2017. Institui a Política de Controle de Acesso aos dados do Cadastro Único para Programas Sociais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 4 dez. 2017b. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro\\_unico/portarias/2017/portaria\\_502\\_29112017.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro_unico/portarias/2017/portaria_502_29112017.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. *Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único – 2013 a 2022*. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=-ls%2BgIMHasZmyxGZqqm%2FJf7Od086vnG1kj6h9bGI4ZnWraX%2BAZF2ljmObuZKORqyanbWUreuYsK%2BbaL3Cn92ibsPcuaehg3Cg2qXAs3Joytag5pGi0dy5VKCtVaDaphD7o5a4IFPPqIPQ5MGpnQvc%2FRyobbKcTcnWllqmodDev52wqaha56htkZiRuNSn3KxTIBW7nZ%2B3saq0&ag=e&sag=29&codigo=99](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=-ls%2BgIMHasZmyxGZqqm%2FJf7Od086vnG1kj6h9bGI4ZnWraX%2BAZF2ljmObuZKORqyanbWUreuYsK%2BbaL3Cn92ibsPcuaehg3Cg2qXAs3Joytag5pGi0dy5VKCtVaDaphD7o5a4IFPPqIPQ5MGpnQvc%2FRyobbKcTcnWllqmodDev52wqaha56htkZiRuNSn3KxTIBW7nZ%2B3saq0&ag=e&sag=29&codigo=99). Acesso em: 1 jul. 2022.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2).

CARVALHO, Marcos Antonio Candido; SANTANA, Juliana Prates; VEZEDEK, Lucas. *Sumário executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos*: mapeamento e contagem da população em situação de rua na cidade do Salvador, Bahia, Brasil. Salvador: Projeto Axé, 2017. Disponível em: [http://www.projetoaxe.org/brasil/axemedi/sumario\\_executivo\\_cartografia\\_desejos\\_direitos\\_mapeamento\\_contagem\\_pop\\_Rua/](http://www.projetoaxe.org/brasil/axemedi/sumario_executivo_cartografia_desejos_direitos_mapeamento_contagem_pop_Rua/). Acesso em: 10 maio 2022.

FARIAS, Tadeu Mattos; DINIZ, Raquel Farias. População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. *In*: NOBRE, M. T. *et al* (org.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!*. Natal: EDUFRN, 2019. 621 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Guia do Censo 2022 para jornalistas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/peças-de-divulgação/guia-do-censo-para-jornalistas.html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

MACHADO, Marcelo Pedra Martins. *As práticas dos consultórios na rua: perspectivas para o monitoramento e avaliação do campo*. 2021. 261 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2021.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de; ALMEIDA, Hellen Tattyanne de; OLIVEIRA, Isabel Maria Farias Fernandes de. Para além da sopa e do cobertor: Trabalho, assistência social e os direitos da população em situação de rua. *In*: NOBRE, M. T. *et al* (org.). *Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!*. Natal: EDUFRN, 2019. 621 p.

NATALINO, Marco. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. (Nota técnica). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em: 4 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto*. [S. l.]: ONU, 30 dez. 2015. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio\\_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf](https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relat%C3%B3rio_Popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf). Acesso em: 4 jul. 2022.

POPULAÇÃO em situação de rua e violência: uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. *Boletim Epidemiológico*, Brasília, v. 50, n. 14, jun. 2019. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/12.Boletim-Epidemiologico-n.14-PSR-e-notificacao-da-violencia.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

SALVADOR. *Relatório da pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba*. Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2010. 93 p.

SENA, Ailton. *Sem-tetos com casa*: Defensoria identifica aumento de pessoas com moradia que utilizam as ruas para sobreviver durante pandemia. Salvador, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/sem-tetos-com-casa-defensoria-identifica-aumento-de-pessoas-com-moradia-que-utilizam-as-ruas-para-sobreviver-durante-pandemia/>. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar*: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 182-192, jan./mar. 2020.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

VEIGA, Laura da *et al.* Trajetória de construção do I Censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar*: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global tuberculosis report 2015*. 20th ed. Geneva: WHO, 2015. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/191102/9789241565059\\_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/191102/9789241565059_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 maio 2022.



SEÇÃO 3  
**RACISMO**



## Resumo

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a influência do racismo na formação da identidade da criança negra, aqui, especificamente, da criança preta. Essa temática toma corpo diante das muitas matérias jornalísticas denunciando ações de violência cotidiana dirigidas às pessoas negras. Esse é um trabalho com foco em dados bibliográficos, em que se envereda pela literatura que atravessa os temas em foco, tais como; construção da identidade; construção histórico-social do racismo, em destaque o racismo estrutural, a formação da identidade infantil e a identidade da criança negra. Nesse contexto, foi destacado que o processo histórico e cultural definiu uma identidade negra aversiva aos indivíduos, os sujeitos compuseram seu arsenal comportamental com contingências que legitimam a raça dominante, branca, eurocêntrica e masculina. Tomando por base uma identidade que passa por processos que buscam aproximação da identidade grupal e individual que enalteçam as características fenotípicas e culturais dos homens brancos, visando um distanciamento constante de tudo que aproxime da origem negra, num processo de manutenção dos padrões de respostas reconhecidos pela ideologia dominante, desde as manifestações culturais, religiosas, à depreciação do fenótipo do povo negro. O reconstruir e recuperar a identidade racial do povo negro, sua origem histórica e cultural passa a ser a constituição do resgate da identidade negra, como um processo de resistência.

**Palavras-chave:** identidade; racismo; crianças negras.

## Abstract

*This study aims to reflect on the influence of racism in the construction of the identity of the black child, here, specifically, of the black child. This theme takes shape in the face of many journalistic articles denouncing actions of daily violence directed at black people. This is a work focused on bibliographic data, in which it embarks on the literature that crosses the themes in focus, such as; identity construction; historical-social construction of racism, highlighting structural racism, the formation of children's identity and the identity of the black child. In this context, it was highlighted that the historical and cultural process defined an aversive black identity to individuals, the subjects composed their behavioral arsenal with contingencies that legitimize the dominant, white, Eurocentric and male race. Based on an identity that goes through processes that seek to approach the group and individual identity that enhance the phenotypic and cultural characteristics of white men, aiming at a constant distance from everything that approaches the black origin, in a process of maintaining the patterns of responses recognized by the dominant ideology, from cultural and religious manifestations, to the depreciation of the phenotype of black people. The rebuilding of black identity, its historical and cultural origin, becomes the constitution of the rescue of black identity, which became a process of resistance.*

**Keywords:** identity; racism; black children.

# O olhar do outro no meu olhar: racismo e formação da identidade de crianças negras

LARISSA PEREIRA LEAL

Graduada em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e graduanda em Bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).  
lari19pereira@gmail.com

ANA LÚCIA BARRETO FONSECA

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestra em Educação e graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. analbfonseca@ufrb.edu.br

MARIA GORETTI DA FONSECA

Mestra em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). goret.tifonseca@ufrb.edu.br

LUCIVANDA CAVALCANTE BORGES DE SOUSA

Doutora em Psicologia, mestra em Psicologia Social e graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do curso de graduação em Psicologia e pós-graduação *stricto sensu* em Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), atua na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Escolar/Educacional.  
wluciborgespsi@gmail.com

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.2](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.2)

## INTRODUÇÃO

Uma sociedade está completamente envolvida por padrões socioculturais construídos ao longo da sua história, aspectos que definem os comportamentos dirigidos por normas e valores, não somente as coisas, as crenças, como, e, principalmente, as relações entre os seus integrantes. Nesse contexto são definidos, desde os espaços geográficos, econômicos, até mesmo os políticos, o que institui como cada um deve agir, relacionar-se e até mesmo pensar sobre si mesmo e sobre o outro (FREITAS JUNIOR; PERUCELLI, 2019).

Esses padrões podem ser definidos a partir de vários fatores, desde o gênero, origem étnica, religião, classe social e educacional, e, especialmente, a raça. Fatores esses que têm gerado, ao longo da história humana, situações de domínio e poder, situações de exploração e exclusão social, econômica e educacional, fatos que têm promovido condições extremamente precárias de vida a diversos grupos sociais e privilégios a uma minoria.

Nessa cultura de exclusão e discriminação do povo negro, os padrões se perpetuam e vão sendo reproduzidos em seus descendentes, permeados de valores e crenças sobre si mesmo e o outro, sejam brancos ou pretos, e seus lugares no mundo, em especial, no mundo de privilegiados e despossuídos. Essas relações

**O racismo,  
em suas mais  
variadas  
expressões,  
não é expresso  
direta e a todos  
de modo linear,  
são ações  
atravessadas  
em várias  
nuances**

tocam os sujeitos desde mais tenra idade e vão atravessando sua forma de estar nas suas relações, desde seu corpo, sua cor, sua origem, sua comunidade, até sua identidade/autoimagem. Aspectos esses que perpassam por vivências cotidianas na família, na escola, na comunidade, na sociedade, na mídia, em expressão das relações entre os segmentos sociais e raciais.

Esse trabalho se propõe a analisar os fatores que compõem o processo de construção da identidade, da autoimagem do ser negra/o, como busca de identificar os principais aspectos que podem promover o comportamento das crianças a partir das práticas racistas, seja como vítima, seja como agressor. Isso porque o comportamento é aprendido nos mais diversos espaços sociais, especialmente na família, na escola, na comunidade e se torna um processo identitário, de definição das referências da imagem de si mesmo e do outro.

Ainda mais que, o racismo, em suas mais variadas expressões, não é expresso direta e a todos de modo linear, são ações atravessadas em várias nuances, perpassando por aspectos fenotípicos por gradações das etnias originárias, como também do processo de miscigenação da sociedade brasileira. Assim, a depender do fenótipo; do/a pardo/a claro/a ao/a preto/a retinto/a, todo/as são negro/as, contudo, são atravessado/as pelo racismo de diferentes formas e intensidade. As contingências que compõem o que é definido pelo racismo estrutural, que decorre de um processo socio-histórico complexo e desafiador em uma sociedade marcada historicamente por práticas racistas, porém com padrões de respostas que se mesclam tanto quanto as tonalidades da pele.

## **E QUEM É O PARDO?!!**

Importante destacar que o Brasil é um país que possui uma população bastante miscigenada e em virtude disso, embalado no racismo, surgiram várias categorias de cor/raça, o que gerou construções de identidade com vistas às pessoas se distanciarem da origem negra, e se autodeclararem a partir das categorias que intercalam o branco e o preto, constituindo o país dos “pardos” (DEGLER, 1971 *apud* PORTO *et al.*, 2016). A polarização hierárquica entre brancos e negros são a principal marca da racialização brasileira, como reforço ao branqueamento que retira o peso negativo e o desvalor do negro na sociedade, promovendo o surgimento de muitas denominações raciais intermediárias, como mulato, moreno, jambo debilita a autorrepresentação negra (SCHOLZ; SILVEIRA; SILVEIRA, 2014).

Estudos sobre autodeclaração e identificação racial, mostram que a maioria dos pardos, e uma grande parte dos pretos, não se identificam como negros. Esta categoria racial, o pardo, denominados morenos, descendentes miscigenados do africano e europeu, dilui a força dos fatores

depreciativos à raça negra, e institui um novo espaço. Ainda hoje, apesar dos diversos movimentos sociais de resgate da identidade negra, muitos resistem a se autodeclarem negros, e assim sentem-se menos ameaçados, em intensidade e frequência, pelo racismo, fato que deve ter atravessado a formação da sua imagem/identidade de raça desde tenra idade. Essa intensidade e frequência é quanto menor e menos ameaçadora quanto mais os traços fenotípicos se aproximam dos brancos, e inversamente proporcional quanto mais preto é o fenótipo. Assim, os mais “claros” negros possivelmente, vivenciarão menos situações de racismo, ou as situações aparecem veladas, mais sutis.

Degler (1971 *apud* PORTO; FUKS; MUNIZ, 2016, p. 6) identifica a existência de uma “saída de emergência” para o pardo, que seria um conjunto de oportunidades de diferenciação e da fuga da classificação como negro. Em termos conceituais, a “saída de emergência” refere-se à noção de que, por meio de ascensão no *status* social ou do branqueamento intergeracional, os indivíduos pardos passam a gozar de certos benefícios que não seriam estendidos aos pretos. Há estudos que identificam esses benefícios aos pardos e as vivências de racismo menos severas:

Nossos dados parecem indicar a existência de um padrão de sociabilidade em que há vivência de discriminação, com incidência mais severa para pretos do que pardos. Os mesmos resultados também apontam certa porosidade dos grupos socioeconômicos em posição mais privilegiada àqueles poucos pardos que conquistam posições sociais mais altas – uma deferência que não se costuma fazer aos pretos. Ao aceitar eventualmente em seu seio aqueles indivíduos de cor de pele mais clara, a elite branca se resguarda das tentativas de dessegregação feitas pelos não brancos, selecionando indivíduos mais “aptos” a serem assimilados conforme os seus próprios critérios de branquidade. (DAFLON; CARVALHAES; FERES JUNIOR, 2017, p. 323).

Em uma pesquisa sobre o percurso acadêmico de mulheres negras, Vieira e Nascimento (2020, p. 101-102) explicitaram a dificuldade em abordar os sujeitos da sua pesquisa; mulheres pretas, em que descrevem “o constrangimento de algumas mulheres ao serem questionadas sobre a sua identificação racial [...]”. O que as autoras definem como distanciamento à identidade preta como resposta de evitação de serem “alvos de discriminação e preconceito”.

Esses dados mostram que, quando se trata de identidade racial no Brasil, ela perpassa por um olhar monocromático, possivelmente alimentado pelo mito da democracia racial, sendo evidente o quanto nossas estruturas sociais – como retratado anteriormente pelo racismo estrutural –, seja na mídia, na religião, na política, ou na escola, intensificam através de uma

**Quando se trata  
de identidade  
racial no Brasil,  
ela perpassa  
por um olhar  
monocromático,  
possivelmente  
alimentado  
pelo mito da  
democracia  
racial**

## **A história do Brasil foi marcada pela colonização baseada no regime escravocrata, com vestígios dessa relação de trabalho até os dias de hoje**

padronização de pensamento de uma falsa identidade, seja do indivíduo ou do coletivo do povo brasileiro.

Isso porque o indivíduo nasce em um contexto histórico, em uma cultura, inserido em uma sociedade específica, corroborando assim, para seus primeiros espaços de socialização e construção de sua identidade. Contudo, com o seu processo relacional (indivíduo/sociedade ou indivíduo/cultura), o mesmo passa a encontrar diferentes identidades, diferentes olhares nos espaços de convivência, de culturas, e principalmente diversas formas de lutas originando, assim, outras oportunidades de remodelar sua identidade (FREITAS JUNIOR; PERUCELLI, 2019).

No Brasil, França e Monteiro (2002) realizaram um estudo sobre os efeitos da cor da pele sobre a identidade e preferência raciais em crianças de 5 a 10 anos. Os estudiosos utilizaram como material de estímulo fotografias de crianças, que foram confeccionadas de modo a considerar diferenças de idade, cor da pele e sexo das crianças. As crianças eram entrevistadas individualmente quanto à categorização, autocategorização racial, preferência racial e avaliação emocional da pertença.

Como principais resultados dessa pesquisa, observou-se que 60% das crianças pretas e 40% das crianças pardas apresentaram uma tendência para o branqueamento quando diante da autocategorização e que as crianças brancas foram as que mais se demonstraram satisfeitas com a sua pertença quando perguntadas sobre o quanto gostam de ser como são (resultado inverso na pergunta sobre o quanto gostariam de ser diferentes), ou seja, as crianças pretas queriam ser mais diferentes que as brancas e as pardas.

Aqui é possível refletir como o racismo pode influenciar a construção da identidade/autoimagem da pessoa negra, mais especificamente, da criança preta, como resultado de um processo histórico cultural que atravessa o tempo, mantendo e reproduzindo formas de existir e constituir-se a partir dos vários tons de pele. Torna-se imprescindível passear pela história da colonização brasileira com a força de trabalho focado na escravidão de povos africanos e seus descendentes.

### **A HISTÓRIA CONSTRÓI O RACISMO**

A história do Brasil foi marcada pela colonização baseada no regime escravocrata, com vestígios dessa relação de trabalho até os dias de hoje. Essa conjuntura deixou uma herança para a sociedade brasileira: o racismo. Falar do racismo e da população negra exige muita responsabilidade e respeito com a história de vida dessas pessoas, por isso se faz necessário conhecer para compreender como se deu o processo histórico e as especificidades do racismo na sociedade brasileira.

**A abolição da  
escravatura não  
tornou os povos  
negros sujeitos  
de direito,  
numa sociedade  
fortemente  
marcada por  
crenças e  
valores racistas,  
excludente e  
discriminatória**

Essa formação histórica, focada no triângulo; colonização, escravidão e autoritarismo, dividia a sociedade em dois espaços, o dos senhores (brancos europeus) e o dos escravos (negros e nativos americanos [índios], definindo direitos e privilégios aos brancos e exploração e castigos aos escravos. Para que essa relação fosse sedimentada no imaginário social, foram construídas crenças e valores dirigidos a esses seres, fortalecidas por preceitos religiosos basilares do período feudal do cristianismo – a ausência de alma àqueles que cultuassem deuses que não fossem reconhecidos por Roma, ter a pele escura foi estabelecido como ser inferior, ser incapaz, equivalente aos animais. Todo esse cenário construiu uma relação de distanciamento aos direitos dos escravizados, e a incorporação de teorias raciais, supostamente científicas, que atestavam a inferioridade do/as negro/as, a degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a primitividade da cultura negra, definindo a exclusão e discriminação, o racismo (GOMES, 2001).

O racismo surge nos séculos XVI e XVII a partir do processo de sequestro de pessoas de países africanos e ao defini-las como “objetos” e/ou “animais”. A escravidão, até então, havia sido praticada entre grupos decorrente de conflitos políticos e domínio de território, eram domínios étnicos, sem relação com a raça ou cor da pele. Com a expansão marítima, os europeus chegaram à América e África e, para a exploração das terras “além-mar”, passam a necessitar de mão de obra e veem nas práticas escravagistas dos grupos rivais africanos uma estratégia de obter a mão de obra. O africano escravizado passa a ser objeto – máquina de trabalho e produto mercantil de grande valor – desprovido da condição humana e, como tal, tratado sem a menor preocupação com condições de saúde e sobrevivência, desde seu transporte da África até o seu uso intensivo na exploração colonial. O africano escravizado tinha uma única função: servir aos seus senhores, sendo vítimas de diversas práticas de violência à mercê dos seus “proprietários” (CHIAVENATTO, 1980).

Após intensa pressão política, de grupos abolicionistas dentro e fora do Brasil, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, é definida a extinção da escravidão. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, Cuba (1866), Estados Unidos (1865), Equador, Colômbia e Venezuela (1821) e Haiti (1804). Esse cenário inaugurou o estado republicano e o trabalho livre assalariado (SANTOS, 2009). Porém, a abolição da escravatura não tornou os povos negros sujeitos de direito, numa sociedade fortemente marcada por crenças e valores racistas, excludente e discriminatória, a população negra é excluída, desvalorizada e abandonada.

Quando vem, a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, mais precisamente a década de 1930, as teorias racistas da Europa em crise, encontra terreno fértil na sociedade brasileira com as teorias que defendiam a supremacia da raça branca – Raça Ariana, fato

**O racismo é uma expressão ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico**

que respaldou as duas grandes guerras mundiais do século XX, foram fatores propulsores da permanência e fortalecimento do racismo no Brasil (TELLES, 2003). Superados os conflitos mundiais, passaram-se a ser definidos muitos direitos para a garantia da paz entre os povos. No Brasil, influenciado por esses movimentos pelo mundo, em 3 de julho de 1951, se aprovou a *Lei 1.390*, que tornava contravenção penal a discriminação racial, a Lei Afonso Arinos, autor do projeto.

Com uma sociedade altamente miscigenada, e com alguns poucos negros ascendendo nos diversos estratos sociais e econômicos, é o palco para apresentar a imagem dentro e fora do país de uma sociedade modelo de “democracia racial”, ou seja, sem racismo, com igualdade de direitos para todos. Esse ideário de democracia racial, tratada como mito, foi sedimentada na percepção da miscigenação como entre as várias raças que povoaram o Brasil e geraram os mais variados fenótipos, entre esses o “pardo”, tido como processo de embranquecimento da população brasileira, com a ideia de “melhorar” a população brasileira a partir do processo de mestiçagem (PINTO; FERREIRA, 2014), e que existe oportunidades iguais para todos os segmentos étnicos.

## **E O RACISMO EXISTE?!**

Racismo é um fenômeno eminentemente não conceitual; ele deriva de fatos históricos concretos ligados a conflitos reais ocorridos na História dos povos. O racismo é o conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelecem uma hierarquia entre as raças (BRASIL, 2006). Raça não é um termo fixo, estático. O significado deste termo está relacionado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico (BEZERRA NETO, 2019).

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS n. 992/2009, trata o racismo como um determinante social em saúde que coloca a população negra em condições de vulnerabilidade em saúde (BRASIL, 2009). Esta Portaria se refere à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e tem como objetivo o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais e de condições de saúde.

De acordo com Silva (2001), o racismo é uma expressão ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico. O racismo é uma prática difundida diariamente. Ele é onipresente e forte. Segundo Silva (2005), o termo racismo, vem de uma concepção de crença de raça, ou seja, o corpo biológico determina as características intelectuais, morais e

psíquicas. Por ser uma construção social, há particularidades na forma como o racismo opera nos diferentes lugares. Estereótipos, preconceitos e discriminações são os principais elementos que compõem o racismo.

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias (ALMEIDA, 2019). O preconceito é aprendido quando ainda estamos passando pelo processo de socialização no interior da família, e nas entidades sociais tais como a igreja e a escola (SALLES; SILVA, 2008). O preconceito é entendido, pela análise do comportamento, como comportamentos culturalmente condicionados voltados a um grupo social ou indivíduo, que se relaciona a partir de atitudes, ou seja, que emite respostas avaliativas emitidas de acordo com uma história prévia de aprendizagem (MIZAEI; ROSE, 2017).

Já a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, a discriminação refere-se ao nível de análise em que há a operacionalização do preconceito. Neste nível de análise, este não é somente um relato avaliativo acerca de alguém ou de algum grupo, vai além do vocabulário descritivo e avaliativo; é um comportamento público, observável contra um grupo ou uma pessoa (PEREIRA; VALA, 2010).

A discriminação é uma classe de comportamentos mais restrita que o preconceito, visto que ambos os conceitos dispõem de lógicas de funcionamento distintas. O preconceito pode ser um comportamento tanto privado como público. A discriminação se resume a comportamentos públicos, de modo que nem todo comportamento preconceituoso é discriminatório (CARVALHO, 2020).

Esses fenômenos abrem espaços a diversas discussões; entre outras, o racismo reverso, que é definido por comportamentos de não aceitação de pessoas brancas em contextos de pessoas negras, porém esse conceito não se aplica uma vez que raça e racismo são conceitos relacionais, a condição de negro e de branco depende de circunstâncias históricas e políticas específicas. O chamado racismo reverso, na verdade, trata-se de um discurso racista de vitimização das minorias que se sentem prejudicadas por perderem alguns privilégios (ALMEIDA, 2019). A deturpação do conceito e da vivência do racismo estabelece-se como uma pauta de destaque no combate dessa narrativa, é por esse ideário ultraconservador que o racismo reverso se estabelece socialmente, operando na estrutura das subjetividades dos sujeitos negros e não-negros (IANNI, 1996).

**O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias**

**Sob a perspectiva da concepção institucional, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições**

O racismo se consolida como um sistema de dominação social, utilizando o critério da raça social como elemento de distinção entre os sujeitos (BATISTA, 2018). Nessa perspectiva os não-negros nunca foram dominados, pelo contrário, o processo de colonização europeu aconteceu de forma distinta, a partir do desenvolvimento da escravização dos povos, criando filosofias que justificassem as violências contra os indivíduos, desmanchando territórios e desumanizando os sujeitos dentro de uma política institucionalizada de construção de uma nação pela exploração (D'OCA, 2017).

O racismo, segundo a concepção individualista, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados. Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo (ALMEIDA, 2019).

Sob a perspectiva da concepção institucional, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça. Os parâmetros discriminatórios são baseados na raça, se tornando o domínio do racismo institucional, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder (ALMEIDA, 2019).

Na concepção estrutural, o racismo é tido como algo estruturado na nossa sociedade ao longo da história e por conta disso é visto como algo “normal” que já faz parte da vida das pessoas e do nosso meio, é a forma como naturalizamos tais atitudes parecendo legado pela tradição. Fazendo uma ponte com o racismo institucional e individual, as instituições são a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos.

O racismo é estrutural. De tal ordem que os indivíduos inseridos e pertencentes a uma dada sociedade reproduzem suas formas de relações imbuídas de racismo e quando o sujeito/criança em formação é influenciado por toda essa estrutura tanto com produto quanto como produtor, moldada pelo olhar do outro e definindo seu próprio olhar para si e para o outro.

### **QUEM EU SOU? DE QUEM EU SOU? DE ONDE SOU?!!!**

Como cada um se vê, vem muito de como foi vista, dita, tocada. A percepção de si e do outro sobre si, pode-se chamar esse olhar de identidade. O termo identidade é frequentemente associado à cultura, uma vez que a identidade proporciona a compreensão das predileções do indivíduo, e seu pertencimento a determinado espaço ou local, no qual a cultura se faz presente, englobando várias simbologias, crenças e valores que trazem

história. Cucho (2002, p. 176) defende que “a cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas”. A sua formação receberia influência de fatores: a) intrapessoais, representados pelas capacidades inata e adquirida do indivíduo; b) interpessoais, representados pelas identificações culturais, retratados pelos valores sociais a que uma pessoa está exposta, tanto no âmbito global quanto comunitário.

Definida por Skinner (1953 *apud* MOREIRA *et al.*, 2017) como o conjunto das contingências sociais de um grupo, a cultura é tomada como parte constitutiva do comportamento dos seres humanos, uma vez que todo comportamento humano é visto como produto também de uma história cultural (ANDERY, 2011). Uma cultura é constituída de miríades de práticas culturais, definidas como padrões de comportamento aprendidos que se reproduzem entre indivíduos e gerações de indivíduos (GLENN, 2001 *apud* ANDERY, 2011).

A cultura, no seu aparato concreto, é composta de padrões de comportamentos selecionados ao longo da história de uma dada coletividade com fins de sobrevivência e manutenção dos seus integrantes, como tal passa pela alimentação, vestimentas, expressões artísticas, enveredando pelas crenças, sejam religiosas ou relacionais, até os padrões ideológicos. Ao definir uma comunidade, identifica-se padrões culturais que definem a identidade daquele grupo social.

Hall (2012) cita que na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma característica ou origem em comum, que são partilhadas com grupos ou pessoas, com um mesmo ideal, criando assim um fechamento natural do grupo, formando a base de solidariedade e fidelidade ao grupo em questão. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, que permite situá-lo no conjunto social. Ela é incluída à medida que identifica o grupo cujos membros se assemelham sob certo ponto de vista. Neste sentido a identidade é entendida como uma fonte de significado e experiência de um povo.

A identidade social é também excludente, pois distingue os grupos sociais cujos membros são diferentes em certos aspectos. Nesta perspectiva, a identidade cultural realça a distinção nós/eles, baseada na diferença cultural (CUCHE, 2002). É preciso tentar compreender o fenômeno da identidade através das relações entre os grupos sociais, pois a identidade é algo que se constrói e se reconstrói de forma dinâmica no interior das trocas sociais.

Máximo (2012) fala que Tajfel (1981), define que o pertencimento do indivíduo em um grupo é atingido no processo de comparação social (conflitos sociais). Silva (2002) também afirma que é nas situações de conflitos

**A identidade social é também excludente, pois distingue os grupos sociais cujos membros são diferentes em certos aspectos**

**Cada processo de construção de identidade é um resultado distinto de cada constituição de sociedade, o homem então passa também a ser resultado do meio cultural em que foi socializado**

sociais que essas questões acerca da construção da identidade ganham maior projeção. Assim, existiria uma tendência dos indivíduos a manter ou acentuar a autoestima pela valorização da identidade social.

A identidade que começa como resistência pode acabar em projetos, e ao tornar-se dominante passa a ser uma identidade legitimadora (CASTELLS, 2018, p. 24). Porém, cada processo de construção de identidade é um resultado distinto de cada constituição de sociedade, o homem então passa também a ser resultado do meio cultural em que foi socializado.

A identidade não é inata e pode ser entendida como uma forma sócio-histórica de individualidade. O contexto social fornece as condições para os mais variados modos e alternativas de identidade. O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação com outros homens.

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação. (BRANDÃO, 1990, p. 37).

Outra perspectiva afirma que o ser humano constrói a si mesmo em sua relação com o ambiente, alterando as variáveis externas a ele e sendo alterado por elas (MICHELETTO; SÉRIO, 1993). Nesse sentido, apesar de Skinner (1976 *apud* MICHELETTO; SÉRIO, 1993), definir a inter-relação entre filogênese (espécie), ontogênese (genética) e cultura (ambiente), define que esse último atua com mais força na constituição dos comportamentos que definem as características individuais, o que leva a rejeitar a ideia de um self como entidade causadora de comportamentos.

O “eu” é um conjunto de respostas que costumam aparecer com maior frequência por causa de seu histórico de reforçamento e que possui uma certa relação entre si. Esses conjuntos são evocados diante de situações específicas ou ambientes específicos. Além disso, Skinner salienta a relação que a identidade tem com o autorrelato, e a capacidade de identificar e descrever o próprio comportamento, incluindo os eventos privados (MOREIRA *et al.*, 2017).

## **O SER NEGRO - A CRIANÇA NEGRA**

Ao se falar de racismo, sua história e constituição, é inevitável remeter a construção do “Ser negro”, que o fluxo dos acontecimentos descritos

acima destituiu de qualquer valor qualquer aparato de identidade, de conteúdo. Diante desses fatos e reprodução das ideologias excludentes às manifestações culturais, religiosas e a depreciação do fenótipo e comportamento do negro, constituir-se negro/a tornou-se um processo de resistência, a constituição dessa identidade. Santiago (2015) afirma que ao longo do processo histórico foram elaborados discursos que posicionaram as crianças negras como indivíduos desprovidos da capacidade de produção de cultura, como “menores”, carentes, sujeitos, marcando suas identidades como racialmente inferiores.

Quando tratamos das crianças negras é importante levar em consideração um aspecto chamado de “dimensão corporal”, ou seja, é a forma como as crianças negras, pretas e pardas, com pele mais clara, pele mais escura, cabelo crespo, cabelo cacheado se percebem e percebem seus pares. Nesse contexto, o ideário racista atua como um mecanismo construtor de imagens distorcidas da historicidade e da cultura negra, fazendo com que alguns meninos e as meninas negros desejem ser brancos, ter cabelo liso, rejeitando os elementos que os singularizam. Frequentemente essas infâncias são violentadas e destituídas de sua negritude, criando-se a necessidade de processos reiterativos que apaguem o seu pertencimento étnico-racial e as tornem sujeitos desejantes de uma cultura eurocêntrica imposta pelo racismo (SANTIAGO, 2015).

As identidades são definidas por Manuel Castells como fonte de sentido e experiência para as pessoas e como processos de construção de sentidos que atendem a conjuntos relacionados de atributos culturais priorizados sobre o resto das fontes de sentido (CASTELLS, 2002). A partir de marcos que se apoiam no multiculturalismo e defendem os direitos às diferenças, uma variedade muito ampla de identidades passa a ser afirmada ou clama por ser nomeada e reconhecida. As identidades são concebidas hoje de modo bem mais flexível, plural, e não de modo fixo ou pré-determinado.

O racismo provoca efeitos psicossociais de longa duração sobre os indivíduos, bloqueiam os mecanismos de identificação e mediação psíquica, fundamentais nos indivíduos. No caso das crianças, ao encontrar um ambiente adverso, que a rejeite, seja de que forma for, a criança que não está munida de defesas para enfrentamento desta nova situação tende a retrair-se, e no caso das questões da aparência (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, corpo), pode desenvolver uma resposta de aversão a si mesma, pois estabelece um conflito com ela mesma, com seu corpo (FIABANI; FIABANI, 2020).

Fiabani e Fiabani (2020) afirmam que a criança está em processo de formação da identidade, ainda em processo de conhecer seu corpo, espaço, origem, diante da rejeição a sua condição de ser negra, ela tem como uma das primeiras reações negar a si mesma, negar a identidade e,

**O racismo  
provoca efeitos  
psicossociais de longa  
duração sobre  
os indivíduos,  
bloqueiam os  
mecanismos de  
identificação  
e mediação  
psíquica,  
fundamentais  
nos indivíduos**

**O racismo gera muito sofrimento, com ações que promovem constrangimento social, cultural, psicológico e pode resultar em atos violentos**

consequentemente, buscar uma identidade que seja aceita pelo outro, que lhe traga consequências reforçadoras, e a mais comum delas é negar sua negritude, “tornando-se branca”.

Um aspecto exposto pelo autor acima é que o racismo gera muito sofrimento, com ações que promovem constrangimento social, cultural, psicológico e pode resultar em atos violentos (físicos e psíquicos) que podem produzir níveis agudos de adoecimentos (FIABANI; FIABANI, 2020). Como estratégia de proteção, muitos sujeitos da cor negra bloqueiam sua percepção às ações racistas dirigidas a sua pessoa, como também podem se tornar reprodutores dessas ações a outro/as negro/as, como estratégia de distanciar-se da condição de “ser negro”.

Segundo a pesquisa realizada por Cruz e Silva (2012), com crianças do ensino fundamental de uma escola pública da periferia de Porto Alegre-RS, problematizou as representações da boneca Barbie na cultura infantil, do que é tido como belo para as crianças e práticas discursivas no que se refere ao conceito de diversidade cultural. Para cumprir este objetivo reuniu-se uma coleção de *Barbies* diferentes das ofertadas pela escola: negras, cadeirantes, idosas, grávidas, entre outras, que foram incluídas em suas brincadeiras. O instrumento de coleta de dados utilizado por esta pesquisa foi o grupo focal, em um dos encontros as crianças teriam que classificar as “*Barbies* mais bonitas”. A maioria das crianças escolheu as *Barbies* loiras que representam corpos marcados pelas “verdades” difundidas nos séculos XX e XXI, ensinando sobre um corpo de mulher idealizado: branco, magro, alto, com seios fartos e longos cabelos loiros e lisos.

Quanto à classificação das “*Barbies* feias” realizado em segundo encontro, as crianças reproduziram discursos de discriminação racial, religiosa, gênero, etnia e geração. Os cabelos foram tomados como marcadores de normalidade, em que o branco e o liso se sobrepõem ao negro e crespo. Algumas falas que demonstram a impressão das crianças sobre os corpos negros: “Essa boneca não é bonita. O cabelo é curto e meio redondo.” (Menino de 6 anos), “É feia, porque tem cabelo curto e crespo” (Menina de 7 anos), “Eu não gostei do vestido dela. Tem essa coisa na frente e o cabelo é feio”. (Menina de 7 anos) (CRUZ; SILVA, 2012).

Isso faz pensar o quanto elas estão expostas a bonecas que representam apenas um tipo físico de estética, o que pode contribuir para o preconceito em relação à pele negra e para a valorização extrema da pele branca (VANZUITA, 2010). Isto vale, não apenas, para as bonecas que lhes são apresentadas, mas também personagens de histórias infantis, príncipes e princesas, atrizes e atores, etc. Além da valorização da cor da pele, também a valorização dos traços finos do rosto e cabelos. Condiz não apenas por identificação, mas, são, sobretudo, capturadas por uma identificação

imposta pela cultura que as aprisiona aos marcadores de moda e beleza (DORNELLES; MARQUES, 2015).

Existe um conjunto de características físicas e/ou comportamentais nomeadas como “raça”, “cor” ou “etnia” que impactam diariamente na maior parte da população (LUZIA *et al.*, 2019). Dessa forma, a maneira como as pessoas enfrentam esse desafio e lidam com a dimensão racial, afigura-se como elemento importante na formação da identidade das crianças pequenas.

Alguns estudos brasileiros têm tentado evidenciar empiricamente que as relações entre raças são aprendidas e podem ser alteradas a depender das contingências em vigor. Mesmo assim, ainda é evidente a escassez de estudos teóricos, experimentais e, principalmente, aplicados sobre relações raciais por analistas do comportamento no país. As pesquisas com foco nas populações negras e a situação de exclusão social, educacional, política em decorrência da cor da pele são recentes. Apesar disso, vários dados epidemiológicos e sociais, por si só, já explicitam as condições precárias em que a maioria dos negros/as vivem no Brasil.

Silva (2001) aponta que esse processo de formação da identidade, tão fundamental na experiência humana, quase não é abordado pelos estudos das relações raciais, na primeira infância, época do nascedouro do pensamento e da identidade racial. No entanto, entendendo identidade como processo contínuo e mutável, esse aprendizado pode ser modificado, tanto para as crianças brancas quanto para as negras, levando-as a outros estágios de interação humana, que possibilitem, no futuro, mais dignidade e respeito nas relações raciais.

A identidade racial deve ter parâmetros dentro dos grupos em que a criança circula; família, escola, comunidade, e aqueles que não agregam tais padrões podem sofrer algum estranhamento, um sentimento de não pertencimento, discriminando-os ou excluindo, a depender do quão valorizada ou não é tal padrão de referência. Desse modo, ao se definir a existência de padrões diferenciados dirigidos às raças, com distinções permeadas por valores e crenças que determinam determinada raça como inferior e incapaz, com respostas envoltas em práticas discriminatórias e excludentes, o racismo estrutural, o sujeito, no caso a criança, pode ter a resposta de evitar, ver-se como pertencente a raça dominante, sendo mais reforçadora.

Essa estrutura constrói um repertório verbal selecionado para ensinar e reproduzir as práticas discriminatórias para todos os sujeitos que o compõem, perpetuando e “contaminando” todas as relações entre seus integrantes (FANON, 2020). O racismo leva a reprodução de associações entre características físicas do homem negro e termos pejorativos, construindo

**Entendendo  
identidade  
como processo  
contínuo e  
mutável, esse  
aprendizado  
pode ser  
modificado,  
tanto para  
as crianças  
brancas quanto  
para as negras,  
levando-as a  
outros estágios  
de interação  
humana**

**Em algum sentido, o reforço social passa a constituir uma identidade que o possa aproximar daquele que privilegiado, "o branco", buscando se destituir daquilo que o caracterize na condição de negro**

uma identidade cultural/estrutural da raça negra, definida com todas as determinações "naturais" a comportamentos inadequados e desadaptados. O ser em formação recebe essas práticas como aversivas e pode tender a se aproximar das práticas reforçadoras (valorizadas), que, a depender das contingências presentes nos demais contextos, podem promover o distanciamento ou aproximação do "Ser negro".

Fanon (2020) descreve em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, um dos mecanismos de manutenção da relação colonial como sendo a indústria cultural. Por exemplo, uma história de quadrinhos em que o herói é branco e o vilão negro ou de uma outra etnia. Diante de um processo de modelação o sujeito colonizado tenta se afastar de todas as definições reproduzidas e ensinadas sobre a raça negra, e em sendo o sujeito negro, absorve e mantém, fortalecendo o comportamento discriminatório entre pessoas da raça negra. Em algum sentido, o reforço social passa a constituir uma identidade que o possa aproximar daquele que privilegiado, "o branco", buscando se destituir daquilo que o caracterize na condição de negro. Nesse processo de definição da identidade, os sujeitos compõem seu arsenal comportamental de tudo aquilo que o legitimem na raça dominante, aprender seu idioma, seu jeito de vestir, alisam o cabelo e passam por processos que vão lhe aproximar das características físicas do branco, visando nesse processo se aproximar cada vez mais dele e ser reconhecido como um igual (THIBES, 2021)

Os reforçadores sociais existem como estratégia de manutenção do *status* de um grupo, em se pretendendo acessar tais reforçadores sociais, entre os quais pertencer a determinado grupo, será imprescindível possuir características que o aproximem do grupo de atração, para ser aceito em um grupo como um igual. A pessoa negra é sujeito dessa mesma lógica, em que o acesso aos reforçadores sociais são legitimados por determinadas características, entre as quais a pele clara e cabelo liso. Esse fenômeno coloca o/a negro/a submetido aos reforços que legitimam o "ser branco" como identidade "aprovada", quanto mais próximo dela (THIBES, 2021).

Assim, os comportamentos reforçados socialmente, que podem aproximar a criança negra da perspectiva de ser incluída e aceita, é a branquitude, sendo a emissão de respostas de contracontrole, o que seria uma forma de resistência, por si só torna-se aversiva, não somente pelas respostas/consequências punitivas presentes no contexto, como também e especialmente, pela inexistência de modelos comportamentais. Lhe faltam mecanismos para emitir respostas comuns decorrentes de um processo de punição, perante as experiências de racismo que tendem a comportamentos de esquivar a situações que explicitem a condição de ser negra (THIBES, 2021).

Pensando no contexto em que as pessoas negras estão inseridas, existem várias implicações do seu cotidiano que podem interferir nesse processo identitário. A complexidade do ser negro em uma sociedade em que a

pele negra foi historicamente associada a condição de pobreza, marginalidade, incapacidade, inferioridade, incompetência, inadequação, torna a construção da identidade racial, dos negros e negras, bastante aversivo aos sujeitos de cor negra. O desafio denominado “o processo de tornar-se negro”, e a criança em construção de identidade deverá vivenciar essa ambiguidade constantemente (SOUSA, 1983).

Um indivíduo aprende, constrói e representa sua identidade desde o nascimento, pois ele nasce em uma família, ou em uma comunidade social (já em andamento), constituída de valores, crenças e visões de mundo. O indivíduo não vive somente em um espaço de sociabilização, inter cruzam muitos espaços, permeados de valores e ideologias; família, estudos, trabalho, comunidade, igreja. Ele está sujeito a encontrar-se em diversos espaços, reforçando a fluidez de determinado processo de identificação, denotando ao mesmo uma necessidade de pertencimento que o legitime e o identifique, e caracterize. Esse processo de não pertencimento gera uma crise de identificação, sendo necessário uma nova reformulação ou questionamento de sua identidade (FREITAS JUNIOR; PERUCELLI, 2019).

Segundo Ferreira (2000), a construção da identidade trata-se de uma categoria social e política, referente a uma experiência pessoal. Experiência essa, da qual o indivíduo se autorreconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir das relações que ele estabelece consigo mesmo, com o outro e com o ambiente à sua volta. E em se dirigindo à criança, esse processo está em constante recompor, reformular, selecionando as contingências de reforço que a puxam a se sentir pertencente, acolhida.

Saber-se negra pode ser viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas, tornando-se aversiva. Sendo necessário encontrar diversos espaços de acolhimento para que as situações aversivas vividas nas práticas racistas sejam neutralizadas. Aspecto que pode tornar um equilíbrio de forças, aversão/reforço e gerar uma experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983).

Uma criança que cresce em ambiente hostil, sobretudo racista, vai ter dificuldades em interagir de forma natural, sem amarras. Ela poderá se sentir sufocada. Não é somente a criança negra que sofre com o racismo, mas também toda a sociedade. Ao presenciar um ato racista, discriminatório, a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade. Segundo a educadora Cavalleiro (2015), ao observar a relação diária de crianças de quatro a seis anos, identificou que as crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem. Em contrapartida, a pesquisadora constatou que “as crianças

**Não é somente a criança negra que sofre com o racismo, mas também toda a sociedade. Ao presenciar um ato racista, discriminatório, a criança branca é levada a cristalizar um sentimento de superioridade**

**É necessário tratar as diferenças como um aspecto da nossa cultura que possibilita uma experiência única de conhecimento diverso e respeito ao outro**

brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo em diversas situações atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele” (CAVALLEIRO, 2015, p. 10).

Para compreender esse comportamento nas crianças, é preciso entender a trama de relações sociais em que estas estão inseridas. Seu comportamento tem origem no controle externo exercido pela sociedade e também, pelo autocontrole impregnado em cada indivíduo que o diferencia do outro (ELIAS, 2000). Uma criança, ao estigmatizar a outra, se coloca no centro do poder. Sua estratégia é rotular a outra, diferente em seu fenótipo, como inferior para, desta forma, manter a superioridade social, e é reforçada pelos adultos à sua volta. Assim, a criança estigmatizada pode construir uma autoimagem inferiorizada. É necessário tratar as diferenças como um aspecto da nossa cultura que possibilita uma experiência única de conhecimento diverso e respeito ao outro.

Ao longo do tempo, sofrendo a inferioridade, estas crianças negras vão criando cicatrizes e até acreditam que são mesmo “tudo o que não presta”. Assim, é possível que uma criança que sempre foi estigmatizada, incorpore a inferioridade. Esta criança cresce percebendo e “sentindo na pele” o processo civilizador imposto à situação vivida pelo seu povo através do tratamento que lhe é dado, seja pela família, vizinhos, colegas, professores, polícia etc.

## REFLEXÕES FINAIS

Ao escrever sobre as questões que atravessam a formação da cultura racista brasileira, é imprescindível atentar como essas carimbam toda a população com as marcas históricas da escravidão. Marcas que traçam as relações raciais entre brancos, pardos e pretos em cada espaço da sociedade. O racismo construído no correr dos séculos, com a exploração de uma raça pela outra, definiu uma cicatriz que tem sido “herdada” gerações após gerações, formando a identidade nacional, e definindo identidades coletivas e individuais.

Todos, indiscriminadamente, estão sob efeito da cultura, em nível macro e micro, e conseqüentemente, sob a égide da ideia de si a partir do olhar do outro, seja um outro próximo ou o idealizado que traz as marcas dos valores que definem o outro próximo e ao sujeito em formação. A criança vivencia a cultura e seus valores e normas, pelo olhar, pela fala, pelo tato, daqueles que a cercam na família, na escola, na comunidade. E esses tratamentos estão permeados da cultura racista que serve de base à sociedade, mostrando sua face nas estruturas ideológicas que cruzam todas as relações.

E entre os processos de exclusão e discriminação que permeiam essas relações, o mais gritante é o dirigido à raça, em especial a raça negra. Os povos negros, descendentes do continente africano, que tiveram seus ancestrais escravizados, permanecem em processo de desumanização e violência, reproduzidas em reforços sociais cujas crenças e valores desfavorecem os povos negros. Não há como estar alheio a sua presença, pois o racismo passa, então, a ser decorrente da própria estrutura social, com a definição de comportamentos individuais e processos institucionais derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019).

Assim, o repertório comportamental de crianças passa a ser moldado em função do meio em que estão inseridas. Inicialmente, as crianças fazem parte, principalmente, da família e da escola, e essas instituições sociais são parte da sociedade, e portanto, recheadas de sua ideologia. A partir do momento em que pais e professores se apresentam como modelos, quando se comportam de forma discriminatória e violenta na interação com o outro, cujo destaque é o tom da pele, dará sinais aos infantis que essa é uma característica “inadequada”, o que pode levar à necessidade de afastar-se de tal.

Pais e professores são sujeitos da cultura, da estrutura, e como tal a reproduzem, por isso devem estar sempre atentos a suas formas de agir no mundo, e atuar com base na responsividade, que são pessoas que dialogam com as crianças, buscar reforçar comportamentos a fortalecer e não reforçar aqueles os quais devem enfraquecer (COSTA; TEIXEIRA; GOMES, 2000). Mas, para tanto, têm que aperceber-se parte dessa estrutura social excludente.

Um dos pressupostos destacados pelos estudos em tese é que a definição da identidade passa pela imitação/modelação como uma estratégia da criança experimentar os significados dos comportamentos adaptativos ou não, reconstruindo-as internamente, importante para o desenvolvimento pessoal e o surgimento da sua identidade (SOUZA, 1983). Contudo, um dos principais limites aos estudos sobre a formação da identidade dos indivíduos é que essa é atravessada por uma infinidade de contingências, desde as questões psicoafetivas basilares das relações familiares, até as questões ideológicas que escamoteiam a sociedade, os meios de comunicação e as mídias sociais.

Um exemplo é o cotidiano escolar das crianças, em que a forma como a criança é vista e tratada pelo professor, pelos colegas e outros funcionários da instituição, tendem a influenciar na construção do seu autoconceito, pois é modelo para todas as crianças, mas ali também estão as relações das crianças com seus pais, familiares, desses pais com seus espaços de trabalho, dos conteúdos midiáticos dirigidos a todos esses atores sociais e como cada criança responde a cada ação que vem do meio interno e externo (SOUZA, 1983).

**Pais e professores são sujeitos da cultura, da estrutura, e como tal a reproduzem, por isso devem estar sempre atentos a suas formas de agir no mundo, e atuar com base na responsividade**

**É importantíssima a produção de estudos que reflitam e disseminem a discussão em torno da temática do racismo a fim de colocá-lo em evidência, em cheque**

De modo que o estudo da variável “racismo” está inserido nesse universo, e se é “camuflado”, descolado da realidade, aí então, marca, mas não é destacado, refletido, de modo que a criança que vivencia situações racistas, direta ou indiretamente, tem-se impactada na sua identidade o reconhecimento da identidade racial negra, como negativa, e pode tentar se descolar dela, sem, muitas vezes, não identificar os padrões que promoveram esse distanciamento (SCHOLZ; SILVEIRA; SILVEIRA, 2014).

Portanto, as nuances que perpassam a manutenção da estrutura racista estão também e principalmente, em meio a não definição e identificação das muitas situações racistas, diluindo suas manifestações e desvalorizando os movimentos de resistência e conscientização. Então é importantíssima a produção de estudos que reflitam e disseminem a discussão em torno da temática do racismo a fim de colocá-lo em evidência, em cheque. E para além dos estudos, construir espaços de diálogo com a família e a escola, como principais espaços de socialização e aprendizagem dos sujeitos, em especial na infância e adolescência, é o espaço de contato com o micro espaço ideológico social. De modo que, a educação nos espaços escolares pode ser entendida como ato político, com potencial de pensar e transformar as relações de interdependências estabelecidas entre as pessoas. Destacar a educação como ato político é perceber que não há neutralidade diante das relações de interdependências que se estabelece na sociedade, há sempre uma ideologia que permeia o processo de construção do saber.

Ciente desse aspecto ideológico, como aponta Silva (2001), o anexo do Plano Nacional de Educação acentua que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, cooperação, solidariedade e responsabilidade. Visto que o racismo se materializa nas instituições que as crianças frequentam; a família, a escola, os projetos, entre outras. O racismo reproduzido por essas instituições pode, em menor ou maior grau, modelar, sustentar, determinar e transformar as relações intersubjetivas desses sujeitos, onde os mesmos podem, em algum nível, consentir aquelas modalidades de dominação ou contrário, confrontá-las.

Diante desse fato, a construção da identidade da criança negra, na educação infantil, necessita antes de tudo de compromissos que despertem as sensibilidades, provoquem reflexões e mudanças de práticas, implicando o “[...] respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo [...]” (CAVALLEIRO, 1998). Compromissos estes que vão além dos muros da escola. É preciso evidenciar que o racismo é uma violência moral e psicológica, a qual segundo a psicóloga Kilomba (2019) produz um trauma expresso no corpo dos sujeitos, ou seja, um evento desumanizante que

não tem palavras adequadas ou símbolos que possam mensurar. Então, o sofrimento é escrito no corpo, através do processo de somatização. Em decorrência disso, o sujeito negro tenta curar o corpo presente, afinando o nariz, alisando o cabelo, clareando a pele.

É necessário que mais pesquisas sejam realizadas, que múltiplas áreas de conhecimento possam discutir sobre esse tema, que juntos se possam criar condições para que as crianças negras tenham seus direitos culturais assegurados, direito a ter um lápis de cor da sua cor; direito de histórias que tenham príncipes, princesas e heróis negros; direito de ser personagem do filme ou da peça de teatro da escola; direito de ter bonecas e bonecos negros disponíveis nos brinquedos da escola; direito de usar seus cabelos crespos soltos e longos; direito de manifestar sua religião de matriz africana; enfim, o direito a poder se identificar nas histórias infantis, nos cantos, nos painéis, nos filmes, nos desenhos, nas novelas, na vida (DORNELLES; MARQUES, 2015).

Portanto, faz-se necessário um olhar muito cuidadoso sobre essa temática, que muitas reflexões sejam capazes de mudar comportamentos e transformar o que já está estruturado na nossa sociedade. Com isso, proporcionar uma realidade diferente e positiva para nossos pequenos, colaborando, assim, na construção da sua identidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. Disponível em: [https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo\\_estrutural\\_feminismos\\_-\\_silvio\\_luiz\\_de\\_almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf). Acesso em: 9 fev. 2022.

ANDERY, Maria Amalia. Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 203-217, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pac/v2n2/v2n2a06.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BATISTA, Waleska Miguel. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2581-2589, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/nkt6FjJDWMvfV7DsqrBY4XK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BEZERRA NETO, José Maia. Racismo, racismos: ainda há muito que dizer. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 59, p. 323-332, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/35593>. Acesso em: 8 jun. 2022.

**É necessário  
que mais  
pesquisas sejam  
realizadas,  
que múltiplas  
áreas de  
conhecimento  
possam discutir  
sobre esse tema,  
que juntos se  
possam criar  
condições para  
que as crianças  
negras tenham  
seus direitos  
culturais  
assegurados**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1990. Disponível em: [https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/identidada\\_etnia.pdf](https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/identidada_etnia.pdf). Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: Secad, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf). Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 maio 2009. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992\\_13\\_05\\_2009.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html). Acesso em: 4 abr. 2022.

CARVALHO, Leticia Resende de. *Preconceitos pela perspectiva comportamental: um estudo da correspondência dizer-fazer*. 2020. 88 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14714/1/Mono%20%20preconceitos%20pela%20perspectiva%20comportamental%2021.12.20%20-%20Let%C3%ADcia.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1). Disponível em: <https://globalizacaoeintegracao regionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2). Disponível em: <https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/05/o-poder-da-identidade.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

CHIAVENATTO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf). Acesso em: 12 maio 2022.

COSTA, Fabiana T. da; TEIXEIRA, Marco A. P.; GOMES, William B. Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 465-473, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/xPRZKWCmHVHrdzwL6HDHwRd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jan. 2023.

CRUZ, Michelle Brugnera; SILVA, Thaise da. Barbie diversidade: o discurso multicultural da boneca na perspectiva das crianças. *Construção Psicopedagógica*, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 91-113, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v20n20/09.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/4727173/A\\_No%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Cultura\\_nas\\_Ci%C3%A7ncias\\_Sociais\\_CUCHE](https://www.academia.edu/4727173/A_No%C3%A7%C3%A3o_de_Cultura_nas_Ci%C3%A7ncias_Sociais_CUCHE). Acesso em: 22 jan. 2022.

DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio, FERES JUNIOR, João. Sentindo na pele: percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no Brasil. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 293-330, abr. jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/6WwjhscKxDSFk8mH6mLBhKw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2022.

D'OCA, Fernando Rodrigues Montes. Tráfico de escravos e consciência moral: o pensamento antiescravista de Epifânio de Moirans. *Dissertatio: revista de Filosofia*, Pelotas, v. 46, p. 130-172, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/download/11408/7909>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DORNELLES, Leni Vieira; MARQUES, Circe Mara. Pedagogias da racialidade: modos de se constituir crianças negras em escolas de educação infantil no Brasil. *Propuesta Educativa*, Buenos Aires, n. 43, p. 113-122, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403041714011>. Acesso em: 31 maio 2022.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Disponível em: <http://noosfero.ucesal.br/articles/0010/5204/elias-norbert-os-estabelecidos-e-os-outsidere-.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. Disponível em: [https://www.ubueditora.com.br/pub/media/productattachment/u/b/ubu-pele\\_negra-trecho\\_site-01.pdf](https://www.ubueditora.com.br/pub/media/productattachment/u/b/ubu-pele_negra-trecho_site-01.pdf). Acesso em: 2 abr. 2022.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CppZVMlfcPHTFr7WCNPgpGq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC, 2000.

FIABANI, Adelmir; FIABANI, Tainá. A dor do inocente: implicações do racismo para a criança negra. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, Rio Branco, v. 3, n. 3, p. 4-19, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4177/2506>. Acesso em: 9 jun. 2022.

FRANÇA, Dalila Xavier; MONTEIRO, Maria Benedicta. Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. *Psicologia*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 293-323, 2002. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/482/252>. Acesso em: 6 jun. 2022.

FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de; PERUCELLI, Tatiane. Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural. *Cadernos de Estudos Culturais*, Campo Grande, v. 2, p. 111-133, jul./dez. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e antiracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 83-96. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Racismo\\_e\\_anti\\_racismo\\_na\\_educacao%3%A7%C3%A3o.html?id=i-R8vRCbQh8C&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Racismo_e_anti_racismo_na_educacao%3%A7%C3%A3o.html?id=i-R8vRCbQh8C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 22 fev. 2022.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnpZGVudGlkYWRLcG9zfGd4OjU3Mzc2MGJiOTUwODQwNTM>. Acesso em: 8 jan. 2023.

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-23, maio 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/5BfDK86BdD6MthW9Hb9DwwL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS\\_DA\\_PLANTACAO\\_-\\_EPISODIOS\\_DE\\_RAC\\_1\\_GRADA.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf). Acesso em: 2 jun. 2022.

LUZIA, Josiane Cecília et al. (org.). *Psicologia e análise do comportamento: pesquisa e intervenção*. Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/02/Psicologia-e-Analise-do-Comportamento-Interven%C3%A7%C3%A3o-e-Pesquisa-2019.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MAXIMO, Thaís Augusta Cunha de Oliveira *et al.* Processos de identidade social e exclusão racial na infância da solidão. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 507-526, dez. 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682012000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682012000300011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 8 jun. 2022.

MICHELETTO, Nilza; SERIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. Homem: objeto ou sujeito para skinner?. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 11-21, ago. 1993. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1993000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 6 jun. 2022.

MIZAEEL, Táhcita Medrado; ROSE, Júlio César de. Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia: revista latina de análisis de comportamento*, Veracruz, v. 25, n. 3, p. 365-377, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/61632>. Acesso em: 9 abr. 2022.

MOREIRA, Adilson José. *O que é discriminação?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5556995/mod\\_resource/content/1/O%20que%20e%20C%81%20discriminac%CC%A7a%CC%83o%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5556995/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20C%81%20discriminac%CC%A7a%CC%83o%20%281%29.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

MOREIRA, Fernanda Resende *et al.* Comparação entre os conceitos de self na FAP, na ACT e na obra de Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 220-237, 2017. Disponível em: <https://rbtcc.webhostusp.sti.usp.br/index.php/RBTCC/article/view/1064/534>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PEREIRA, Cícero Roberto; VALA, Jorge. Do preconceito à discriminação justificada. *In-Mind\_Português*, Lisboa, v. 1, n. 2-3, p. 1-13, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8934/1/ICs\\_CRPereira\\_JVala\\_Preconceito\\_ARN.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8934/1/ICs_CRPereira_JVala_Preconceito_ARN.pdf). Acesso em: 7 jan. 2022.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/11.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PORTO, Nathália França Figuerêdo; FUKS, Mario; MUNIZ, Jeronimo Oliveira. Nem tão preto e branco: explicando as atitudes dos pardos no Brasil. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 40., 2016, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st06-8/10186-nem-tao-preto-e-branco-explicando-as-atitudes-dos-pardos-no-brasil/file>. Acesso em: 5 abr. 2022.

REIS, Maria da Conceição dos. O processo civilizador na construção da identidade da criança negra. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 12., 2009, Recife. *Anais* [...]. Recife: UFPE, 2009. Disponível em: [https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C\\_Reis2.pdf](https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Reis2.pdf). Acesso em: 12 maio 2022.

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e. Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 30, p. 149-166, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1768>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTIAGO, Flávio. Hierarquização e racialização das crianças negras na educação infantil. *Leitura: teoria & prática*, Campinas, v. 33, n. 64, p. 31-47, 2015. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/367/268>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SANTOS, Gevanilda. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BwFM1yX85QEC&oi=fnd&pg=PP8&ots=KIQMOsstmM&sig=jLbOYLxyji0yonUllg2zV5gVjQ&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BwFM1yX85QEC&oi=fnd&pg=PP8&ots=KIQMOsstmM&sig=jLbOYLxyji0yonUllg2zV5gVjQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 1 fev. 2022.

SCHOLZ, Danielle Celi dos Santos; SILVEIRA, Marta Irís Carmargo Messia da; SILVEIRA, Paulo Roberto. As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 61-74, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/artigos/As-praticas-racistas-no-espaco-escolar2014.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. *In*: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC, 2005. p. 21-37. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as pra o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. *In*: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 65-82. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/about/Racismo\\_e\\_anti\\_racismo\\_na\\_educacao.html?id=i-R8vRCbQh8C&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false/](https://books.google.com.br/books/about/Racismo_e_anti_racismo_na_educacao.html?id=i-R8vRCbQh8C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false/). Acesso em: 8 fev. 2022.

SILVA, Maria Palmira da. Identidade e consciência racial brasileira. *In*: SEYFERTH, Giralda. *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG, 2002. p. 53-64. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/189/ABONG\\_RACISMO%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/189/ABONG_RACISMO%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 8 jan. 2023.

SOUZA, Ivanete Silva de *et al.* Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, Rio Branco, v. 1, n. 1, p. 137-146, fev./jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/2000>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa\\_Santos\\_Souza\\_-\\_Tornar-se\\_Negro.pdf?1599239573](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa_Santos_Souza_-_Tornar-se_Negro.pdf?1599239573). Acesso em: 3 fev. 2022.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/5573203>. Acesso em: 25 maio 2022.

THIBES, Wueslle. *Descolonizando a identidade sob uma perspectiva analítico comportamental*. [S. l.], 10 fev. 2021. Disponível em: <https://comportese.com/2021/02/10/decolonizando-a-identidade-sob-uma-perspectiva-analitico-comportamental/>. Acesso em: 10 maio 2022.

VANZUITA, Simone. O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas?. *In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED*, 37., 2010, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: ANPED, out. 2010. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4452.pdf> Acesso em: 31 maio 2022.

VIEIRA, Sâmela; NASCIMENTO, Isabela Oliveira do. Entrecruzamentos de gênero e raça nas trajetórias de vida de mulheres pretas trabalhadoras de uma universidade pública. *In: FONSECA, Ana Lucia Barreto da; BORGES, Lucivanda Cavalcante (org.). Transversalidades do feminino*. Curitiba: CRV, 2020. cap. 5, p. 95-118.

WEDDERBURN, Carlos Moore. *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade*. [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baix/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

## **Resumo**

O Brasil chegou a ser considerado por muitas sociedades ocidentais um “modelo ideal” de convivência harmoniosa entre as raças, motivando, inclusive, financiamentos internacionais para pesquisas sobre relações raciais no país através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Porém, essa visão deformada não foi capaz de resistir à observação sistemática da gigantesca desigualdade que atinge os negros em muitas dimensões da vida social. O objetivo desse artigo é, de um lado, refletir e informar sobre as diversas interpretações acerca das relações entre negros e brancos em uma dimensão especialmente importante, representada pelo mundo do trabalho e sua estrutura ocupacional, no contexto brasileiro, em especial, no estado da Bahia e, de outro lado, oferecer elementos para a compreensão e análise da situação atual dessas dimensões. De caráter quali-quantitativo, a partir das análises provenientes da revisão da literatura e dos dados estatísticos contemporâneos, encontrou-se que, apesar do mercado de trabalho ser majoritariamente negro na Bahia, as disparidades entre brancos e negros persistem penalizando a população negra.

**Palavras-chave:** raça; racismo; desigualdade racial; mercado de trabalho; Bahia.

## **Abstract**

*Brazil came to be considered by many western societies an “ideal model” of harmonious coexistence between races, even motivating international funding for research on race relations in the country through the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). However, this deformed view was not able to withstand the systematic observation of the gigantic inequality that affects blacks in many dimensions of social life. This article has two objectives. On the one hand, this study reflects and informs about the different interpretations about the relations between blacks and whites in an especially important dimension, represented by the world of work and its occupational structure, in the Brazilian context, in particular, in the State of Bahia. On the other hand, this paper offers elements for understanding and analyzing the current situation of these dimensions. Qualitatively and quantitatively, based on analyzes from the literature review and contemporary statistical data, it was found that, despite the fact that the labor market is mostly black in Bahia, disparities between whites and blacks persist, penalizing the black population.*

**Keywords:** race; racism; racial inequality; labor market; Bahia.

# Contrassenso: raça e racismo no mercado de trabalho majoritariamente negro da Bahia<sup>1</sup>

**LUIZ CHATEAUBRIAND CAVALCANTI  
DOS SANTOS**

Mestre em Ciências Sociais, graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).  
luiz.chateaubriand@gmail.com;  
luizchateau@sei.ba.gov.br

**LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO**

Doutora e pós-doutora em Recursos Naturais: Estudos Ambientais e mestre em Conservação Ambiental pela University of New Hampshire (UNH), EUA, graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).  
lucigleidenascimento@sei.ba.gov.br

**SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO**

Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília (UNB) e graduada em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.  
silvaniaconceicao@sei.ba.gov.br

**JOSÉ ROBERTO SANTOS DA SILVA**

Graduado em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Cientista de dados, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

**ALASSANA DEM**

Graduado em Humanidades e em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), mestrando em Ciência Política.

## INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais por raça ou cor marcam profundamente a sociedade brasileira como uma de suas características mais diversas. Apesar disso, por um longo período de tempo, a existência de um grande abismo entre elas coexistiu com uma utopia, difundida tanto localmente como no exterior, de que haveria uma harmonia nas relações raciais. O Brasil chegou a ser considerado nessas instâncias um “modelo ideal” de convivência entre as raças o que, inclusive, motivou um ciclo de estudos sobre a condição de vida da população negra do país, promovido pela UNESCO nos anos cinquenta do século passado<sup>2</sup>.

Mesmo sob a influência de uma visão deturpada de um convívio harmonioso entre as raças, nunca foi possível ocultar a gigantesca desigualdade entre elas. Reconhecia-se a sua

1 Os autores agradecem os estimulantes comentários da socióloga Vanda Sá Barreto em verões preliminares desse texto e ressaltam que eventuais falhas são de responsabilidade própria.

2 As pesquisas contratadas pela UNESCO foram as seguintes: *Race and class in rural Brazil* (1952) organizada por Charles Wagley; *As elites de cor numa cidade brasileira* de Thales de Azevedo (1955); *O negro no Rio de Janeiro* (1953) de L.A. Costa Pinto; *Branços e negros em São Paulo* (1955) de Roger Bastide e Florestan Fernandes e *Religião e relações raciais* (1956) de René Ribeiro.

**No cotidiano das discriminações e preconceitos, o racismo delimita o acesso dos negros em espaços sociais e, como consequência, aos direitos fundamentais**

existência, porém se ressaltava na sequência a ausência de civilidade dos negros, a existência de mecanismos de mobilidade social ascendente, a harmonia nas relações cotidianas etc.

Nesse texto, comunga-se com a ideia de que nos estudos sobre racismo nas suas diversas facetas, dever-se-á levar em conta o fato de 'raça' ser uma construção social e também o fator contextual, principalmente nas análises comparadas. Geralmente, as análises comparativas diferenciam-se, observando as realidades raciais dos Estados Unidos e do Brasil, por exemplo, ressaltando a ampla distância interpretativa em termos do próprio conceito "raça". Para Gledhill (2020) e Nogueira (1985), nos EUA o preconceito racial teve base na ascendência, no ancestral negro, e, no Brasil a raça é definida pelo fenótipo (aparência do indivíduo, pelos traços físicos). Desta forma, no Brasil, o grau de discriminação se distingue entre os pretos, pardos e brancos. No cotidiano das discriminações e preconceitos, o racismo delimita o acesso dos negros em espaços sociais e, como consequência, aos direitos fundamentais (TOURINHO; SOARES; SOTERO, 2021).

No passado do país, estudos como o de Pierson (1975) ressaltavam um gradiente de cor classificando a população como branca, preta e mulata. No caso dos mulatos, frequentemente qualificava-os em mais claros e mais escuros. Em alguns momentos, identificava também os cafuzos e os branqueados. Na atualidade, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria cor ou raça é selecionada pela própria pessoa entre cinco variedades<sup>3</sup>, é autodeclarada (PETRUCCELLI, 2013). Todavia, é importante salientar que para algumas pesquisas do IBGE, os ausentes e os incapazes, como as crianças (sic), a identificação é através de heteroatribuição, ou seja, a informação é fornecida por outro morador (OSORIO, 2013). O que torna a fonte da informação, ou seja, o declarante, também uma variável importante nos estudos raciais.

O presente artigo objetiva analisar a determinação da condição racial sobre a posição das pessoas na estrutura social, em especial na Bahia, focando essencialmente seu peso na produção de desigualdades. De caráter qualiquantitativo, o estudo evidencia, a partir dos dados estatísticos e da revisão da literatura, aspectos voltados ao mercado de trabalho. Essa introdução é acompanhada por uma breve revisão da literatura, onde são discutidas as mudanças na reflexão sobre raça. A seção metodologia apresenta informações sobre os métodos e fonte dos dados utilizados no estudo. Os resultados e discussões evidenciam o racismo no mercado de trabalho baiano. Apresenta-se, por fim, nas conclusões, a síntese do estudo.

## UMA VISÃO DA LITERATURA

Nessa seção, pretende-se observar a evolução da reflexão sobre as desigualdades entre raças, objetivando identificar momentos em que houve alterações no modo de pensar a questão. O centro da atenção é o estado da Bahia.

A raça deixou de ser uma categoria nativa no final do século XIX. O maranhense, médico, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e antropólogo Raymundo Nina Rodrigues interessou-se pela interpretação do “problema o Negro”<sup>4</sup>. As ideias racialistas lombrosianas que eram hegemônicas à época, foram o suporte para que a raça adquirisse *status* de conceito analítico ou “científico” no corpo de seu trabalho.

É, pois, em meio a tentativa de dar *status* científico à inferioridade social dos negros que Nina Rodrigues se inscreve. Para ele, tal inferioridade era indiscutível e, embora mencionasse a existência de graus hierárquicos de cultura e de aperfeiçoamento entre os diversos grupos étnicos africanos, acreditava ser impossível saber se a sua “civilização” poderia em algum momento ser idêntica ou assemelhada à da raça branca. Além disso, acreditava que essa aquisição de civilização seria ‘extremamente morosa’ porque assimilada no ritmo da evolução darwiniana, mantinha sempre uma grande distância para os brancos que persistiriam evoluindo (RODRIGUES, 2010, p. 290).

Um segundo momento surge quando a pesquisa do americano Donald Pierson sobre contato racial entre *Branços e Pretos na Bahia* foi a campo pouco depois da publicação póstuma da primeira edição de *Os africanos no Brasil*, de autoria de Nina Rodrigues, na primeira metade dos anos 1930 (PIERSON, 1975; RODRIGUES, 2010). A reflexão de Pierson sobre desigualdades raciais na Bahia pós-escravista foi, em muitos aspectos, pioneira, inclusive pelo enquadramento teórico desenvolvido na Escola de Chicago e pela utilização de procedimentos e ferramentas de investigação<sup>5</sup>. Além dos dados estatísticos oficiais, o autor promoveu inquéritos detalhados, através de censos e enquetes, em que registrava a distribuição da população de Salvador nos anos 1930 por raça ou cor. O autor fez um estudo bastante amplo, observando a presença dos segmentos raciais em relação à estrutura ocupacional, as camadas econômicas, a distribuição espacial

**A reflexão de Pierson sobre desigualdades raciais na Bahia pós-escravista foi, em muitos aspectos, pioneira**

4 A reflexão de Nina Rodrigues sobre mestiçagem e criminalidade inclui: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1957) e *Mestiçagem, degenerescência e crime* (1899). Sobre relações raciais, escreveu *O animismo fetichista do negro no Brasil* (1935); *O problema da raça negra na América Portuguesa* (1903); *As bellas-artistas nos colonos pretos do Brasil: a escultura* (1904) e *Os africanos no Brasil* (1933). Nesse texto nos detivemos no último título que embora se encontrasse impresso em condições de prova em 1906, só veio a ter edição definitiva em 1933, quase 30 anos após a morte do autor.

5 O livro *Branços e Pretos na Bahia* foi baseado na tese de doutoramento de Donald Pierson pela Universidade de Chicago em 1939.

**Os mestiços ou mulatos, ocupavam os estratos médios, com os claros apresentando "forte" tendência a ascenderem na escala e os mais escuros concentrando-se nos espaços de baixo *status* e salário**

no tecido urbano, nas escolas, nos sindicatos, nas igrejas, no carnaval, nos clubes e representações, nas atividades esportivas, no lazer, nas ruas e em diversas atividades coletivas.

Em Pierson (1975), a raça não é variável interveniente na determinação do *status* dos indivíduos, seu estudo não oculta a existência de segmentos diferenciados racialmente no mundo do trabalho, na distribuição residencial, educacional e em muitas outras dimensões da vida social da cidade, porém, acredita que a ordem social era de livre competição com a competência superando a origem racial na determinação do *status*, mesmo constatando que,

[...] a parte mais escura da população teve de lutar com as sérias desvantagens de terem seus pais, avós e outros ascendentes começado 'de baixo', como escravos da classe branca dominante, sem instrução e outros recursos para ascenderem, e de exibirem sempre, em virtude da cor e de outros característicos físicos, as marcas indelévels desta ascendência escrava, símbolos indestrutíveis de *status* inferior. (PIERSON, 1975, p. 240).

Havia para ele uma hierarquia na sociedade baiana de então, na qual os pretos ocupavam as posições de baixo *status* e pequeno salário, com sua presença sendo reduzida gradativamente na medida em que se subia na escala social. Os mestiços ou mulatos, ocupavam os estratos médios, com os claros apresentando "forte" tendência a ascenderem na escala e os mais escuros concentrando-se nos espaços de baixo *status* e salário. Por fim, os brancos dominavam nos níveis superiores e eram raros os que se inseriam nas posições inferiores.

Na percepção de Pierson (1975), o quadro era de grande desigualdade entre as raças na cidade do Salvador, embora acreditasse que individualmente ela poderia ser superada:

[...] se o indivíduo em questão possuir outras características que identificam as classes 'superiores', tais como competência profissional, capacidade intelectual, educação, riqueza, encanto pessoal, pose, e, especialmente para as mulheres, beleza. Tudo isso são características que definem 'status', numa sociedade baseada *mais em classe* [Grifo do autor] que em raça. (PIERSON, 1975, p. 268).

Pierson se debruçou sobre uma cidade estagnada do ponto de vista do crescimento da população e com pouquíssimas alternativas de mobilidade social. Contudo, a segunda metade do século XX trouxe novidades para o estado. Após anos de pouco dinamismo econômico e de estabilidade populacional, Salvador e o Recôncavo conheceram algum crescimento econômico, provocado pela prospecção e o refino do petróleo, ampliação da infraestrutura e de alguma industrialização que se intensificaria nas

décadas seguintes. A modernização da estrutura produtiva se fez acompanhar de um forte aumento da população da capital devido a imigração originada no interior do estado. É, portanto, num ambiente de crescimento de oportunidades de trabalho, de criação de postos protegidos e remunerados em níveis superiores aos praticados até então na economia local, com algum espaço, inclusive, para inserção produtiva da população negra, que se conhecem os resultados da pesquisa encomendada pela UNESCO ao também médico e antropólogo Thales de Azevedo. Como será demonstrado, foi evidenciada uma nova leitura das relações raciais.

Contudo, o estudo *Elites de Cor Numa Cidade Brasileira: um estudo de ascensão social* (AZEVEDO, 1996), apresentava poucos avanços em relação às ideias de Pierson. Segundo Guimarães (1995), a principal contribuição de Azevedo no relato destinado à UNESCO decorre do fato dele constatar e documentar empiricamente a importância do *status* atribuído – principalmente a origem familiar e a raça – sobre o status adquirido: riqueza e ocupação.

No texto *Classes sociais e grupos de prestígio* (AZEVEDO, 1996), publicado originalmente em 1956, Thales de Azevedo postula que a Bahia não concluiu a passagem de uma sociedade de *status* para uma de classe social devido a persistência de uma estrutura econômica “semicolonial”, caracterizada pela agricultura extensiva de exportação de matérias-primas em troca de produtos manufaturados. Com isso, permaneceu vigente uma linha de cor em que os pobres eram os pretos, que executavam trabalhos manuais, que exerciam ocupações que envolviam esforço físico, que tinham pouca escolaridade e precárias condições de vida, enquanto os ricos, eram os brancos que “não pegam no pesado”, “que usam gravatas” e que “trabalham com a cabeça”.

É dessa estrutura polarizada que, segundo Azevedo, começavam a emergir classes sociais, identificáveis pelas diferenças no acesso a propriedade, níveis de renda, padrões de consumo, níveis de instrução, regras de etiqueta, e ainda por uma incipiente consciência de si mesma. “Os seus três estamentos são a classe alta ou ‘elite’, a classe média e uma classe baixa ou os ‘pobres’” (AZEVEDO, 1996, p. 171, grifos do autor).

O autor reafirma a existência de dois grupos em oposição: pobres e ricos, com os primeiros identificados com os negros. O esquema de classes ajustava-se, em parte, ao de grupos de prestígio. Entretanto, Azevedo acreditava que o preconceito racial estava reduzido ao mínimo no cotidiano do grupo dos pobres, classificáveis em níveis diferentes ou subgrupos, hierarquizados segundo o prestígio da ocupação<sup>6</sup>. Nas classes baixas, as

**Num ambiente de crescimento de oportunidades de trabalho [...] com algum espaço, inclusive, para inserção produtiva da população negra, que se conhecem os resultados da pesquisa encomendada pela UNESCO**

6 No estrato superior do grupo pobre estariam os pequenos funcionários públicos (serventes e contínuos), os mestres-de-obras, os tipógrafos, os mecânicos e os motoristas e nas posições mais baixas os varredores de rua, os serventes de pedreiro, as lavadeiras e os soldados (AZEVEDO, 1996, p. 174).

**A classe média era formada pelos “economicamente autônomos de recursos médios” e os dependentes e assalariados cuja ocupação era, sobretudo, o trabalho intelectual**

mulheres tinham maior participação nas atividades econômicas, o que lhes dava certa autonomia. As crianças, especialmente os meninos, começavam a trabalhar cedo e as meninas estavam destinadas aos afazeres domésticos e aos cuidados dos menores. Nas classes médias, as mulheres começavam então a participar do mundo do trabalho, ocupando posições nas áreas de ensino, na burocracia, no comércio e nas profissões liberais. As mulheres da classe superior não trabalhavam (AZEVEDO, 1996).

A classe média era formada pelos “economicamente autônomos de recursos médios” e os dependentes e assalariados cuja ocupação era, sobretudo, o trabalho intelectual. Diz ele:

Identificam-se também com os ‘brancos’, embora as considerações de tipo físico sejam menos fortes aí, tanto que, em suas associações, podem tomar parte morenos e mulatos e até alguns pretos; no convívio em família e no casamento é igualmente muito menos discriminatória a distinção de cor. Entre os remediados há muitos que não passaram da escola primária ou dos primeiros anos do curso secundário, ao passo que no resto do estrato, abstração feita dos profissionais e dos que se especializaram para o trabalho na burocracia e noutras atividades, o nível médio de educação é o secundário. (AZEVEDO, 1996, p. 173, grifo do autor).

A classe alta, segundo Azevedo (1996), estava fragmentada em três categorias cujo *status* era atribuído mais em função do nascimento que por aquisição. O primeiro estrato era o das famílias tradicionais que embora houvessem perdido a antiga fortuna, classificavam-se na elite pelo sistema de prestígio<sup>7</sup>. Outro grupo de famílias ricas estava mais vinculada à fortuna, nesse caso real, que à família. Eram as “classes conservadoras” ou “classes produtoras”<sup>8</sup>. Finalmente, o grupo superior tinha o estrato dos novos ricos (AZEVEDO, 1996, p. 171-173).

Contrariamente à Pierson, Thales de Azevedo detectou competições e conflitos de origem racial que, muitas vezes eram contornados por mecanismos atenuantes como: 1) lentidão da mudança do sistema de *status* para sistema de classes, fazendo com que o regime de *status* atribuído por nascimento reduzisse as aspirações individuais; 2) a existência de alguma mobilidade social mesmo que limitada pelo *status* de nascimento e pela cor; 3) a mestiçagem, promovendo a ascensão automática e propiciando a ascensão individual a posições superiores; 4) mecanismos variados que operavam para atenuar as fricções e os choques e para aproximar indivíduos e grupos, como o “paternalismo das classes superiores para com os pobres”, as relações primárias derivadas do compadresco e das boas

7 Formada principalmente por antigos proprietários de terras, lavradores de cana, donos de engenho e de usinas de açúcar e titulares do Império.

8 Esse grupo incluía comerciantes, fazendeiros, “poucos industriais”, profissionais liberais e “raros burocratas”.

amizades, as “maneiras brandas e a voga atual de tendências democráticas e populistas em política” (AZEVEDO, 1996, p. 178-179).

Entre os estudos desenvolvidos no período subsequente às pesquisas financiadas pela UNESCO, *A Integração do Negro na Sociedade de Classe* de Florestan Fernandes, publicado em 1965, se tornou uma referência obrigatória sobre o assunto. Reconhecendo a existência de desigualdade e de preconceito em benefício coletivo da população branca, Fernandes (1965) as interpreta como manifestações anacrônicas, como reminiscências arcaicas de estruturas sociais pré-capitalistas, destinadas ao desaparecimento na medida em que se instalasse uma sociedade moderna, fundamentada numa ordem social competitiva e em decisões racionais. O mundo do trabalho seria, portanto, o âmbito privilegiado onde essas transformações teriam lugar.

## O RACISMO COMO EXPLICAÇÃO

Uma nova interpretação para as relações raciais no Brasil foi desenvolvida no final da década de 1970, nos estudos de Carlos Hasenbalg, Nelson do Vale e outros. Contrariando a ideia de que o racismo nas relações sociais brasileiras seria mera sombra de sociedade escravista, contraditório com a ordem capitalista moderna e, por consequência, fadado ao desaparecimento, Hasenbalg (1979) renova a interpretação das relações entre raças no Brasil ao constatar que na lógica do desenvolvimento capitalista, não existiria incompatibilidade entre racismo e industrialização. A discriminação, segundo ele, adquiria na sociedade pós-escravista novas funções e significados, “[...] funcionalmente relacionadas aos benefícios simbólicos e materiais que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro e mulato” (HASENBALG, 1983, p. 179). A escravidão como fator explicativo da posição dos negros e mulatos, perdeu força com o decurso do tempo, de modo que hoje, a “[...] ênfase na explicação deve ser dada às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre brancos e não brancos no presente” (HASENBALG, 1983, p. 180).

Com isso,

[...] a raça (ou a cor), como atributo socialmente elaborado, passou a ser tratada como um esquema classificatório e um princípio de seleção racial que estão na base da persistência e reprodução de desigualdades sociais e econômicas entre brasileiros brancos e não-brancos. Partindo desta nova ótica, é possível propor que a ideia de raça ou a filiação racial deve ser tratada como uma variável ou critério que tem um peso determinante na estruturação das relações sociais [...]. Objetivamente, na medida em que raça é um determinante importante das chances de vida das pessoas. Subjetivamente, no sentido de pertencimento racial (mesmo não

**A escravidão  
como fator  
explicativo  
da posição  
dos negros  
e mulatos,  
perdeu força  
com o decurso  
do tempo [...]  
a “[...] ênfase  
na explicação  
deve ser dada  
às relações  
estruturais e  
ao intercâmbio  
desigual entre  
brancos e não  
brancos no  
presente”**

**Na Bahia,  
uma nova  
abordagem da  
desigualdade  
racial se  
desenvolve a  
partir de 1987**

sendo, no caso do Brasil, um atributo unívoco e sim mais relacional e situacional) estar associada a identidades raciais que implicam uma socialização e aprendizado do lugar de diferentes grupos raciais no espaço e hierarquização sociais. (HASENBALG, 1991, p. 265).

Hasenbalg (1979) dá primazia a dois determinantes básicos na produção dessas desigualdades: (i) a distribuição geográfica, de natureza segregacionista que fez com que os negros e mulatos ficassem, predominantemente, nas regiões agrárias e subdesenvolvidas, com menores oportunidades econômicas e educacionais e (ii) as práticas racistas que atuam reforçando valores de exclusão social.

Paralelamente a um vigoroso movimento social de valorização do pertencimento racial que se disseminou na Bahia e no Brasil nessa época, as investigações adotaram a perspectiva da relação entre raça, classe e divisão social do trabalho (ARAÚJO; OLIVEIRA; PORCARO, 1981), da segmentação do mercado de trabalho e dos estágios do desenvolvimento do capitalismo nas regiões (PORCARO, 1988) ou do segmento informal do mercado (TELLES, 1990); da desigualdade dos rendimentos do trabalho e dos obstáculos à mobilidade social (LOVELL, 1992; SILVA, 1980), da escolaridade e do *status* (HASENBALG; SILVA, 1991).

Na Bahia, uma nova abordagem da desigualdade racial se desenvolve a partir de 1987. Nesse ano, na Universidade Federal da Bahia, Luiza Bairros defendeu dissertação sobre a presença do negro na força de trabalho da Bahia, na esteira do marco explicativo desenvolvido por Hasenbalg. Seu objeto empírico foi a evolução da desigualdade racial nos trinta anos de “alargamento” das oportunidades de trabalho ocorrido após os anos 1950. A autora (BAIRROS, 1987) constatou que paralelamente ao crescimento da população negra no período, ela também aumentou a sua participação nos ramos da atividade econômica, mantendo, porém, uma maior presença nos setores em que tradicionalmente já se concentrava: agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas, indústria e na prestação de serviços. Os brancos estavam sobrerrepresentados nos transportes e conservavam participações elevadas nos setores mais valorizados do comércio de mercadorias, das atividades sociais, da administração pública, e do comércio de imóveis, valores imobiliários, crédito seguro e capitalização (BAIRROS, 1987).

Segundo Bairros (1987, p. 39),

[...] as transformações na estrutura produtiva, acompanhadas do crescente assalariamento da força de trabalho, efetivamente provocaram um impacto diferenciado sobre negros e brancos. Isso não foi suficiente para eliminar as desigualdades, apenas colocando-as em novas bases. Os negros tiveram anuladas as possíveis vantagens do fato de constituírem a

maioria da força de trabalho, dada sua inserção proporcionalmente mais significativa nas ocupações cujo baixo prestígio social traduz-se em também baixo nível de remuneração.

Dois aspectos desse estudo devem ainda ser mencionados. O primeiro diz respeito à “acumulação de desvantagens” representada pela combinação de discriminação de gênero e de raça. Segundo Bairros, a raça seria mais “eficiente” que o sexo na produção da inferioridade social. Para ela,

Os preconceitos sexistas, que determinam a concentração de mulheres em determinadas ocupações, num certo sentido criam uma ‘reserva de mercado’ para as mulheres, que assim asseguram um espaço de atuação econômica pouco disputado pelos homens, maioria na composição da força de trabalho. (BAIRROS, 1987, p. 63).

Os preconceitos de raça reconfigurariam esta situação, diminuindo as oportunidades ocupacionais das mulheres negras pela sua exclusão dos espaços de trabalho das mulheres brancas (BAIRROS, 1987).

O segundo aspecto, é o lugar reservado à população mestiça. Bairros, nesse texto, acredita que a população mestiça tinha um padrão de inserção na força de trabalho que a aproxima mais dos pretos que dos brancos, o que “[...] sugere que o processo de branqueamento, via mestiçagem, proporciona vantagens mais simbólicas que materiais, para um amplo contingente da população negra” (BAIRROS, 1987, p. 69).

Nos anos 1990, teve lugar uma nova rodada de estudos sobre desigualdades raciais no mundo do trabalho regional, realizada por grupo interdisciplinar ligado à Universidade Federal da Bahia. A Cor da Bahia responde aos “desafios” colocados pelos argumentos da segregação geográfica da população negra em áreas subdesenvolvidas e com menores oportunidades de vida e ao da regulação das aspirações pela depreciação da autoestima. A Região Metropolitana de Salvador aparece, então, como área impactada pelo crescimento industrial recente e marcada por transformações culturais e políticas que valorizam a identidade negra, embora permaneça extremamente pobre e racista.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do programa, entre diversos achados, mostraram uma forte seletividade na inserção produtiva, com a população negra encontrando barreiras sucessivas e crescentes a sua mobilidade na medida em que a competição evolui para os espaços ocupacionais mais valorizados. Além disso, revelou a existência de padrões distintos de ingresso, permanência e saída dos grupos raciais no mercado de trabalho, onde a presença e a posição dos indivíduos no mercado estavam informadas pela condição racial e não apenas pela configuração dos ciclos econômicos (BAIRROS; CASTRO; BARRETO, 1992).

**Nos anos 1990,  
teve lugar uma  
nova rodada  
de estudos  
sobre desigual-  
dades raciais  
no mundo  
do trabalho  
regional,  
realizada por  
grupo interdis-  
ciplinar ligado  
à Universidade  
Federal da  
Bahia**

**A vulnerabilidade da população negra em face de um mercado de trabalho pouco estruturado faz com que um número expressivo de trabalhadores tenha condições de trabalho tão precárias que pouco diferenciam dos trabalhadores desempregados**

A investigação mostrou ainda que a inatividade podia ser assumida pelos brancos com menor ônus, dado o maior comando que tinham sobre suas condições de sobrevivência, devido:

[...] o acúmulo de meios materiais de sobrevivência – via de regra sustentado em estratégias coletivas dos grupos domésticos e aliado à posse de credenciais culturais e sociais (como qualificação, escolarização, idade, condição sexual e racial) – lhes permite [aos brancos] ultrapassar os ciclos recessivos (...) de maneira tal que nem sempre os primeiros a bater em retirada do mundo do trabalho são os mais frágeis ou vulneráveis [...]. (BAIROS; CASTRO; BARRETO, 1992, p. 42).

A vulnerabilidade da população negra em face de um mercado de trabalho pouco estruturado faz com que um número expressivo de trabalhadores tenha condições de trabalho tão precárias que pouco diferenciam dos trabalhadores desempregados, dos que vivem de bico, à espera de um trabalho regular (BARRETO, 1994).

A pesquisa mostrou ainda que as ocupações de alto prestígio e remuneração, a exemplo dos altos cargos do executivo, do legislativo e do judiciário, dos cargos de direção, das ocupações científicas e técnicas e das que expressam a condição de propriedade, constituem-se em ocupações típicas dos brancos, estando reservadas aos negros as ocupações manuais, o emprego doméstico e outras atividades ligadas ao desprendimento de esforço físico (CASTRO; BARRETO, 1998).

Além disso, abordou a forma diferenciada racialmente como foram preenchidos os postos de trabalho abertos e as características das pessoas negras que alçam posição nas ocupações socialmente valorizadas na indústria moderna (CASTRO; BARRETO, 1998); a forma como o racismo atua nas condições do trabalho fabril da indústria moderna, tanto indústria privada quanto na estatal (CASTRO; GUIMARÃES, 1993) e a importância dos segmentos do mercado de trabalho estabelecidos fora do espaço institucional das empresas (casa x rua, privado x público) na estruturação das oportunidades ocupacionais dos segmentos raciais (BARRETO, 1998).

A estrutura setorial da ocupação de brancos e negros conformava nichos em que a presença dos grupos era desproporcional<sup>9</sup>. A presença dos negros nas posições de trabalho era marcante nos mercados mais desestruturados, em posições de *status* social inferior e com menores rendimentos,

9 As posições de trabalho dos negros estavam em nichos setoriais da Construção Civil, Serviços Domésticos, Serviços Pessoais, Serviços de Limpeza e Vigilância, nas Oficinas de Reparação Mecânica, nas Indústrias de Materiais de Construção, Indústria de Mobiliário e Produtos de Madeira e na de Indústria de Vidros, Cristais, Espelhos e Cerâmicas. Os brancos estavam em nichos dos valorizados postos de trabalho dos Serviços Creditícios e Financeiros; Serviços Especializados, Comércio e Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis e nos Serviços de Educação (SANTOS, 1998a).

até mesmo quando exerciam ocupações idênticas à dos brancos. Além disso, as diferenças raciais eram mais intensas em relação ao tipo de trabalho, à natureza da ocupação exercida (SANTOS, 1998a).

Nos segmentos da atividade econômica onde predominava a população negra, os brancos ocupavam as posições de comando, representadas pelos cargos de direção, chefias e gerências; destacavam-se também nos postos de trabalho que exigiam formação técnica de nível superior ou expressavam a propriedade dos meios de produção e nas posições protegidas. Já os negros estavam segregados nas posições subalternas, nas tarefas manuais, no trabalho instável e sem cobertura da seguridade social, mesmo nos âmbitos que conformavam seus espaços de ocupação (SANTOS, 1998a).

Os estudos abordaram a construção da identidade racial e sua relação com o mundo do trabalho (SILVA, 1992, 1993), as modificações da posição social dos negros no processo de reestruturação socioeconômica, através das dimensões racial, social e cultural (AGIER, 1992), a forma como as mulheres negras se apropriam dos benefícios da instrução, com ênfase no setor de comércio, avaliando a contribuição da educação no sentido de “[...] libertar a mulher negra dos espaços que historicamente lhe foram destinados na sociedade brasileira” (QUEIROZ, 1994).

Diante das abordagens teóricas que substanciam o entendimento sobre raça e racismo, parte-se para a análise dos dados que retratam a realidade atual dos trabalhadores negros do estado da Bahia.

## **METODOLOGIA**

De caráter quali-quantitativo e através de múltiplos métodos (SEVERINO, 2007), a revisão da literatura embasou essa investigação, enquanto a Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2019 e 2021, serviu como fonte de dados secundários para esse estudo. Na preparação da base de dados, bem como no processamento das informações, empregou-se o Software R.

Na primeira parte do artigo, utilizou-se revisão bibliográfica para produzir os fundamentos teóricos da pesquisa. Esse método tem como premissa a análise da contribuição de autores e estudos prévios (SEVERINO, 2007). Os dados são qualitativos. Na segunda etapa do trabalho, calculou-se, através de métodos e dados quantitativos, indicadores demográficos e de mercado de trabalho, como por exemplo a população residente, a População em Idade Ativa (PIA) e a População na força de trabalho. Buscou-se identificar a presença das desigualdades raciais.

**Nos segmentos da atividade econômica onde predominava a população negra, os brancos ocupavam as posições de comando [...]. Já os negros, estavam segregados nas posições subalternas**

**Distribuída por categorias de raça ou cor, no Brasil [2021], tem-se que a população autodeclarada negra (preta e parda) se constituía em maioria, com 55,6% do total dos residentes, enquanto as pessoas que se autodeclararam brancas eram 43,3%**

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O dia 13 de maio de 1888 é o marco oficial da abolição da escravatura no Brasil. Mas, aos que foram escravizados não se assegurou os meios para as garantias de subsistência depois da abolição (THEODORO *et al.*, 2008). Após mais de 130 anos, os negros permanecem em situação de maior vulnerabilidade, integrando os segmentos com piores indicadores socioeconômicos como a análise dos dados da pesquisa e a literatura demonstram.

Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua para os trimestres de 2021 (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b), sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, a população do país naquele ano era de 212,6 milhões. As regiões brasileiras com os maiores contingentes populacionais eram o Sudeste, com 42,1% da população residente e o Nordeste, com 27,1%<sup>10</sup>.

Distribuída por categorias de raça ou cor, no Brasil, tem-se que a população autodeclarada negra (preta e parda) se constituía em maioria, com 55,6% do total dos residentes, enquanto as pessoas que se autodeclararam brancas eram 43,3%. Os demais integravam as categorias indígenas, amarelos ou asiáticos (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

No início da segunda década do novo século, a distribuição geográfica da população replica a constatação da sua natureza segregacionista feita por Carlos Hasenbalg há mais de quarenta anos. O autor demonstrou no final dos anos 1970 que negros e mulatos estavam predominantemente em regiões agrárias e subdesenvolvidas, com menores oportunidades econômicas e educacionais (HASENBALG, 1979).

Com efeito, quase a metade da população negra do país estava no Nordeste (36,2%) ou no Norte (12,5%), em 2021, em face de menos de um quinto dos brancos que também estavam nessas regiões (15,5% no Nordeste e 3,8% no Norte). As parcelas se alteram substancialmente quando se observa dados do sudeste e sul, áreas de maior desenvolvimento capitalista e industrial. Nessas regiões residiam pouco mais de dois quintos dos negros, sendo 36,0% no Sudeste e 6,3% no Sul, enquanto quase três quartos dos brancos também estavam lá, 49,8% no Sudeste e 24,6% no Sul (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

Além disso, embora o Brasil tenha experimentado no pós-guerra intensos e longos processos de urbanização e de transformações no meio rural, que resultaram em redução da população rural a 13,8% do total e na elevação das populações nas cidades a 86,2%, os negros ainda respondem pela imensa maioria da população do campo com quase dois terços dela. A expressão da população rural negra é ainda maior no Nordeste e na Bahia. Na região Nordeste responde por 78,7% dos residentes no meio rural face a 20,6% de brancos e, no estado da Bahia, 81,6% e 17,3%, respectivamente (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

Ainda, segundo a PNAD Contínua do IBGE (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b), dos quase 15 milhões de residentes na Bahia, em 2021, 80,8% (12,1 milhões) eram negros: 3,3 milhões de pretos e 8,7 milhões de pardos; e 2,7 milhões brancos. Em relação a estrutura etária, quase metade dos residentes tinham entre 25 e 59 anos<sup>11</sup>. Na população negra, eram 49,8% e na branca, 45,7%. Ainda no que tange a estrutura de idade, chama a atenção a parcela elevada de brancos com 60 anos ou mais, alcançando 17,4% desse segmento populacional, comparativamente aos apenas 12,0% da população negra (Tabela 1). Esse fato sugere uma maior longevidade para essa população, resultado de melhores condições e oportunidades de vida, demonstrando a grande desigualdade entre eles.

A população feminina é mais numerosa na Bahia (51,5%), assim como entre os negros (51,1%) e os brancos (51,8%). Apenas no segmento pardo as mulheres não constituem a maioria da população (49,3%) (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

**Tabela 1**  
**População residente por cor ou raça e faixa etária (em milhares) - Bahia - 2021**

Faixa etária	2021		
	Total	Negros	Branco
0 a 5 anos	1.277	999	270
6 a 14 anos	1.876	1.551	308
15 a 17 anos	695	564	125
18 a 24 anos	1.685	1.394	268
25 a 39 anos	3.548	2.945	568
40 a 59 anos	3.790	3.073	668
60 anos ou +	1.947	1.448	471
Idade não declarada	146	117	29
<b>Total</b>	<b>14.964</b>	<b>12.091</b>	<b>2.707</b>

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Trimestral (2022b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

**A expressão da população rural negra é ainda maior no Nordeste e na Bahia. Na região Nordeste responde por 78,7% dos residentes no meio rural face a 20,6% de brancos**

11 Inclui as classes de 25 a 39 anos de idade e 40 a 59 anos. Deve-se considerar também que as classes utilizadas não têm o mesmo tamanho.

## **Persistem nos mercados de trabalho baiano e brasileiro manifestações de grande desigualdade de raça ou cor e de sexo, relativas a entrada e premência na força de trabalho**

### **MERCADO DE TRABALHO**

Persistem nos mercados de trabalho baiano e brasileiro manifestações de grande desigualdade de raça ou cor e de sexo, relativas a entrada e premência na força de trabalho, e a existência de inúmeras barreiras sexual e racialmente informadas em relação ao acesso de mulheres e negros a: postos de trabalho, especialmente aos de maior qualidade e rendimento; barreiras a ocupações protegidas pela seguridade social; aos segmentos mais qualificados; as maiores faixas de rendimento do trabalho, mesmo quando os trabalhadores têm a mesma ocupação e estão no mesmo setor de atividade econômica; a posições de comando, chefia e propriedade etc. Pode-se dizer com segurança que o racismo e o sexismo são componentes estruturantes do mercado de trabalho local.

Os dados da PNAD Contínua (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b) indicam que no estado da Bahia, em 2021, dentre as 12.038 mil pessoas que integravam a População em Idade Ativa (PIA) com 14 anos ou mais de idade, 9.727 mil (80,8%) eram negros e 2.169 mil (18,0%) eram brancas. Na força de trabalho, seja na condição de ocupadas seja na de desocupadas, estavam 58,7% (5.707 mil pessoas) dos negros e 53,0% (1.149 mil pessoas) dos brancos.

Uma vez no mercado de trabalho, um número elevado de baianos tinha dificuldade para encontrar ocupação. A população desocupada naquele ano foi de 1.348 mil pessoas, ou seja, a desocupação atingiu 19,4% da força de trabalho. A barreira interposta aos negros na busca de ocupação era ainda mais elevada, mostrando a desigualdade de raça ou cor no acesso aos postos de trabalho. A taxa de desocupação da população negra do estado, calculada em 20,2%, era mais elevada que a dos brancos (16,1%) em 4,1 pontos percentuais. A situação é ainda mais grave quando a dimensão gênero é considerada. A desocupação atingia cerca de uma em cada grupo de quatro mulheres (24,7%) face a 15,5% dos homens na mesma condição. A hierarquização da taxa de desocupação dos segmentos de raça ou cor e sexo tinha nas mulheres negras o índice mais elevado, com 26,0% delas desocupadas, seguidas das mulheres brancas, com 19,0%, dos homens negros, 15,8% e, como fração menos atingida pela desocupação, os homens brancos com 13,7% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

Além disso, 3,4 milhões de trabalhadores estavam na condição de subutilizados<sup>12</sup>, dos quais 83,8% eram negros e 14,8% brancos. As mulheres constituíam a maioria absoluta, respondendo por 55,5% da distribuição. Entre as mulheres, tínhamos uma sobrerrepresentação das mulheres

negras que respondiam por 84,5% do contingente (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

Na Bahia, em 2021, 81,5% das pessoas com trabalho, ou seja 4.556 mil, eram negras e 0.965 mil (17,3%) brancas. Os homens detinham a esmagadora maioria dos postos, cerca de 3/5 deles ou 59,8% e, as mulheres, os demais 40,2%. Quase metade da força de trabalho ocupada no estado era formada por homens negros (49,4%) e outros 32,2% eram mulheres negras (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

Mas, superados os obstáculos de acesso, que postos de trabalho são destinados a negros e brancos que logram ocupação?

Primeiro, cumpre destacar que se trata de um mercado com elevada informalidade, com vários elementos de precariedade que tal categoria carrega. Dos 5,6 milhões de ocupados em 2021, 3,1 milhão (54,9%) estavam em posições informais (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b). Destes, 2.541 mil eram negros e 485 mil brancos. A taxa de informalidade mostra que a população negra estava mais sujeita a esse tipo de ocupação. O índice para os negros foi calculado em 55,8% enquanto o referido indicador para os brancos registrou 50,3%, como pode ser observado na Tabela 2.

De fato, por exemplo, entre os 325 mil trabalhadores doméstico da Bahia, 283 mil representavam os negros (87%) e apenas 40 mil eram brancos (12,3%). Essa ocupação é majoritariamente informal no estado, 84,0% desses trabalhadores não tinha proteção social (carteira assinada). Dos 273 mil domésticos sem garantias trabalhistas, 239 mil (87,5%) eram negros. Além da sobrerrepresentação dos negros, observa-se, também, uma elevada disparidade de gênero (92,0% dos ocupados no emprego doméstico eram mulheres) nessa atividade. Assim, as mulheres negras respondiam por 80,6% dos empregados domésticos e por 81,7% do conjunto dos sem carteira assinada do segmento (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

Contudo, no conjunto das dez principais ocupações de negros e brancos, no estado, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), oito estão presentes em ambos os grupos. *Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)* é a principal ocupação e *Escriturários gerais* ocupa a quinta posição hierárquica, empregando 8,9% e 3,6% dos negros e 9,6% e 4,7% dos brancos, respectivamente, apresentando-se na mesma ordem, como observado na Tabela 3 (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

**Na Bahia, em 2021, 81,5% das pessoas com trabalho, ou seja 4.556 mil, eram negras e 0.965 mil (17,3%) brancas**

**Tabela 2**  
**Conjunto de indicadores relacionados à força de trabalho, por cor ou raça – Bahia – 2021**

Indicadores	Total		Negros		Branços	
	Pessoas (mil)	%	Pessoas (mil)	%	Pessoas (mil)	%
<b>Total</b>	<b>14.964</b>	...	<b>12.090</b>	...	<b>2.708</b>	...
População em Idade Ativa - PIA (14 anos ou mais)	12.038	...	9.727	...	2.169	...
População na força de trabalho e participação na PIA	6.935	57,6	5.707	58,7	1.149	53,0
População ocupada	5.587	...	4.556	...	965	...
Trabalhadores informais(1) e taxa de informalidade	3.067	54,9	2.541	55,8	485	50,3
Empregados domésticos	325	...	283	...	40	...
Com carteira	52	...	44	...	*	...
Sem carteira	273	...	239	...	32	...
População desocupada e taxa de desocupação	1.348	19,4	1.151	20,2	185	16,1
Subutilizados (2)	3.399	...	2.850	...	503	...

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Trimestral (2022b).

Elaboração: SEI/Dipeq/Copes, 2022.

Notas: (1) Nesse grupo estão os trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado e domésticos), os sem CNPJ (empregadores e por conta própria) e os sem remuneração (auxílios em trabalhos para a família).

(2) Subutilizados correspondem ao total das pessoas na força de trabalho potencial, mais os desocupados e os subocupados por insuficiência de horas habitualmente trabalhadas.

\* Dados omitidos devido ao pequeno número de observações na amostra e baixa precisão da estimativa.

O Total inclui outras categoriais não mencionadas.

O conjunto das dez principais ocupações respondem por aproximadamente 2/5 das ocupações dos negros (39,0%) e dos brancos (40,5%) (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b). Os grupos de ocupações *Trabalhadores elementares da construção de edifícios* e *Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos* não estão entre as principais ocupações dos brancos e os de *Professores do ensino fundamental* e *Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado* também não estão entre as ocupações mais importantes para os negros. Convém destacar, ainda, que o grupo *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral* e o de *Pedreiros*, espaços de trabalho reconhecidamente precários e instáveis estão destinados a grandes contingentes de trabalhadores negros e têm juntos importâncias relativas maiores para a população negra (7,6%) que para a população branca (4,7%). De forma semelhante, *Comerciantes de lojas* e *Balconistas e vendedores de lojas* são mais importantes nas oportunidades ocupacionais dos brancos (9,9%) que para negros (6,8%).

De um modo geral, os negros estão sub-representados nos empregos de maior remuneração mais estáveis e com benefícios, ou seja, os de melhor qualidade. As desigualdades são evidentes na variável rendimento e nas oportunidades, principalmente em relação a negros e mulheres. Como consequência, os negros ainda lutam contra o preconceito e a discriminação que a eles destinam posições sociais inferiores (BAIRROS, 1987; CACCIAMALI; HIRATA, 2005; SANTOS, 1998a).

As desigualdades mencionadas reverberam na renda dos trabalhadores negros baianos. A Tabela 4 com a renda média das pessoas ocupadas por

**Tabela 3**  
**Classificação ordenada das 10 ocupações com os maiores números de pessoas ocupadas segundo a cor/raça - Bahia - 2021**

Classificação	Negros			Branços		
	CBO	Ocupados (mil)	%	CBO	Ocupados (mil)	%
<b>Total</b>	-	<b>4.556</b>	<b>100</b>	-	<b>965</b>	<b>100</b>
1º	Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	406	8,9	Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	93	9,6
2º	Trabalhadores elementares da agricultura	209	4,6	Comerciantes de lojas	50	5,2
3º	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	204	4,5	Trabalhadores elementares da agricultura	49	5,1
4º	Comerciantes de lojas	164	3,6	Balconistas e vendedores de lojas	45	4,7
5º	Escriturários gerais	162	3,6	Escriturários gerais	45	4,7
6º	Balconistas e vendedores de lojas	147	3,2	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	27	2,8
7º	Pedreiros	141	3,1	Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	23	2,4
8º	Trabalhadores elementares da construção de edifícios	127	2,8	Professores do ensino fundamental	22	2,3
9º	Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	117	2,6	Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	19	1,9
10º	Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	101	2,2	Pedreiros	18	1,9

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Trimestral (2022b).

Elaboração: SEI/Dipeq/Copes, 2022.

Notas: Os valores apresentados correspondem a uma estimativa média dos quatro trimestres do ano de interesse.

Os totais incluem toda a Classificação Brasileira de Ocupações - CBOs. A tabela apresenta apenas as dez primeiras.

gênero e segundo cor/raça ilustra, com dados de 2019 e 2021, as mencionadas diferenças na renda entre homens e mulheres e entre brancos e negros. Os homens brancos, que portam as vantagens do gênero e da raça ou cor, obtiveram a maior renda média (R\$ 2.723, em 2019; e R\$2.359, em 2021). Em contrapartida, as mulheres negras ocuparam a posição mais inferior no ranking da renda média, pois receberam R\$ 1.400, em 2019, e R\$1.358 em 2021. As mulheres negras auferiram 57,6% da renda média recebida pelos homens brancos em 2021 (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022a, 2022b).

A hierarquização dos rendimentos médios dos segmentos de raça ou cor e sexo nos anos observados sugere que a raça ou cor tem maior influência sobre a posição na distribuição dos rendimentos que o gênero. Com efeito, as mulheres brancas cujo rendimento médio em 2021 foi de 96,4% do rendimento de um homem do seu grupo racial detiveram o segundo maior rendimento médio. Os homens negros, apareceram na terceira posição, recebendo menos de dois terços (64,6%) da renda do trabalho do homem branco e as mulheres negras, como dito acima, ganharam 57,6% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

**Tabela 4**  
**Renda média das pessoas ocupadas por gênero, segundo a cor/raça - Bahia - 2019/2021**

Ano	Gênero	Cor/raça		Geral
		Negra	Branca	
2019	<b>Geral</b>	<b>1.573</b>	<b>2.442</b>	<b>1.721</b>
	Homens	1.692	2.723	1.864
	Mulheres	1.400	2.062	1.517
2021	<b>Geral</b>	<b>1.465</b>	<b>2.323</b>	<b>1.613</b>
	Homens	1.531	2.359	1.665
	Mulheres	1.358	2.274	1.531

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Trimestral (2022a, 2022b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: Renda média real, habitualmente recebida no trabalho principal, a preços de 2021.

Com base no Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho), calculou-se a Distribuição de renda média domiciliar *per capita* (R\$) por decis de renda, segundo a Raça/Cor dos chefes de domicílio para a Bahia, em 2021. Observou-se renda média domiciliar *per capita* inferior para os domicílios cujos chefes eram negros, quando comparada à auferida pelos domicílios com chefes brancos, para todos os decis de renda (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b). Como previsto por Hasenbalg (1979), na sociedade capitalista, a discriminação assumiu novos significados.

Para o décimo mais pobre da população, o dos integrantes do primeiro decil, a renda média domiciliar *per capita* dos domicílios chefiados por negros (R\$ 157,69) correspondeu a 83% dos domicílios chefiados por brancos (R\$ 189,96). Quanto ao último decil, pertencente aos dos domicílios com maior renda média domiciliar *per capita*, constata-se que a renda média domiciliar *per capita* dos domicílios com chefes negros da Bahia (R\$5.596,69) registrou 50,9% do relativo aos domicílios com chefes brancos no estado (R\$ 10.999,72) (Tabela 5) (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL, 2022b).

Em síntese, os dados e a literatura revelam que, é no mercado de trabalho que as desigualdades se evidenciam. Conseqüentemente, nesse contexto, a mulher negra está submetida às múltiplas discriminações: de gênero e de raça; e os homens brancos são favorecidos (CACCIAMALI; HIRATA, 2005). A formação social, política e econômica do Brasil fez emergir uma sociedade classista, racista e patriarcal (CACCIAMALI; HIRATA, 2005; THEODORO *et al.*, 2008). No Brasil, a crença na democracia racial dificultou a luta a fim de eliminar o problema que anunciavam não existir (BARRETO JUNIOR, 2019).

**Tabela 5**  
**Distribuição de renda média domiciliar *per capita*(1) (R\$) por e decis de renda, segundo a raça/cor dos chefes de domicílio - Bahia - 2021**

Decil	Branços	Negros
1	189,96	157,69
2	448,96	351,40
3	728,60	541,75
4	1.069,12	762,10
5	1.152,28	1.069,88
6	1.263,87	1.158,11
7	1.679,62	1.277,97
8	2.371,92	1.653,24
9	3.894,82	2.336,98
10	10.999,72	5.596,69

Fonte: IBGE - PNAD Contínua Trimestral (2022b).

Elaboração: SEI/Dipeq, 2022.

Nota: (1) Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se, assim, que de Nina Rodrigues aos dias atuais, diversos autores, sob diferentes orientações teóricas, ocuparam-se da questão do lugar destinado aos negros na estrutura ocupacional da Bahia. A ênfase da literatura, por mais de quatro quintos do século XX, foi a da inexistência ou fragilidade da discriminação racial. A forte e visível desigualdade entre brancos e negros, quando reconhecida, era explicada pela proximidade temporal da escravidão e pelo sistema de classificação e hierarquização vigente. Essa leitura da realidade, com diferentes roupagens, perdurou até os anos 1980.

Nas últimas décadas, a economia e a sociedade baianas passaram por intensas mudanças estruturais. Uma primeira “onda” de transformações teve lugar ainda nos anos 1950, com a prospecção e o refino de petróleo no Recôncavo. Embora com efeitos limitados, a instalação dessas atividades foi acompanhada do surgimento de oportunidades ocupacionais valorizadas, representadas pelos postos de trabalho assalariado e protegido na própria PETROBRAS e em algumas empresas fornecedoras. O alcance das transformações aí originadas sobre a estruturação das oportunidades de vida dos negros baianos, embora tenha existência reconhecida, ainda não foi totalmente avaliada.

A situação atual do conhecimento acerca das desigualdades ocupacionais entre os segmentos raciais após as transformações modernizadoras advindas do crescimento industrial e da urbanização ocorridos entre os anos 1970 e 1980 é diversa. As análises realizadas permitiram superar um certo dualismo presente nas formulações originais de Hasenbalg, onde ao sul desenvolvido, industrializado e urbanizado opunha-se um “resto do país”

**O advento de uma sociedade industrial no Nordeste não alterou o perfil profundamente desigual da ocupação, da renda e das oportunidades de vida dos trabalhadores**

atrasado, agrário e subdesenvolvido, enfim, pouco diferenciado, onde os negros estariam segregados.

Essa literatura e os dados demonstram que o advento de uma sociedade industrial no Nordeste não alterou o perfil profundamente desigual da ocupação, da renda e das oportunidades de vida dos trabalhadores. Essa situação foi objeto de inúmeras pesquisas cujos resultados “[...] permitiria romper com a imagem do Nordeste subdesenvolvido e excessivamente homogêneo, onde os negros se veriam segregados num horizonte de escassas oportunidades ocupacionais” (CASTRO, 1998, p. 288) e colocaram o problema dentro do correto enquadramento. O trabalho na Bahia é negro, mas as disparidades persistem.

**REFERÊNCIAS**

AGIER, Michel. Etnopolítica: a dinâmica do espaço afro-baiano. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 99-116, set. 1992.

ARAÚJO, Tereza Cristina; OLIVEIRA, Lúcia H. G.; PORCARO, Rosa M. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio*. 2. ed. Salvador: EDUFBA: EGBA, 1996.

BAIROS, Luiza Helena de. *Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

BAIROS, Luiza Helena de; CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. Negros e brancos num mercado de trabalho em mudanças. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, p. 32-54, 1992.

BARRETO JÚNIOR, Jurandir Antonio. O poder judiciário brasileiro e os mitos da neutralidade judicial e da democracia racial. *Revista Direitos Fundamentais e Alteridade*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 295-311, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://cadenosdoceas.ucsal.br/index.php/direitosfundamentaisalteridade/article/download/750/564>. Acesso em: 9 set. 2021.

BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. Negros, entre o trabalho precário e o desemprego. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 18., 1994, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 1994. (mimeo).

BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. Trabalho na casa e trabalho na rua. In: CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sampaio de Sá (org.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, 1998. 228 p.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda: uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/53XpnkhC6HZBNYQh3MwQjXJ/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.

CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar. In: CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sampaio de Sá (org.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, 1998. 228 p.

CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. Os negros que dão certo. In: CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sampaio de Sá (org.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, 1998. 228 p.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antônio S. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 23-61, set. 1993.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Dominus, 1965.

GLEDHILL, Sabrina. *Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Salvador: EDUFBA, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 45-63, 1995.

HASENBALG, Carlos Alfredo. 1976: as desigualdades raciais revisitadas. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 179-197. (Ciências sociais hoje, 2).

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Notas sobre a pesquisa das desigualdades raciais e bibliografia selecionada. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, 1991. p. 263-279.

HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, N. do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, 1991. p. 241-262.

LOVELL, Peggy A. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 85-98, set. 1992.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, 2). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL: microdados 2019. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Microdados/2019/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2019/). Acesso em: 3 maio 2022a.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL: microdados 2021. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Microdados/2021/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2021/). Acesso em: 3 maio 2022b.

PETRUCCELLI, José Luis. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, 2). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, 2). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia (um estudo de contato racial)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

PORCARO, Rosa Maria. Desigualdade racial e segmentação do mercado de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 171-207, 1988.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Mulheres negras, educação e mercado de trabalho. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 4, p. 78-81, mar. 1994.

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2011.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos. *Desigualdades ocupacionais entre brancos e negros na Região Metropolitana de Salvador (1987-1997)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998a.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos. Espaço negro e espaço branco na estrutura das ocupações. In: CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sampaio de Sá (org.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, 1998b. 228 p.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Nelson do Valle. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 21-44, abr. 1980.

SILVA, Paula Cristina da. *Negros à luz dos fornos: representações de trabalho e da cor entre metalúrgicos da moderna indústria baiana*. 1993. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

SILVA, Paula Cristina da. *Relações raciais e cotidiano de trabalho na Bahia: notas para a etnologia da empresa*. Salvador: CRH/UFBA, maio 1992. (Série toques, 3).

TELLES, Edward. Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 61-80, 1990.

THEODORO, Mário *et al.* (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; SOARES, Ricardo Maurício Freire; SOTERO, Ana Paula da Silva. Necropolítica e racismo: políticas de segregação no Estado Brasileiro e seus impactos na contaminação do COVID-19. *Revista Jurídica - UNICURITIBA*, Curitiba, v. 2, n. 64, p. 261-281, 2021. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/5184>. Acesso em: 7 out. 2021.

## Resumo

O presente artigo discorre sobre a Justiça de Xangô e suas interfaces com o Constitucionalismo Negro e tem como objetivo problematizar o racismo, o patrimônio, o direito à memória, os quais incidem na construção dos processos de hierarquização social e racial, de modo a conservarem a (in)efetividade dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito. O arcabouço teórico parte dos diálogos de autores do Constitucionalismo Negro a exemplo de Marcos Queiroz, Aimé Césaire e outros como a pesquisadora e escritora Maria Alice Silva, autora da dissertação de mestrado e do livro *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. A metodologia utilizada é o estudo de caso a *Pedra de Xangô*, o qual emite a concretização/operacionalização do próprio Constitucionalismo Negro, sendo a governança espiritual afro-brasileira, em especial, Xangô um instrumento de resolução de conflitos e agenciador de políticas públicas. A justiça expressa em Xangô representa uma nova forma de orientação do constitucionalismo e dos direitos fundamentais. O Constitucionalismo Negro revela a força da resistência negra em oposição ao racismo, eurocentrismo e etnocentrismo, resgatando lutas que foram apagadas pela historiografia tradicional e pelo direito oficial hegemônico. A Justiça do Machado de Xangô desvela as injustiças históricas e a invisibilização traçada pela colonialidade do ser, do saber e do poder de modo a promover o reconhecimento da Pedra de Xangô enquanto patrimônio cultural, ambiental e geológico de relevância nacional tornando-a referência, modelo para o mundo.

**Palavras-chave:** Constitucionalismo Negro; direito à memória; Justiça de Xangô; patrimônio; necropolítica; racismo.

## Abstract

*This paper discusses the Justice of Xangô and its interfaces with Black Constitutionalism and aims to discuss racism, heritage, the right to memory, which affect the construction of social and racial hierarchization processes, in order to preserve the (in)effectiveness of human rights in the Democratic Rule of Law. The theoretical framework is based on dialogues of black constitutionalism authors, such as Marcos Queiroz, Aimé Césaire and others, such as the researcher and writer Maria Alice Silva, author of the master's thesis and the book *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. The methodology used is the case study "Pedra de Xangô", which emits the implementation and operationalization of Black Constitutionalism itself, with Afro-Brazilian spiritual governance, in particular, Xangô being an instrument for conflict resolution and a public policy agent. The justice expressed in Xango represents a new way of guiding Constitutionalism and fundamental rights. Black Constitutionalism reveals the strength of black resistance in opposition to racism, eurocentrism and ethnocentrism, rescuing struggles that were erased by traditional historiography and by hegemonic official law. The Justice of Xangô's Axe unveils the historical injustices and the invisibility traced by the coloniality of being, knowledge and power in order to promote the recognition of the Xangô's stone as an environmental, cultural, geological and religious heritage of national relevance, making it a reference, as well, a role model for the world.*

**Keywords:** Black Constitutionalism; right to memory; Xango's Justice; heritage; necropolitics; racism.

# A Justiça de Xangô e as suas interfaces com o Constitucionalismo Negro: o estudo de caso *A Pedra de Xangô*

**MARIA ALICE PEREIRA DA SILVA**

Mestra e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Advogada, autora do livro: *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*.  
mariaalicearq12@gmail.com

**HÉLEN REJANE SILVA MACIEL DIOGO**

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e em Enfermagem do Trabalho pelo Centro Universitário Internacional (Uninter), especialista em Ensino da Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPe), graduada em Enfermagem (UFPe) e em Direito na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e doutoranda em Direito da Programa de Pós-graduação em Direito da (UFSC), helendiogo@hotmail.com

**FRANCISCO QUINTANILHA VERAS NETO**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), pós-doutor, mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor Titular do Centro de Ciência Jurídica (UFSC), professor da graduação, do mestrado e do doutorado no Centro de Ciência Jurídica (UFSC).  
quintaveras@gmail.com

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.3](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.3)

## INTRODUÇÃO

A escrita delineada nasce dos diálogos reflexivos, e de uma crítica mobilizadora de várias redes, empreendidas na mesa Racismo Ambiental apresentado na sétima edição do *Seminário Salvador e Suas Cores 2021: Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas e da Diáspora Negra nas Américas*, realizado pelo grupo EtniCidades: grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-FAUFBA).

Abrindo espaço para debates com várias interfaces do racismo, o evento exalou elevadas bases teóricas. A Justiça de Xangô, o Constitucionalismo Negro foram pautas que transpassaram as discussões que ora iremos produzir.

Com a promulgação da Lei Áurea, os negros brasileiros tiveram declarado uma pseudoliberalidade, foram destituídos de direitos e garantias, os quais os inscrevessem como cidadãos e, de fato, livres.

**A Justiça de Xangô é um exemplo que contempla a matriz de religiosidade afro-brasileira, exposta ainda com estigma, preconceito, discriminação e racismo(s)**

Os negros escravizados, após a abolição, continuaram vítimas da hierarquização racial. Não eram mais mercadorias, porém continuariam a margem da sociedade em espaços sociais específicos e reduzidos.

As imbricações da categoria raça sempre respaldaram uma situação de disputa, entre colonizados e colonizadores (FANON, 1968). Imperando assim a lógica de aniquilação, assimilação e genocídio da população negra.

A morte negra aconteceu, e acontece, não somente dentro de uma dinâmica física, mas também, e na maioria das vezes, associada às questões: afetiva, cognitiva, cultural, econômica, estética, laboral, religiosa, simbólica, sexual, e outras dimensões.

A presente proposta é voltada à análise da Justiça de Xangô e as suas interfaces com o Constitucionalismo Negro com vista a problematizar o racismo, o patrimônio e o direito à memória. Tais questões incidem na construção dos processos de hierarquização social e racial, de modo a conservarem a (in)efetividade dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito.

A relevância da escrita parte do lugar onde o constitucionalismo negro não é tema de ampla discussão dentro da academia. Tampouco se ousa dialogar com outras possibilidades de compreensão e conceito de justiça.

A Justiça de Xangô é um exemplo que contempla a matriz de religiosidade afro-brasileira, exposta ainda com estigma, preconceito, discriminação e racismo(s), como o ambiental e religioso.

Para além disso, faz-se necessário pensar em outras possibilidades de saberes e leituras que promovam uma (re)organização do sistema de justiça. As redes de solidariedade ancestrais são dissociadas dessa lógica de mercado autofágica e não advoga a coisificação da espiritualidade e de sua práxis.

Mister se faz de(s)colonizar o pensamento, o olhar e a produção acadêmica direcionada a compor relações e visões de mundo calcadas nas produções ocidentais e no arquétipo de uma sociedade neoliberal competitiva e individualista.

Ousamos ao falar de uma justiça ancestral detentora de uma matriz histórica, política e religiosa, que atravessa a corporeidade negra, seus saberes e fazeres. Enfim, a Justiça de Xangô que zela pela gramática antirracista e contracolonial, proclamada no chão do terreiro e das cidades, no *ethos* de vida e da espiritualidade negra.

Concluindo esse amplo espectro, faz-se necessário analisar a cultura e saberes negros, especialmente, a justiça de Xangô para se compreender

como esta pode impactar na transposição de um Estado de Direito fragmentado e/ou ainda não consolidado para a população negra brasileira. Como referência empregam-se, possíveis postulados de um Estado Plurinacional, pluriétnico, pós-colonial e intercultural em constituição hoje, em particular, na Bolívia (ZAFFARONI, 2017).

O arcabouço teórico parte dos diálogos de autores do Constitucionalismo Negro: Marcos Queiroz, Aimé Césaire e outros, a exemplo da pesquisadora e escritora Maria Alice Silva, autora da dissertação de mestrado e do livro *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*.

A metodologia utilizada é o estudo de caso *A Pedra de Xangô*, o qual emite a concretização/operacionalização do próprio Constitucionalismo Negro, sendo a governança espiritual afro-brasileira, em especial, Xangô um instrumento de resolução de conflitos e agenciador de políticas públicas.

Após uma breve descrição de onde nascem às primeiras águas de nossa navegação, com a permissão da orixalidade, falamos, inicialmente sobre: “Xangô Reina: Resistência e Re-existência”, abordamos, ainda, as “Insurgências Negras: do Atlântico ao Constitucionalismo Negro” e, por fim, “A Justiça do Machado de Xangô”.

## **XANGÔ REINA: RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA**

Sàngó<sup>1</sup>  
 Ele é Rei, Oba!  
 Na dinâmica social e cosmológica negro-africana tem  
 a prerrogativa biomítica da justiça.  
 Na diáspora, assume a função da justiça reparadora.  
 Está ligado ao princípio físico e fenomenológico  
 do fogo,  
 dos rios,  
 dos trovões.  
 O mistério das árvores também o constitui.  
 Vermelho, branco,  
 vermelho e branco.  
 Oşé-Sàngó – grande transmissor de àşę.  
 Possui a função genitora masculina.  
 Aláàfin – dinastia, corrente de vida ininterrupta.  
 Oba de Oyo – aquele que assegura a expansão da linhagem,  
 a expansão do reino.

1 “Oríki (louvação) para Sàngó, construído a partir das obras: Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira, de Marco Aurélio Luz (2000); Os Nàgô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o culto Ègun na Bahia, de Juana Elbein dos Santos (2012); e Dicionário yorubá-português, de José Beniste (2011)” (ALVES; JESUS, 2020, p. 43).

**No campo da matriz afro-brasileira, enquanto religião, encontramos um arcabouço de saberes outros que orientam tanto as lógicas de espiritualidade, como também de valores e de ethos (ética e estética)**

O mito da democracia racial, muito bem construído – por Freyre (2003), na obra *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* e por Pierson (1971) em *Branços e Pretos na Bahia* descreve relações amistosas, harmônicas e habilmente resolvidas, circunscrevendo uma ficção de cordialidade e de bem viver entre estruturas distintas, quando negros e brancos, apresentavam relações antagônicas na esfera do pertencimento e garantias.

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça a adiantada à atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente [...] A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária), de trabalhos (escravidão), de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo), de religião (do catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.), de vida sexual e de família (o patriarcalismo poligâmico), de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés), de política (o compadrismo). (FREYRE, 2003, p. 35-36).

Para Freyre (2003) há uma simbiose entre a casa grande e a senzala que resiste diante de um histórico de colonialismo, o qual foi revivificado pela colonialidade do poder, da necessidade de analisar o Constitucionalismo Negro, bem como, a Justiça de Xangô enquanto instrumentos relevantes, de modo a entender o *modus operandi* de um sistema que majora injustiças raciais, sociais e ambientais.

No campo da matriz afro-brasileira, enquanto religião, encontramos um arcabouço de saberes outros que orientam tanto as lógicas de espiritualidade, como também de valores e de *ethos* (ética e estética) que demarcam também a questão da justiça, o candomblé é um deles.

O candomblé é o resultado da mistura das vivências religiosas trazidas para o Brasil pelos mais diversos grupos étnicos (yorubá – banto – ewe-fon e outros) oriundos do continente africano que aqui chegaram na condição de escravizados. Desprovido de seus bens materiais e pessoais, o povo negro da diáspora trouxe apenas no corpo, na memória, as suas crenças, os seus símbolos, mitos, ritos e tradições que foram aqui ressemantizados. (SILVA, 2019, p. 31).

No mesmo espaço físico, no terreiro, na última década do século XVIII, ou nas primeiras décadas do século XIX, para os mais conservadores, africanos

de “diferentes nações e os ameríndios – os verdadeiros donos da terra – dos rios, das matas, das florestas brasileiras” – realizavam as suas práticas religiosas. Surgia, desse modo, no terreiro, o candomblé e o culto as divindades: orixás, inquices, voduns, caboclos e encantados (SILVA, 2019, p. 31).

Na Bahia, o termo candomblé foi se ampliando em significados ao longo do século XX. O vocábulo foi mencionado por Nina Rodrigues quando tratou da ação policial no ano de 1826, no quilombo do Urubu, liderado pela negra Zeferina, que se localizava na área que hoje corresponde ao bairro de Pirajá. Nina Rodrigues, em *O animismo fetichista dos negros africanos*, faz referência ao quilombo informando que o mesmo se sustentava com a ajuda de uma casa de fetiche circunvizinha, denominada Casa de Candomblé (RODRIGUES, 2006).

Verger (2002, p. 29) se refere à utilização do termo candomblé pelos próprios membros do Ilê Omo Axé Aira Intilé (Casa Branca) com base num artigo do Jornal da Bahia, de 03/05/1855, que se remetia a uma reunião nessa casa: “[...] Foram presos e colocados à disposição da polícia Cristovão Francisco Tavares, africano emancipado, [...] que estavam no local chamado Engenho Velho, numa reunião que chamavam de candomblé”.

A expressão candomblé foi definida por Ramos (1954, p. 359) como uma substituição dos batuques, que eram as danças de agrupamentos de escravizados realizados aos domingos e autorizados pelos seus senhores, como sendo: “Termo que primitivamente significava dança e instrumento de música e, por extensão, passou a designar a própria cerimônia religiosa dos negros”.

A palavra candomblé é, atualmente, segundo Braga (1995, p. 128): “Nome pelo qual é conhecida, na Bahia, a comunidade religiosa afro-brasileira”. Estas sociedades são autônomas. São unidades singulares onde cada um segue o seu curso, sua vida, sem a interferência dos demais.

Na análise de Souza (2007) a percepção sobre as práticas mágico-religiosas, onde os indivíduos entram em contato com entidades, espíritos, deuses e ancestrais era um fator central na vida dos africanos e passou a ser de seus descendentes brasileiros.

Diante disto, a religião é um território de referência ao sagrado e, também, espaços coletivos de partilha, solidariedade, novas identidades e novas comunidades expressas hoje, também, na matriz coletivista quilombola, de povos originários e mesmo do coletivismo de movimentos sociais rurais onde as trocas solidárias podem se expressar de uma forma holística e solidária em detrimento do racismo estrutural mantido também pela lógica capitalista que bestializa africanos, os indígenas, as mulheres e a natureza em uma dinâmica de desvalorização (ALMEIDA, 2018; MOORE, 2015).

**Estas sociedades são autônomas [comunidade religiosa afro-brasileira]. São unidades singulares onde cada um segue o seu curso, sua vida, sem a interferência dos demais**

**Ao se falar em orixalidade, pontua-se uma relação de saberes afro-diaspóricos, os quais são balizados pelo sagrado – a ancestralidade – e pela oralidade**

Ao se falar em orixalidade, pontua-se uma relação de saberes afro-diaspóricos, os quais são balizados pelo sagrado – a ancestralidade – e pela oralidade. Santos (2019) descreve de forma um tanto poética, contudo precisa, o que vem a ser a Orixalidade.

Sou morte, nascimento, comunicação, alquimia, tecnologia, criatividade, intuição, intenção, dom, genialidade. Sou ação, precisão passado, presente, futuro e por isso sou atemporalidade. Sou raio furioso lascando em banda uma árvore. Sou trovão acariciando tempestade. Sou mar calmo e mar bravo em constante equilíbrio nas profundidades. Sou rio aparentemente inofensivo, mas tome muito cuidado com onde me pisa e acautele a sua vaidade. Sou palavra enfeitada de mandinga e treinada na vadiagem. Sou o velho no menino novo, sou a maioria da novidade. Sou água, fogo, fumaça, sêmen, suor, sexo, sangue, amor, cores, sabores e sou cachaça. Sou a folha que adoece e sou a folha que cura. Sou as tranças que guardam as sementes e mapeiam a fuga. Sou chegada e no mesmo sou saudade. Sou a bomba que mora na parte interna do seu peito esquerdo e que bombeia vida por toda a sua humanidade. Eu sou o que você não sabe, o que você finge não saber e sou o que você pensa que sabe, sim, sou tudo mais que é ancestralidade. Eu, eu sou Orixalidade. (SANTOS, 2019, p. 71).

Dentro desse escopo, pode-se compreender a matriz afro-religiosa, máxime, o candomblé como um sistema que desenvolve essencialmente uma comunidade com herança cultural africana e que dentro de seu dinamismo interno produz valores éticos e comportamentais que elevam, engrandecem, particularizam o indivíduo, a partir da e/ou com a sua territorialidade, tipografando também uma e/ou a sua marca no patrimônio cultural do país (BRAGA, 1992).

Além disso, acrescenta o autor que o capital ancestral afro-brasileiro se diferencia, no momento que edifica uma estratégia ideológica, como base para uma identificação singular do mundo. É dentro de um sistema de valores, muito próximo e familiar, que os negros são estimulados a continuar a resistência em prol de um espaço conquistado, ainda que mínimo e carregado de desafios (BRAGA, 1992).

Ao postular uma outra justiça, fala-se não de uma justiça qualquer, mas da Justiça de Xangô, com valor ancestral, ético, responsivo e passada para os indivíduos negros, adeptos da religiosidade de matriz africana, como o Candomblé (na Bahia), as Casas Mina (Maranhão), e as Casas de Xangô (Sergipe, Alagoas e Pernambuco), e o Batuque (no Rio Grande do Sul), através da oralidade.

Descreve Barbosa Júnior (2013) que Xangô é um Orixá, palavra que, etimologicamente, significa cabeça em iorubá (“Ori” cabeça, “Xá”: rei, divindade). Os orixás fazem parte do panteão africano trazido às Américas pelos negros escravizados. Dentro da tradição da religiosidade de matriz africana,

a qual há uma diversidade grande desde o Candomblé para a Umbanda, cada orixá representa um ponto específico da natureza, sendo estes pontos de força e que demarcam a sua atuação. Xangô é um orixá da Justiça, que se concentra no meio da vibração de outros dois orixás Exú e Oxalá, destacando assim o seu posicionamento de equilíbrio, ou seja, “como o fiel de uma balança” (BARBOSA JÚNIOR, 2013, p. 41).

Para Prandi (2001), Xangô apresenta um poder secular e teria uma posição central e de patrono das religiões dos orixás no Brasil. Xangô é o dono do trovão, conhecedor dos caminhos do poder secular, governador da justiça (PRANDI, 2001, p. 29).

A justiça de Xangô é uma justiça aprendida e produzida dentro das relações, vivências e redes de sociabilidade “do” e “no” terreiro. Difere do paradigma de justiça institucionalizada e eurocêntrica, a qual produz classificações, distinções e punitivismo. Concebida da matriz ancestral, a justiça de Xangô é uma justiça libertária, fundamentada na ética de ser e estar no mundo. A partir de uma cosmopercepção que prima pelo campo relacional e igualitário. A justiça de Xangô não exige punição, porque é atemporal, logo os processos de Xangô acontecem no seu tempo, sem distinções, mas entregando o que é devido, ou seja, equidade, liberdade e dignidade.

## **INSURGÊNCIAS NEGRAS: DO ATLÂNTICO AO CONSTITUCIONALISMO NEGRO**

O Atlântico é palco para muitas travessias e empreitadas capitalistas, mas também foi um espaço de aniquilamento humano, sobretudo, de indivíduos negros, sequestrados, e trazidos para as terras brasileiras como mercadorias, subumanizadas, e, o que é pior, escravizados e deslegitimados de pertencimento e humanidade (GIROY, 2001; HALL, 2005).

Ao se debruçar sobre Constitucionalismo Negro e Justiça de Xangô, deseja-se performar novas observações e análises da inserção da raça, sob um viés de estudos críticos do direito com os debates mais recentes a respeito da diáspora africana, relações raciais, racismo e antirracismo.

A partir de uma prática postulada pela cidadania afro-diaspórica, concebida no sonho da revolução haitiana, quando a rebelião contra a escravidão produziu o embrião de um estado quilombola (QUEIROZ, 2021), desponta-se, então, força inspiradora para futuras incursões na reformulação de um projeto constitucional alternativo e libertador, constituído e fundamentado na prática e práxis pluralista jurídica de um poder constituinte originário, insurgente que possa ser sinérgico aos construtos do constitucionalismo andino com sua proposta pluriétnica, plurinacional, pós-colonial, ecocêntrica (ZAFFARONI, 2017).

**A justiça de Xangô é uma justiça aprendida e produzida dentro das relações, vivências e redes de sociabilidade “do” e “no” terreiro. Difere do paradigma de justiça institucionalizada e eurocêntrica**

**A era pandêmica já era bastante presente nas vidas negras, fragmentadas por um estado que trabalha, ainda, sobre um sistema de perecimento de corpos específicos, sendo a cor um desclassificador na "empresa colonial"**

Indubitavelmente, não há como negar os tempos sombrios que pairam sobre o país, antes mesmo do contexto pandêmico, imposto pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). A era pandêmica já era bastante presente nas vidas negras, fragmentadas por um estado que trabalha, ainda, sobre um sistema de perecimento de corpos específicos, sendo a cor um desclassificador na "empresa colonial", expressão descrita por Césaire (1978, p. 23).

Pondera-se assim que a negação, incipiente, e até mesmo configurada em descaso, com os direitos humanos ancoram-se também dentro de um ângulo da colonialidade de poder (CÉSAIRE, 1978; FANON, 2018; QUIJANO, 2009) e da necropolítica (MBEMBE, 2018a).

O conceito do genocídio imposto à população negra pode ser compreendido a partir de categorias de "vida nua", de "homo sacer" de Agamben (2015) e de "necropolítica" de Mbembe (2011, 2014). Ou seja, conforme essa última a modernidade ocidental através de suas instituições (estado, empresa, escolas, igrejas) criou mecanismo de controle de vidas negras. A primeira categoria de Agamben nos interpela a pensar no sentido de que como as vidas negras são condenadas à morte por uma única razão de ter nascido e nascido em corpos negros. (MALOMALO, 2019, p. 78).

O processo de redemocratização ocorrido em 1988, delimita muitas questões, a medida que se passaram mais de trinta anos da Constituição Cidadã e o que de fato, esse documento marco, significa, nesse longínquo tempo.

Para Barroso (2013) o termo constitucionalismo é de uso conexo com o vocabulário político e jurídico do mundo ocidental, associados aos processos revolucionários franceses e americanos. Persevera nessa assertiva que o que acompanha ou o que conduziu esse modelo de civilização é a supremacia da força ao Estado de Direito, o qual a pedra angular de observação advém da cultura ocidentalizada e dos valores permeados nesta. Considera-se ainda que nem todos estados tiveram o mesmo percurso e encontram-se no mesmo estágio institucional, sendo que em muitas partes do globo o ideal constitucional e a luta pela liberdade seja algo a se encontrar.

A modernidade colocou em evidência não somente discursos hegemônicos, mas grandes encruzilhadas ocidentais, as quais demonstram que nesse período edificou-se o constructo raça, operando assim processos de hierarquização racial e social que refletem no hoje.

Corroborando com essa asserção Schwarcz (2019) aponta que

[...] a emergência do racismo é, portanto, um "troféu da modernidade". Se a presença de negros em espaços de prestígio social já era basicamente vedada, ou muito dificultada pela escravidão, permaneceu bastante incomum no começo de nossa história republicana. Por isso o sistema

escravocrata só aparentemente restou fincado no passado. (SCHWARCZ, 2019, p. 31).

Na análise de Césaire (1978, p. 25), os nexos entre colonizador e colonizado são bem delineados, favorecendo uma ínfima distância, de modo que neste espaço apenas se reproduz “[...] o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias [...], as elites descerebradas, as massas aviltadas”. Por sinal essa é uma lógica ainda viva na nossa estrutura social marcada por profundas desigualdades raciais e cisões de um *apartheid* racial desvelado após a queda da mitologia da democracia racial.

Por outro lado, o que a perspectiva da “colonialidade do poder”, expressa por Quijano, desenvolve, a partir de Aimé Césaire, Franz Fanon, como a raça e racismo são fundamentos organizadores de todas as estruturas e suas inúmeras classificações do sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2008).

No campo dos direitos humanos, é preciso problematizar a universalidade, a qual não comporta indivíduos racializados e considerados dentro da análise da colonialidade de poder, um “outro”, inferior, logo não sujeito(s) de direito(s).

Culmina com essa colocação a observância sobre o poder colonial de exercer de forma inflexível o controle sobre os corpos negros, os impedindo do exercício de cidadania.

Os corpos negros não são lidos como corpos políticos, sendo a sua localização pensada a partir de uma margem. Sendo assim, a configuração das prisões certificam estes locais como espaços negros e quando não estas, as periferias o são, localidades onde os sistemas tendem a ampliar o controle em detrimento da proteção dos centros urbanos.

Perfaz dizer, que não é demasiado destacar, que dentro desta trama de dinâmicas e trajetórias do Atlântico Negro (GILROY, 2001; HALL, 2005), “a diáspora africana disputou, profanou, potencializou, rasurou e construiu o legado da modernidade” (QUEIROZ, 2021, p. 93).

A Revolução Haitiana (de 1791 e 1804) é uma chave para a expressão do Constitucionalismo – como teoria e história do mundo moderno jurídico – que sem dúvida teve reflexos da agência negra decorrente da revolução que protagonizou consequências, caladas, de modo a analisar as junções do direito, política, raça e identidade nacional não só naquele território de disputa, mas em tantas outras partes do globo (QUEIROZ, 2021). Talvez o medo branco, como enunciou Azevedo (1987) na obra *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*, sempre escondeu, silenciou e apagou uma história única, *sui generis*, da diáspora negra no

**Nossa estrutura social [é] marcada por profundas desigualdades raciais e cisões de um apartheid racial desvelado após a queda da mitologia da democracia racial**

**O constitucionalismo negro revela a força da resistência negra em oposição ao racismo, eurocentrismo e etnocentrismo hegemônicos**

mundo que também deixou e imprimiu um patrimônio de tamanha relevância no campo não só cultural, mas político-jurídico.

Esse medo ainda está presente nas elites francesas e em descendentes da casa grande brasileira que se atemorizam com ações afirmativas e processos educativos capazes de promover uma maior inclusão social de grupos historicamente marginalizados e distanciados pela política do embranquecimento do arianismo de Gobineau (MUNANGA, 1984).

Desta forma se mostra que a justiça expressa “em” e “por” Xangô representa uma nova forma de orientação do constitucionalismo e dos direitos fundamentais. O constitucionalismo negro revela a força da resistência negra em oposição ao racismo, eurocentrismo e etnocentrismo hegemônicos. Resgatando assim lutas que foram apagadas pela historiografia tradicional e pelo direito oficial hegemônico feito por homens brancos e proprietários.

A Justiça do Machado de Xangô permite desvelar as injustiças históricas e a invisibilização pela colonialidade do ser, do saber e do poder. A luta haitiana no século XVIII contra o poder colonial imperialista europeu demonstra a força da resistência negra diaspórica contra Napoleão e seu desejo racista de restituir a escravidão em São Domingos. Processo revertido pelos jacobinos negros com a grande liderança de Toussaint L’Ouverture (JAMES, 2000). Na verdade, esse papel incrível da liderança revolucionária Haitiana de Toussaint L’Ouverture foi ignorada pela historiografia francesa, que atribui o fracasso das tropas francesas, simplesmente à febre amarela e não a ação genial deste grande líder haitiano.

A sociedade francesa também continua marcada por seu culto ao negrófobo. Napoleão foi inspirador de Hitler e Mussolini e cultuado em peças como os Campos de Maio, e por sua vez, idolatrado por Mussolini.

Napoleão é o precursor, com sua ação genocida no Haiti, no uso do Zyklon B, para matar a população negra combinada com horrendas torturas usadas na repressão ao movimento que surge quando decide restaurar a escravidão abolida na revolução francesa, reativando o Código Negroiro, o qual visava restaurar a escravidão na região, com vistas a beneficiar a elite latifundiária francesa na ilha de São Domingo.

Napoleão é essencial para criar o exemplo, que será concretizado com a política racista edificada pelo holocausto no século XX, assim como ocorreu, anteriormente, com a sua tentativa de apagar da história, a figura do grande general negro, francês, Alexandre Dumas, seu adversário político, pai do escritor Alexandre Dumas.

O culto ao “herói” Napoleão repercute até hoje nas celebrações em sua homenagem, realizadas por instituições que cuidam de propagar a sua

ideologia, e que continuam mantendo relações escusas com a África, no que tange a obtenção de madeira de lei por tráfico.

A narrativa da história oficial dos vencedores glorifica essa figura, invisibilizando e desconsiderando os seus crimes de guerra e a atual situação em que continua a ocorrer a marginalização do negro, advindo das colônias francesas, originando a situação de um subcidadão como alguém que veio de áreas como a Martinica que não é tratado com um verdadeiro cidadão (RIBBE, 2008).

Confrontando a perspectiva eurocêntrica, o Constitucionalismo Negro permite enunciar uma proposta de ruptura com a necropolítica e o racismo estrutural desmantelando as mitologias jurídicas do ocidentalismo capitalista com suas sequelas patológicas irreformáveis e as ideologias da democracia racial que sucedeu às teorias do embranquecimento arianistas, de Arthur Gobineau no Império (MUNANGA, 1984).

De mais a mais, é urgente o resgate da cidadania insurgente pela cidadania diaspórica, que se constitui em um forte instrumento de transformação social ao lado de outras narrativas de libertação descoloniais. Este afirma um empoderamento das identidades em prol de igualdade, liberdade e fraternidade, traduzidas na língua dos oprimidos e vencidos nesta história de opressão que já dura séculos.

A libertação será feita pelas próprias vítimas deste processo que mostram que são capazes de resgatar o que lhes foi aniquilado por violência, tortura, senzalas, chicotadas e piadas para destruir a autoestima inferiorizando a cultura negra também no plano jurídico.

A religiosidade de Xangô faz parte desta luta por um estado negro capaz de restaurar e ressignificar os valores das matrizes africanas e também dos povos originários sedentos de uma justiça descolonial que supere os traços de violência e de trauma psicológico que se expressam no nível clínico e político.

A vulnerabilidade da psique confrontada com os traumas do real, se expressa nos sobreviventes destas guerras da descolonização e podem produzir, inclusive, obsessões alucinatórias e traumas nos colonizados (FANON, 1968).

A violência revolucionária com uma prática de ressimbolização, na qual está em jogo a reciprocidade diante do arbítrio supremo que é a morte, atuando em uma situação de sofrimento(s) produzido(s) pela lei bestial do colonialismo, operando no sujeito a alteração radical do sujeito consigo mesmo e com o outro (MBEMBE, 2018b).

**A religiosidade  
de Xangô faz  
parte desta luta  
por um estado  
negro capaz  
de restaurar e  
ressignificar  
os valores  
das matrizes  
africanas**

## **A Justiça do Machado de Xangô se faz no dia a dia, no chão do terreiro, nas praças e avenidas, nas pedras, cachoeiras, rios e mares**

Fanon (1968) destaca que esses conflitos políticos e subjetivos originários no contexto da história colonial, que é uma história de exploração permanente, resultaram em um posterior momento de descolonização.

Na produção de homens novos, o processo histórico se repete e a situação do colonizado é o de uma cidade faminta com problemas, infraestruturais e superestruturais, onde a cisão racial resulta na equação: “o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico” (FANON, 1968, p. 29).

Hoje esse processo, descrito por Fanon (1968), pode ser atualizado para uma situação em que as novas insurgências aparecem contra a destruição social e ambiental promovida pelo neoliberalismo, por políticas transnacionais de financeirização e pelo uso do aparelho estatal para promover a destruição e o genocídio necropolítico, a favor de ganhos econômicos e da manutenção do *status quo* dentro da agenda neocolonial.

No caso brasileiro, este cenário também pode ser expresso na pandemia que foram atingidos, principalmente negros, pobres e indígenas em situações agudizadas pelo autoritarismo neofascista e do *lawfare* na etapa de um estado pós-democrático (CASARA, 2017).

Essas novas mazelas patológicas redirecionam estratégias, que procuram manter os negros nas novas senzalas da desigualdade capitalista e das redundâncias do preconceito atrelado ao racismo estrutural.

O invólucro se expressa na branquitude institucional e no mundo do trabalho em que as heranças do projeto racista de exploração persistem na fase da descolonização e que resulta em um processo contínuo de destruição e violação dos direitos fundamentais das comunidades negras e das comunidades tradicionais.

O constitucionalismo negro não negligencia a memória histórica do colonialismo e das heranças malditas que se perpetuam no momento descolonial, exigindo a consideração destas premissas axiológicas na legitimação de um novo projeto de ação jurídica constitucional.

### **A JUSTIÇA DO MACHADO DE XANGÔ**

A Justiça do Machado de Xangô se faz no dia a dia, no chão do terreiro, pejis (altar), praças, avenidas, cachoeiras, rios, mares, aos pés da Pedra de Xangô, também conhecida como Pedra de Nzazi, Pedra de Sogbo, Pedra da Onça, Pedra da Godia, Pedra do Quilombo do Buraco do Tatu, Pedra do Quilombo do Urubu.

A Pedra de Xangô está localizada nos limites Sul da APA - Área de Proteção Ambiental - APA Estadual Joanes-Ipitanga, na bacia hidrográfica do Ribeirão Itapuã-Mirim, mais precisamente, na Avenida Vale do Assis Valente - uma encruzilhada que conecta os bairros de Cajazeiras X a São Cristóvão, passando por Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV e Boca da Mata, em Salvador-Bahia (SILVA, 2019).

Área de remanescentes do bioma Mata Atlântica, área de remanescentes de quilombo, antigo aldeamento indígena, a pedra sagrada é, também, morada dos orixás, voduns, inquices, caboclos e encantados (SILVA, 2019).

O monumento lítico possui mais de bilhões de anos e as divindades afro-brasileiras, a exemplo de Oxóssi, Agué, Mutalombo sempre o protegeu em suas vastas e densas florestas, de difícil acesso.

Em 1970, Salvador atravessava uma grande crise habitacional advinda do crescimento da economia, da metropolização da cidade, da implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, a 40 km da capital, trazendo assim grandes contingentes populacionais do interior, notadamente do Recôncavo e de outras regiões do país<sup>2</sup>.

Para resolver o problema do déficit, de moradia, o governo do estado resolve implantar conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade, em áreas consideradas até então zonas rurais.

Assim, para implantar o Projeto Urbanístico Integrado Cajazeiras, o governo do estado, através do decreto n. 24.922, em 1975, declarou de interesse social e desapropriou quatro fazendas: União, Cajazeiras e Jaguaripe de Cima ou Fazenda Grande e Chácara Nogueira (SILVA, 2019).

A área desapropriada perfazia um total de 16 milhões de m<sup>2</sup> e abrangiam áreas na BR-324 - altura do Supermercado Makro, até o Km 5,5 da Estrada Velha do Aeroporto, cujas divisas incorporavam os bairros de Castelo Branco - Nova Brasília - Golfe Clube e a Represa do Ipitanga - APA Joanes Ipitanga (SILVA, 2019).

Dos 16 milhões de metros quadrados desapropriados, somente 6,9 milhões de metros quadrados foram regularizados pela empresa URBIS - Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A. A área restante foi ocupada informalmente, alienada e/ou absorvida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), para outros usos (SILVA, 2019).

**O monumento lítico possui mais de bilhões de anos e as divindades afro-brasileiras, a exemplo de Oxóssi, Agué, Mutalombo sempre o protegeu em suas vastas e densas florestas, de difícil acesso**

2 Informações retiradas do documento interno da Fundação Mário Leal Ferreira *Diagnóstico sociocultural ambiental do Parque em Rede Pedra de Xangô - 2018*.

**A Pedra de Xangô que até então vivia mergulhada em uma mancha de Mata Atlântica bem conservada foi, a partir do ano de 2002, perdendo a sua abundante e bela vegetação**

Em 1982, o estado amplia a área física de Cajazeiras, adquire novas áreas em Fazenda Grande, o equivalente a 3,8 milhões de metros quadrados, propondo o Projeto Urbanístico Integrado Cajazeiras – Fazenda Grande (SILVA, 2019).

Os conjuntos habitacionais foram edificados no topo dos morros, cumeadas e fundos de vales e não foram realizados estudos de impactos ambientais. O Projeto Urbanístico Integrado Cajazeiras – Fazenda Grande deu origem a novos bairros, nas imediações da Pedra de Xangô, próximo a 550 m do espelho d'água da Represa do Ipitanga.

O Conjunto Residencial Fazenda Grande 8b, localizado nas proximidades da Pedra de Xangô é um dos exemplos emblemáticos do que o urbanismo demolidor foi capaz de fazer: partir a cidade, fragmentar os espaços, construir avenidas sem o olhar para quem lá reside e sem respeito à fauna e à flora. Inúmeras nascentes foram aterradas para a construção das unidades habitacionais. (SILVA, 2019, p. 63).

É importante ressaltar que os conjuntos habitacionais edificados não possuíam sistema de esgotamento sanitário adequado, os esgotos eram canalizados para os cursos d'água que corriam nos vales, sem qualquer tratamento.

A Pedra de Xangô que até então vivia mergulhada em uma mancha de Mata Atlântica bem conservada foi, a partir do ano de 2002, perdendo a sua abundante e bela vegetação. Inicia-se, naquele ano, o processo de terraplanagem da futura Avenida Vale do Assis Valente, artéria que iria abrigar o sistema de esgotamento sanitário dos bairros, ou seja, as lagoas de estabilização<sup>3</sup> e os digestores anaeróbicos<sup>4</sup>.

O fato dramático aconteceu em meados de 2005. O estado, no curso final das obras de construção da Avenida Vale do Assis Valente, resolve implodir a Pedra Sagrada, pois a mesma estava dificultando o traçado da pista. Xangô, do alto de sua pedreira, convocou o povo de terreiro e a comunidade local para sair em seu socorro (SILVA, 2019).

A nocividade do estado, enquanto agente de produção do espaço, estava a comprometer de muito as dinâmicas religiosas, culturais e ambientais do território. Nascia a partir dali uma retomada ancestral, um aquilombamento. Era preciso fazer cessar o processo histórico de apagamento, de práticas de racismo ambiental e religioso.

3 Lagoas de estabilização (LE) são sistemas naturais de tratamento de efluentes (esgotos) através de meios biológicos.

4 Digestores anaeróbicos – equipamentos utilizados para tratamento de resíduos sólidos como os provenientes de Estações de Tratamentos de Esgotos (ETE's).

Imperativo garantir o direito à memória, a existência e presença da população negra na cidade de Salvador, notadamente, a permanência da Pedra de Xangô.

A religiosidade de Xangô faz parte da luta por um estado plural, que acolha a diversidade, garanta as manifestações culturais afro-brasileiras, institua marcos legais e políticas públicas que promovam a justiça ancestral.

Era preciso informar aos poderes públicos e a sociedade soteropolitana que a Pedra de Xangô é um sítio natural sagrado afro-brasileiro, um território-terreiro, itinerante, em rede e que no seu entorno existem representações de espécies relevantes da fauna, flora e geossímbolos que estão se tornando escassos devido a um modelo de produção do espaço urbano que separa a sociedade da natureza, segrega, provoca o agravamento dos problemas socioambientais e culturais.

O Candomblé é natureza. As árvores, as plantas, as pedras, as fontes, as águas dos rios, do mar, são moradas sagradas dos orixás, voduns, inquices, caboclos e encantados. O entorno da Pedra de Xangô é composto por ecossistemas que possuem valor relevante para as práticas e os rituais. São ervas, folhas, raízes e frutos utilizados para chás, banhos e preparo de oferendas. (SILVA, 2019, p. 65).

Em 2008, a Prefeitura, através da parceria entre o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA e as Secretarias Municipais de Reparação e Habitação, realizou o Mapeamento dos Terreiros de Salvador. Constatou-se que Cajazeiras (área do perímetro da Pedra de Xangô) ocupa o segundo lugar em representatividade, perdendo apenas para o Subúrbio Ferroviário.

As Comunidades de Terreiros de Cajazeiras e adjacências, em sua maioria, são consideradas terreiros de laje, constituindo-se em edificações de dois a três pavimentos em áreas adensadas, sem espaços verdes ou áreas abertas, necessitando dos espaços públicos, parques, praças, encruzilhadas para a realização dos seus atos litúrgicos (SILVA, 2017).

A Pedra de Xangô é ponte entre o Orun (céu) e o Aiyê (terra), é o elemento aglutinador das teias de terreiros de Cajazeiras e adjacências (SILVA, 2019). Isto posto, como garantir a preservação da Pedra de Xangô e do seu entorno, enquanto sítio natural sagrado afro-brasileiro, geossímbolo, integrante do *ethos* (ética e estética), da cosmopercepção de mundo dos adeptos das religiões de matriz afro-brasileiras?

Como restaurar e ressignificar o entorno da Pedra de Xangô? Como promover uma justiça descolonial que se insurja contra a destruição social, cultural e ambiental fomentada pelo neoliberalismo, por políticas transnacionais?

**A religiosidade de Xangô faz parte da luta por um estado plural, que acolha a diversidade, garanta as manifestações culturais afro-brasileiras**

## **A pesquisa redimensionou o papel da universidade brasileira na resolução de conflitos e problemas urbanos no entorno da Pedra de Xangô**

Como evitar que a mão do Estado deflagre a destruição e genocídio também expressos na pandemia e que atingem principalmente a população negra, pobre em face ao autoritarismo neofascista, e do *lawfare*, que insistem em manter os negros nas senzalas da desigualdade capitalista e do preconceito institucional no mundo do trabalho?

A Justiça do Machado de Xangô responde a essas indagações. Numa sociedade racista, assimétrica e desigual, a libertação será feita, a partir das suas próprias vítimas, e no caso em estudo, através dos rituais afro-brasileiros, das caminhadas, amalás, ossés, orôs, xirês, fogueiras de Xangô, das tessituras em redes e outras manifestações culturais realizadas na Pedra de Xangô com a finalidade de preservar a sacralidade, o legado ancestral, o aquilombamento e, garantir um ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

A dissertação de mestrado intitulada *Pedra de Xangô um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA teceu as redes de resistência e teve um papel decisivo na construção das políticas públicas (SILVA, 2017).

A pesquisa redimensionou o papel da universidade brasileira na resolução de conflitos e problemas urbanos no entorno da Pedra de Xangô, contribuindo para o acesso das comunidades negras e das comunidades de terreiros a ambientes ecologicamente equilibrados.

Discutia-se na Câmara de Vereadores, em 2016, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador. Naquela época, o município, em atenção a uma antiga demanda da comunidade, propôs a criação de um Parque Urbano no entorno do monumento sagrado Pedra de Xangô, com área de aproximadamente 67 hectares.

Em audiência pública, Silva (2019) argumentou que a área destinada para a implantação do Parque não atendia às necessidades do Povo de Terreiro de Cajazeiras e nem tampouco da população do seu entorno.

Mister se fazia garantir a preservação de todos os fragmentos florestais do bioma Mata Atlântica ainda existentes na área pesquisada. Com esse propósito, em fevereiro de 2016, utilizando-se a metodologia participativa e colaborativa e contando com a presença de representantes de comunidades de terreiros, da Secretaria da Cidade Sustentável (Secis), da Secretaria Municipal do Urbanismo, Silva (2019) e da academia, realizou-se a Cartografia dos lugares sagrados circunscritos à Pedra de Xangô com o objetivo de propor a criação de um Parque em Rede e uma APA – Área de Proteção Ambiental Municipal Vale do Assis Valente.

O parque em rede é uma proposta pioneira para a cidade. Um parque não é mais uma superfície contínua, com um perímetro bem definido e claro. É uma teia que se flexibiliza no sítio e nas ocupações pré-existentes, garantindo a sobrevivência e continuidade de uma gama de espaços sagrados: pedras, árvores, riachos, nascentes, matas. Estes elementos naturais, que já constituíram um todo, tiveram seus territórios desconectados em virtude das intervenções de infraestrutura urbana de mobilidade e das ocupações habitacionais. Tornaram-se ilhas, arquipélagos de lugares sagrados que precisam ser reconectados, não como um território contínuo, mas em rede que se tece através dos rituais. (SILVA, 2019, p. 111).

A proposta foi aprovada, sem ressalvas, e inserida no âmbito das leis mais abrangentes do município: I – o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016; II – Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano da cidade de Salvador (LOUOS), 2016 (Figura 1).

Em sua imponência, a Pedra de Xangô catalisa o movimento do povo de Cajazeiras em prol da criação da APA Municipal Vale Assis Valente, assim como a do Parque em Rede Pedra de Xangô, algo inusitado na cidade, na contramão de um plano diretor – PDDU segregacionista e racista em curso, cuja presença se firmou no respectivo documento a base de luta, mobilização, pressão do povo-de-santo, entrando no apagar das luzes, no final do processo. (VELAME, 2019, p. 10).

A proposta de criação da APA Municipal foi uma estratégia foral e espacial que buscou contribuir para a melhoria das condições socioambientais da região de Cajazeiras e adjacências e, também o desenvolvimento sustentável participativo, tanto da APA Estadual Joanes – Ipitanga, quanto da bacia do Ribeirão Itapuã Mirim, a última sub-bacia hidrográfica antes do divisor de águas que alimentam a Represa do Ipitanga. Objetivou, ainda, garantir as manifestações religiosas e culturais das comunidades de terreiros e de outras comunidades tradicionais, e, finalmente, a salvaguarda, preservação e reconhecimento da Pedra de Xangô enquanto patrimônio cultural afro-brasileiro.

Estrategista, justo, político, Xangô ordena, mais uma vez, o seu povo a continuar a mobilização em busca do Tombamento Municipal da sua pedra pela Fundação Gregório de Matos (FGM) (2017), enquanto patrimônio cultural e do seu reconhecimento nacional, na condição de patrimônio geológico (2018), pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) (SILVA, 2019).

Não satisfeito, “apesar de tantas batalhas e conquistas, Xangô orgulhoso e glamoroso sempre quer mais” (VELAME, 2019, p. 10) e convida a academia e os representantes das Comunidades de Terreiros para compor o GT – Grupo de Trabalho Externo de Implantação do Parque Pedra de Xangô criado pela Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (Secis).

**A proposta de criação da APA Municipal foi uma estratégia foral e espacial que buscou contribuir para a melhoria das condições socioambientais da região de Cajazeiras e adjacências**

**Figura 1**  
**Parque Pedra de Xangô**

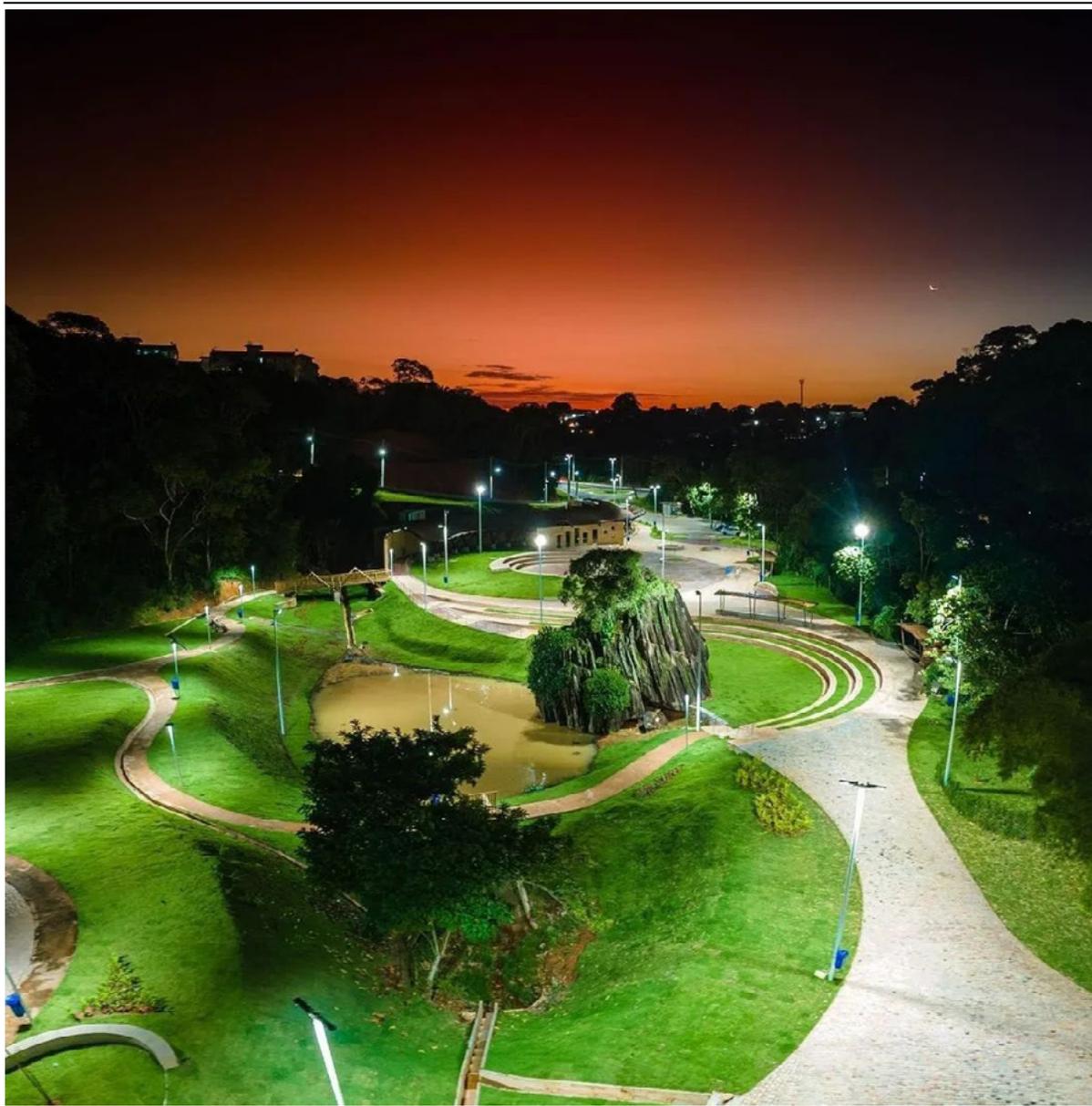


Foto: Igor Santos.

Desafio aceito pelos convidados, eles iniciaram mais uma batalha: “A Governança Espiritual: o sagrado afro-brasileiro presente na edificação do Parque Pedra de Xangô”, tema da tese de doutorado da pesquisadora Maria Alice Silva (DIOGO *et al.*, 2022).

Como mais um resultado positivo dessa luta traduzida na justiça ancestral, no dia quatro de maio do ano de dois mil e vinte dois, foi inaugurado o mobiliário urbano do Parque Pedra de Xangô. A autoria do projeto arquitetônico é da FFA Arquitetura e Urbanismo LTDA, sob a coordenação da Fundação Mário Leal Ferreira/Prefeitura da cidade de Salvador-Bahia.

## Figura 2 Parque da Pedra de Xangô



Foto: Mônica Silveira.

Eis uma nova de forma de se pensar e produzir a cidade. Poder público municipal, academia e sociedade civil (comunidades de terreiros) construindo em parceria o Memorial do Parque Pedra de Xangô<sup>5</sup>.

Para Scoffield<sup>6</sup>,

[...] o projeto [...] foi um grande convite para entender estas relações, trazer as discussões, construir um espaço sagrado, de valor religioso e de significado a persistente luta contra a intolerância e a discriminação. Um espaço verde que naturalmente abraça e reverencia a Pedra de Xangô. (PEDRA DE XANGÔ, 2021b).

Projetada a partir da cosmopercepção de mundo das religiões de matriz afro-brasileiras, o mobiliário urbano do primeiro parque no Brasil a ostentar

5 Imagem da visita às obras do Parque Pedra de Xangô, realizada em 21/05/2021, onde foi oferecido o Amalá para Xangô em agradecimentos à construção da sede da Unidade de Conservação e em homenagem a Semana do Meio Ambiente. O ritual contou com a participação do poder público, povo de terreiro e acadêmicos (PEDRA DE XANGÔ, 2021a).

6 Tania Scoffield, arquiteta e urbanista, presidente da Fundação Mario Leal Ferreira, órgão responsável pela elaboração do projeto arquitetônico do Parque Pedra de Xangô (PEDRA DE XANGÔ, 2021b).

**A pesquisa  
"propiciou o  
reconhecimento  
de uma crença,  
o empodera-  
mento de um  
povo, tornando  
a pedra  
um marco  
identitário  
que reforça  
a história  
e tradição  
do Orixá da  
Justiça"**

o nome de um orixá, abriga o monumento sagrado, possui 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) de área construída e é composto por anfiteatro, auditório, espaço para exposição e vivências, cantina, loja, salas para reunião, monitoramento e desenvolvimento de ações educativas.

São Salvador é uma cidade concebida sob o manto do racismo. As referências culturais e históricas da memória de africanos e descendentes estão presentes por toda parte, embora, ainda não sejam devidamente mencionadas e oficializadas como tais.

Um dos primeiros passos para romper a invisibilidade, o silêncio pelo direito à cidade e à memória, foram às manifestações culturais e o projeto de pesquisa *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador* (SILVA, 2017).

Não existia literatura sobre o assunto. Era preciso salvaguardar a pedra sagrada tão importante para a cidade e que se encontrava ameaçada. A pesquisa "propiciou o reconhecimento de uma crença, o empoderamento de um povo, tornando a pedra um marco identitário que reforça a história e tradição do Orixá da Justiça" (GUERREIRO, 2019).

Como bem dissera Fernandes Pinto (2020), "No meio do caminho tinha uma pedra": resistência e proteção de um lugar sagrado afro-brasileiro em Salvador-Bahia, citado a seguir,

[...] precisamos de mais antropologias insurgentes, pois reconhecer a existência desses locais e a legitimidade dos seus guardiões representa o primeiro passo para se avançar em políticas públicas de proteção e valorização de um patrimônio que não é apenas dos povos de terreiro, mas de toda a humanidade. Porque diferente do poema de Drummond, a Pedra de Xangô, antes de ser um obstáculo no meio do caminho, é uma escola. De geologia, de cultura, de natureza, de espiritualidade e de respeito pela diversidade. É memória do passado, é vida no presente e é esperança para o futuro! Um baú de estórias que conformam essa nação múltipla chamada Brasil. (FERNANDES PINTO, 2020).

O movimento em defesa da Pedra de Xangô possibilitou o reconhecimento da Pedra Sagrada enquanto patrimônio cultural, patrimônio ambiental e patrimônio geológico. Pedra de Xangô, "lugar do sagrado – centro de reverência; lugar da ciência – centro de referência; lugar de resistência – encruzilhada religiosa, política e comunitária do povo de santo da cidade de Salvador" (SILVA, 2019, p. 143).

A Justiça do Machado de Xangô, através da Governança Espiritual proporcionou a efetivação dos direitos constitucionais, a reparação das injustiças, promovendo o reconhecimento, crescimento, amadurecimento,

fortalecimento e respeito à diversidade religiosa, étnico e cultural no sítio natural sagrado afro-brasileiro Pedra de Xangô.

As travessias, as redes, o fluxo, o refluxo, a (re)conexão, o movimento de corpos negros (territórios), o xirê, o padê, o ossé, o orô, a caminhada, o amalá, a roda de capoeira, o Axé, a força vital presente na Pedra de Xangô, Pedra de Nzazi, Pedra de Sogbo, Pedra do Quilombo do Buraco do Tatu, Pedra do Quilombo do Urubu foram decisivos nas resoluções dos conflitos e implantações de marcos legais e políticas públicas.

A Governança Espiritual é um tema pouco discutido no mundo. É uma prática comportamental muito encontrada entre as comunidades indígenas do sudoeste da China e é utilizada como um dos pré-requisitos para proteger a integridade biocultural de diversos lugares naturais sagrados (STUDLEY; HORSLEY, 2018).

A prática da Governança Espiritual acontece quando o espírito do lugar, na qualidade de dono e autoridade máxima, define quais os objetivos da governança e orquestra, por meio de intermediários, as tomadas de decisões (STUDLEY; HORSLEY, 2018).

Xangô sempre exerceu essa governança, desde 2005, quando a sua pedra foi ameaçada de ser implodida, ele convidou a comunidade a sair em seu socorro e em meados de 2016 convocou o Povo de Terreiro a participar, de forma efetiva, da concepção, elaboração, execução do projeto arquitetônico do equipamento de apoio do seu parque, o Memorial do Parque Pedra de Xangô.

A esse fenômeno Latour (2012), autor da Teoria Ator-Rede – ANT, vai denominar de agência. Os objetos, as máquinas, os elementos não-humanos também agem e são portadores de direitos. O cientista deve atribuir igual importância de tratamento e análise para os fenômenos sociais envolvendo os elementos humanos e os não-humanos, estudando-os em paralelo e simetricamente. Qual a agência da Pedra de Xangô e o que ela provoca nos demais actantes?

A Pedra de Xangô sente, fala e age através dos sacerdotes e sacerdotisas do Candomblé, seus intermediários junto aos órgãos públicos governamentais, aos pesquisadores e técnicos responsáveis pela concepção, elaboração e execução do projeto arquitetônico do seu memorial.

Dotado de agência, a Pedra de Xangô é “o coração da pesquisa ANT” (MORAES, 2019, p. 104), é o coração do Povo Preto e das Comunidades de Terreiros da cidade de Salvador. É o ator não-humano que provocou e possibilitou a implantação de novos paradigmas no pensar e produzir a cidade, a partir da cosmopercepção de mundo das religiões de matriz afro-brasileiras.

**A prática da Governança Espiritual acontece quando o espírito do lugar, na qualidade de dono e autoridade máxima, define quais os objetivos da governança**

**A Justiça de Xangô é agente produtor e garantidor de equidade, liberdade, dignidade contrapondo todo o sistema eurocêntrico e etnocêntrico**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tempo de retomada ancestral. O estudo de caso *Pedra de Xangô, a Justiça do Machado de Xangô à luz do Constitucionalismo Negro* faz brotar agências, esperanças, potências transformadoras e rede demonstrando que é possível atravessar o Atlântico garantindo o respeito às diferenças, o direito à memória e às tradições culturais e religiosas afro-brasileiras em um Estado democrático pluriétnico. Essa travessia não se interrompe, mas se fortalece cotidianamente, pois a Justiça de Xangô é tempestiva, ao mesmo tempo que é atemporal.

A pesquisa *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador* fez a interface com o Constitucionalismo Negro, uma vez que reivindicou a justiça ancestral, através da Governança Espiritual, a qual se materializa na efetivação dos direitos fundamentais das Comunidades de Terreiros e da sociedade em geral (SILVA, 2019). Não é demais destacar que a Justiça de Xangô é agente produtor e garantidor de equidade, liberdade, dignidade contrapondo todo o sistema eurocêntrico e etnocêntrico produtor de diferenças culturais, patrimoniais, raciais, religiosas e sociais.

Numa cidade, onde a produção do espaço urbano sempre foi segregacionista, feita às portas fechadas, sem as escutas dos seus munícipes, sem o diagnóstico socioambiental exigido por lei, a criação da APA Municipal Vale do Assis Valente, do Parque Urbano e do Parque em Rede Pedra de Xangô, bem como a implantação do seu mobiliário urbano são exemplos a serem replicados.

Marco histórico, divisor de águas, todas as conquistas do sítio natural sagrado afro-brasileiro Pedra de Xangô, merecem ser festejadas e as suas trajetórias e escrevivências contadas para as presentes e futuras gerações, a fim de que haja mais aquilombamentos e redes, ou seja, agentes multiplicadores, em outras terras, territórios, terreiros, quilombos e bairros negros.

Outrossim, esses movimentos podem e tendem a converter lutas em políticas públicas, enfim, em ações concretas destituídas do racismo, sobretudo, o ambiental e o religioso.

Conclui-se, frisando que a Justiça do Machado de Xangô desvela as injustiças históricas e a invisibilização traçada pela colonialidade do ser, do saber e do poder de modo a promover o reconhecimento da Pedra de Xangô enquanto patrimônio cultural, ambiental e geológico de relevância nacional tornando-a referência, modelo para o mundo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Míriam Cristiane; JESUS, Olorode Ògìyàn Kálàfó Jayro Pereira de (org.). *A matriz africana: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas*. Porto Alegre: Rede Unida, 2020. 216 p. (Série Pensamento Negro Descolonial, v. 2).

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267 p.

BARBOSA JÚNIOR, Ademir. *Para conhecer os Orixás*: Xangô. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.

BARROSO, Luis Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BATISTA, Gustavo Barbosa de Mesquita. Exclusão social e delinquência no Brasil: análise de um modelo de capitalismo político e as dificuldades para a construção dos direitos humanos. In: SANTORO, Emilio *et al.* *Direitos humanos em uma época de insegurança*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. p. 179-188.

BRAGA, Júlio. *Ancestralidade afro-brasileira: o culto de Babá Egum*. Salvador: EDUFBA, 1995.

BRAGA, Júlio. Candomblé: força e resistência. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 15, p. 13-17, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20831/13432>. Acesso em: 24 out. 2021.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASARA, Rubens. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CÉSAIRE, Aimé. *O discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

DIOGO, Hélen *et al.* O Parque Pedra de Xangô: afirmação da arquitetura e da geografia negras. *VIRUS*, São Carlos, n. 25, p. 69-81, 2022. Disponível em: <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/710/1062>. Acesso em: 1 jan. 2023.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES PINTO, Erika. No meio do caminho tinha uma pedra: resistência e proteção de um lugar sagrado afro-brasileiro em Salvador/BA. In: FERNANDES PINTO, Erika. *Sítios Naturais Sagrados Brasil*. [s. l.], jun. 2020. Disponível em: <https://snsbrasil.blogspot.com/2020/06/no-meio-do-caminho-tinha-uma-pedra.html>. Acesso em: 3 fev. 2022.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/pdf/697>. Acesso em: 24 out. 2021.

GUERREIRO, Fernando. Apresentação. In: SILVA, Maria Alice Pereira da. *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. Recife: Liceu, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: D&A, 2005.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Tradução Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc, 2012.

MALOMALO, Bas' Illele. Epistemologia do ntu: ubuntu, bisoidade, macumba, batuque e "x" afrocana. In: MELO, Edlamare (org.). *Negro/a, quilombola, religioso/a de matriz africana: preconceito, racismo, intolerância e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo*. Belo Horizonte: Editora RTM, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018a. 320 p.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life*: ecology and the accumulation of capital. London: Verso, 2015. Disponível em: <https://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/geopolitica.iiec.unam.mx/files/2019-08/Moore-CapitalismInTheWebOfLife.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MORAES, Edilaine Albertino de. *Siga os atores e as suas próprias ações*: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil. 2019. 348 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019\\_Dout\\_Edilaine\\_Abertino\\_de\\_Moraes-1.pdf](http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019_Dout_Edilaine_Abertino_de_Moraes-1.pdf). Acesso em: 4 set. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Raízes científicas do mito do negro e o racismo ocidental. *Temas IMESC*: sociedade, direito, saúde, São Paulo, n. 1, p. 39-47, 1984.

PEDRA DE XANGÔ. *Amalá para Xangô*. Salvador, 3 jun. 2021a. Instagram: @pedra.de.xango. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPqKU-zlKg4/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> Acesso em: 29 jun. 2022.

PEDRA DE XANGÔ. *Homenagem às mulheres que contribuíram direta ou indiretamente para o tombamento da Pedra de Xangô*. Salvador, 10 mar. 2021b. Instagram: @pedra.de.xango. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMQGasclQz0/?igshid=MDJmNzVkMjY=> Acesso em: 29 jun. 2022.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. Constitucionalismo negro: elementos de teoria e história constitucional a partir da Revolução Haitiana. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 85-109, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/16763/60748524>. Acesso em: 25 out. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

RAMOS, Arthur. *Introdução à antropologia brasileira*. São Paulo: Ed. Peruna, 1954.

RIBBE, Claude. *Os crimes de Napoleão*. Rio de Janeiro: Editorial Record, 2008.

SANTOS, Milsoul. Orixalidade. *In*: MELO, Edelamare (org.). *Negro/a, quilombola, religioso/a de matriz africana*: preconceito, racismo, intolerância e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo. Belo Horizonte: Editora RTM, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Maria Alice Pereira da. *Pedra de Xangô: um lugar do sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. 2017. 405 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24875>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, Maria Alice Pereira da. *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. Recife: Liceu, 2019.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007. 176 p.

STUDLEY, John; HORSLEY, Peter. Spiritual governance as na indigenous behavioural practice. *In*: VERSCHUUREN, B.; BROWN, S. *Cultural and spiritual significance of nature in protected areas: governance, management and policy*. Abingdon: Routledge, 2018. cap. 5, p. 72-84.

VELAME, Fábio Macêdo. Prefácio I. *In*: SILVA, Maria Alice Pereira da. *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. Recife: Liceu, 2019.

VERGER, Pierre. *Os orixás*. Salvador: Editora Corrupio, 2002.

WOLKMER, Antonio. *Pluralismo jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade*. São Paulo: Saraiva, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A Pachamama e o ser humano*. Florianópolis: Editora UFSC, 2017.

SEÇÃO 4  
**GÊNERO**



## Resumo

Sem a pretensão de esgotar o debate, este texto almeja realizar uma discussão sobre uma temática fundamental para a construção de equidade de gênero em nosso país: o acesso de mulheres a posições de prestígio nas carreiras científicas. Para tanto, toma como referência uma pesquisa de doutoramento realizada em uma universidade pública baiana com bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, baseada em ampla pesquisa bibliográfica, pesquisa de documentos e dados quantitativos, além da aplicação de questionários e entrevistas em profundidade. A pesquisa evidenciou que a carreira acadêmica é profundamente marcada pelas desigualdades de gênero, criando distorções significativas no perfil de pesquisadores/as. Além disso, os achados da pesquisa mostram que as iniquidades de gênero estão articuladas a outras desigualdades na constituição do conjunto de bolsistas. Assim, o que podemos notar é que a compreensão das desigualdades de gênero na academia está fortemente vinculada à análise de outras desigualdades sociais que constituem o campo e que, ao fim e ao cabo, os resultados negativos dessas disparidades afetam não somente as carreiras de mulheres, mas, sobretudo, o desenvolvimento científico do país.

**Palavras-chave:** gênero e ciências; desigualdades nas ciências; desigualdades de gênero; campo científico.

## Abstract

*Without the intent of exhausting the debate, this essay aims to perform a discussion on a fundamental theme for the construction of gender equity in our country: women's access to prestige positions in scientific careers. For such, it follows a doctorate research examining a public university in Bahia with researchers achieving the level of productivity grantees, based upon a vast bibliographic review, documents, quantitative data, and questionnaire and in-depth interviews. This research showed that the academic career is profoundly shaped by gender inequality, creating significant distortions in the researcher's profile. Furthermore, the research results show that gender inequality is linked to other inequalities in creating the set of grantees. What we can perceive is the comprehension of gender inequality in the academy is strongly linked to the analysis of different social inequalities that make up the field, and, in the end, the negative results from those disparities affect not only women's careers but also the scientific development of the country.*

**Keywords:** science and gender; inequality in science; gender inequality; scientific field.

# A complexidade da desigualdade de gênero nas ciências: estudo de caso de uma universidade baiana

**IOLANDA PINTO DE FARIA**

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA. [iolanda.faria@ufba.br](mailto:iolanda.faria@ufba.br)

**FÁBIO HENRIQUE DE ALENCAR FREITAS**

Doutor e mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências, graduado em Física pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Instituto de Física da UFBA. [fabiofreitas@gmail.com](mailto:fabiofreitas@gmail.com)

**MÁRCIA DOS SANTOS MACÊDO**

Doutora e mestra em Ciências Sociais e graduada em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA. [msmacedoufba@gmail.com](mailto:msmacedoufba@gmail.com)

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.8](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.8)

## INTRODUÇÃO

A desigualdade entre homens e mulheres dentro das carreiras científicas é um fato bem estabelecido. Conforme a vasta literatura demonstra (KELLER, 1996; LETA, 2003; LIMA, 2015; MELO; LASTRES, 2006; MELO; LASTRES; MARQUES, 2004; MINELLA, 2017a, 2017b; OLINTO, 2011; ROSSITER, 1993), tanto no país como no exterior, e nas mais diversas áreas do conhecimento, os homens desfrutam de uma série de vantagens no desenvolvimento de suas carreiras. Esse fato é ainda fortalecido quando examinamos os postos mais prestigiados da carreira, sejam eles exclusivamente simbólicos ou realizados em cargos ou posições acadêmicas.

Isso fica bastante evidenciado se tomarmos como referência o conjunto das pessoas que foram agraciadas com o prêmio Nobel. De um total de mais 900 indivíduos laureados com este prestigioso prêmio, apenas 58 eram mulheres. Se excluirmos as laureadas com o Nobel da Paz, apenas 40 mulheres ganharam o prêmio por seu trabalho intelectual, sendo 22 no século XXI – reduzindo, assim, para apenas 18 o número de mulheres laureadas durante todo o século XX. Uma outra importante premiação é a medalha Fields, exclusiva do campo da

**Existem poucas mulheres que alcançam os postos mais privilegiados do campo científico [...] Elas se configuram como uma categoria homogênea ou, no interior desse grupo, novas dimensões de desigualdades se manifestam?**

matemática para pessoas com até 40 anos: de um total de 64 ganhadores/as, apenas duas eram mulheres e ambas foram premiadas nos últimos 8 anos. Nessa mesma linha, o extinto prêmio Unesco de ciência (*Unesco Science Prize*), que ocorreu bianualmente entre 1968 e 2005, premiou apenas uma mulher: a agrônoma brasileira Johanna Döbereiner. Ela também foi a única mulher, de um total de 42 pesquisadores/as, a participar da fundação da atual Academia Mundial de Ciências, à época denominada “Academia de Ciências do Terceiro Mundo”. Por fim, na nossa Academia Brasileira de Ciências, após pouco mais de um século de fundação, de um total de 19 presidentes, tivemos apenas uma única presidenta mulher, a bióloga molecular Helena Nader – que está atualmente no cargo, após ter se tornado a segunda vice-presidenta na história da instituição. A primeira havia sido Johanna Döbereiner (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2023; INTERNATIONAL MATHEMATICAL UNION, 2023; NOBEL PRIZE, 2023; THE WORLD ACADEMY OF SCIENCES, 2023; UNESCO, 2023). Como veremos mais à frente no texto, essa desigualdade também se verifica entre bolsistas de produtividade do CNPq, atualmente uma das categorias mais prestigiadas da vida acadêmica brasileira.

Ainda que esses números – e muitos outros não apresentaremos aqui – evidenciem a persistente desigualdade de gênero dentro do campo científico, é necessário ainda compreender que não é possível explicitar todos os meandros da lógica produtora dessas desigualdades apenas examinando a dimensão de gênero. Sim, existem poucas mulheres que alcançam os postos mais privilegiados do campo científico, mas quem são essas mulheres? Elas se configuram como uma categoria homogênea ou, no interior desse grupo, novas dimensões de desigualdades se manifestam?

Para não voltarmos a exibir uma série de estatísticas, tomaremos como exemplos as duas pesquisadoras brasileiras anteriormente citadas, Johanna Döbereiner e Helena Nader, cujas trajetórias nos ajudam a compreender como a dimensão de gênero atua na interconexão com outras dimensões, como classe, raça, sexualidade e contexto regional, e.g. Ambas são mulheres brancas que desenvolveram suas carreiras em instituições de alto prestígio do Sudeste – Nader é professora titular da Universidade Federal de São Paulo e Döbereiner fez parte da Empresa Brasileira de Agropecuária no Rio de Janeiro. Ambas são mulheres cis, imigrantes ou de família de imigrantes, com parcerias conjugais heterossexuais. Enquanto Döbereiner teve sua educação ainda na Alemanha, Nader estudou no prestigiado Colégio Dante Alighieri, em São Paulo, fortemente ligado à comunidade Italiana, onde também estudou César Lattes, brasileiro que foi indicado ao Nobel de Física.

Destacar estas relações não diminui o grau de importância e o merecido reconhecimento que ambas as pesquisadoras obtiveram no campo científico, mas apenas indica que, mesmo quando mulheres conseguem alcançar altos

níveis de prestígio dentro da comunidade acadêmica, não são quaisquer mulheres, mas aquelas que mesmo em situação de desvantagem em relação a (alguns) homens, ainda assim possuem privilégios que as permitem adentrar nesse “clube restrito”. Para entender essa dinâmica, é necessário colocar em evidência a importância de outras desigualdades que atuam inextricavelmente junto com a dimensão de gênero, tais como regionalidade, cor, raça e etnia, geração, sexualidade, classe etc. (LORDE, 2019).

Neste artigo, privilegiamos o tratamento do campo científico a partir da interação de um conjunto de fatores que possibilita compreender a operacionalização desse complexo de disparidades que atua conjuntamente com as variáveis de gênero. O debate central gira em torno da complexidade que compõe o que entendemos, nos estudos de gênero e ciências, como desigualdades de gênero no campo científico. Com o argumento principal de que essas desigualdades estão estreitamente ligadas a outras, apresentaremos a metodologia adotada pelo estudo, os dados quantitativos e qualitativos referentes às posições ocupadas pelas mulheres na carreira científica, considerando os dados nacionais e da instituição nordestina estudada, e, ainda, exemplificaremos algumas das muitas desigualdades que também constituem o campo.

Para fundamentar essas discussões, elegemos como sujeitas da pesquisa as mulheres bolsistas de produtividade do CNPq – ou, simplesmente, bolsistas PQ, expressão comumente utilizada na academia – vinculadas à universidade baiana escolhida para estudo. Inicialmente, ser bolsista PQ pode parecer, a olhos menos atentos, atender a uma série de critérios prescritos em um edital da agência. Não é. Esse é apenas um dos requisitos necessários, mas não suficientes, para a obtenção da bolsa. Tal financiamento é mais do que isso, é um marcador de autoridade científica; é uma honraria destinada àqueles/as que se destacam em suas áreas de atuação, preponderando, portanto, seu valor simbólico de reconhecimento pelos outros membros do campo. Desse modo, para entender a importância de ser contemplado/a com a referida bolsa, que também implica no recebimento de valores monetários, é preciso compreender os conceitos de campo e capital científicos e a estreita relação dessas bolsas com a ideia de reconhecimento pelos pares.

Certamente, não aprofundaremos aqui esses conceitos bourdieusianos, mas tentaremos salientar algumas das características fundamentais do campo científico. Parte importante do campo intelectual (VIEIRA-DASILVA, 2018), o campo científico é considerado um espaço de jogo, de disputas concorrenciais em busca do monopólio da competência científica, isto é, da legitimidade para falar e agir com e como autoridade de/em determinada área de conhecimento (BOURDIEU, 1983). Este campo tem como característica relevante o fato de ser dotado de autonomia. Esta autonomia, porém, não é absoluta, não o desvincula de outros campos, como o campo do poder, nem o desloca do mundo social. Ao contrário, o

**O debate central [deste artigo] gira em torno da complexidade que compõe o que entendemos, nos estudos de gênero e ciências, como desigualdades de gênero no campo científico**

**Para ser contemplada com bolsa PQ, a cientista precisa ter adquirido prestígio e reconhecimento dos pares durante a sua trajetória acadêmica**

campo científico possui uma consolidada autonomia relativa, significando que existem lutas específicas do campo, que fazem sentido para seus integrantes (VIEIRA-DA-SILVA, 2018). A autonomia relativa é condição de existência de um campo, que possui, necessariamente, *habitus*, capital, lógica e regras próprias. Para Bourdieu (2004, p. 20), campo é um “[...] microcosmo dotado de suas leis próprias” e o grau de autonomia dele é um marcador da sua consolidação (BOURDIEU, 1996).

Outro traço peculiar do campo científico é o seu capital, isso porque a remuneração financeira não é a “moeda” mais valiosa desse campo; é do capital simbólico, imaterial, esse papel. Nomeado por Bourdieu (1983) de capital científico, é uma série de recursos mobilizados por pesquisadores/as para alcançar a autoridade científica em um sistema de relações entre posições previamente adquiridas, disposições e tomadas de posição. O capital científico é próprio do campo científico e está intrinsecamente relacionado ao reconhecimento pelos pares-concorrentes.

Para arrematar essa breve explanação, salientamos que as bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq estão diretamente relacionadas ao capital científico. Elas são divididas em duas categorias distintas: PQ-2, a bolsa de produtividade de menor prestígio e a única dos cinco níveis que não é contemplada com adicional de bancada<sup>1</sup>, e PQ-1, esta última variando em quatro níveis, de D a A. O que pudemos perceber no desenvolvimento da pesquisa é que, para ser contemplada com bolsa PQ, a cientista precisa ter adquirido prestígio e reconhecimento dos pares durante a sua trajetória acadêmica, num processo que não se inicia nem se encerra com a seleção anual de pesquisadores/as pelo CNPq. É preciso ser detentora de uma autoridade notável e, simultaneamente, imensurável pelas regras de um edital ou de uma chamada.

**METODOLOGIA: O CAMINHO PERCORRIDO NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

Por meio de pesquisa exploratória, foram levantados, no banco de dados do sítio eletrônico do CNPq, os nomes, os níveis e as áreas de todos/as os/as 207 (duzentos e sete) pesquisadores/as bolsistas PQ vinculados à universidade estudada em setembro de 2018, após os resultados da Chamada CNPq n. 12/2017. Em seguida, identificamos as 81 (oitenta e uma) mulheres que compunham o universo de pesquisadores/as da instituição (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2018).

1 O adicional de bancada varia de R\$1.000,00 a R\$1.300,00 ao mês e tem relevância especial pela flexibilidade do seu uso, sobretudo no apoio a pesquisas sem outro financiamento ou com baixos financiamentos, como é comum em certos campos específicos.

O passo seguinte foi acessar, de modo articulado, o currículo Lattes de cada uma das pesquisadoras, bem como as informações contidas no Portal da Transparência do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (BRASIL, 2018), com o objetivo de obter outras informações relevantes, como o local, o ano e a área de formação, o tipo de vínculo, se está em atividade ou aposentada, a unidade de lotação etc. Nessa etapa, duas bolsistas PQ foram excluídas do universo da pesquisa por terem saído do corpo funcional da instituição de ensino para integrar o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma em 2016 e outra em 2018. Assim, chegamos ao grupo de 79 (setenta e nove) mulheres, aproximadamente 39% do total de bolsistas PQ da universidade. Depois, por meio da Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), averiguamos em quais programas de pós-graduação essas bolsistas estavam cadastradas, em 2019, como docentes permanentes. Outros dados, como data de nascimento, ano de ingresso na instituição e cor, foram obtidos, em junho de 2019, através da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas da instituição de ensino superior. Além disso, a pretensão de realizar um estudo quantitativo e qualitativo que desse conta da complexidade desse universo, nos levou ao uso de três métodos complementares: a aplicação de questionários, a análise dos memoriais para promoção à classe de professora titular e a realização de entrevistas.

Quanto aos questionários, a opção por um formulário extenso com 29 seções diminuiu a nossa expectativa em relação ao número de respondentes, mas qualificou as informações que conseguimos produzir a partir deles. O principal fator que motivou essa escolha é que grande parte dos dados objetivos – como idade, ano e local de formação e vínculo mantido pela bolsista com a instituição – já havia sido obtida por outras fontes, como dados acadêmicos na Plataforma Lattes e dados pessoais e funcionais pela PRODEP, como apontado anteriormente. Nos formulários enviados para todas as 79 bolsistas PQ, foram solicitadas informações como raça/etnia, classe social de origem, experiência de maternidade, se possuíam parentes na carreira acadêmica, as expectativas familiares, jornada semanal de trabalho como pesquisadora etc. Alcançamos um percentual significativo de mais de 20%<sup>2</sup> de respostas ao formulário, o que pode ser considerado bastante satisfatório tendo em vista não apenas o modelo de instrumento adotado, mas, também, o público para o qual foi direcionado.

Quanto à análise dos memoriais para acesso ao nível mais elevado da carreira docente (titular), tivemos acesso a quatro documentos, todos de bolsistas PQ-1, e que traziam importantes reflexões sobre o curso de vida e das trajetórias das pesquisadoras. Em um processo de autoanálise das diversas dimensões constitutivas de suas vidas acadêmicas, as pesquisadoras discutem alguns aspectos caros a este estudo, como conjugalidade,

**Em um  
processo de  
autoanálise  
das diversas  
dimensões  
constitutivas  
de suas vidas  
acadêmicas,  
as pesquisa-  
doras discutem  
alguns aspectos  
caros a este  
estudo**

2 Dezessete, das setenta e nove pesquisadoras, responderam às questões propostas.

**Uma única pesquisadora [...] se declarou, junto à instituição, como preta – vale destacar, portanto, a dimensão étnico-racial como um terceiro critério, restrito pela baixa diversidade do universo pesquisado**

maternidade e origem familiar. Esses temas foram também explorados nas entrevistas em profundidade.

Inicialmente, foram contatadas 12 (doze) pesquisadoras, escolhidas a partir de um conjunto de critérios. O primeiro deles – e o mais importante, ao nosso ver – era o nível da bolsa PQ, haja vista que apenas 2 das 79 bolsistas são contempladas com bolsas PQ-1A e 5 com bolsas PQ-1B. A relevância desse critério constituía o próprio objeto inicial da pesquisa de doutoramento (FARIA, 2021), que era compreender o processo de aquisição de capital científico a partir da análise das estratégias utilizadas pelas pesquisadoras reconhecidas pelos pares concorrentes como autoridades científicas.

O segundo critério adotado foi a idade das pesquisadoras, uma vez que, além de gênero, geração é uma das categorias analíticas fundamentais do estudo. Há um amplo intervalo de 50 anos entre as idades das bolsistas mais velhas e mais novas, o que, de pronto, sugeria que suas trajetórias profissionais e pessoais seriam marcadas por aspectos geracionais e por contextos históricos diversos. Além desses critérios, escolhemos duas pesquisadoras que tiveram sua situação modificada em 2019, após o resultado da Chamada CNPq n. 09/2018 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ. Uma delas não teve sua bolsa renovada e a outra, bolsista PQ-1C, foi contemplada com a bolsa PQ-1B. Com isso, foram selecionadas 11 participantes, das quais, segundo informações fornecidas pela PRODEP, cinco não declararam sua cor, quatro se autodeclararam brancas e duas pardas. Desse modo, acrescentamos, com base no critério de identidade étnico-racial, uma única pesquisadora que se declarou, junto à instituição, como preta – vale destacar, portanto, a dimensão étnico-racial como um terceiro critério, restrito pela baixa diversidade do universo pesquisado, o que por si só já é um dado de pesquisa.

A partir desses parâmetros, o conjunto de 12 pesquisadoras convidadas para serem entrevistadas atendeu aos critérios supramencionados e a outro, igualmente relevante, que é a área de conhecimento à qual cada bolsista está vinculada. Portanto, foram convidadas pesquisadoras de artes, saúde, letras, ciências sociais, arquitetura, história, física e veterinária. Das doze pesquisadoras, nove foram entrevistadas, dentre elas a pesquisadora bolsista PQ mais jovem, a mais velha, a que se autodeclarou preta, a que progrediu no nível de bolsa no ano subsequente ao da pesquisa, a que perdeu a bolsa em 2019, três bolsistas PQ-1B e uma PQ-1A. Quanto ao nível de bolsa de produtividade, duas pesquisadoras PQ-1B não participaram da pesquisa e não foram substituídas por outras, pois não eram as únicas representantes de suas áreas de conhecimento e, especialmente, porque todas as demais bolsistas PQ-1B da instituição já haviam sido entrevistadas. Quanto às duas bolsistas PQ-1A, apenas uma delas aceitou participar da pesquisa. Desse modo, houve redução de 12 para 9 no número de participantes entrevistadas.

A escolha por realizar entrevistas em profundidade a partir de roteiro com questões abertas se deu por imposição dos objetivos do trabalho. Assim, na primeira etapa da pesquisa qualitativa, todas as bolsistas PQ da instituição foram convidadas a responder a um questionário estruturado; na segunda etapa, através das entrevistas, o objetivo visado era a possibilidade de verticalizar algumas questões centrais do estudo e poder particularizar e “personalizar” as perguntas de modo a entender como se deu o processo de construção das carreiras de cada uma das entrevistadas, tentando compreender, nesse processo, as dinâmicas específicas de gênero e seu entrelaçamento com classe social, raça/etnia, geração e possíveis interações com as áreas de conhecimento.

**Gênero é,  
certamente,  
uma categoria  
relevante para  
o estudo de  
desigualdades  
no campo das  
ciências**

## **DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS CARREIRAS CIENTÍFICAS**

Gênero é, certamente, uma categoria relevante para o estudo de desigualdades no campo das ciências. No que se refere às bolsistas de produtividade da instituição em análise, tanto os dados quantitativos quanto os qualitativos revelam que as mulheres vivenciam experiências diferentes das dos homens e que essas diferenças se materializam em carreiras cujos desenvolvimentos não são apenas distintos, mas profundamente desiguais.

A instituição universitária estudada conta com um total de duzentos e cinco<sup>3</sup> bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, entre pesquisadores/as ativos/os<sup>4</sup> e aposentadas/os. Desse montante, 61% (sessenta e um por cento) é composto por homens. Se esse dado já expõe flagrante divisão sexual do trabalho, é quando analisamos os diferentes níveis de bolsas PQ que as desigualdades de gênero ficam ainda mais evidentes.

De olho nos dados da universidade baiana em questão, notamos que a maior parte dos/as bolsistas PQ, cerca de 62% (sessenta e dois por cento), é contemplada pelo primeiro nível da bolsa, PQ-2. Entretanto, essa proporção não se dá de modo uniforme entre homens e mulheres. Enquanto as bolsistas PQ-2 somam, aproximadamente, 70% do total de mulheres bolsistas de produtividade em pesquisa, os bolsistas PQ-2 representam pouco mais da metade dos bolsistas homens (58%). Assim, além de haver mais homens bolsistas PQ, eles alcançam de modo mais consistente os níveis mais altos das bolsas.

Há, portanto, uma distribuição heterogênea de bolsas de produtividade por nível e sexo na instituição. Além da maior concentração de mulheres

3 Número referente ao ano de 2018, conforme objeto do presente trabalho.

4 A expressão “ativa/o” é usada neste trabalho no sentido do serviço público, em oposição à categoria de aposentado/a. Entretanto, em Faria (2021), fizemos uma breve crítica à nomenclatura adotada, ressaltando que, no campo científico, pelas dinâmicas que lhes são próprias, pesquisadores/as aposentados/as costumam manter atividades de ensino e pesquisa, comumente estando no momento de maior atividade de suas carreiras.

**De bolsistas PQ-1A da universidade, são 2 (duas) mulheres e 17 (dezesete) homens, sendo notória a desigualdade de gênero nos níveis mais elevados de pesquisa na instituição**

na categoria 2 que na categoria 1, essa dinâmica se dá diferentemente para os homens, que são distribuídos mais homoganeamente entre as duas categorias. Da análise dessa distribuição, é plausível inferir que a ascensão na carreira se dá com franca influência da categoria gênero e que, conseqüentemente, há uma vantagem para o sexo masculino, que ocupa quase todas as vagas dos níveis mais altos da categoria 1 de bolsas PQ.

Os dados quantitativos evidenciam que há uma diminuição da presença de mulheres com o aumento da categoria de bolsa PQ e, em 2018, apenas 2,5% das mulheres bolsistas na instituição estudada eram PQ-1A, um baixíssimo percentual. O mesmo fenômeno não acontece quando analisadas as informações dos pesquisadores homens. Dos cinco níveis aqui considerados, eles têm relevante percentual de 14% (catorze por cento) de bolsistas PQ-1A, a terceira categoria com maior número de pesquisadores homens. De bolsistas PQ-1A da universidade, são 2 (duas) mulheres e 17 (dezesete) homens, sendo notória a desigualdade de gênero nos níveis mais elevados de pesquisa na instituição, o que converge com a realidade dos cenários nacional e local. Em estudo sobre as assimetrias de gênero nas ciências no estado da Bahia, Lopes (2018) ressalta que

As mulheres representam 36,8% dos bolsistas PQ do estado, o que já caracteriza desigualdade, seguindo o marcador de referência deste estudo. Ao observar os dados de forma segmentada, os desníveis aumentam, são 30,1% dos bolsistas PQ-1. Desagregando ainda mais e analisando os pesquisadores que se destacam entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação (Produtividade Sênior - PQ-Sr) e os que mostram uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco (PQ-1A), a proporção de mulheres entre essas modalidades de bolsa é de apenas 12%. (LOPES, 2018, p. 442).

Esses dados se assemelham aos nacionais. No Brasil, entre os anos de 2001 e 2015, quase 40% das bolsistas de produtividade são mulheres. Ao longo dos quinze anos, essa proporção de bolsistas se manteve estável, com 37% de mulheres em 2001 e 38% em 2015. No mesmo período, também foi estável a baixa frequência de mulheres na bolsa de maior nível: elas foram contempladas com pouco mais de 20% das bolsas PQ-1A. Em 2001, eram 22% das bolsistas nesse nível e, em 2015, menos de 25%.

Na instituição estudada, há 19 bolsistas PQ-1A, sendo apenas duas mulheres. Contudo, há uma redução na desigualdade na proporção entre homens e mulheres à medida que diminui o nível das bolsas de produtividade, havendo um número relativamente equilibrado de bolsistas na categoria PQ-2, dos quais 43% são mulheres e 57% são homens. Esses percentuais, entretanto, embora sejam aparentemente positivos, expõem a mais importante exclusão das mulheres nas carreiras científicas, que é

a chamada exclusão vertical e que, segundo Lima (2013, p. 884), “[...] se refere à sub-representação de mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas [...]”. Assim, esse suposto e aparente equilíbrio entre bolsistas PQ-2, se dá, portanto, pela concentração do contingente das mulheres no nível mais baixo da bolsa de produtividade em pesquisa e revela a inacessibilidade delas aos níveis mais altos de reconhecimento de excelência na pesquisa.

Constatamos, ainda, que o valor do total de bolsistas PQ-2 vinculados/as à instituição (62%) é similar aos números encontrados em estudos realizados nacionalmente por áreas do conhecimento, como Medicina, Serviço Social, Saúde Coletiva, Odontologia, Química, Fonoaudiologia e Sociologia (BARATA; GOLDBAUM, 2003; CAFÉ *et al.*, 2011; CAVALCANTE *et al.*, 2008; CHALHUB; OLIVEIRA, 2010; MENDES *et al.*, 2010; SANTOS; CÂNDIDO; KUPPENS, 2010; SANTOS *et al.*, 2009). Há também uma tendência inequívoca da ocorrência de uma redução não uniforme do percentual de mulheres à medida em que aumenta o nível da bolsa de produtividade em pesquisa. Essa disparidade, somada ao maior número de bolsistas PQ homens do que mulheres, faz com que a categoria PQ-1 seja formada majoritariamente por homens; eles são 68% dos/as bolsistas na categoria PQ-1 da universidade e 89% entre pesquisadores/as que recebem a bolsa de maior nível (PQ-1A).

Entre os níveis da categoria PQ-1, a variação é menor e nem sempre linear, deixando ainda mais notória a diferença entre a ascensão de homens e mulheres na carreira científica. Das mulheres, 70% estão na categoria 2, enquanto apenas 58% dos homens se encontram na mesma categoria. Na categoria 1, contudo, elas estão distribuídas de modo decrescente, isto é, à medida em que se aumenta o nível da bolsa, há menos mulheres. Os homens, ao contrário, ocupam esses níveis de modo heterogêneo, havendo grande concentração de bolsistas PQ-1A. A grande proporção de pesquisadores homens contemplados pela bolsa de maior nível não é um dado isolado na instituição ou no período estudado e em nada destoa das pesquisas nacionais sobre esta temática.

Os números divulgados por estudos sobre a participação de homens e mulheres no campo da pesquisa científica no Brasil colocam em evidência a disparidade no recebimento de bolsas de produtividade do CNPq, conforme veremos a seguir. Uma pesquisa realizada na área de Medicina aponta que, no triênio 2005-2007, os pesquisadores homens não apenas possuíam mais bolsas de produtividade, como eram majoritários na categoria PQ-1A, concentrando 75% das bolsas (MENDES *et al.*, 2010). Em Odontologia, no triênio 2005-2007, havia mais bolsistas homens PQ-1B que PQ-1C e PQ-1D (CAVALCANTE *et al.*, 2008). Outros dados, também nacionais, relativos aos anos de 2001 a 2015, e produzidos a partir do banco de dados do CNPq, confirmam essa desigualdade. Até 2011, os

**A grande proporção de pesquisadores homens contemplados pela bolsa de maior nível não é um dado isolado na instituição ou no período estudado e em nada destoa das pesquisas nacionais sobre esta temática**

**A uniformidade desses dados, ao longo do tempo e em diferentes áreas do conhecimento, evidencia que a progressão dos homens na carreira científica se dá mais rapidamente do que a das mulheres**

bolsistas PQ-1 homens se concentravam, por ordem crescente, em PQ-1D, PQ-1C, PQ-1A e PQ-1B. Gradualmente, esses números foram sofrendo alterações e, a partir 2012, as bolsas PQ-1A passaram a ser a segunda mais conquistada pelos homens na categoria (PQ-1), ficando atrás apenas do nível 1D (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2018). A uniformidade desses dados, ao longo do tempo e em diferentes áreas do conhecimento, evidencia que a progressão dos homens na carreira científica se dá mais rapidamente do que a das mulheres e, por isso, eles permanecem mais tempo no mais alto nível da bolsa PQ<sup>5</sup> e, conseqüentemente, menos tempo nos níveis mais baixos.

Os números ora apresentados refletem um conjunto de experiências que compõem o curso de vida dessas bolsistas e são referendados pelos relatos das pesquisadoras entrevistadas. Uma delas, da área de exatas, contou que organizou um importante congresso latino-americano em 2003. Nessa ocasião, enquanto vice-coordenadora do evento, ficou encarregada de fazer a comunicação por e-mail com os participantes. Sobre a experiência, contou:

[...] quando chegou o dia do evento e chegou um pesquisador mexicano, ele olhou para mim e eu me apresentei e ele disse “nunca pensei que você fosse mulher”. Foi curiosíssimo aquilo. O [meu] nome, realmente, é um nome estranho, que não se sabe se é de homem ou de mulher, mas por que que ele nunca pensou que eu fosse mulher? Ele causou algum prejuízo a alguém diretamente com aquela frase? Não, mas aquela frase é simbólica e revela um inconsciente muito ruim. Por que não poderia ser mulher? (informação verbal)<sup>6</sup>.

Esse estranhamento desvela a expectativa de que um evento internacional, sobretudo em uma área majoritariamente composta por homens, seja coordenado por pessoas do sexo masculino. Entretanto, também observamos experiências parecidas em outras áreas, conforme narrativa de outra pesquisadora, hoje bolsista PQ-1B na área de saúde, que vivenciou uma situação academicamente atípica: ela foi interrompida durante a apresentação de um seminário para o qual foi convidada.

Como mulher, eu já tive aqueles fenômenos do homem interromper. Você já viu alguém interromper um palestrante em um congresso? Em um seminário? [...] foi um seminário em São Paulo, organizado pelo MUSA, que eu estava apresentando um esquema que eu tinha feito, me convidaram para eu falar sobre avaliação nas políticas de gênero etc. e eu tinha um esquema que eu tinha feito [...]. Aí, no meio da minha fala, eu fui interrompida por um pesquisador que disse assim: “esse esquema não é de Paulo [nome ficti-

5 Diante da natureza *sui generis* da categoria de Pesquisador Sênior (PQ-SR), este estudo considera a bolsa PQ-1A como o nível mais elevado de bolsa de produtividade em pesquisa no CNPq.

6 Informação obtida em entrevista concedida pela Pesquisadora A, realizada em Salvador, Bahia, em agosto de 2020.

cio]?”. Paulo não tinha nada a ver com isso. Quer dizer, era um esquema que estava tão bem arrumadinho que devia ser de Paulo. (informação verbal)<sup>7</sup>.

Além da interrupção, o pesquisador lhe questionou sobre a autoria do trabalho, atribuindo-o a outro bolsista de produtividade de sua instituição, que sequer trabalhava com a temática. Questionamentos dessa natureza também foram feitos a outras pesquisadoras entrevistadas, mas não traremos todos os relatos para não fugir ao objetivo deste trabalho, que é demonstrar que as desigualdades de gênero nas ciências são fenômenos complexos.

O que pudemos notar ao longo da pesquisa é que a progressão na carreira acadêmica obedece a um fluxo gradual e isso se reflete na ascensão dos/as bolsistas às categorias de maior prestígio. Assim, aqueles e aquelas que foram PQ-1, em regra, passaram pela categoria PQ-2. Entretanto, comumente, as mulheres permanecem por muito mais tempo nos patamares mais baixos da bolsa, progredindo mais lentamente na carreira. Mais grave ainda, a grande maioria das bolsistas jamais alcançará a categoria PQ-1 e isso se dá porque essa segregação vertical de gênero na carreira científica é, como já dito, um fenômeno complexo, pois atravessado por outros marcadores importantes, como área de conhecimento, raça e etnia, geração, classe social e posição geográfica. Desse modo, para além de apresentar uma visão panorâmica das desigualdades de gênero entre bolsistas de produtividade em pesquisa na instituição, somente uma análise detalhada do perfil de pesquisadores/as é capaz de desvelar as muitas disparidades entranhadas na instituição e no próprio campo científico.

Isto é, como apontado anteriormente, compreendemos que há uma estreita relação entre os marcadores de gênero e outras desigualdades sociais. Desse modo, não é leviano afirmar que, entre as mulheres entrevistadas, a despeito das barreiras impostas pelas iniquidades de gênero, algumas usufruem de privilégios que mitigam as opressões vivenciadas pelas pesquisadoras. A grande maioria, por outro lado, tem sua árdua experiência de construção das carreiras na instituição acadêmica atravessada por uma multiplicidade de opressões, cujos entrelaçamentos criam verdadeiros labirintos, muitas vezes intransponíveis.

## **CARREIRAS CIENTÍFICAS: UM PERCURSO DE MUITAS DESIGUALDADES**

Dentre muitos aspectos relevantes à conquista de reconhecimento no campo científico, que atuam concomitantemente às questões de gênero, destacamos, primeiramente, a posição geográfica da instituição.

**A grande maioria [das mulheres] [...] tem sua árdua experiência de construção das carreiras na instituição acadêmica atravessada por uma multiplicidade de opressões**

7 Informação obtida em entrevista concedida pela Pesquisadora B, realizada em Salvador, Bahia, em dezembro de 2019.

**Entre os anos 2000 e 2010, período cujos dados foram disponibilizados pelo CNPq, a região Sudeste se beneficiou com mais de 60% das bolsas PQ do país**

Poderíamos salientar o fato de ser uma universidade brasileira, o que, por si só, já confere a seus pesquisadores e suas pesquisadoras certo desprestígio no âmbito internacional, mas nos atentamos às análises geopolíticas no campo científico nacional.

Ser pesquisadora numa instituição de ensino superior baiana e ser bolsista de produtividade já trazem uma marca de excepcionalidade. Numa análise por região, a partir de dados disponibilizados pelo próprio CNPq (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2020), é possível notar que, das cinco regiões do país, o Nordeste é a terceira com mais pesquisadores/as contemplados/as com bolsas de produtividade em pesquisa, com menos bolsas que as regiões Sul e Sudeste e mais bolsas que as regiões Norte e Centro-Oeste. Ocorre que, mesmo desconsiderados os níveis de bolsas PQ, os números absolutos de bolsistas por região desvelam uma realidade bastante desigual, com um predomínio de bolsas no Sudeste e uma conseqüente baixa distribuição de bolsas PQ para as outras quatro regiões. Somente o estado de São Paulo concentra 1/3 das bolsas PQ, isto é, 32% do montante de todas as bolsas vinculadas às instituições brasileiras, com o expressivo número de 4.757 bolsistas, em 2007, apenas na Universidade de São Paulo (USP). Entre os anos 2000 e 2010, período cujos dados foram disponibilizados pelo CNPq, a região Sudeste se beneficiou com mais de 60% das bolsas PQ do país.

Essa notória desigualdade traz implicações importantes para o desenvolvimento da produção científica do país. Podemos listar algumas delas:

- a. o grande percentual das bolsas concentradas no Sudeste faz com que essa região reúna não apenas mais capital científico e reconhecimento, como também mais financiamento, tendo em vista a estreita relação entre as bolsas PQ e os outros editais de fomento de pesquisa;
- b. com instituições mais prestigiosas, o Sudeste atrai novos talentos em formação, bem como autoridades científicas que buscam instituições mais reconhecidas, com mais capital econômico e com mais infraestrutura;
- c. esse desequilíbrio também acarreta que essas instituições tenham maior assento nas instâncias de decisão das agências de fomento, como é o caso dos comitês de assessoramento do CNPq; e
- d. a desigualdade altera o grau da dificuldade enfrentada por cientistas de diferentes regiões, aprofundando alguns estigmas que já recaem sobre pesquisadores e pesquisadoras situados/as em regiões como o Nordeste, fazendo com que esses/as cientistas precisem de um maior esforço para alcançar posições de prestígio no campo científico.

Desse modo, é seguro afirmarmos que a desproporção na distribuição geográfica dessas bolsas no território brasileiro impacta diretamente na produção científica das diferentes regiões do país, atraindo mais ou menos recursos humanos e econômicos e que essa dinâmica gera um círculo

vicioso que prejudica ainda mais as universidades e os/as pesquisadores/as que produzem conhecimento científico à margem dos grandes centros do país. Isto é o que relata uma das bolsistas entrevistadas, ao ressaltar que a excepcionalidade da concessão de bolsas para pesquisadores/as nordestinos cria uma falsa e problemática ideia de que, por aqui, apenas poucos são bons o suficiente para integrar o distinto rol de bolsistas:

Eu acho que quando a gente aparece como pesquisadora de produtividade do Nordeste, porque o Nordeste também é uma das regiões que têm o menor número de bolsistas de produtividade, dá ainda mais essa marca de excepcionalidade, como se fôssemos poucos ou como se fôssemos tão bons que não pudéssemos ficar fora desse conjunto seletivo, mas, na verdade, tem muita gente que também é boa e está fora do conjunto. Então, eu acho que isso cria, muitas vezes, uma distorção de imagem. Cria a ideia de que tem muita gente no Sul e no Sudeste que é boa e que, por isso, merece a bolsa e que existem alguns poucos no Nordeste que são excepcionais e que, por isso, merecem a bolsa. Essa ilusão, esse jogo de imagem, que é o mesmo jogo de imagem que se faz em relação às universidades, é muito perverso. (informação verbal)<sup>8</sup>.

Outra pesquisadora, cearense radicada na Bahia desde os 10 anos de idade, salientou que as experiências mais difíceis foram, especialmente, com pesquisadores paulistas e cariocas, sobretudo quando ocupou cargos nacionalmente importantes, como o de coordenadora de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Indagada sobre como é ser pesquisadora de uma instituição nordestina, ela respondeu:

Aqui dentro, tem, eu não diria o Sul, mas o Sudeste tem um problema com a gente nordestina sim, a mulher nordestina das artes, tem uma sudestocentria, são sudestocêntricos, é horrível o termo. São Paulo e Rio de Janeiro sobretudo, mas eu também não... Eu sou uma militante, eu vou, né, eu não me intimido não. [...] Eu me lembro que isso ficou bem claro quando eu fui pra CAPES e telefonaram para o presidente da CAPES para dizer “aquela baiana não pode ser a nossa representante”, aquela baiana... Eu falei até “o senhor não disse pra eles que eu sou cearense?”. [...] Ele deu risada: “deixe como está”, mas é impressionante. Um tempo depois, vieram dizer que eles disseram brincando. Falei: pior ainda! Se tivesse falado sério, perdoar é mais fácil pra mim, porque com isso não se brinca. São dois crimes, porque a coisa existe e, em segundo lugar, porque se brinca com ela. Dizer que é brincadeira, piora a situação pra mim. (informação verbal)<sup>9</sup>.

**A excepcionalidade da concessão de bolsas para pesquisadores/as nordestinos cria uma falsa e problemática ideia de que, por aqui, apenas poucos são bons o suficiente para integrar o distinto rol de bolsistas**

8 Informação obtida em entrevista concedida pela Pesquisadora C, realizada em Salvador, Bahia, em maio de 2020.

9 Informação obtida em entrevista concedida pela Pesquisadora D, realizada em Salvador, Bahia, em maio de 2020.

**Se às mulheres é reservada a categoria mais baixa da bolsa de produtividade, PQ-2, não é de causar surpresa que, nesse contexto, os poucos espaços na categoria 1 sejam ocupados, predominantemente, por mulheres brancas**

A fala da pesquisadora evidencia que a disparidade entre as regiões cria um estigma que impacta fortemente nas carreiras acadêmicas de cientistas que estão fora dos lugares de prestígio, tidos como de produção de ciências no Brasil, podendo ser ainda mais agravado por outros aspectos que também atravessam as experiências dessas pesquisadoras. Neste estudo, a categoria raça/etnia também emerge com grande centralidade para a compreensão do perfil das bolsistas e das dinâmicas de aquisição de autoridade científica no estado.

Do total de bolsistas de produtividade mulheres, cinquenta e quatro se declararam brancas, o que corresponde ao importante percentual de 68%, majorado a 75% se desconsideradas aquelas (n = 7) que se abstiveram de responder à questão. Esse percentual é bastante divergente dos dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018, que aponta que a composição racial do estado da Bahia é de 76,7% de negros (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019), e revela flagrante desigualdade étnico-racial no topo da carreira científica da instituição estudada.

Mesmo se considerado todo o corpo docente da instituição, incluídos/as homens e mulheres – bolsistas ou não –, a desigualdade racial, embora evidente, é menos incisiva que entre bolsistas PQ. Enquanto a universidade conta com 48% de docentes autodeclarados/as brancos/as (56% dos que declararam sua raça/etnia), entre as bolsistas de produtividade em pesquisa, esse percentual sobe para 68%, 75% das que fizeram a declaração, como já apresentamos. Essa diferença impacta, conseqüentemente, na proporção de pessoas pardas e pretas vinculadas à instituição. O baixo percentual de 33% de docentes pardos/as, 8% pretos/as, 2% amarelos/as e 1% indígenas cai ainda mais entre as bolsistas PQ para 21% de pardas, 3% de pretas e 1% de amarelas.

Como nos lembra Lorde (2019, p. 242), “ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres”. Este alerta nos aponta a relevância do cruzamento dos dados e a análise da distribuição de bolsas de produtividade a partir da realidade étnico-racial. Como no exame gendrado das categorias das bolsas PQ, as assimetrias étnico-raciais são ainda mais evidentes quanto mais próximas as mulheres estão do topo da carreira. Se às mulheres é reservada a categoria mais baixa da bolsa de produtividade, PQ-2, não é de causar surpresa que, nesse contexto, os poucos espaços na categoria 1 sejam ocupados, predominantemente, por mulheres brancas.

Enquanto 67% das mulheres brancas são contempladas com as bolsas de produtividade de menos prestígio, isto é, PQ-2, 83% das não brancas estão na mesma categoria, entre elas, 100% das mulheres amarelas e pretas e 80% das pardas, percentuais relevantemente superiores, que se refletem,

muitas vezes, na ausência de mulheres não brancas em alguns níveis de bolsa PQ. No ano de 2018, considerados os níveis da categoria 1 de bolsas de produtividade, nenhuma mulher não branca possui bolsas PQ-1D e PQ-1A e elas recebem apenas 29% das bolsas PQ-1C e 20% das PQ-1B pertencentes às mulheres da instituição. Esses percentuais consistem no valor nominal de três bolsas de produtividade na categoria PQ-1, duas PQ-1C e uma PQ-1B, todas recebidas por pesquisadoras autodeclaradas pardas.

Refletindo sobre a sua trajetória enquanto pesquisadora negra, uma das bolsistas entrevistadas ressaltou:

Quando eu fui para [...], em 2009, eu já era uma pesquisadora com uma trajetória já. Eu já tinha defendido a tese em 2004, já tinha bastante publicação, já tinha carta de aceite da Companhia das Letras para publicar, eu já tinha publicado a dissertação pela Editora da UNICAMP, eu fui selecionada no concurso. [...] Eu jamais teria conseguido passar se eu tivesse sido recém-doutora, sem uma grande publicação e tal, porque há uma certa lógica de reconhecimento quando algo já está posto, quando algo foi encaminhado, já tem uma trajetória colocada. (informação verbal)<sup>10</sup>.

A reflexão da pesquisadora nos aponta um caminho: a denúncia da segregação vertical<sup>11</sup> imposta às mulheres no campo científico precisa ser complexificada para abranger, também, outras questões, como as étnico-raciais, a partir do entendimento de que “[...] a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a.” (KILOMBA, 2019, p. 51). Como espaço de violência e de poder, a academia reproduz muitas das desigualdades do espaço social, favorecendo a aquisição de capital científico (BOURDIEU, 1983) a alguns indivíduos e negando a outros, numa articulação intrincada de variáveis, muitas vezes indiscrimináveis. É preciso, então, identificar, apontar e enfrentar as iniquidades na academia, pois

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade. (HOOKS, 2017, p. 45).

Apesar dos muitos esforços no sentido de desvelar – e denunciar – as desigualdades sociais nas ciências e na própria vivência em um espaço estruturado para ter, predominantemente, pessoas brancas nas posições

**Como espaço  
de violência  
e de poder,  
a academia  
reproduz  
muitas das desi-  
gualdades do  
espaço social,  
favorecendo  
a aquisição  
de capital  
científico  
a alguns  
indivíduos  
e negando a  
outros**

10 Informação obtida em entrevista concedida pela Pesquisadora C, realizada em Salvador, Bahia, em maio de 2020.

11 Sobre a segregação vertical das mulheres na carreira acadêmica, indicamos a leitura de Lima (2013).

**O que observamos é que a imagem de corpos brancos – assim como os “corpos de homens” – estão “em casa” na academia, em seu “habitat natural”, pois são lidos como apropriados para esse espaço**

de prestígio, para muitas mulheres cientistas ainda permanece intocada a noção dominante de raça e etnia como variáveis irrelevantes no processo de construção de carreiras científicas exitosas. Das dezessete bolsistas de produtividade em pesquisa que responderam ao questionário, a maioria delas, onze, declarou que sua raça ou etnia não se constituiu como um fator relevante em sua carreira enquanto pesquisadora. Dessas, sete são pesquisadoras brancas e quatro pardas. Essa invisibilidade do impacto da categoria raça/etnia no contexto da academia, bem como de outras categorias como classe social, gênero e geração, é fruto do apagamento dessas questões no espaço social, mas, também, pela persistência das noções em torno da objetividade e imparcialidade nas ciências. Enfrentadas há décadas, num complexo movimento de críticas às ciências que discutimos em outro trabalho (FARIA, 2021), essas noções permanecem no imaginário dos/as cientistas e, portanto, no campo científico.

Como exceção à regra, dentre as entrevistas e respostas ao questionário estruturado, uma das pesquisadoras, bolsista PQ-2, negra e da área de Ciências Humanas, salientou:

Eu não sei quantos pesquisadores negros têm bolsa de produtividade no Brasil, mas eu tenho certeza de que somos muito poucos. Eu não sei quantas pesquisadoras, mulheres pesquisadoras, de produtividade, negras existem na área de ciências humanas. Eu tenho certeza de que faço parte, assim, a gente deve saber nos dedos das mãos. Então, isso é vergonhoso para a pesquisa brasileira, né? Porque não é que não tenham mulheres negras qualificadas para ocuparem esse lugar ainda, é porque não há nenhum projeto, nenhuma perspectiva de incorporar as que estão aí nesse conjunto. (informação verbal)<sup>12</sup>.

Ela contou ainda que, durante sua trajetória acadêmica, ouviu expressões que revelavam a surpresa de colegas de outras instituições quando tomavam ciência de que ela era uma pesquisadora negra, como “era uma pesquisadora *como você*”. Já mais recentemente, após o recebimento da bolsa de produtividade, foi indagada por um colega da mesma universidade: “mas por que você tem bolsa de produtividade?”. Ela respondeu prontamente: “Como ‘por que’? Eu fiz projeto, tentei duas vezes antes de conseguir. Por que eu não teria uma bolsa de produtividade?” (informação verbal).

O que observamos é que a imagem de corpos brancos – assim como os “corpos de homens” – estão “em casa” na academia, em seu “*habitat natural*”, pois são lidos como apropriados para esse espaço. Esse fenômeno, somado à noção remanescente e enraizada de neutralidade, objetividade e meritocracia, naturalizam e normalizam os privilégios de raça, etnia, classe

social, gênero e geração que tornam a carreira científica mais ou menos acessível para determinados grupos sociais. Há, portanto, diferentes matrizes de opressão, que operam distintamente e/ou conjuntamente, forjando o campo científico como espaço (re)produtor de desigualdades, na maioria das vezes profundamente camufladas pela lógica do mérito científico, onde não apenas os privilégios são invisibilizados, mas, igualmente, as opressões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a complexidade e os paradoxos que envolvem a constituição do campo científico e, conseqüente, das carreiras científicas, a análise do curso de vida das bolsistas PQ a partir da articulação interseccional das categorias analíticas gênero, raça/etnia, classe social e geração, articuladas a outros aspectos<sup>13</sup>, como conjugalidade, maternidade e construção precoce de um *habitus* acadêmico, no sentido bourdieusiano (BOURDIEU, 2017), não pôde dispensar a discussão quanto à posição da instituição nos contextos nacional e internacional, pois estamos nos debruçando sobre uma universidade brasileira que detém algum protagonismo regional, mas que está sediada no Nordeste, isto é, na periferia do cenário de produção de ciências no país. Por isso, os questionamentos de Santos (1995), há duas décadas e meia, ainda são pertinentes:

Será que as acadêmicas brasileiras podem participar, sob igualdade de condições, de uma “conversa racional, crítica e responsável” no circuito internacional, que acaba se reduzindo aos centros europeus e americanos que detêm o poder hegemônico mundial de produção de conhecimento? Se podem falar, em que língua e linguagem assim o farão? (SANTOS, 1995, p. 54).

Essas questões remetem aos estereótipos associados ao Sul, aos países ainda classificados como de “terceiro mundo”, mesmo com o suposto desuso da expressão, e à construção de uma noção genérica, não à toa batizada de “brasilização”, para evocar características como miséria, violência, criminalidade e marginalidade (NUNES, 2011). É sobre esse pano de fundo que pesquisadoras brasileiras se colocam para produzir conhecimento científico no Brasil e no exterior. Embora possamos narrar algumas experiências nas quais as opressões oriundas dessa imagem sejam nítidas, são incalculáveis os danos gerados às carreiras científicas de pesquisadores/as brasileiros/as e, conseqüentemente, ao desenvolvimento científico do país. Aqui, para além de pensarmos “quem pode falar” (SANTOS, 1995), talvez urja outro questionamento,

**Há, portanto,  
diferentes  
matrizes de  
opressão, que  
operam distin-  
tamente e/  
ou conjunta-  
mente, forjando  
o campo  
científico como  
espaço (re)  
produtor de  
desigualdades**

<sup>13</sup> Quanto a esses aspectos, alguns deles fortemente relacionados com as dimensões de gênero, desenvolvemos melhor na tese de doutoramento da primeira autora, cujas discussões originaram este trabalho. Ademais, tendo em vista que o presente artigo almeja muito mais apresentar a complexidade do tema do que aprofundar as discussões de gênero e ciências essa discussão será resgatada, com maior fôlego, em outro trabalho, ainda em andamento.

**Se, por um lado, há perda individual e coletiva para as mulheres pesquisadoras, por outro, o prejuízo é, sobretudo, para as ciências produzidas no país**

feito por Sardenberg (2002, p. 111): “*quem vai nos ouvir?*”. Qual é, portanto, o alcance da voz e do conhecimento produzido pelas nossas cientistas?

Desse modo, reiterando que cada uma das dimensões da vida é informada pelas outras dimensões e ressaltando as especificidades das trajetórias científicas analisadas neste estudo, salientamos que os dados apontam para a persistência de processos androcêntricos de validação dessa forma de conhecimento que ainda favorece significativamente um acesso prioritário aos pesquisadores homens, que adquirem mais facilmente capital científico, sobretudo se combinados os privilégios de gênero com outros, como o étnico-racial e a regionalidade, por exemplo. Eles são a maioria entre bolsistas de produtividade, ocupando expressivamente os níveis mais elevados de bolsa, como apresentamos neste artigo.

Quanto às mulheres, o pequeno número de pesquisadoras PQ, sobretudo no Nordeste, onde as bolsas são mais escassas, é um fator importante para pensarmos não apenas em como elas conseguiram atravessar o “labirinto de cristal” e adquirir reconhecimento dos pares-concorrentes, mas, também, deve nos fazer questionar: a) quem são as excelentes pesquisadoras que se perderam nas sinuosidades desse labirinto e nunca alcançaram tal reconhecimento; b) como podemos borrar essas barreiras, possibilitando que mais mulheres ingressem no rol seleto de autoridades científicas; e c) quais são os impactos da exclusão sistemática de pesquisadoras mulheres para o desenvolvimento científico do país.

Assim, se, por um lado, há perda individual e coletiva para as mulheres pesquisadoras, por outro, o prejuízo é, sobretudo, para as ciências produzidas no país. Se falamos em “fuga de cérebros” em certos contextos históricos não democráticos, precisamos assumir e refletir sobre a permanente perda de “cérebros” imposta por uma estrutura desigual de sociedade, culturalmente enraizada, que exclui uma grande parcela de possíveis cientistas (mulheres, negros/as, indígenas, pobres, nordestinos etc.) e o incalculável dano para as ciências e para a sociedade, como um todo.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *Membros*. Disponível em: <http://www.abc.org.br/membros/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

BARATA, Rita Barradas; GOLDBAUM, Moisés. Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de saúde coletiva. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1863-1876, nov./dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. (Coleção grandes cientistas sociais, 39).

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Portal da Transparência*: detalhamento dos servidores e pensionistas. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/consulta?ordenarPor=orgaoLotacao&direcao=asc>. Acesso em: 20 set. 2018.

CAFÉ, Anderson *et al.* A elite acadêmica da Sociologia no Brasil e sua produção científica. *Informação & Informação*, Londrina, v. 16, n. 3, p. 19-39, 2011.

CAVALCANTE, Raika Augusta *et al.* Perfil dos pesquisadores da área de odontologia no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 106-112, 2008.

CHALHUB, Tania; OLIVEIRA, Eloisa Príncipe. O panorama da produção científica de pesquisadores bolsistas do CNPq em Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Disponível em: [http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/292/1/PRINCIPEE\\_nancib2010.pdf](http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/292/1/PRINCIPEE_nancib2010.pdf). Acesso em: 14 jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). *Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ: bolsas em curso*: Universidade Federal da Bahia. Disponível em: [http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO\\_PQ\\_102003.buscapelnome2a2?f\\_inst\\_uf=BA&f\\_inst=029100000000&v\\_sele\\_modal=BOL\\_CURSO](http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.buscapelnome2a2?f_inst_uf=BA&f_inst=029100000000&v_sele_modal=BOL_CURSO). Acesso em: 10 set. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (Brasil). *Indicadores por região geográfica*. Disponível em: <https://memoria.cnpq.br/indicadores1>. Acesso em: 6 mar. 2020.

FARIA, Iolanda Pinto de. *"Nunca pensei que você fosse mulher": a conquista de capital científico pelas bolsistas de produtividade em pesquisa da UFBA*. 2021. 223 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INTERNATIONAL MATHEMATICAL UNION. *Fields medal*. Disponível em: <https://www.mathunion.org/imu-awards/fields-medal>. Acesso em: 9 fev. 2023.

KELLER, Evelyn Fox. Feminism and science. In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (ed.). *Feminism & science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 28-40.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contraste e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set./dez. 2013.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. *Revista Gênero*, Niterói, v. 16, n. 1, p. 11-31, 2. sem. 2015.

LOPES, Roberto Paulo Machado. Assimetrias de gênero na ciência baiana: uma abordagem institucional. *Revista Binacional Brasil Argentina*, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 419-450, 2018.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria. Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq. In: SANTOS, Lucy Woellner; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARGANO, Doralice de Fátima. *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006. p. 129-160.

MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria; MARQUES, Teresa Cristina de Novais. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Revista Gênero*, Niterói, v. 4, n. 2, p. 73-94, 1. sem. 2004.

MENDES, Patrícia Helena Costa *et al.* Perfil dos pesquisadores bolsistas de produtividade científica em medicina no CNPq, Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 34, n. 4, p. 535-541, 2010.

MINELLA, Luzinete Simões. No trono da ciência I: mulheres no Nobel da Fisiologia ou Medicina (1947-1988). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 70-93, jan./mar. 2017a.

MINELLA, Luzinete Simões. No trono da ciência II: laureadas com o Nobel na Fisiologia ou Medicina (1995-2015). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-107, jan./jun. 2017b.

NOBEL PRIZE. *Laureates*. Disponível em: <https://www.nobelpeaceprize.org/laureates/>. Acesso em: 9 fev. 2023.

NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: características gerais dos moradores: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24437&t=resultados>. Acesso em: 9 fev. 2023.

ROSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda effect in science. *Social Studies of Science*, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.

SANTOS, Cecília MacDowell dos. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “não inocente” com Donna Haraway. *Cadernos PAGU*, Campinas, n. 5, p. 43-72, 1995.

SANTOS, Natacha Carvalho Ferreira; CÂNDIDO, Lucilene Faustina de Oliveira; KUPPENS, Cristiano Lima. Produtividade em pesquisa do CNPq: análise do perfil dos pesquisadores da Química. *Química Nova*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 489-495, 2010.

SANTOS, Suelleng Maria Cunha *et al.* Perfil dos pesquisadores da saúde coletiva no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 761-775, 2009.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Edufba, 2002. p. 89-120. (Coleção Bahianas, 8).

THE WORLD ACADEMY OF SCIENCES. *TWAS directory*. Disponível em: <https://twas.org/directory>. Acesso em: 9 fev. 2023.

UNESCO. *Ceremony of award of four UNESCO science prizes*. Paris: UNESCO, 1989. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000085899>. Acesso em: 9 fev. 2023.

VIEIRA-DA-SILVA, Lúgia Maria. *O campo da saúde coletiva: gênese, transformações e articulações com a Reforma Sanitária Brasileira*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018.

## Resumo

Em 2020, no contexto da pandemia da covid-19, Salvador passou a ser a segunda capital brasileira com maior incidência de casos de feminicídio no país. Dado esse contexto, este artigo tem por objetivo caracterizar os casos de feminicídio ocorridos em Salvador, entre os anos de 2017 e 2020, a partir da base de dados da Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia (SSP/BA). No que concerne ao percurso metodológico, trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa. Para a sua elaboração, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. A análise de conteúdo foi adotada para a análise dos dados. Os resultados levaram à caracterização dos feminicídios, em Salvador, evidenciando que foram 60 casos registrados entre os anos de 2017 e 2020. Inferiu-se que, no que se refere ao gênero, é possível verificar que há uma sumária impossibilidade de identificação dos casos de pessoas trans e travestis nos dados levantados. Dentre as vítimas, 36 eram pardas, o que representa 60% dos casos, 20 delas tiveram a cútis não informada (33,33%) e apenas 3,33% de mulheres brancas e de mulheres negras, respectivamente. Esse resultado aponta para uma fragilidade na metodologia de registro de dados da SSP/BA. Levantou-se também a faixa etária das vítimas, que inclui mulheres com idade entre 35 e 64 anos, cujos agressores utilizam de arma de fogo ou de arma branca para cometer tal crime. No que se refere às políticas públicas de enfrentamento ao fenômeno, em 2021 foi lançado o Protocolo do Feminicídio da Bahia, a fim de orientar quanto às diretrizes estaduais.

**Palavras-chave:** gênero; raça; feminicídio; Salvador; segurança pública.

## Abstract

*In 2020, in the context of the covid-19 pandemic, Salvador became the second Brazilian capital with the highest incidence of femicide cases of the country. Given this context, this article aims to characterize the cases of femicide that occurred in Salvador, between the year of 2017 and 2020, from the database of the Secretariat of Public Safety of the state of Bahia (SSP/BA). Regarding the methodological path, this is a descriptive study with a qualitative approach. And for its elaboration, bibliographic and documental research were used. Content analysis was selected for the data analysis. The results led to the characterization of femicides in Salvador, showing that 60 cases were recorded between the years of 2017 and 2020. It was inferred that in relation to gender, it was impossible to identify the cases of transgender and transvestite people in the data collected. Among the victims, 36 were mixed (pardo), which represents 60% of the cases, and 20 of them had their skin complexion uninformed (33.33%), and only 3.33% were white women and black women, respectively. This result points to a default in the data recording methodology of the Secretariat of Public Safety of the state of Bahia (SSP/BA). We also surveyed the age range of the victims, which includes women between 35 and 64 years old, whose aggressors use firearms or knives to commit femicide. Regarding public policies designed to confront the phenomenon, in 2021 the Bahia Femicide Protocol was launched in order to orient the state guidelines.*

**Keywords:** gender; race; femicide; Salvador; public security.

# Feminicídios em Salvador: uma análise dos casos registrados pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia entre 2017 e 2020

VICTOR SAID DOS SANTOS SOUSA

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Técnico em Automação Industrial pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA), pesquisador do campo de segurança pública e violência contra a mulher vinculado ao grupo QualiSeg da Uneb. victorsssousa@gmail.com

TÂNIA MOURA BENEVIDES

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Administração Estratégica pela Universidade Salvador (Unifacs) e graduada em Administração pela Faculdade Ruy Barbosa (FIRB). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e Adjunta da UFBA, pesquisadora do campo de segurança pública e violência contra a mulher, vinculado ao grupo QualiSeg da Uneb e UFBA. tbenevides@uneb.br

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.11](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.11)

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno antigo. Ele remonta à história da sociedade, na medida em que nasce da reprodução e da naturalização da ideologia androcentrista, conservadora, moralista, patriarcal, machista e sexista (HONSE, 2021). Essa macroestrutura ideológica se perpetua em todas as esferas da sociedade, seja no âmbito da sociedade civil, seja no âmbito jurídico, seja no âmbito do estado, seja nas relações intrafamiliares (SAFFIOTI, 2011), resultando em um cenário estrutural e sistêmico de desigualdade de gênero entre homens e mulheres.

O resultado de tais desigualdades repercute na hegemonia masculina sobre o gênero feminino e no contratualismo social do patriarcado, que visa a manutenção do *status quo*, que se fundamenta na garantia dos direitos masculinos em detrimento e negação dos direitos femininos (SAFFIOTI, 2011). Esse cenário de desigualdade se perpetua de maneira tal que as liberdades fundamentais e os direitos humanos das mulheres são constantemente transgredidos por meio das diversas manifestações da

**O feminicídio decorre de um conjunto de fatores. Ele não é uma violência que se perpetua meramente no ato de assassinar a vítima. Ele é resultado do *continuum* da violência de gênero**

violência e da discriminação de gênero (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993; SARDENBERG; TAVARES, 2016).

Atualmente, a violência de gênero pode ser considerada como um problema de segurança e de saúde pública, o qual requer intervenção no ordenamento jurídico, pois este tipo de violência tem o potencial de assumir diversas formas, impactando nas condições de vida, de segurança e de desenvolvimento coletivo das mulheres (KRUG *et al.*, 2002). A partir dos avanços dos movimentos feministas, em especial da terceira onda e da teoria *queer*, a compreensão de gênero tem se expandido, pois supera a vinculação com a dita ideologia de gênero (ASHOKASUNDARI; ROSSI, 2020) e possibilita a inserção de outras populações em tal conceito, desconstruindo a perspectiva binarista de controle sobre os corpos femininos imposta pela cultura patriarcal heteronormativa (BUTLER, 2003; LOURO, 2001; PENEDO, 2008; WITTIG, 2022).

Desde a sanção da Lei Maria da Penha, Lei 11.340, em 2006, o Brasil passou por muitos avanços no combate à violência contra a mulher. Esta lei prevê medidas preventivas, de proteção e punição para os agressores das vítimas, amparando-as em circunstâncias de violência (BRASIL, 2006). Apesar de os meios para o enfrentamento deste fenômeno terem aumentado de maneira significativa, essa é uma violência silenciosa, que se manifesta cotidiana na realidade de milhares de brasileiras, crianças, adolescentes, adultas e idosas – que sofrem diversos tipos de violências, sejam de natureza física, simbólica, patrimonial, psicológica, sexual ou moral, até chegar na sua forma mais extrema, o feminicídio.

O feminicídio decorre de um conjunto de fatores. Ele não é uma violência que se perpetua meramente no ato de assassinar a vítima. Ele é resultado do *continuum* da violência de gênero. É o resultado das diversas violações a que a vítima é submetida até resultar em sua morte (RADFORD; RUSSEL, 1992). O feminicídio é um crime de ódio, o assassinato por ser mulher. É um crime motivado pelo sentimento de posse do agressor que, na ruptura do contrato imposto pelo patriarcado sobre o corpo das mulheres (SAFFIOTI, 2011), legitima seu domínio sobre a vida e o controle absoluto sobre a vítima, cometendo o feminicídio.

Enquanto fenômeno concreto, há indicadores e estatísticas alarmantes sobre o cenário de violência contra a mulher no Brasil. O *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil* contabilizou, entre os anos de 1980 e 2013, 106.093 homicídios de mulheres no país (WAISELFISZ, 2015). Este mesmo estudo elegeu Salvador como a 10ª capital com a maior taxa de homicídio de mulheres por cem mil habitantes (WAISELFISZ, 2015).

Nesse período, a expressão mais hedionda de violência contra a mulher não era tipificada enquanto qualificadora do homicídio e não estava

prevista em lei como feminicídio. Essa tipologia passou a ser utilizada apenas em 9 de março de 2015, quando a Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio, foi sancionada e passou a considerar o assassinato de mulheres motivado “por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015) como qualificadora do homicídio e crime hediondo, alterando o Código Penal.

A violência feminicida é uma realidade em todos os estados brasileiros, sendo a Bahia o terceiro estado em que mais aconteceram feminicídios em 2019 e 2020 e o quarto em 2018 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, 2021). O estado é responsável pela média de 7,30% dos 4.984 casos de feminicídio que aconteceram no Brasil entre os anos de 2017 e 2020, representando um total de 364 casos de feminicídio no período (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021; SANTANA *et al.*, 2021).

Em relação à capital do estado, Salvador, os indicadores são ainda mais alarmantes, em especial porque a população da cidade é predominantemente feminina (53,32%), de acordo com o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a). Em 2018, a cidade era a décima capital em que mais aconteciam feminicídio no país, já em 2019 ela dispara para a quinta posição. Em 2020, durante a pandemia da covid-19, Salvador passa a ser a segunda capital em que mais ocorrem feminicídios no Brasil (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, 2020, 2021). No período de 2017 a 2020, ocorreram 60 casos de feminicídio (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, 2019, 2020; BAHIA, 2021; SANTANA *et al.*, 2021), representando 1,20% do total de casos de feminicídio no Brasil.

Considerando o crescente número de casos de feminicídio na cidade Salvador, que, entre as capitais brasileiras, disparou da décima posição no ano de 2018 para a segunda no ano de 2020, este estudo se justifica como relevante, pois é notória a urgência de aprofundamento sobre o fenômeno na capital da Bahia. Assim, parte-se do seguinte problema de pesquisa: Como se caracterizam os casos de feminicídio, em Salvador, a partir dos dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) no período compreendido entre 2017 e 2020?

A fim de responder à questão de investigação, este artigo tem por objetivo geral caracterizar os casos de feminicídio ocorridos em Salvador entre os anos de 2017 e 2020 a partir dos registros disponibilizados pela SSP-BA. Como objetivos específicos, têm-se: identificar o número de feminicídios registrados pela SSP-BA em Salvador, no período estudado; levantar os elementos que caracterizam as vítimas e os agressores disponibilizados nos registros; mapear os casos em relação à distribuição geográfica na cidade de Salvador.

**Em 2018, a cidade era a décima capital em que mais aconteciam feminicídio no país [...]. Em 2020, durante a pandemia da covid-19, Salvador passa a ser a segunda capital em que mais ocorrem feminicídios no Brasil**

Para além da expressão da violência física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual, o feminicídio resulta no fim da existência feminina pela sua própria condição de ser

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução aqui apresentada e que traz os elementos delineadores da pesquisa. A segunda seção apresenta uma revisão bibliográfica que revela os contornos do feminicídio. Na terceira seção, é apresentado o percurso metodológico e, na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais.

## **O ASSASSINATO DE MULHERES POR SUA RAZÃO DE SER: O FEMINICÍDIO**

O feminicídio é a forma mais extrema de violência de gênero, pois é a morte da mulher motivada por questões de gênero. Conforme ressaltam Radford e Russell (1992), ele é o resultado do *continuum* de violência que acomete às mulheres. Para além da expressão da violência física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual, o feminicídio resulta no fim da existência feminina pela sua própria condição de ser. Enquanto fenômeno, ele é também produto de um processo histórico de violência perpetuado pelo patriarcado (SAFFIOTI, 2011) e legitimado pela negligência do Estado (ROMIO, 2019), dando manutenção à desigualdade entre homens e mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993).

Para Bandeira (2014, p. 450), “[...] é pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências”. Historicamente, conforme afirma Honse (2021) e a Organização das Nações Unidas (1993), a mulher vem ocupando um papel de servidão e de subalternidade, sendo alvo constante de violência e de discriminação, tendo suas liberdades fundamentais coibidas e seus direitos violentados.

O contrato patriarcal é um acordo firmado entre homens cujo objeto são as mulheres: “a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição” (SAFFIOTI, 2011, p. 55). O patriarcado é sistêmico e estrutural no aparelhamento do Estado, nas relações da sociedade civil e nas organizações que constituem a sociedade. Historicamente, há uma omissão do Estado brasileiro em prol dos direitos femininos (BRASIL, 2013; SOUSA *et al.*, 2021).

Formalmente, o primeiro marco legal de combate e proteção à violência contra a mulher ocorre pela sanção da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha (BARSTED, 2016; BRASIL, 2006, 2013; MACHADO *et al.*, 2015; PAIXÃO, 2018). Responsável por criar “mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006) com base no parágrafo 8 do artigo 226 da Constituição, esta é considerada uma das leis mais completas do mundo, por ter sido elaborada tendo como referência os diversos acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil nos anos anteriores à sanção da lei (MACHADO *et al.*, 2015).

A violência contra a mulher é definida pelo artigo 5<sup>a</sup> da Lei Maria da Penha da seguinte forma: “[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, grifo nosso). Apesar da definição deste tipo de violência incluir a morte das mulheres, a Lei 11.340/2006 não traz definições específicas para os casos de assassinato de mulheres, não prevendo a punição do agressor para o caso dessa prática.

O primeiro estudo que desvelou o assassinato massivo de mulheres no Brasil enquanto um problema urgente de segurança pública foi realizado por Waiselfisz (2012), o *Mapa da Violência 2012 – Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil*, que revelou: “Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década [2000/2010]” (WASELFISZ, 2012, p. 8). Este estudo foi basilar para a formação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre Violência contra a Mulher do Senado Federal, que entregou relatório final em 2013, que, dentre outras recomendações para os diversos órgãos e entidades municipais, estaduais e da Federação, resultou no Projeto de Lei do Senado (PSL) n° 292, de 09 de março de 2013, possibilitando a criação da Lei do Feminicídio (BRASIL, 2013).

Dois anos após sua tramitação no Congresso Nacional, a Lei 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, foi sancionada, passando a alterar o art. 121 do Código Penal, o que tornou o feminicídio como elemento qualificador do homicídio e o incluiu no rol dos crimes hediondos. Conforme texto original, passa a “[...] prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e [altera] o art. 1º da Lei n° 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos” (BRASIL, 2015).

Isto ocorreu apenas nove anos após a sanção da Lei Maria da Penha, em 2015 e tornou o crime qualificado quando motivado pelas seguintes razões:

Feminicídio [...] VI - [homicídio] contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: [...] § 2º - A considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Como destaca Melero (2018) e Sousa e outros (2021), um ano após, em 2016, o governo federal, em uma ação conjunta com a ONU Mulheres, lançou as *Diretrizes nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres* (MELERO, 2018; ONU MULHERES, 2016; SOUSA *et al.*, 2021). Tal documento passou a reger tanto o uso do Código Penal quanto o processo jurídico (MELERO, 2018)

**A Lei 13.104 [2015] [...], Lei do Feminicídio, foi sancionada, passando a alterar o art. 121 do Código Penal, o que tornou o feminicídio como elemento qualificador do homicídio e o incluiu no rol dos crimes hediondos**

**Ao longo da história, o conceito de violência não foi alvo de um campo de estudo específico, tendo em vista que se trata de um fenômeno social complexo, difuso e intrínseco à prática humana**

ao nortear desde a investigação até o julgamento dos casos de feminicídio com base na perspectiva de gênero. Inclusive, tipificando o feminicídio em treze categorias, das quais enquadram-se, entre outras onze, a lesbofobia e a transfobia.

A noção de gênero apresenta-se como sendo fundamental à compreensão do estudo de violência contra a mulher. Isto porque, “ao escolher o uso da modalidade violência de gênero, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes” (BANDEIRA, 2014). O gênero é uma variável imprescindível para a compreensão do fenômeno em análise, o feminicídio, em especial por suas implicações históricas.

A análise de gênero feminista é uma crítica à ordem patriarcal, pois contém explicitamente uma crítica aos aspectos nocivos, destrutivos, opressores e repugnantes produzidos pela organização social baseada na desigualdade, na injustiça e na hierarquização política das pessoas com base no gênero. (LAGARDE, 1996, p. 15, tradução nossa).

Pode-se considerar, assim, que a violência de gênero é um problema no ordenamento da segurança e da saúde pública, tendo em vista como ela possui diversas manifestações, as quais impactam nas condições de vida da população feminina e no desenvolvimento coletivo (KRUG *et al.*, 2002; SOUSA *et al.*, 2021). O feminicídio não pode ser analisado de maneira independente desta violência primária (SANTANA *et al.*, 2021), em especial por ser o produto do *continuum* de violência que acomete às mulheres (RADFORD; RUSSELL, 1992).

Apesar do marco para as investigações formais sobre o feminicídio ser recente, especificamente a partir da Lei 13.104/2015, no campo da segurança pública novas reflexões têm surgido a partir dos esforços coletivos dos pesquisadores da área (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, 2018, 2019, 2020; BARROS, 2019; HONSE, 2021; MELERO, 2018; ONU MULHERES, 2016; SANTANA *et al.*, 2021; SOUSA *et al.*, 2021).

Entretanto, mesmo diante desse cenário, ao longo da história, o conceito de violência não foi alvo de um campo de estudo específico (KRUG *et al.*, 2002; MINAYO, 1994), tendo em vista que se trata de um fenômeno social complexo, difuso e intrínseco à prática humana (PAIXÃO, 2018). São muitas as discussões e tipificações a respeito de suas manifestações diversas, dissonantes e eventualmente divergentes, inclusive, no que se refere à esfera pública e privada (BAHIA, 2020; KRUG *et al.*, 2002; SOUSA *et al.*, 2021).

Para Sacramento e Rezende (2006), a violência é um fenômeno complexo, o qual pode representar o uso intencional de força ou exercício do poder, de forma a gerar lesão, dano psicológico, alterações no desenvolvimento

ou privações contra si mesmo, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, ou morte. Crettiez (2011) faz importante contribuição no campo do estudo da violência, na sua relação com o Estado, ao tipificá-la em três tipos, que podem ser resumidos da seguinte maneira: violência do Estado: exercida pelo próprio Estado por ser o legítimo e legal detentor do monopólio da violência; violência contra o Estado: aquela que é direcionada ao Estado por buscar reivindicações de grupos sociais; e violência interindividual: este é um tipo de violência que não é direcionada especificamente ao Estado, mas que compete a ele, na medida em que é o responsável por manter a ordem pública.

Nesta perspectiva, o feminicídio pode ser enquadrado como violência interindividual, considerando que nasce do processo de omissão e negligência histórico do Estado (ROMIO, 2019), dando manutenção à estrutura patriarcal (SAFFIOTI, 2011) e sendo perpetuado nas relações interindividuais (CRETIEZ, 2011) – já que não há regulação específica para esta problemática.

A complexidade da violência contra a mulher evidencia-se notória, considerando todos os vetores que perpassam o processo histórico e estrutural que configura o papel da mulher na sociedade, principalmente por se desconsiderar a complexidade e a diversidade do espectro de gênero (ASHOKASUNDARI; ROSSI, 2020; BARSTED, 2016; HONSE, 2021; KRUG *et al.*, 2002; LOURO, 2001; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993; PAIXÃO, 2018; PENEDO, 2008; ROMIO, 2019; SARDENBERG; TAVARES, 2016; SOUSA *et al.*, 2021; WITTIG, 2022).

Para Chauí (1980), a definição de violência perpassa o aparelhamento do Estado, sendo ele responsável por tais manifestações, pois a violência estatal pode ser entendida:

Como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vêm do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espelhando-se pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado. (CHAUÍ, 1980, p. 2).

A partir da definição de Chauí (1980), que assume uma conotação diferente em relação à definição de Sacramento e Rezende (2006), podemos concluir que o feminicídio pode ser compreendido como uma violência legal exercida pelo Estado – já que nasce da omissão estatal sobre um problema social histórico (BRASIL, 2013; ROMIO, 2019). Chauí (1980) converge com Crettiez (2011) ao afirmar que o Estado detém o monopólio da força, sendo ele a origem da violência já que estabelece a ordem e impõe as leis. A violência nasce da sujeição à dominação, à obediência das leis e à sua interiorização (CHAUÍ, 1980).

**A complexidade da violência contra a mulher evidencia-se notória, considerando todos os vetores que perpassam o processo histórico e estrutural que configura o papel da mulher na sociedade**

**A perspectiva de gênero apresenta-se como fundamental para analisar ambas as conjunturas, uma vez que a primeira é produto das desigualdades entre homens e mulheres no cotidiano**

Nesse sentido, o crime de feminicídio pode ser enquadrado como uma violência exercida pelo Estado, nos termos de Crettiez (2011, p. 2), afinal “o Estado, fundado pela violência e conservador de sua autoridade com base em uma violência raramente expressa, mas sempre subjacente”, é responsável pela perpetuação desta violência histórica em seu sistema jurídico-legal, conforme ressaltamos ao longo deste capítulo.

Têm-se, então, duas dimensões, conforme ressalta Bandeira (2014), sobre a natureza da violência contra a mulher e, conforme analisamos, que repercutem sobre a natureza do feminicídio: a dimensão da violência interpessoal (BANDEIRA, 2014) ou interindividual (CRETIEZ, 2011), compreendida também nos termos de Sacramento e Rezende (2006); e a dimensão desta violência como de Estado (CHAUÍ, 1980; CRETIEZ, 2011).

A perspectiva de gênero apresenta-se como fundamental para analisar ambas as conjunturas, uma vez que a primeira é produto das desigualdades entre homens e mulheres no cotidiano e é o resultado do *continuum* da violência contra a mulher perpetrado pelo sistema patriarcal (RADFORD; RUSSELL, 1992; SAFFIOTI, 2011). Já a segunda dimensão, atribui ao Estado a inércia e a responsabilidade sobre a manutenção do *status quo*, dando manutenção e garantindo impunidade aos crimes de feminicídio (BRASIL, 2013; ROMIO, 2019).

**Tipologias do Feminicídio**

Conforme já abordado, o Governo Federal, em parceria com a ONU Mulheres, lançou em 2016 a *Diretrizes nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres* (MELERO, 2018; ONU MULHERES, 2016). Nestas diretrizes, ficam estabelecidos diversos mecanismos complementares à Lei do Feminicídio, o que inclui o reconhecimento das condições estruturais das mortes violentas de mulheres por razões de gênero – ordem patriarcal, violência sexista, o fato de serem mortes evitáveis e que são um fenômeno social e cultural – e as categorias de análise para a compreensão da realidade social, que tipifica os diferentes tipos de feminicídios, além de estabelecer os tipos penais e muitos outros aparatos legais-burocráticos, que se debruçam ao longo das 131 páginas do documento.

As diretrizes (ONU MULHERES, 2016, p. 22) fazem importante contribuição quando tipificam o feminicídio em treze categorias diferentes. Essa tipificação, de acordo com ONU Mulheres (2016) e Melero (2018), rege o Código Penal e o processo jurídico na condução de julgamentos de feminicídio e são apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1****Femicídios/feminicídios: categorias de análise para compreensão da realidade social**

<b>Tipo</b>	<b>Características</b>
Íntimo	Morte de uma mulher cometida por um homem com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo: marido, ex-marido, companheiro, namorado, ex-namorado ou amante, pessoa com quem tem filho(a)s.
Não íntimo	Morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido, com quem a vítima não tinha nenhum tipo de relação. Por exemplo, uma agressão sexual que culmina no assassinato de uma mulher por um estranho.
Infantil	Morte de uma menina com menos de 14 anos de idade, cometida por um homem no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder conferido pela sua condição de adulto sobre a menoridade da menina.
Familiar	Morte de uma mulher no âmbito de uma relação de parentesco entre vítima e agressor. O parentesco pode ser por consanguinidade, afinidade ou adoção.
Por conexão	Morte de uma mulher que está “na linha de fogo”, no mesmo local onde um homem mata ou tenta matar outra mulher.
Sexual sistêmico	Morte de mulheres que são previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas. Pode ter duas modalidades: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sexual sistêmico desorganizado: Quando a morte das mulheres está acompanhada de sequestro, tortura e/ou estupro. Presume-se que os sujeitos ativos matam a vítima num período de tempo determinado;</li> <li>• Sexual sistêmico organizado: Presume-se que, nestes casos, os sujeitos ativos atuam como uma rede organizada de feminicidas sexuais, com um método consciente e planejado por um longo e indeterminado período de tempo.</li> </ul>
Por prostituição ou ocupações estigmatizadas	Morte de uma mulher que exerce prostituição e/ou outra ocupação (como strippers, garçonetes, massagistas ou dançarinas de casas noturnas), cometida por um ou vários homens. Inclui os casos nos quais o(s) agressor(es) assassina(m) a mulher motivado(s) por ódio e misoginia que a condição de prostituta da vítima desperta nele(s).
Por tráfico de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de tráfico de pessoas. Por “tráfico”, entende-se o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, valendo-se de ameaças ou ao uso da força ou outras formas de coação, quer seja rapto, fraude, engano, abuso de poder, ou concessão ou recepção de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento da(s) pessoa(s), com fins de exploração.
Por contrabando de pessoas	Morte de mulheres produzida em situação de contrabando de migrantes. Por “contrabando”, entende-se a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa em um estado do qual a mesma não seja cidadã ou residente permanente, no intuito de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício de ordem material.
Transfóbico	Morte de uma mulher transgênero ou transexual, na qual o(s)agressor(es) a mata(m) por sua condição ou identidade de gênero transexual, por ódio ou rejeição.
Lesbofóbico	Morte de uma mulher lésbica, na qual o(s)agressor(es)a mata(m) por sua orientação sexual, por ódio ou rejeição.
Racista	Morte de uma mulher lésbica, na qual o(s)agressor(es)a mata(m) por sua orientação sexual, por ódio ou rejeição.
Por mutilação genital feminina	Morte de uma menina ou mulher resultante da prática de mutilação genital.

Fonte: ONU Mulheres (2016).

A partir desta tipologia, cabe destacar a pluralidade e a interseccionalidade de gênero que são exploradas nestas categorias, uma vez que inclui a possibilidade de o feminicídio ser aplicado a pessoas transsexuais ou transgêneros, assim como nos casos de crianças e quando motivado por racismo, além do tráfico e por contrabando de mulheres, quando as leva à morte.

As intersecções contempladas em tais tipologias dialogam diretamente com o conceito de gênero apresentado à luz da teoria *queer* (ASHOKASUNDARI; ROSSI, 2020; LOURO, 2001; PENEDO, 2008; WITTIG, 2022). Apesar de apresentar categorias diferentes, observa-se similaridade entre as categorias propostas originalmente por Radford e Russell (1992) e ONU Mulheres (2016):

**De acordo com a SSP/BA, o crime de feminicídio enquadra-se na categoria de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), junto a outras categorias envolvendo morte**

Femicídio tem muitas formas diferentes: por exemplo, feminicídio racista, (quando mulheres negras são assassinadas por homens brancos); feminicídio homofóbico ou lesfobofóbico (quando lésbicas são assassinadas por homens heterossexuais); feminicídio marital (quando mulheres são assassinadas por seus maridos); feminicídio cometido fora do lar por um estranho; feminicídio serial; e feminicídio em massa. Na era da AIDS, feminicídio inclui a transmissão deliberada de HIV por estupradores. (RADFORD; RUSSELL, 1992, p. 7)

Considerando a complexidade destas tipificações, contextos e possibilidades que envolvem o feminicídio, qual é a metodologia abordada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA) para qualificar e quantificar os casos de feminicídio no estado e, especificamente, na cidade de Salvador? De acordo com ONU Mulheres (2016, p. 28), “a expressão ‘feminicídio’ será empregada com o objetivo de diferenciar os homicídios de mulheres do conjunto de homicídios que ocorrem no país, enfatizando as características associadas às razões de gênero”. De acordo com a SSP/BA, o crime de feminicídio enquadra-se na categoria de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), junto a outras categorias envolvendo morte:

A categoria Crimes Violentos Letais (CVLI) corresponde à soma das vítimas de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e feminicídio (a partir de 2016). Essa definição visa englobar todos os tipos criminais que resultaram em mortes. Sendo assim, representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de um determinado território. É largamente utilizada no âmbito na segurança pública no Brasil (FBSP, 2011 *apud* BAHIA, 2020, p. 17; ONU MULHERES, 2016).

Foi, portanto, a partir da publicação da lei que as instituições de segurança pública, em especial as Secretarias, passaram a contabilizar o feminicídio como sendo um tipo de CVLI, um importante indicador de criminalidade largamente difundido nos estudos desta área no país. Mas, apesar dessa categorização, a primeira dificuldade metodológica na quantificação destas ocorrências é o fato de, nos principais estudos sobre segurança pública, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017, 2018, 2019, 2020, 2021) e o Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2021), não haver, sequer, a menção ao transfeminicídio enquanto fenômeno.

Os estudos de violência direcionam-se à população LGBTQIA+ de forma geral, sendo que, por exemplo, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), os dados de homofobia e transfobia estão agregados aos dados de racismo, o que coloca em dúvida a qualidade dos dados enviados pelas Secretarias que compõem o anuário.

Essa é uma dificuldade metodológica histórica, que acomete a falta de sistematização e padronização das diferentes Secretarias, que, somente

em 2018, por meio da sanção da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passaram a contar com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Há disponíveis informações específicas e consolidadas de feminicídios, em especial, a partir de 2017, para todos os estados da Federação no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021) e Cerqueira e outros (2021). Enquanto, sobre as populações LGBTQIA+, são dados fornecidos por entidades da sociedade civil organizada, como é o caso de Benevides (2022) e Gastaldi e outros (2021).

## PERCURSO METODOLÓGICO

No que tange à abordagem, optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, dada a investigação de grupos segmentados e bem delimitados, também sendo apropriada para análise de documentos e por trazer à luz um fenômeno social (MINAYO, 1994). A pesquisa qualitativa é o principal tipo de pesquisa aplicado nas ciências sociais, segundo Minayo (1994, p. 15), pois “[...] o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.” A natureza complexa do objeto justifica o emprego de uma metodologia que busque compreender com profundidade o fenômeno analisado.

Quanto à classificação do presente trabalho, trata-se de um estudo descritivo, uma vez que “[...] o estudo descritivo representa um nível de análise que permite identificar as características dos fenômenos, possibilitando, também, a ordenação e a classificação destes” (RICHARDSON, 2017, p. 57). Nesse sentido, essa tipologia de estudo tem o objetivo de descrever aspectos da realidade e analisar distribuições de frequências de certos atributos e características (RICHARDSON, 2017).

No que tange aos procedimentos, para a compreensão do conceito de feminicídio e o mapeamento do fenômeno em Salvador, foram empregadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, uma vez que este tipo de procedimento é adequado para a pesquisa qualitativa (MINAYO, 1994), em especial à de natureza exploratória (GIL, 2002). Para alcançar os objetivos propostos nesse, empregou-se também a análise de conteúdo, com base em Bardin (2016).

Na condução da pesquisa bibliográfica, realizou-se a categorização dos conceitos, a partir de três categorias, sendo elas: a categoria analítica, que retém historicamente as relações sociais fundamentais e que fundamenta o conhecimento geral sobre o objeto – “violência”, “gênero”; a categoria operacional, que possibilita a aproximação com o objeto de pesquisa na fase empírica permitindo a observação e, também, o trabalho de campo

**Há disponíveis  
informações  
específicas e  
consolidadas  
de feminicídios,  
em especial, a  
partir de 2017,  
para todos  
os estados  
da Federação  
no Fórum  
Brasileiro de  
Segurança  
Pública (FBSP)**

– “feminicídio”, “patriarcado”; e a categoria empírica, que deriva da operacional, se conforma como expressão classificatória e emana da realidade – “crime de feminicídio, enquadrado na categoria de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)” (MINAYO, 1994).

Para realizar a pesquisa bibliográfica a partir da metodologia proposta por Minayo (1994), foram consultados os seguintes conceitos e autores, conforme Quadro 2.

**Quadro 2**  
**Conceitos e autores pesquisados**

Conceito	Autores
Gênero e Teoria <i>queer</i>	Ashokasundari e Rossi (2020), Beauvoir (1967), Butler (2003), Lagarde (1996), Louro (2001), Penedo (2008), Wittig (2022).
Violência contra a mulher	Bandeira (2014), Barsted (2016), Brasil (2006), Honse (2021), Organização das Nações Unidas (1993), Paixão (2018), Sardenberg e Tavares (2016).
Patriarcado	Saffioti (2011).
Feminicídio	Brasil (2013, 2015), Copello (2012), Gomes (2018), Lagarde (2006), ONU Mulheres (2016), Radford e Russel (1992), Romio (2019), Sousa e outros (2021).

Fonte: Elaboração própria.

Concomitante à pesquisa bibliográfica, foi realizada a pesquisa documental. Etapa fundamental que norteou a elaboração da análise de conteúdo e o mapeamento dos casos de feminicídio na cidade de Salvador. A pesquisa documental foi realizada utilizando a base de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA) contendo os casos de feminicídio entre os anos de 2017 e 2020 (BAHIA, 2022). Os dados foram extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico (SGE) da SSP/BA.

Também foram consultados dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017, 2018, 2019, 2020, 2021). Esses dados foram fundamentais para a pesquisa, uma vez que permitiram efetuar uma comparação do cenário do feminicídio em Salvador com outras capitais e/ou estados da Federação, permitindo também comparar os dados do Anuário com os fornecidos pela SSP.

Para analisar os casos de feminicídio na cidade, utilizou-se a análise de conteúdo. A análise de conteúdo (AC), de acordo com Bardin (2016, p. 19), não se trata de um único instrumento, pois é “[...] marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Neste artigo, foi empregada a análise de conteúdo nos termos de Bardin (2016). O desenho da análise de conteúdo para Bardin (2016) pressupõe três etapas, as quais foram aplicadas da seguinte maneira: pré-análise, codificação e inferência.

Na pré-análise, buscaram-se a organização da análise preliminar dos dados coletados, a exploração do material e o tratamento dos resultados

obtidos e sua interpretação. O material explorado foi oriundo da pesquisa documental (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021; BAHIA, 2021). Na fase de codificação, partiu-se da definição das unidades de registro de análise e de contexto, definição das regras de enumeração e realização da análise qualitativa e quantitativa. O que também inclui a categorização, que é uma etapa imprescindível, na qual serão definidas quais são as categorias de análise de conteúdo utilizadas para a sistematização do conteúdo; e, por fim, na fase de inferência, o processo de inferir sobre variáveis possibilitou os polos de análise, tratamento das informações, quantificação simples ou mais complexas, permitindo apresentar os dados de maneira gráfica, via modelos etc.

## **PERFIL DOS FEMINICÍDIOS EM SALVADOR: UMA ANÁLISE TERRITORIAL**

Nessa etapa de apresentação dos resultados obtidos, busca-se caracterizar o perfil dos feminicídios na cidade de Salvador. A seção estrutura-se em duas partes: a primeira apresenta um breve delineamento sobre a realidade soteropolitana, explicando alguns indicadores sobre a capital do estado da Bahia; e a segunda traça, de maneira analítica, o perfil do feminicídio na cidade de Salvador entre os anos de 2017 e 2020, a partir dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA).

### **Delineando Salvador, a capital do estado da Bahia, recorte desse estudo**

A capital da Bahia, Salvador, foi fundada em 29 de março de 1549, sendo a primeira capital do país. Atualmente é a quarta maior capital brasileira, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 62,7 bilhões e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010, de 0,759 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021b). De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população da capital era de 2.675.656 pessoas, sendo 46,68% do sexo masculino e 53,32% do sexo feminino (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021a). O município conta com um total de 163 bairros, conforme Lei ordinária n.º 9278/2017, possuindo, entre outras, a divisão territorial que reparte a cidade em três vetores de crescimento: miolo, orla e subúrbio (ANDRADE; BRANDÃO, 2009).

Salvador, segundo Santos e outros (2022), é marcada por condições desiguais, o que inclui: precarização do trabalho; concentração de renda e riquezas; rendimentos desiguais do trabalho; acesso desigual a: vegetação, água, moradia, serviços e infraestrutura urbana, estruturas de apoio ao trabalho doméstico e de cuidados e cultura; violência urbana; insegurança

**Salvador [...] é marcada por condições desiguais, o que inclui: precarização do trabalho; concentração de renda e riquezas; rendimentos desiguais [dentre outras]**

**A acentuada desigualdade social da cidade de Salvador contribui para que ela seja a quinta capital mais violenta do país, a décima com a maior taxa de homicídio de mulheres [...] e a segunda em que ocorreram mais feminicídios em 2020**

alimentar; e diferenciado acesso aos investimentos públicos. Nesse contexto desigual, os bairros onde reside a população situada nas maiores faixas de renda e onde estão as pessoas brancas são privilegiados e os que estão situados nas menores faixas de renda, nas áreas qualificadas como periféricas, com maiores concentrações de pessoas negras, são desprotegidos.

De acordo com a Prefeitura de Salvador (SALVADOR, 2015), em sua estrutura, a cidade de Salvador é caracterizada por possuir um espaço urbano desigual e segregado, originado do processo de expansão decorrente do projeto de Reforma Urbana de 1968, o qual estabeleceu a expansão da cidade do Centro Antigo para três novos vetores de crescimento: o miolo, a orla atlântica e o subúrbio ferroviário. Existem diferenças significativas entre essas três regiões, em especial porque são áreas que se diferenciam demarcada e socioeconomicamente pela desigualdade social. Esses diferentes territórios historicamente se desenvolveram e passaram por transformações significativas, que tornaram seus contornos únicos, distinguindo-os e fazendo com que a região da orla fosse consagrada pela predominância de bairros dito “nobres”, o miolo concentrasse bairros ditos “periféricos”, com centros econômicos importantes, como é o caso da Paralela, e consolidassem regiões históricas que possuem contato com o mar, mas também são ditas “periféricas”, como é o caso do subúrbio ferroviário.

Compreender a segurança pública em um contexto tão desigual é apontado por Benevides e outros (2022) como um desafio, desafio esse que é potencializado quando a investigação é circunscrita a um Crime Violento Letal Intencional (CVLI) denominado feminicídio. O que demanda para esse estudo a identificação dos casos de feminicídio entre os anos de 2017 e 2020 e a compreensão de fatores intervenientes e/ou correlacionados a estes casos.

**Perfil dos feminicídios em Salvador entre 2017 e 2020**

A acentuada desigualdade social da cidade de Salvador contribui para que ela seja a quinta capital mais violenta do país (CERQUEIRA *et al.*, 2019), a décima com a maior taxa de homicídio de mulheres por cem mil habitantes (WAISELFISZ, 2015) e a segunda em que ocorreram mais feminicídios em 2020 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021). Esses marcadores – desigualdade e violência – contribuem para que a sensação de insegurança tenha contornos diferentes no município.

Ao analisar, em Salvador, a base de dados da SSP/BA, a qual contém os dados sobre os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e os Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP), no período de 2017 a 2020, deve-se fazer algumas considerações iniciais. A primeira delas diz respeito aos dados que foram analisados. Após definição das categorias de análise,

que foram tipo de delito; ano; bairro; município; cútis (cor) e sexo; foi verificado que todos os códigos (“feminicídio”, “vítima”, “mulher”, “Salvador”, todos os 163 bairros de Salvador, “2017”, “2018”, “2019” e “2020”, “pardo”, “preto”, “amarelo”, “branco”, “indígena”) se encontravam na base de dados dos CVLI, conforme esperava-se.

Assim como apontado no percurso metodológico, foi necessário um amplo tratamento na base de dados da SSP/BA para tornar possível a análise de conteúdo visando mapear os casos de feminicídio em Salvador e traçar o perfil destes casos, uma vez que havia diversas inconsistências, desde erros de digitação até divergências na nomenclatura utilizada pelo poder público e aquele adotado pela SSP/BA.

Feitas essas ressalvas iniciais, a primeira inferência, a partir da categorização, foi que, entre as 4.895 ocorrências de homicídios e 93.959 ocorrências de CVP, 60 eram casos de feminicídio, a forma mais extrema de violência de gênero. A Tabela 1 apresenta os casos registrados ao longo do período, relacionando o percentual dos casos, a variação entre anos e a taxa de feminicídio por cem mil habitantes.

**Tabela 1**  
**Casos de feminicídios em Salvador – 2017-2020**

Ano	Feminicídio em Salvador	Percentual	Variação	Feminicídio por 100 mil habitantes
2017	21	35,00%	-	1,47
2018	7	11,67%	-66,67%	0,49
2019	13	21,67%	85,71%	0,91
2020	19	31,67%	46,15%	1,33
Total	60	100,00%	-	-

Fonte: Bahia (2021) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021a).

Analisando os dados da Tabela 1, observa-se que há um aumento significativo de casos a partir de 2018, com uma variação significativa entre 2018 e 2019 (85,71%). Isto porque, entre 2017 e 2018, houve uma redução expressiva dos casos registrados na Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA). Como alerta Bahia (2020), muitos casos de feminicídio podem ser subnotificados dentro da categoria de homicídio doloso do sexo feminino, uma vez que o enquadramento deste tipo de crime ocorre a partir de critérios que podem ser, em alguma medida, subjetivos.

Conforme já abordado, a Lei 13.104/2015 estabelece que, para ser enquadrado como feminicídio, “Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.” (BRASIL, 2015), enquadramento que pode ou não ser levado em consideração ou identificado durante o registro da ocorrência. Dentro do universo dos CVLI em Salvador, no período, ocorreu um total de 359 casos com vítimas do sexo

**[O] número [analisado] pode mascarar casos de assassinato de mulheres trans ou travestis, uma vez que a categorização da SSP/BA exige o preenchimento do sexo biológico da vítima e não do gênero o qual ela pertence ou se autodeclara**

feminino, incluindo, além do feminicídio, homicídio doloso, latrocínio (roubo seguido de morte) e agressão seguida de morte. Nesse sentido,

[...] existem trabalhos (LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2016; MOLINATI; ACOSTA, 2015) que apontam que de 60,0% a 70,0% dessas mortes por agressão foram feminicídios. Esses autores argumentam que, mesmo que os casos de feminicídio fossem superestimados em relação ao total das mortes de mulheres por agressão, isso compensaria os diagnósticos mal definidos, em que homicídios femininos foram classificados como outros tipos de mortes violentas (suicídios ou acidentes). (BARUFALDI *et al.*, 2017 *apud* BAHIA, 2020, p. 119).

Essas subnotificações também podem decorrer da falta de preparo no ato de registro do crime, levando à tipificação errônea destes casos. Tal disparidade é uma inferência revelada neste estudo e que pode se justificar pela ausência, à época, de um procedimento padronizado ou pela presença de uma diretriz estatal para o processo de registro e investigação dos crimes de feminicídio. Apesar de nacionalmente o país dispor de tais diretrizes (ONU MULHERES, 2016), o estado não possuía tal orientação até junho de 2022, quando o governo do estado da Bahia, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia, em parceria com a ONU Mulheres, lançou o *Protocolo do Feminicídio da Bahia: prevenir, investigar, processar e julgar* (BAHIA, 2020).

O documento foi originalmente publicado em 2020, mas seu lançamento oficial foi realizado apenas em junho de 2022. A publicação de uma diretriz estadual sobre feminicídio seguiu o exemplo de estados como Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal, que foram os pioneiros destas iniciativas (BAHIA, 2022). Essa iniciativa possibilitará, a longo prazo, uma significativa melhora no tratamento dos casos de feminicídio na Bahia, uma vez que o estado passa a contar com uma política pública estruturada para esta finalidade em diferentes âmbitos do poder público.

Quando analisamos a base de dados da SSP/BA na categoria “sexo”, que seria a equivalente ao “gênero”, caso estivesse em conformidade com as Diretrizes Nacionais (ONU MULHERES, 2016), observa-se que há apenas três códigos possíveis: masculino, feminino e n/informado (não informado). Dentre os casos analisados, os 60 casos de feminicídio enquadram-se como do sexo “feminino”, não havendo nenhuma ocorrência entre o cruzamento de feminicídio e “sexo” masculino ou não informado.

Todavia, cabe destacar que este número pode mascarar casos de assassinato de mulheres trans ou travestis, uma vez que a categorização da SSP/BA exige o preenchimento do sexo biológico da vítima e não do gênero ao qual ela pertence ou se autodeclara. Conforme destaca Wittig (2022), a construção do gênero feminino está muito além do sexo biológico. Cabe

destacar também a ocorrência de 47 casos de homicídios dolosos cujo “sexo” da vítima não foi informado, dando margem a imprecisão sobre a natureza do gênero da vítima.

Observa-se que a SSP/BA passou a adotar o feminicídio enquadrado enquanto CVLI apenas em 2016, um ano após a aplicação da Lei do Feminicídio. Mas, apesar de haver dados sobre feminicídio, não foram localizados dados publicados por esta Secretaria a respeito da população LGBTQIA+. Se analisarmos o macrofenômeno da violência contra esta população no Brasil, especificamente as mortes violentas entre os anos 2000 e 2020, de acordo com Gastaldi e outros (2021), ocorreram cerca de 5.047 mortes violentas no período.

Mas esses dados se referem a “violência e os processos de violação que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais variações biológicas de sexo, identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas (LGBTI+)” (GASTALDI *et al.*, 2021, p. 9). Sendo assim, não se trata de números específicos sobre feminicídio – podem incluí-lo, mas não há como identificá-los. Apesar das duas tipificações específicas de feminicídios já abordadas nas Diretrizes Nacionais: lebofóbico e transfóbico (ONU MULHERES, 2016).

Se analisarmos o período de recorte deste subcapítulo, entre os anos de 2017 e 2020, ocorreram 641 casos de assassinato de travestis e mulheres transexuais no Brasil, de acordo com Benevides (2022, p. 30) – e, no caso do estado da Bahia, foram 59 homicídios de pessoas travestis ou trans no mesmo período. Todavia, com base na metodologia apontada pelo Dossiê, não é possível concluir se estes dados estão incluídos no número total de feminicídios que ocorreu no Brasil e na Bahia, uma vez que a metodologia empregada por este documento inclui noticiários e outras fontes primárias. A metodologia também não permite concluir se trata-se de transfeminicídios, pois apontam os casos como assassinatos, sem discriminar se o crime foi motivado por razões de gênero nas circunstâncias qualificadoras do feminicídio.

A invisibilidade dos casos de pessoas dentro do espectro da teoria *queer* implica uma evidente omissão estatal, que converge com a perspectiva de ideologia de gênero necrossexista apontada por Ashokasundari e Rossi (2020). Sendo assim, a partir da análise da categoria “sexo” da SSP/BA, é possível inferir que há uma sumária impossibilidade de identificação dos casos de pessoas trans e travestis nos dados apontados, o que se reflete também no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), que insere a LGBTfobia na mesma categoria do racismo, sem discriminar as diferenças destas manifestações de opressão – agregando-as na mesma categoria de análise.

**A invisibilidade  
dos casos de  
pessoas dentro  
do espectro  
da teoria  
*queer* implica  
uma evidente  
omissão  
estatal, que  
converge com  
a perspectiva  
de ideologia de  
gênero necros-  
sexista**

A respeito da categoria “cútis”, a primeira observação, antes de dar início à análise dos dados, diz respeito à nomenclatura utilizada pela SSP/BA – “cútis”. A expressão, originária do latim *cutis*, significa “superfície da pele humana – epiderme; pele da face da pessoa – tez”, conforme aponta o *Dicionário Priberam* (CÚTIS, c2022). Primeiro, porque a expressão reflete a imprecisão dos códigos adotados pela SSP/BA para registrar a etnia das vítimas de CVLI, uma vez que o órgão utiliza os códigos pessoa “parda”, “negra”, “branca”, “Não informada (N/ Informada)” e “Ignorada”.

Essa terminologia exprime a falta de compromisso da Secretaria com o perfil étnico, ora a referência para a definição deste parâmetro é a epiderme ou a tez da vítima. Infere-se que tais categorias não atendem aos critérios estabelecidos pelo Censo Demográfico de 2010, que define o perfil étnico-racial brasileiro em cinco tipos: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. Cabe ainda destacar que esta categoria pode ser alvo de uma discussão mais complexa a respeito da institucionalização de processos raciais excludentes por parte da SSP/BA, o que pode vir a ser explorado em estudos posteriores<sup>1</sup>.

A Tabela 2 apresenta os resultados do cruzamento entre a categoria cútis (cor/caracterização étnico-racial) no decurso do período de 2017 a 2020. O perfil étnico-racial das vítimas de feminicídio em Salvador prepondera com 36 casos de vítimas pardas, representando 60% do universo em análise, 20 casos cuja cútis não foi informada, representando 1/3 dos casos (33,33%) e apenas 3,33% inclui pessoas brancas, sendo 2 casos ocorridos em 2020, mesmo número de casos de pessoas negras.

**Tabela 2**  
**Caracterização étnico-racial do feminicídio em Salvador**

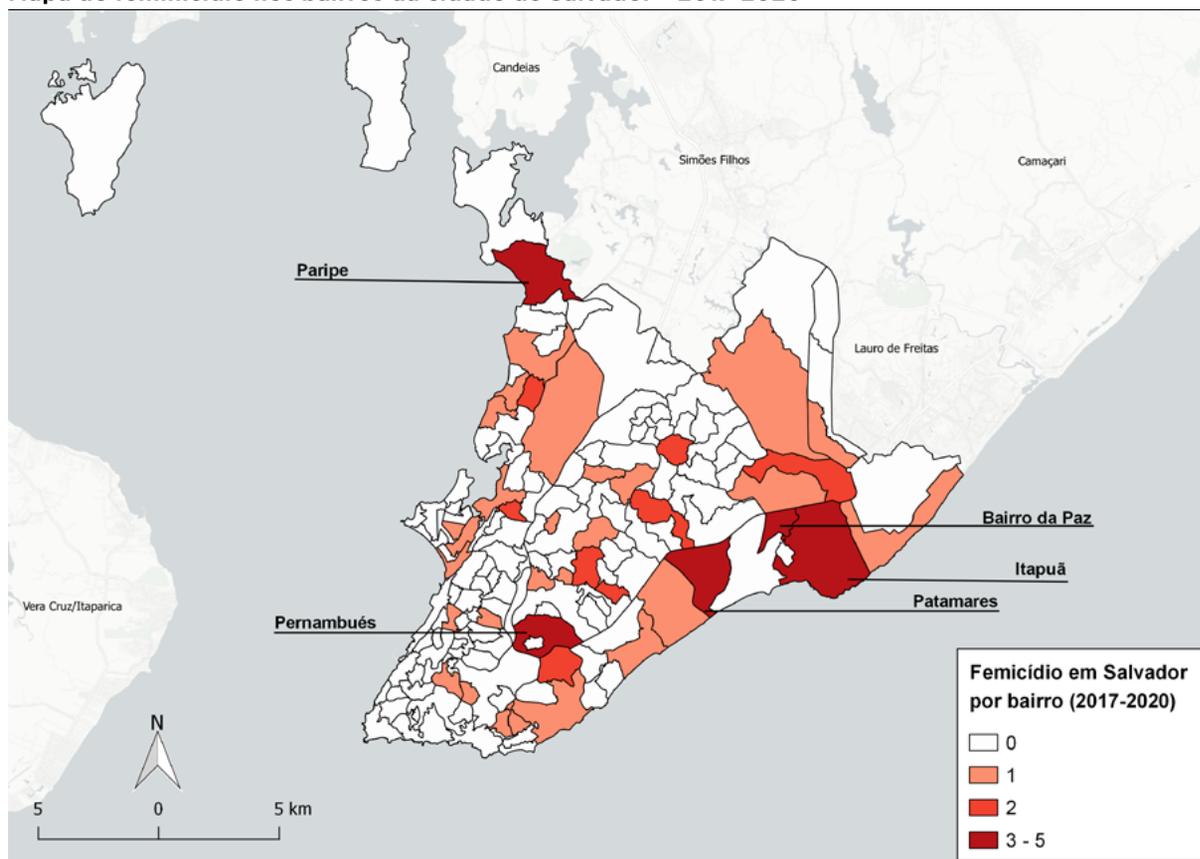
Cútis	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	Total	%
Parda	8	38,10%	4	57,14%	12	92,31%	12	63,16%	36	60,00%
Negra	0	0,00%	0	0,00%	1	7,69%	1	5,26%	2	3,33%
Branca	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	10,53%	2	3,33%
N/ Informado	13	61,90%	3	42,86%	0	0,00%	4	21,05%	20	33,33%
Ignorada	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	21	100,00%	7	100%	13	100%	19	100%	60	100,00%

Fonte: Bahia (2021).

Estes números indicam um perfil étnico pouco preciso, uma vez que 33,33% das vítimas não tiveram sua cútis informada. Esta é uma estatística relevante, que aponta para uma fragilidade na metodologia de registro de dados da SSP/BA, considerando que o registro não está ocorrendo

<sup>1</sup> Cabe destacar que “O IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. Ou seja, as pessoas são perguntadas sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. c2022). E, de acordo com Estatuto da Igualdade Racial, a população é definida como [...] o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2010).

**Figura 1**  
**Mapa do feminicídio nos bairros da cidade de Salvador - 2017-2020**



Fonte: Bahia (2021), Salvador (2017) e Santos e outros (2022).  
 Elaboração própria.

de maneira adequada. Da mesma forma, a ausência de casos de pessoas negras e brancas é um indicador que carece de apuração, em especial por meio da análise dos boletins de ocorrência – documento que possui, em detalhes, a ocorrência do crime –, a fim de apurar tais ocorrências com maior apurmo, buscando identificar o perfil étnico-racial das vítimas.

Ao analisar a categoria “bairro” no período de 2017 a 2020, inferiu-se que, no total, ocorreram casos de feminicídio em 40 bairros no município de Salvador. No decurso dos quatro anos analisados, há bairros em que ocorreu maior concentração de casos, o que demanda uma análise minuciosa, em especial se há correlação entre o bairro de incidência e a ocorrência do fenômeno. A partir da análise de conteúdo, foi possível construir a Figura 1, que apresenta o Mapa do Feminicídio nos bairros da cidade de Salvador entre os anos de 2017 e 2020.

Nos registros apresentados pela SSP-Ba, há ainda a caracterização das vítimas a partir da faixa etária. São mulheres que, na sua maioria, estavam com faixa etária entre 35 e 64 anos (21), seguida de 18 a 24 anos (11), 30 a

## **A caracterização do perfil dos feminicídios em Salvador é relevante e aponta para a necessidade de maior aprofundamento na análise dos casos**

34 anos (6), 12 a 17 anos (5), 25 a 29 anos (3) e 65 anos ou mais (2). Nessa estratificação, 12 casos não tiveram a idade identificada.

Quanto aos meios empregados para cometer o feminicídio, as armas de fogo aparecem como meio empregado em 24 ocorrências e arma branca em 22 ocorrências. Entre os 60 casos registrados, 6 casos aparecem com a definir (2) ou outros (4). São registrados ainda 3 espancamentos, 2 estrangulamentos, 1 asfixia e 2 como tendo sido utilizado instrumento com perfuro contundente.

A caracterização do perfil dos feminicídios em Salvador é relevante e aponta para a necessidade de maior aprofundamento na análise dos casos, utilizando-se para tal os registros em Boletins de Ocorrência (BO) efetuados em Salvador, buscando obter maiores informações sobre as características apontadas pela SSP/BA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência contra a mulher, em especial o feminicídio, apresenta-se como uma realidade concreta no Brasil. Vimos, por meio dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que entre 2017 e 2020 ocorreram 4.984 casos de feminicídio no país, este é um número expressivo que tem seu capital tangível também no estado da Bahia, onde aconteceram 364 casos neste mesmo período. Estes indicadores iniciais foram os que nos motivaram a questionar o perfil do feminicídio na cidade de Salvador, perfil até então desconhecido e inédito.

Esses foram alguns dos problemas iniciais que engajaram essa pesquisa e que resultaram na busca por respostas. Para isso, foi necessário revisar estudos e compreender conceitos basilares sobre gênero e teoria *queer*, violência contra a mulher, feminicídio e patriarcado. Esses foram alguns dos conceitos-chave que nortearam essa pesquisa, levando-nos a concretizar o percurso metodológico, o qual perpassou pela pesquisa documental e pela análise de conteúdo.

A pesquisa documental foi realizada a partir, principalmente, dos dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA), que disponibilizou dados sobre os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e os Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP). Tais dados foram utilizados como norteadores para a coleta do material da pesquisa, interpretado com a análise de conteúdo. Também foram utilizados outros documentos da área de segurança pública para o cruzamento e validação dos dados.

Na busca por realizar a análise de conteúdo dos dados da SSP/BA, delineando o perfil do feminicídio na cidade de Salvador, entre os anos de 2017 e 2020, concretizaram-se as seguintes categorias de análise: tipo de delito; ano; bairro; município; cútis (cor) e sexo. Quanto à primeira categoria, a primeira inferência refere-se ao fato de Salvador ser a segunda capital brasileira em que mais ocorrem feminicídios em 2020. Essa é uma estatística alarmante e que é consequência do fato de, entre 2017 e 2020, terem ocorrido 60 casos de feminicídio no município, como em 2020, com 1,33 feminicídios a cada cem mil habitantes.

Na escala bairro, Itapuã foi o bairro com o maior número de incidências, com um total de cinco casos, sendo que Bairro da Paz, Paripe, Patamares e Pernambués tiveram 3 casos de feminicídio cada.

Quanto ao perfil étnico-racial (cútis) das vítimas, 36 vítimas eram pardas, representando 60% dos casos, 20 delas tiveram a cútis não informada (33,33%) e apenas 3,33% de mulheres brancas e de mulheres negras, respectivamente. Vale ressaltar a crítica feita à SSP/BA quanto à classificação étnico-racial que não atende aos critérios do IBGE, que utiliza a nomenclatura branco, preto, pardo, amarelo e indígena para identificar a autodeclaração da identidade étnica dos sujeitos.

Em relação à categoria sexo, as conclusões permeiam a teoria *queer* e a necessidade de rever a política pública de identidade de gênero da SSP/BA, uma vez que populações fora do espectro binário ainda não podem ser incluídas nas estatísticas do órgão. Hoje é impossível aferir casos de transfeminicídios por meio dos dados fornecidos pela SSP/BA, o que implica uma evidente omissão estatal sobre as populações trans e travestis.

A partir de tudo o que foi exposto, o presente estudo cumpriu com o objetivo proposto de caracterizar o perfil do feminicídio em Salvador, com base nos dados da SSP/BA. Aponta-se como limitação técnica deste estudo que, por se tratar de uma pesquisa cuja fonte é a base de dados fornecida pela SSP/BA, via Sistema de Gerenciamento Estatístico, os dados restringem-se aos parâmetros quantitativos da amostragem. Apesar disso, esses dados passaram pelos processos de análise de conteúdo, conforme percurso metodológico exposto. Espera-se, em estudos futuros, que seja possível o acesso aos boletins de ocorrência dos 60 casos de homicídio qualificados como feminicídio, para uma investigação qualitativa que traga maiores contribuições para o campo de pesquisa. Considerando a precariedade de políticas públicas em relação à violência de gênero, a expectativa é de que, para além da publicação do *Protocolo do Feminicídio da Bahia*, em 2023, outras ações e medidas sejam implementadas pelo governo em defesa dos direitos das mulheres, incluindo as mulheres trans.

**Considerando a precariedade de políticas públicas em relação à violência de gênero, a expectativa é de que [...] outras ações e medidas sejam implementadas pelo governo em defesa dos direitos das mulheres, incluindo as mulheres trans**

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. B.; BRANDÃO, P. R. B. *Geografia de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: FBSP, ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. São Paulo: FBSP, ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2019. São Paulo: FBSP, ano 13, 2019. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2018. São Paulo: FBSP, ano 12, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-2018.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2017. São Paulo: FBSP, ano 11, 2017. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

ASHOKASUNDARI, I. D.; ROSSI, S. C. Diegese de gênero: esboço de uma crítica à metafísica sexual. In: MEDEIROS, C.; GALDINO, V. (org.). *Experimentos de filosofia pós-colonial*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2020. p. 72-97.

BAHIA. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia. *Protocolo do feminicídio da Bahia: prevenir, investigar, processar e julgar*. Salvador: SPM, 2020. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/PROTOCOLOVersaoDigital.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. *CVP e CVLI entre os anos de 2017 e 2020*. Salvador: SSP, 2021. Planilha do Excel.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. *Feminicídio (vítima) – PERÍODO: 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020*. Salvador: SSP, 2022. Planilha do Excel.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, F. D.; SOUZA, R. Ó. *Feminicídio: controvérsias e aspectos práticos*. Leme: JH Mizuno, 2019. *E-book*.

BARSTED, L. L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. (org.). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17-40. (Coleção Bahianas, 19).

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia, 1967.

BENEVIDES, B. G. (org.). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BENEVIDES, T. et al. Segurança e insegurança na cidade de Salvador. In: SANTOS, E. et al. *QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 343-367.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: Relatório final*. Relatora: Senadora Ana Rita. Brasília, DF: Senado Federal, jul. 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496481/000981414.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 1 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm). Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm). Acesso em: 1 jul. 2022.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERQUEIRA, D. *et al.* (coord.). *Atlas da violência: retrato dos municípios*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9489/1/Atlas\\_da\\_violencia\\_2019\\_municipios.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9489/1/Atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

CERQUEIRA, D. *et al.* (coord.). *Atlas da violência 2021*. Brasília, DF: IPEA; São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

CHAUÍ, M. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Almanaque: caderno de literatura e ensaio*, São Paulo, n. 11, p. 2-5, 1980.

CRETTEZ, X. *As formas de violência*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

CÚTIS. *In: DICIONÁRIO Priberam*. [S. l.]: Priberam Informática, c2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/c%C3%BAtis>. Acesso em: 3 nov. 2022.

GASTALDI, A. B. F. *et al.* (org). *Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia*. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, I. S. Feminicídios: um longo debate. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

HONSE, A. *Tudo começa com um grito: do androcentrismo ao feminicídio*. [S. l.: s. n.], 2021. *E-book*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Conheça o Brasil*: população: cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, c2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 6 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Salvador (BA) - 2010*. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piramide.php?codigo=292740&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc](https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=292740&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc). Acesso em: 25 out. 2021a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Salvador*: Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 30 maio 2021b.

KRUG, E. G. *et al.* (ed.). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAGARDE, M. Del femicidio al feminicidio. *Desde el Jardim de Freud*, Bogotá, n. 6, p. 216-225, 2006. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LAGARDE, M. *Género y feminismo: desarrollo humano y democracia*. Madrid: Ed. Horas y Horas, 1996.

LAURENZO COPELLO, P. Apuntes sobre el feminicidio. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, Madrid, n. 8, p. 119-143, jul. 2012. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/RDPC/article/view/24589/19482>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MACHADO, M. R. A. *et al.* *A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

MELERO, M. B. G. *Feminicídio na lei: crime hediondo de violência fatal contra a mulher*. [S. l.: s. n.], 2018. *E-book*.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ONU MULHERES (Brasil). *Diretrizes nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília: ONU Mulheres, 2016. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes\\_feminicidio.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf). Acesso em: 2 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres*: proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Nova York: ONU, 1993. Disponível em: <https://popdesenvolvimento.org/publicacoes/temas/descarregar-ficheiro.html?path=4%29+Direitos+Humanos%2Fc%29+G%C3%A9nero%2FDeclara%C3%A7%C3%A3o+Sobre+A+Elimina%C3%A7%C3%A3o+Da+Viol%C3%Aancia+Contra+As+Mulheres.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PAIXÃO, R. M. F. B. F. *Violência doméstica contra a mulher*: reflexões acerca do cuidado. Garanhuns: [s. n.], 2018. *E-book*.

PENEDO, S. L. *El laberinto queer*: la identidad en tiempos de neoliberalismo. Barcelona: Egales editorial, 2008. *E-book*.

RADFORD, J.; RUSSELL, D. E. H. *Femicide*: the politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, 1992.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROMIO, J. A. F. Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. *PLURAL*: revista de ciências sociais, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 79-102, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159745/154488>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n24/n24a09.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALVADOR. Lei nº 9.278/2017. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, 21 set. 2017. Disponível em: [https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos\\_processos/2019/02/Lei\\_9278\\_2017.pdf](https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2019/02/Lei_9278_2017.pdf). Acesso em: 30 jul. 2022.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Urbanismo. *Salvador hoje e suas tendências*. Salvador: Secretaria Municipal de Urbanismo, 2015. Disponível em: [http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/legislacao/Pages-from-2015\\_08\\_10\\_SALVADOR-HOJE-E-SUAS-TENDENCIAS-WEB-01-160.pdf](http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/legislacao/Pages-from-2015_08_10_SALVADOR-HOJE-E-SUAS-TENDENCIAS-WEB-01-160.pdf). Acesso em: 30 jul. 2022.

SANTANA, J. *et al.* *Feminicídios na Bahia*: uma análise dos padrões e especificidades entre 2017 e 2020. Salvador: SEI, mar. 2021. (Textos para discussão, 23).

SANTOS, E. *et al.* *QUALISalvador*: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.

SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. (org.). *Violência de gênero contra mulheres*: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016. (Coleção Bahianas, 19).

SOUSA, V. S. S. *et al.* Mapeamento do feminicídio na cidade de Salvador: uma análise dos dados da SSP/BA entre os anos de 2017 e 2020. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2021, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: FEA/USP, 2021. Disponível em: <https://login.semead.com.br/24semead/anais/arquivos/2226.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatísticas vitais na construção de alternativas políticas para a segurança pública e a saúde*. Salvador: SEI, 2020. 172 p. (Série Estudos e Pesquisas, 104).

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012*: atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapa-da-violencia-2012-atualizacao>. Acesso em: 1 jul. 2022.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015*: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2015. 83 p. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 1 jul. 2022.

WITTIG, M. Ninguém nasce mulher (1970). *Lésbicas e Sapatões Independentes*. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/ningu%C3%A9m-nasce-mulher-monique-wittig>. Acesso em: 27 out. 2022.

## **Resumo**

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública que afeta, de forma desigual, mulheres de diferentes camadas sociais e regiões da nossa sociedade. Os movimentos feministas e de mulheres demandaram ao estado a implementação de ações e serviços com a finalidade de combater essas violações. Apesar dos avanços na oferta desses equipamentos, observa-se lacunas e inexistência dos serviços em muitas localidades do país. À vista disso, este trabalho teve como objetivo, promover uma investigação sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher no município de Conceição do Coité-BA. Como resultado, verifica-se uma agenda municipal comprometida com as mulheres, mas que se tensiona frente às dinâmicas sociais, como as disputas políticas partidárias e as prioridades na agenda política de cada gestão, que perpassam a construção e efetivação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** políticas públicas; violência contra a mulher; Lei Maria da Penha; redes de proteção; planos nacionais.

## **Abstract**

*The violence against woman is a public health problem that affects, in an unequal form, women of different social layers and regions of our society. The Feminist movements and women demanded from the State the implementation of actions and services to combat these violations. Despite advances in the offer of such equipment, there are gaps and nonexistence of services in many locations of the country. As a result, this work seeks to promote an investigation about the Public Politics of confrontation of violence against woman in the municipality of Conceição do Coité -BA. In conclusion, there is a Municipal agenda in favor of women, but that is weakened by social dynamics, such as political party disputes and priorities in the political agenda of each administration, that run through the construction and implementation of public politics.*

**Keywords:** public politics; violence against a woman; Maria da Penha Law; protection networks; national plans.

# Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Conceição do Coité-BA

TÁYLA CARIZE SILVA CARNEIRO

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).  
taylacarizesc@gmail.com

ACÁCIA BATISTA DIAS

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).  
acacia@uefs.br

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.10](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.10)

## INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero e os seus desdobramentos acerca da violência contra a mulher têm crescido de forma significativa nos últimos anos, fazendo parte da agenda das Universidades, dos Movimentos Sociais, Fóruns e ONGs. Os resultados desse avanço tornaram-se visíveis através da proposição, criação e implementação de políticas públicas e de serviços especializados voltados para as iniquidades de gênero, que tem como marco significativo no Brasil, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, a promulgação da Lei Maria da Penha n. 11.340/06 (BRASIL, 2006a), em 2006, e ainda o crescente número de campanhas que pautam sobre os direitos das mulheres na atualidade. A Marcha das Margaridas<sup>1</sup>, por exemplo, tem em seus 20 anos de existência a violência como pauta propositiva (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, 2019), e a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que reúne desde 1991, grupos e indivíduos de todo o mundo na

---

1 Movimento Nacional de Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, que traz na sua agenda importantes ações e reflexões na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência.

**No Brasil, os debates sobre a violência contra a mulher se fortaleceram a partir da década de 1970, em conformidade com o processo de redemocratização que ocorria no país**

construção e partilha de estratégias para o combate às opressões de gênero (ONU MULHERES, 2019).

No Brasil, os debates sobre a violência contra a mulher se fortaleceram a partir da década de 1970, em conformidade com o processo de redemocratização que ocorria no país, que passou a direcionar forças populares e políticas na busca pela retomada do estado de direito. Nesse período, a repressão política e a negação da liberdade de expressão se potencializava frente aos grupos historicamente silenciados e oprimidos - mulheres, movimentos sociais, estudantes ou qualquer sujeito que contestasse a ordem imposta (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014). Desse modo, movimentos feministas e de mulheres discutiam a necessidade de elaboração de políticas públicas para a categoria, ressaltando a urgência de criar mecanismos capazes de combater a violência contra a mulher, incluindo nesse processo as especificidades relativas às dimensões de raça, classe e outros recortes (REVISTA OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2014).

Segundo os dados do relatório de segurança pública divulgado no Atlas da Violência, no Brasil foram registradas, somente em 2017, mais de 221 mil denúncias de episódios de agressões feitas por mulheres em decorrência da violência doméstica. Os dados denunciam ainda que, neste mesmo ano, 28,5% dos homicídios de mulheres ocorreram nas residências onde viviam as vítimas, deixando de considerar 39,3% dos casos em que o local do incidente foi desconhecido (CERQUEIRA *et al.*, 2019). A Bahia ocupa a nona posição entre os estados na taxa de homicídios femininos por 100 mil habitantes, e, apesar da redução apontada entre os anos 2017 e 2018 nesse tipo de crime no país, ela se mostra inferior no caso das mulheres negras quando comparadas a não negras, evidenciando a importância de analisar como marcadores sociais refletem de formas distintas nas violências sofridas pelas mulheres (CERQUEIRA *et al.*, 2020). Com o agravamento da crise sanitária provocada pela covid-19, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) registrou o aumento da procura de mulheres vítimas de violência pelas redes de atendimento (Ligue 180, 190). Além do crescimento do feminicídio, cerca de 17 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano, no entanto, houve queda nos registros policiais nesse tipo de crime (BUENO *et al.*, 2021), em razão do distanciamento social e das suas consequências, o que fomentou a busca pela implementação do boletim de ocorrência *on-line*.

Essas informações se tornam mais graves, na medida em que se discute os casos de subnotificações, aqueles que não chegam aos serviços de atendimento e enfrentamento. No contexto da pandemia, a condição de isolamento e convivência com o agressor se expressa significativamente nesses dados. Além das questões subjetivas, culturais e históricas que atravessam a vida das mulheres em situações de violência, que as impedem de denunciar as agressões sofridas, as redes de serviços existentes para atender essas e outras demandas não estão acessíveis de maneira equânime para todas as

peças e grupos sociais que vivem no nosso país (SILVA, 2021), marcado por uma significativa e histórica desigualdade socioeconômica.

Nas áreas rurais, por exemplo, a oferta de serviços de saúde, educação, justiça e assistência social apresenta limites em relação aos espaços urbanos, o que implica também na disposição e organização da rede de enfrentamento à violência contra mulheres nessas áreas. Os grupos que vivem nesses territórios são historicamente desassistidos ou dispõem de uma assistência fragilizada, que no caso das mulheres, se somam a outras vulnerabilidades presentes nesses contextos, como a jornada decorrente da divisão sexual do trabalho e a ausência de autonomia social, que limitam seus direitos enquanto cidadãs (COSTA *et al.*, 2017).

Por entender que é dever do Estado se aproximar das diversas realidades que constituem seus territórios, de modo a criar políticas públicas articuladas e comprometidas com as diferentes demandas que integram esses espaços, é que se constituíram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Dessa forma, tais Planos dispõem sobre os mecanismos precisos para construção, divulgação e monitoramento de programas e ações, pautados nos eixos norteadores definidos nos documentos, que auxiliam na estruturação das intervenções necessárias a cada contexto, considerando suas complexidades e particularidades. Desse modo, evidencia aspectos fundamentais nas linhas de ação para o trabalho com mulheres em situação de violência, como a criação de um Sistema Nacional de Dados, a determinação do atendimento ininterrupto (24 horas) nas delegacias e núcleos especializados da polícia civil, elaboração de normas de técnicas de acolhimento/abrigo para mulheres em situação de risco de morte e criação de serviços para responsabilização e educação do agressor.

Tomando por base o cenário nacional, esse trabalho tem como objetivo promover uma investigação em nível territorial a respeito das políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher no município de Conceição do Coité-BA. Para isso, analisamos os equipamentos de atenção e proteção à mulher presentes no município, bem como suas articulações com a sociedade civil: associações comunitárias, coletivos sociais, sindicatos e universidades. Esse tipo de estudo, segundo Gil (2008, p. 27), possibilita uma aproximação e compreensão mais ampla sobre a temática examinada, possibilitando a realização de um levantamento consistente sobre a temática da violência contra a mulher ao nível local, contribuindo para a construção de problematizações mais elucidativas acerca desse fenômeno, ainda pouco explorado no município<sup>2</sup>.

2 Durante a realização da pesquisa foram escassos os estudos encontrados sobre a temática da violência contra a mulher no município de Conceição do Coité, ganhando destaque a dissertação de Zuleide Paiva da Silva, *Conceição do Coité em "quadrado": retratos da violência contra as mulheres (1980-1998)* e os Relatórios Gerais do município que apresentam apontamentos sobre a rede de serviços de atendimento a mulher vítima de violência no território (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 2016, 2019; SILVA, 2010).

**Nas áreas rurais, por exemplo, a oferta de serviços de saúde, educação, justiça e assistência social apresenta limites em relação aos espaços urbanos**

## **Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres são articulações elaboradas pelo governo federal em parceria com estados, municípios e sociedade civil**

Instituiu-se para esse fim investigativo, uma análise documental das políticas públicas para as mulheres no Brasil, alicerçadas nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres de 2004, 2008 e 2013, evidenciando os pontos concernentes sobre a violência contra a mulher, seus desdobramentos legais e a forma como se consolidaram enquanto programas e ações no enfrentamento às disparidades de gênero. Foram considerados também os Relatórios Gerais de Conceição do Coité dos anos de 2016 e 2019, estes são os documentos mais recentes disponibilizados no site oficial do município, e por isso, trazem uma representação mais precisa da realidade local. Os documentos representam um conjunto de dados organizados pelo poder público municipal em relação às atividades desenvolvidas pela sua administração, que tem o objetivo de garantir o acesso da população à condução dos serviços públicos. Apesar disso, o alcance a alguns desses documentos não foi viabilizado frente aos entraves na plataforma. Por se tratar de um documento geral, ele dispõe de informações sobre os equipamentos presentes no município, além de registrar campanhas, programas e serviços de atenção às mulheres. Dessa forma, priorizou-se, portanto, os conteúdos e dados que dizem respeito à temática mencionada.

No que tange a pesquisa bibliográfica, foram consideradas as fontes de dados secundárias, que diz sobre produções que já passaram por algum tipo de análise de caráter científico (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Fez-se uso de contribuições de diferentes autores acerca das principais questões que atravessam este trabalho, as políticas públicas e as discussões sobre gênero, sobretudo as que pleiteiam sobre a violência contra a mulher. Esses trabalhos exerceram a função de contextualizar os elementos temáticos envolvidos na pesquisa, a partir de estudos já consolidados na comunidade científica.

### **PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres são articulações elaboradas pelo governo federal em parceria com estados, municípios e sociedade civil, que estão organizados em três edições publicadas respectivamente nos anos de 2004, 2008 e 2013. Estes documentos, desde o seu primeiro lançamento, tornaram-se marcos regulatórios no que diz respeito às políticas para as mulheres no Brasil, e apresentam em sua configuração, as estratégias necessárias para o planejamento de ações e serviços que têm como objetivo fundamental, responder às disparidades de gênero que permeiam a história das mulheres (BRASIL, 2004, 2008, 2013).

Esses instrumentos, no entanto, resultam de uma organização que envolve esforços coletivos de milhares de mulheres dos mais diversos segmentos e regiões do Brasil, que pleitearam suas demandas e as organizaram através de conferências, das esferas regionais para a nacional. Esses

espaços de escuta e debates coletivos se converteram em levantamentos consistentes que retratam as diferentes realidades vividas por mulheres. Ainda que suas origens de raça, classe, geração e território sejam distintas, e suas histórias contemplem experiências singulares, elas costumemente envolvem violações de direitos que necessitam da atenção e intervenção do Estado.

À vista disso, propõem-se por meio dessas ferramentas, o enfrentamento às desigualdades de gênero contra a mulher, a partir da consolidação de políticas de Estado. Nesse sentido, Boneti (2018) estabelece uma noção de políticas públicas na qual pautas construídas coletivamente, que dizem respeito a uma certa configuração temporal específica, passam pelo aval do Estado e se transformam em ações que devem indicar, fundamentalmente, uma perspectiva de futuro. E garantir o alcance dos seus apontamentos de modo permanente, ainda que essas demandas se reconfigurem, sem ter que considerar as mudanças governamentais posteriores àquelas que as consolidaram.

Além disso, para a efetividade desses planos, os seus princípios norteadores reiteram que as ações contidas neles devem ser balizadas pela igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, além de participação e controle social. Isso significa que, para o exercício efetivo das intervenções estabelecidas em cada plano, esses critérios precisam ser articulados e avaliados continuamente, sempre tendo em vista as transformações sociais que os atravessam.

## **I Plano Nacional de Política para as Mulheres**

A primeira Conferência Nacional de Políticas Para as Mulheres é considerada o movimento propulsor do lançamento do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004. Em sequência ao evento que reuniu reivindicações de mais de 120 mil mulheres de todo o país, foi determinada a formação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), durante e por determinação do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), que assumiu o compromisso de transformar as pressões populares despontadas durante as campanhas eleitorais de 2002, em planos de ação.

A reunião desse grupo, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, compilou representantes de sete ministérios, secretarias e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Cedendo espaço para as movimentações que ocorriam no Brasil, ampararam-se sob as bases da Constituição Federal (CF) de 1988, e se incorporaram a importantes instrumentos internacionais que versam sobre os direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2004), entre eles, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a

**A primeira Conferência Nacional de Políticas Para as Mulheres é considerada o movimento propulsor do lançamento do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004**

**Pensar políticas para as mulheres é traçar estratégias e ações que reverberam sobre o acesso seguro à justiça, saúde, segurança e educação – os direitos essenciais**

Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, de 1994, e a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979.

O plano inaugural circunscreve, além do seu conjunto de pressupostos, diretrizes e princípios, uma gama de ações que estão desenvolvidas em quatro eixos estratégicos, sendo eles: I) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; II) educação inclusiva e não sexista; III) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e IV) enfrentamento a violência contra as mulheres (BRASIL, 2004). Esses compromissos são considerados fundamentais para uma atuação capaz de desmantelar estruturas opressoras sob as quais se abrigam as disparidades de gênero.

Nesse sentido, o PNPM coloca ainda que a divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres e a exclusão das mulheres dos espaços de poder e de decisão são consideradas engrenagens responsáveis pela manutenção dessas discriminações e representam um conjunto de violações dos direitos humanos. Posto isso, e orientando a atenção para a temática da qual se trata esse trabalho, é necessário compreender que, as violências que acometem mulheres ocorrem de maneira complexa e estrutural, de modo que nem sempre elas são identificadas como agressões (BRASIL, 2004).

Assim, pensar políticas para as mulheres é traçar estratégias e ações que reverberam sobre o acesso seguro à justiça, saúde, segurança e educação – os direitos essenciais. As dinâmicas que compõem esses segmentos são capazes de atenuar e até mesmo acirrar vulnerabilidades às quais as mulheres estão expostas na medida que, o processo de instituição de uma política pública envolve uma correlação de forças sociais, com interesses diversificados e que nem sempre trará resultados positivos para toda a população (BONETI, 2018). Portanto, a luta pela adoção da perspectiva de gênero na elaboração de ações favorece o reconhecimento de desigualdades e deve constituir todas as instâncias setoriais que concernem sobre os direitos fundamentais, assegurando o fortalecimento e a efetividade das ações e serviços de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher.

## **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**

A cada nova publicação esses documentos são reformulados, de modo a analisar as ações alcançadas, aprimorá-las e conduzir uma agenda política de acordo com as exigências contextuais. Além dos temas propostos na primeira publicação, houve a inserção dos eixos relativos a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental,

soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

O II PNPM revela resultados satisfatórios em relação às metas anunciadas na sua publicação anterior, como a promulgação da Lei Maria da Penha e o aumento em 150% dos serviços voltados para o enfrentamento à violência contra a mulher (BRASIL, 2008). Evidencia-se então, a importância de trabalhar a contenção dessas violências e mapear tais ocorrências de modo rigoroso, elucidando as suas especificidades sempre que houver possibilidade, como o tipo de violência ocorrida, vínculo com o agressor e o perfil da mulher violentada. É imprescindível ultrapassar os debates ancorados na proteção das mulheres, que costumam acompanhar as políticas públicas para a categoria, de modo a alavancar discussões que dialoguem sobre as estruturas patriarcais e sexistas que permeiam nosso meio.

No campo da educação permanecem orientações que reiteram a necessidade de discutir questões de gênero nas escolas, de modo a contribuir no acesso a novas perspectivas e representações sobre o feminino e o masculino na sociedade. Esse cenário indica a necessidade de ações, dessa e de outras áreas, que manifestem, além de habilidade profissional e rigor técnico, a ruptura com a reprodução de comportamentos misóginos e sexistas. Essa aspiração se torna problemática em alguns contextos, já que, frequentemente, os cargos oferecidos pelas instâncias governamentais são ocupados através de esquemas de indicação, que dificilmente levam em consideração a qualificação e competência dos profissionais.

Como forma de tornar eficazes as ações promovidas pelas redes de atenção e proteção à mulher, além de ampliar e consolidar as políticas públicas para a categoria é que o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência foi implementado, no ano de 2007. O pacto trata-se de um acordo entre governo federal, governos dos estados e dos municípios, que busca responder à problemática da violência contra a mulher através de ações preventivas, da assistência, proteção e garantia dos direitos das mulheres, fundamentadas nos princípios da transversalidade de gênero, da interseccionalidade e a da capilaridade, levando a política nacional para os níveis locais através de variadas esferas e segmentos políticos (BRASIL, 2011).

No tocante aos recursos destinados ao combate às opressões de gênero, observa-se que os planos ratificam a emergência da ampliação do entendimento sobre o que é violência através da delimitação das suas tipologias e um trabalho de divulgação da Lei Maria da Penha através de campanhas, mobilizações e ações educativas. Dessa maneira o pacto, incorporado ao

**É imprescindível ultrapassar os debates ancorados na proteção das mulheres [...] de modo a alavancar discussões que dialoguem sobre as estruturas patriarcais e sexistas que permeiam nosso meio**

**A presença feminina em um regime democrático de governo renova as esperanças de lutas contra os valores patriarcais muito presentes em nossa sociedade**

plano, transformou as ações existentes na área, até então isoladas, em ações integradas, avaliadas e monitoradas continuamente através do estabelecimento de diretrizes e normas criteriosas que cumprem o objetivo de assegurar os direitos das mulheres.

### **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**

Lançado em 2013, o III PNPM traz a especificidade de uma gestão federal liderada, pela primeira vez na história do Brasil, por uma mulher, a então presidenta Dilma Rousseff (BRASIL, 2013). Esse movimento dialoga com um dos eixos temáticos assumidos na segunda Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que é citada no documento, e estabelece a relevância da participação dessa categoria nos espaços de poder e decisão. A presença feminina em um regime democrático de governo renova as esperanças de lutas contra os valores patriarcais muito presentes em nossa sociedade, como também da ampliação e garantia dos direitos sociais.

Os dados apresentados no eixo 4 do referido Plano chamam a atenção para a discussão da especificidade da violência doméstica e familiar. Assim, registra-se que parte significativa dos casos de homicídios contra mulheres mencionados, que colocavam o Brasil entre os 10 países que mais mata mulheres no mundo, são praticados por homens com os quais as vítimas têm alguma vinculação afetiva. As nuances envolvidas dessas violências tornam urgente a necessidade de demarcar e trabalhar sua dimensão estrutural e complexidade. O documento apresenta um crescimento considerável da rede especializada de atendimento à mulher e o estabelecimento de mais de 278.364 medidas protetivas de urgência entre 2006 e 2011, contudo reforça a necessidade de fortalecimento dessas políticas e ampliação dos serviços (BRASIL, 2013).

O documento em questão estipula um prazo para o cumprimento dos seus objetivos e estabelece prioridades entre eles a partir daquilo que se considera mais urgente nos espaços de discussões e controle social. Nessa perspectiva, essa última edição instituiu o ano de 2015 como prazo para o cumprimento das metas e das ações definidas no seu texto. Os eixos de trabalho que passaram por sutis alterações nominais, no entanto, estão em consonância com os estabelecidos em 2008 (BRASIL, 2013).

Se por um lado, é notória a importância da chegada, não sem esforços, da presidenta Dilma ao poder executivo federal no Brasil, por outro, o fato histórico denuncia de forma expressiva o lugar que as mulheres são colocadas na nossa sociedade. Além da expansão da onda conservadora e movimentos contrários às forças progressivas que se instauravam no Brasil, e mesmo diante da disseminação de debates e da conquista de espaços, pudemos acompanhar os rechaços atravessados pela misoginia e pelo sexismo durante o seu mandato (GONÇALVES; ABREU, 2018),

escancarado no seu processo de *impeachment*, que culminou no seu afastamento do cargo em 2016.

Apesar da sua importância, a representatividade feminina na política, por si só, não equivale a um ganho para as mulheres. Essa representação se torna significativa na medida em que ela está comprometida com a luta das mulheres. O que comumente vemos é uma atribuição ingênua, e não fora dos padrões da generificação (OYEWÙMÍ, 2004), onde os papéis sociais dos sujeitos são definidos pelo gênero, em relação às mulheres, como se estas agissem no mundo pacificamente, fora dos interesses da classe dominante, o que é um equívoco, já que as escolhas feitas por mulheres têm consequências que nem sempre estão de acordo com os direitos da categoria. Como nos sugere Hooks (2019):

Ao se tornarem reféns das premissas da ideologia sexista, as mulheres aparecem nessas discussões mais como objetos do que como sujeitos. Somos descritas não como trabalhadoras e ativistas que, assim como os homens, fazem escolhas políticas, mas como observadoras passivas que nunca foram responsáveis pela manutenção de valores dessa sociedade [...]. (HOOKS, 2019, p. 188).

No atual contexto brasileiro, ascende uma política autoritária que faz parte da história dos países colonizados, e que perpetua violências, desigualdades e opressões reiteradamente em nome da hegemonia da classe dominante (SILVA, 2021). A ex-ministra<sup>3</sup> do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) é um exemplo dessa representação feminina na política, elegendo discursos que favorecem a perpetuação de um ideal feminino passivo, que se ancora sobretudo em discursos morais de cunho religioso e conservador, onde as mulheres são agenciadas pelos homens, movimento que enfraquece a luta pela autonomia e reforça a hegemonia masculina preeminente na nossa sociedade (FERREIRA; NASCIMENTO, 2020).

A integração do termo família ao ministério que Damares Alves representou, ocorrida na gestão do governo Bolsonaro, em 2019, e que até então era denominado Ministério dos Direitos Humanos, passa para o centro da pauta a família, alertando que é no núcleo familiar tradicional que se fortalece e se propaga os papéis tradicionais determinados para homens e mulheres. Nesse debate está respaldado o avanço de algumas ações e programas na esfera da violência doméstica e familiar, imbuídos na perspectiva da proteção à mulher. Em contrapartida, as políticas para as mulheres que estão no campo da autonomia, dos direitos sexuais e reprodutivos passam por entraves contínuos, com poucos avanços. Esses

**A representati-  
vidade feminina  
na política,  
por si só, não  
equivale a um  
ganho para  
as mulheres.  
Essa represen-  
tação se torna  
significativa  
na medida em  
que ela está  
comprometida  
com a luta das  
mulheres**

3 Damares Regina Alves ocupou o cargo titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de janeiro de 2019 a março de 2022, durante o Governo Bolsonaro. É advogada, pastora evangélica e foi eleita senadora pelo Distrito Federal nas eleições de 2022.

**Uma representação política partidária que esteja em consonância com a luta contra as opressões que atingem as mulheres necessita do engajamento de outras esferas que estejam comprometidas com a causa**

dois terrenos se relacionam por conceberem sobre os direitos das mulheres, mas se constroem sob bases discursivas distintas (MACHADO; BANDEIRA; MATSUDA, 2018).

Para além dos interesses heterogêneos nas agendas políticas, a dinâmica da administração pública no Brasil perpassa necessariamente por processos que só determinam a instauração de leis e distribuição orçamentária a partir da aprovação de projetos que envolvem instâncias do poder legislativo, judiciário e executivo. Uma representação política partidária que esteja em consonância com a luta contra as opressões que atingem as mulheres necessita do engajamento de outras esferas que estejam comprometidas com a causa para assim viabilizar uma agenda implicada com os direitos desse grupo.

Os apontamentos supracitados trazem aspectos da arena política, suas disputas e principais entraves, que podem favorecer ou não a construção e efetivação de programas de atenção e proteção à mulher, essa dinâmica ocorre de forma análoga nas políticas municipais. Ainda que o avanço desses debates, ações e programas dependam da articulação da União, estados e municípios, e de ações não governamentais, é primordial compreender como esse cenário está estruturado em nível local. Assim, desponta a proposta dessa pesquisa: investigar de que forma os serviços e equipamentos de proteção às mulheres, ou seja, as políticas públicas, se organizam localmente no município de Conceição do Coité-BA.

## **O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO COITÉ E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Conceição do Coité é um município de médio porte localizado no interior do estado da Bahia. Com uma população estimada para 2020 de 67.013 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 50,5% representam as mulheres e 49,5% os homens, segundo uma perspectiva binária de gênero. As pessoas que vivem em situação domiciliar rural equivalem a 41,5% do seu número total de residentes, enquanto 57,5% estão localizadas nos contextos urbanos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA, 2020).

Seguindo uma lógica de divisão proposta pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que foi reorganizada a partir de 2003 pelo governo Lula, e instituída na Bahia a partir de 2006, Conceição do Coité integra o denominado Território de Identidade do Sisal. O que antes demarcava um lugar da produção econômica e desenvolvimento regional, nomeado de região sisaleira, dá espaço para uma classificação identitária considerada por seus agentes sociais, estabelecendo mudanças na forma de gerir e implementar políticas públicas, que atentam assim, as

especificidades territoriais, definidas a partir de um viés geográfico e de pertencimento (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015).

No campo das políticas públicas para as mulheres, Conceição do Coité traz na sua história a mobilização popular que tornou propulsora a luta de coiteenses por seus direitos. Assim, de acordo com Silva (2010), foram as mulheres advindas das áreas rurais do município, através do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, importantes agentes no processo de identificação e mobilização da comunidade na busca por direitos que estavam sendo desconsiderados pelo poder público local. Além disso, chamaram a atenção para a necessidade de unir suas pautas e reivindicações junto às mulheres que viviam na sede municipal.

A luta por uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher foi uma pauta prevalente desse grupo, que consolidou a demanda por uma delegacia especializada, mas até o momento ainda inexistente no município. A mobilização desse Coletivo ganhou força junto a parceria estabelecida com o corpo acadêmico do Campus XIV da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), que integrou as instituições do município em 1990. Esse processo estabeleceu um marco para a população da região, que passou a contar com a legitimidade das diretrizes fundamentais da universidade pública – a incorporação deste espaço com a comunidade, pautando o seu compromisso com a cidadania e a responsabilidade social.

Assim, no início dos anos 2000, Gilca Carneiro, uma representação feminina de destaque no município, assumiu a coordenação do Coletivo de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), e junto ao programa de rádio “Ouça Universidade”, que primava pelo diálogo da academia com a comunidade “denunciou o descaso do poder municipal em relação à temática e às demandas de políticas públicas apresentadas pelo movimento de mulheres por ela representado” (SILVA, 2010, p. 18). Este Coletivo é uma referência de luta no município e exerce o papel de controle social junto a outras instâncias sociais presentes no território, como o Coletivos Marielles<sup>4</sup>, Coletivo Artemanhas<sup>5</sup>, Associação Comunitária dos Moradores da Pampulha<sup>6</sup>, Associação

**Foram as  
mulheres  
advindas das  
áreas rurais do  
município [...] importantes  
agentes no  
processo de  
identificação  
e mobilização  
da comunidade  
na busca por  
direitos que  
estavam sendo  
desconside-  
rados pelo  
poder público  
local**

4 O coletivo nasceu em 20 de março de 2018, em decorrência do assassinato da vereadora Marielle Franco que evidenciou a necessidade da luta em defesa das mulheres e do diálogo interseccional contra as estruturas machistas e patriarcais no município. (COLETIVO MARIELLES, 2020).

5 Para além da realização da Artemanhas Feirinha Cultural das Mulheres de Conceição do Coité, o coletivo dissemina informações, propõe atividades e divulga projetos realizados por mulheres da região através do seu espaço digital. (COLETIVOS ARTEMANHAS, 2020).

6 A Associação Comunitária de Moradores da Pampulha, bairro periférico da cidade, se manifesta continuamente na luta pela ruptura de estereótipos que envolvem a comunidade. O Coletivo Mulheres da Pampulha, que o integra, trata-se de um empreendimento feminino que tem como objetivo promover a ruptura de mulheres com trabalhos que envolvem condições de subalternidade e oportunizar a geração de renda através da venda de produtos como doces e temperos. (XANDE REVOLUTION, 2020).

**Uma gestão municipal, para cumprir sua função, deve abrir espaços para essas discussões e oposições, fazendo efetivo o direito do cidadão ao controle social, garantido pela Constituição Federal**

Cultural e Beneficente *Revolution Reggae*<sup>7</sup> e Coletivo L.A.C.R.E.<sup>8</sup>. Esses grupos revelam, a partir das distinções que apresentam, demandas de diferentes ordens – estudantis, artísticas e comunitárias, mas que coadunam com a agenda das mulheres do município. Eles se organizam junto à sociedade civil e aos equipamentos públicos na articulação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDDM). O órgão foi instituído em 2009, e passou a ser conduzido pela Lei Municipal n. 719 a partir de 2014, cumpre a função de propor, fiscalizar e deliberar diretrizes de ações pautadas na cidadania e nos direitos das mulheres. O dispositivo integra o Departamento de Política para as Mulheres (DPM), que faz parte da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 2014).

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres (CMDDM) é, nesse sentido, um importante articulador das demandas levantadas por esses grupos e demais cidadãos coiteenses. Sua estrutura integra, de forma paritária, representantes da sociedade civil e do poder público que atuam e decidem pela manifestação conjunta e majoritária da vontade de seus membros, através de reuniões ordinárias que são designadas a ocorrer mensalmente. Apesar da sua atual inatividade, resultado de um processo político anterior à pandemia do coronavírus, a presidenta do órgão, Maria Luzia do Carmo Santana, relatou em atividade remota promovida por Elaine Anunciação, professora, militante e representante do poder legislativo municipal, o papel desempenhado por essa instância:

[...] Juntamente com a gestão municipal, pautar políticas de construção e elevação dos direitos dessas mulheres. Ao longo de algumas gestões e de alguns gestores, o conselho foi confundido como uma arma de punho contra a gestão, na verdade o conselho é entendido errado... Nada mais é que um instrumento do controle social de uma luta importante, que é a luta das mulheres, da defesa desses direitos. [...]. (ANUNCIAÇÃO, 2021).

A representante do Conselho revela na sua fala o tensionamento que faz parte dos processos políticos que envolvem uma sociedade de sujeitos plurais e poder público, circundados de discordâncias e contradições, que fazem da política um campo complexo. No entanto, uma gestão municipal, para cumprir sua função, deve abrir espaços para essas discussões e oposições, fazendo efetivo o direito do cidadão ao controle social, garantido

7 Trata-se de uma Associação Cultural e Beneficente que atua no município desde 2003, envolve um movimento político-cultural de emancipação preta e periférica que atua em duas frentes: a promoção de atividades culturais e o fornecimento de bens sociais, como doação de alimentos, brinquedos e materiais escolares. (REVOLUTION REGGAE, 2020)

8 O coletivo L.A.C.R.E (Liberdade; Arte; Conhecimento; Resistência; Engajamento) surgiu como resultado do período de ocupação do Campus XIV da Universidade do Estado da Bahia em 2016, que foi despontado em um movimento contrário à aprovação da PEC 55/2016. Essa experiência de formação tomou como campo de atuação a universidade, praças, bairros, escolas, no município de Conceição do Coité e cidades vizinhas, com pautas sociais sobre o cenário político e a importância da participação popular nesse processo. (COLETIVO L.A.C.R.E, 2018).

pela Constituição Federal (CF) de 1988. O entendimento de alguns gestores, em relação à finalidade do órgão, extrapola o seu real ofício – de fiscalizar, propor e reformar diretrizes de ação governamental (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 2014), e endereça a uma discussão promovida por Boneti (2018), segundo ele, a construção e efetivação de políticas públicas são definidas pelo poder público conforme o tipo de sociedade e sujeito que o estado deseja ter, e essa sociedade seria resultado de uma correlação de forças atuantes na sociedade, uma tentativa de homogeneidade, incapaz de se efetivar. Nesse sentido, qualquer oposição a essa tentativa de homogeneização pode ser concebida de maneira equivocada.

As mudanças no modo de funcionamento das instituições desde o ano de 2020, devido à pandemia mundial causada pelo vírus SARS-CoV-2 (covid-19), que já matou mais de 691 mil pessoas somente no Brasil<sup>9</sup> (BRASIL, 2022), traz um pouco dessa disputa de forças, ora se justifica a necessidade de manter o funcionamento habitual das organizações, na tentativa de reduzir a crise econômica que assola o país, ora se entende a gravidade dessa manutenção, que pode trazer como consequência o colapso hospitalar e sanitário, e o aumento do número de mortes decorrentes da gravidade da doença, adicionado a ausência de leitos disponíveis para tratamento.

Essas mudanças contextuais que ocorreram no último ano trouxeram uma queda de 90% no número de denúncias dos casos de violência contra a mulher no estado, segundo a Defensoria Pública do Estado da Bahia, o que não significa necessariamente a minimização dos casos. De maneira oposta a isso, o documento chama a atenção para a questão da violência doméstica, que tende a se intensificar devido ao isolamento social (ORDEM DOS ADVOGADOS DA BAHIA, 2020) medida de segurança preconizada pelas instituições responsáveis como meio de controlar a situação. Nesse sentido, se manter em isolamento traz inseguranças e implicações psicológicas de outra ordem, já que o ambiente privado se mostra um espaço de violações constantes, que nem sempre oferece espaço para denúncias (SCHMIDT *et al.*, 2020).

Corroborando com esses fatos, em discussão virtual promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) do município, ainda na gestão vigente em 2020, a defensora pública que atua no município e a coordenadora do Centro de Referência da Mulher (CRM), promoveram uma conversa sobre o cenário da violência contra a mulher no contexto da pandemia, pontuando as ações coordenadas para esse período. A pauta trazida pela coordenadora do CRM, refere-se à preocupação em relação a procura pelos serviços de enfrentamento à violência, que assim como no estado, diminuiu, mesmo com o funcionamento habitual da instituição

**Em 2020, a defensora pública que atua no município e a coordenadora do Centro de Referência da Mulher (CRM), promoveram uma conversa sobre o cenário da violência contra a mulher no contexto da pandemia**

9 No dia 12/12/2022, o Brasil registrou o total de 691.015 mortes por covid-19 (BRASIL, 2022).

**O espaço  
[Centro de  
Referência  
da Mulher  
Professora  
Donga]  
tem como  
proposição,  
articular os  
serviços gover-  
namentais e  
não-governam-  
entais da rede  
de atendimento  
às mulheres  
em situação de  
vulnerabilidade  
decorrente da  
violência**

mediante a adoção das medidas de biossegurança estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (CHUNG; CARNEIRO, 2020). Nessa conjuntura social de crise sanitária e acirramento das vulnerabilidades, a presidenta do Conselho chama a atenção para a necessidade da reestruturação do dispositivo, acionando a atenção da nova gestão municipal.

O Conselho é de fato, junto com esses movimentos que aí estão representados, o instrumento mais próximo de efetivação e de afirmação dessas políticas, porque é ele quem pauta diretamente, junto com a gestão, o que deve ser feito, ele fiscaliza, ele sugere, juntamente com a gestão, o que deve ser feito, não é que ele tenha que ser separado... o papel do Conselho é o controle social, é quem leva as demandas e é quem leva as motivações reais para o poder executivo, executar. Situações de vulnerabilidade, de violência, os processos de exclusão das mulheres, é o conselho, e um conselho desativado, inativo, enfraquece ainda mais a nossa luta enquanto mulheres. (ANUNCIAÇÃO, 2021).

Como órgão regulador, o Conselho se aproxima dos equipamentos e serviços públicos coiteenses. No caso da atenção à mulher vítima de violência, o Centro de Referência da Mulher Professora Donga é o dispositivo de referência e resulta da luta coletiva da população junto ao Conselho. Sua sede foi inaugurada em junho de 2010, e está vinculada à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. O espaço tem como proposição, articular os serviços governamentais e não-governamentais da rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência, além de oferecer serviços de acolhimento, atendimento psicológico, jurídico e socioassistencial (BRASIL, 2006b).

Em 2019 foram atendidos um total de 192 casos tipificados como violência contra mulher no CRM. A violência do tipo psicológica foi a ocorrência mais frequente entre os casos que buscaram o serviço, seguida da violência física, patrimonial, sexual e da negligência, esta última, no entanto, não é compreendida com rigor, já que não é uma tipologia trabalhada na Lei Maria da Penha, e não é explicada no relatório municipal na qual é citada. Ainda de acordo com os dados apresentados, entre os anos de 2013 e 2019, o ano de 2018 foi o que evidenciou o maior índice de violência que chegou à instituição, um total de 365 casos (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 2019).

Nessa direção, o município aderiu, desde o ano de 2018, a integração do Núcleo de Proteção da Mulher ao Complexo Policial da cidade, também conhecido como “Sala Rosa”, esse espaço apresenta limitações bastante complexas em relação aos dias e horários de funcionamento, direcionando muitos casos ao atendimento comum do complexo policial. Seguindo as diretrizes da Lei Maria da Penha (n. 11.340), “é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial

especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino” (BRASIL, 2006a). Esse funcionamento em Conceição do Coité, no entanto, conta de forma garantida com uma única escritã, responsável por formalizar e documentar os inquéritos policiais dos casos que envolvem violência contra a mulher.

Além desses dispositivos previstos na Lei Maria da Penha para o enfrentamento à problemática da violência contra a mulher, Conceição do Coité dispõe de serviços de assistência jurídica oferecidos pela Defensoria Pública do Estado da Bahia e Ministério Público. Os processos dos casos de violência contra a mulher, no entanto, são julgados na Vara Crime do município, já que é ausente uma Vara da Violência Doméstica e Familiar.

Por não possuir todos os equipamentos previstos na legislação, o município conta com o apoio de equipamentos das cidades vizinhas e dos dispositivos regionalizados. As situações de mulheres violentadas que necessitam passar por exames de corpo e delito são encaminhadas ao Departamento de Polícia Técnica de Serrinha-BA. Esse fato denuncia uma fragilidade da rede do município, na qual mulheres violentadas ainda precisam se deslocar em meio a um processo de violação de direitos. A ausência de uma Casa Abrigo ou Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, que é um instrumento regionalizado, também marca uma atuação que recorre a estratégias outras que não as definidas pela legislação, como uso de pousadas e hotéis, para resguardar e proteger as mulheres que têm suas vidas ameaçadas. Na Bahia existem somente três unidades desses equipamentos que recebem demanda de todo o estado, e estão presentes em Feira de Santana, Itabuna e Juazeiro.

Para além dos dispositivos citados, foram localizadas ações importantes como Conferências Municipais e Territoriais da Mulher, eventos relativos à campanha do Março Mulher, com uma agenda anual de palestras, seminários e caminhadas. Ações pontuais que contam com os recortes de raça, como o Seminário Mulher Negra Coiteense e os Espaços de Poder, promovido em 2016 pelo Departamento de Políticas para as Mulheres, além do Novembro Negro Coité, evento calendarizado no município, que conta com o protagonismo da Associação *Revolution Reggae* e da UNEB Campus XIV. Os relatórios técnicos mostraram ainda um trabalho voltado para assistência e desenvolvimento social do território, que traz garantias sociais às mulheres em períodos de emergência, como nas situações de estiagem, através do cadastramento e distribuição de alimentos dirigido pelo poder público com o apoio de lideranças locais. (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 2016, 2019).

O Centro de Qualificação Coiteense (CQC), que foi implantado em 2014 e ampliado em 2017, oferece cursos profissionalizantes à população integrante do Cadastro Único para Programas Sociais. A maior parte do

**Foram localizadas ações importantes como Conferências Municipais e Territoriais da Mulher, eventos relativos à campanha do Março Mulher, com uma agenda anual de palestras, seminários e caminhadas**

**Há uma articulação entre diferentes setores do município, que atuam em maior ou menor proporção na viabilização de uma agenda municipal comprometida com as mulheres e com a legitimidade dos seus direitos**

público participante é formado por jovens mulheres (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 2019). Esse tipo de atividade oportuniza às mulheres a profissionalização em uma área escolhida, que pode viabilizar a superação da pobreza, entrada no mercado de trabalho, e assim, a obtenção de emancipação financeira, que em algumas situações, quando ausente, está relacionada a manutenção de mulheres em relações atravessadas pela violência.

A atuação desses equipamentos e suas ações ocorrem junto à rede de serviços não-especializados do território. Composto os instrumentos de proteção social básica e especial, respectivamente, existem dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); equipamentos da Saúde como a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Hospital Português Unidade Regional e Unidade Municipal; na atenção básica, destaca-se a presença de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), de Agentes Comunitários de Saúde e Equipes de Saúde da Família (CONCEIÇÃO DO COITÉ, 2019).

As equipes multiprofissionais que atuam na atenção básica, podem ser compostas por psicólogos, médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas e assistentes sociais, e são fundamentais para garantir acesso a ações educativas por parte de grupos que vivem em contextos rurais do município. Esses serviços buscam viabilizar a integralidade do cuidado ao cidadão, e podem incluir a abordagem das questões de gênero e da violência contra a mulher durante as visitas domiciliares, atendimentos individuais e grupais realizados pelas equipes, assim como devem propagar informações sobre os equipamentos existentes na rede.

Em consonância com aquilo que preconiza os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, há uma articulação entre diferentes setores do município, que atuam em maior ou menor proporção na viabilização de uma agenda municipal comprometida com as mulheres e com a legitimidade dos seus direitos.

## CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu verificar a existência de uma agenda municipal comprometida com a luta das mulheres em Conceição do Coité-BA, a qual resulta da mobilização constante de movimentos sociais, coletivos e lideranças comunitárias. Entretanto, a execução das ações contidas na referida agenda depende de aportes orçamentários e ordem de execução da gestão. A rede especializada no enfrentamento à violência conta com o Centro de Referência da Mulher Professora Donga, que assume um papel preponderante no que diz respeito às políticas públicas, mas

que funciona de forma limitada, especialmente por não ser um equipamento com assistência integral (24 horas), que somado a ausência de uma Delegacia de Atendimento Especializada no município, torna o cenário alarmante frente às constantes violações de direitos que acometem as mulheres.

Sendo a violência uma questão que passa pelo campo da justiça, educação, segurança pública, assistência social e saúde, há uma demanda em relação aos sujeitos envolvidos nessas esferas de trabalho que deve passar por debates e exigências legais nas formas de contratação, visto a carência de concursos públicos no município. É indispensável o emprego de capacitações de forma continuada e a construção de protocolos de atendimentos que favoreçam o compromisso dos trabalhadores com as pautas que esses espaços de atenção à mulher demandam, balizados na tolerância, respeito e sobretudo, na afirmação dos direitos das mulheres.

É notório que os dados sobre as violências ocorridas no município merecem uma disposição mais cuidadosa, que se preocupe em transmitir, por exemplo, o significado da violência divulgada nos Relatórios Gerais do município categorizada como negligência, já que esta não se trata de uma tipificação considerada pela Lei Maria da Penha, tornando a questão incompreensível para quem acessa o documento. Obedecendo os critérios éticos que prezam pelo sigilo das mulheres vítimas de violência, é importante que os dados divulgados considerem o perfil das vítimas bem como os bairros de maior prevalência dessas violências, e que o acesso às informações seja facilitado e amplamente divulgado, de modo a gerar questionamentos e transformações frente a cultura sexista e misógina sob as quais se ancoram as violências.

Diante desses apontamentos, o trabalho evidencia o lugar fundamental que ocupam os coletivos e movimentos sociais, instâncias provocativas e questionadoras, que constroem através dos debates e mobilizações constantes, demandas contextualizadas que agregam na construção de políticas públicas que se movimentam na direção da equidade de gênero. A mobilização histórica dos coletivos de mulheres por uma Delegacia Especializada persiste, assim como a necessidade de investigar a organização interna dos equipamentos que atendem a população coiteense, e sobretudo às mulheres vítimas de violência. É importante que os debates sobre as relações de gênero e suas incidências sobre as violências, se ampliem, chegando a diferentes grupos que integram o território, de modo que, para além de uma rede de proteção estruturada, as violações que acometem mulheres sejam potencialmente minimizadas.

**É importante que os debates sobre as relações de gênero e suas incidências sobre as violências, se ampliem, chegando a diferentes grupos que integram o território**

## REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, E. *Março da resistência*. Conceição do Coité: [s. n.], 9 mar. 2021. 1 vídeo (50 min:14seg). [Live]. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMN-sOaSgchq/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BONETI, L. W. *Políticas públicas por dentro*. 4. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2018.

BRASIL. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Painel Coronavírus*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: 2013-2015*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil\\_2013\\_pnpm.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf). Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_policamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_policamulheres.pdf). Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Norma técnica de uniformização: centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/crams.pdf>. Acesso em: 6 maio 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BUENO, S. *et al.* *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CERQUEIRA, D. *et al.* *Atlas da violência: 2019*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 7 abr. 2021.

CERQUEIRA, D. *et al.* *Atlas da violência: 2020*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 7 abr. 2021.

CHUNG, N. M.; CARNEIRO, G. *Pandemia na pandemia: violência contra mulher em tempos de pandemia*. Conceição do Coité, 9 jul. 2020. Instagram: smadscoite. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCcAdFkJEqh/>. Acesso em: 2 ago. 2020.

COLETIVO ARTEMANHAS. *Nova proposta de atuação online*. Conceição do Coité, 20 jul. 2020. Instagram: @coletivoartemanhas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CC3zvCepYS8/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

COLETIVO L.A.C.R.E. *Surgimento do coletivo*. Conceição do Coité, 6 maio 2018. Instagram: @l.a.c.r.e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BidIR-QQBm8P/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COLETIVO MARIELLES. *Apresentação do coletivo*. Conceição do Coité, 3 jul. 2020. Instagram: @coletivomarielles. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCMvvSUJGYk/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CONCEIÇÃO DO COITÉ (BA). *Governo da gente*: relatório geral 2016. Conceição do Coité: Prefeitura Municipal, 2016. Disponível em: [https://arquivos.conceicaodocoite.ba.gov.br/transparencia/arquivos/00-exercicios\\_antteriores/relatorios-gerais-do-municipio/relatorios-de-gestao-municipal/05-relatorio-de-gestao-ano-2016-pmcc.pdf](https://arquivos.conceicaodocoite.ba.gov.br/transparencia/arquivos/00-exercicios_antteriores/relatorios-gerais-do-municipio/relatorios-de-gestao-municipal/05-relatorio-de-gestao-ano-2016-pmcc.pdf). Acesso em: 5 jan. 2021.

CONCEIÇÃO DO COITÉ (BA). *Governo da gente*: relatório geral 2019. Conceição do Coité: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: [https://arquivos.conceicaodocoite.ba.gov.br/transparencia/arquivos/00-exercicios\\_antteriores/relatorios-gerais-do-municipio/relatorios-de-gestao-municipal/07-relatorio-geral-do-ano-de-2019.pdf](https://arquivos.conceicaodocoite.ba.gov.br/transparencia/arquivos/00-exercicios_antteriores/relatorios-gerais-do-municipio/relatorios-de-gestao-municipal/07-relatorio-geral-do-ano-de-2019.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

CONCEIÇÃO DO COITÉ (BA). Lei Municipal n. 719, de 14 de julho de 2014. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher – COMDIM. *Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Conceição do Coité*, Conceição do Coité, 14 jul. 2014. Disponível em: [https://arquivos.conceicaodocoite.ba.gov.br/transparencia/arquivos/leis\\_do\\_municipio/todas\\_as\\_leis/719-lei-719-de-2014-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-comdim.pdf](https://arquivos.conceicaodocoite.ba.gov.br/transparencia/arquivos/leis_do_municipio/todas_as_leis/719-lei-719-de-2014-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-comdim.pdf). Acesso em: 7 jan. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. *Plataforma política Marcha das Margaridas 2019*: por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Brasília: CONTAG, 2019. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_1236339083\\_14082019151003.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf). Acesso em: 22 fev. 2021.

COSTA, M. C. da *et al.* Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/PDhWVNzrq5R7vnbYj jWT9Dkmg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021

FERREIRA, D. M. M.; NASCIMENTO, I. de S. Representatividade identitária da figura feminina no discurso da ministra Damares Alves. *Raído*, Dourados, v. 14, n. 36, p. 475-492, set./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/11415/6725>. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, R.; ABREU, S. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao “machistério” de Temer. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 22, n. 2, p. 753-771, 2018. Disponível em: <http://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10564/6176>. Acesso em: 4 dez. 2022.

HOOBS, B. *Teoria feminista*: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA. *Conceição do Coité: panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-coite/panorama>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MACHADO, M. R. A.; BANDEIRA, A. L. V. V.; MATSUDA, F. Gênero e mobilização do direito no Brasil: violência e aborto, dois campos desiguais. In: VITALE, D.; NAGAMINEM, R. (ed.). *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 60-94. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6tdtg/pdf/vitale-9788523218638-04.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

ONU MULHERES. *16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres*: 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/16dias/#>. Acesso em: 21 maio 2021.

ORDEM DOS ADVOGADOS DA BAHIA. *Violência de gênero e pandemia: cartilha informativa sobre funcionamento de serviços de proteção durante o isolamento na Bahia*. Salvador: OAB, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/VIOLE%CC%82NCIA-DE-GE%CC%82NERO-E-PANDEMIA-.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021

OYEWÙMÍ, O. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. Dakar: CODESRIA, 2004. (CODESRIA Gender Series, 1).

REVISTA OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, v. 4, n. 5, abr. 2014. Disponível em: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil\\_2013\\_pnpm.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf). Acesso em: 2 jan. 2021.

REVOLUTION REGGAE. *Frentes de atuação da Associação Cultural e Beneficente Revolution Reggae*. Conceição do Coité, 4 mar. 2020. Instagram: @revoluttionreggae. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B9VXGhPJQP\\_/](https://www.instagram.com/p/B9VXGhPJQP_/). Acesso em: 21 abr. 2021.

SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S.; SILVA, O. A. da. De região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. *GeoTextos*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 131-151, dez. 2015.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 5 fev. 2021.

SCARPARO, H. B. K.; TORRES, S.; ECKER, D. D. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-78, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/04.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SCHMIDT, B. et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 37, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SILVA, S. A. da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fSC79qvyV35qddNBdpTBRCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SILVA, Z. P. da. *Conceição do Coité em "quadrado": retratos da violência contra as mulheres (1980-1998)*. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

XANDE REVOLUTION. *Mulheres da Pampulha*. Conceição do Coité, 9 set. 2020. Instagram: @xande\_revolution13. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CE7zFkmDuWj/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

SEÇÃO 5  
**OUTRAS FORMAS  
DE DESIGUALDADES**



## **Resumo**

Diante dos efeitos das mudanças climáticas globais, diferentes cidades em todo o mundo passaram a elaborar planos para desenvolver suas resiliências urbanas. Para realizar esta tarefa, a cidade de Salvador se associou ao programa 100 *Resilient Cities* (100 RC), criado pela Fundação Rockefeller. O objetivo deste estudo é analisar como e em que extensão o *Plano Salvador Resiliente* incorporou elementos ligados à equidade social. Para atingir este objetivo, foi realizada análise de conteúdo sistemática do documento relativo ao Plano. Conclui-se que: o *Salvador Resiliente* não foge à tendência dos países sul-americanos que desenvolveram sua estratégia de resiliência pautando o desenvolvimento econômico e a desigualdade social em seu conceito. No entanto, apesar dos esforços em aumentar a governança participativa, os procedimentos analíticos utilizados não permitiram verificar como ocorreu a participação e o engajamento de grupos da população vulnerável.

**Palavras-chave:** resiliência urbana; *Salvador Resiliente*; equidade social; desigualdade; inclusão.

## **Abstract**

*Faced with the effects of climate change, different cities began to draw up plans to develop their urban resilience. To accomplish this task, the city of Salvador/Bahia joined the 100 Resilient Cities (100 RC) program created by the Rockefeller Foundation. The aim of this study is to analyze how and to what extent the Resilient Salvador plan incorporated elements of social equity. To achieve this objective, a systematic content analysis of the Plan document was conducted. It is concluded that Resilient Salvador does not escape the trend of South American countries that developed their resilience strategy basing economic development and social inequality in their concept, there is an effort to increase participatory governance, however through the procedures used it is not possible to verify how the participation and engagement of groups of the vulnerable population took place.*

**Keywords:** urban resilience; *Resilient Salvador*; social equity; inequality; inclusion.

# A equidade social no plano *Salvador Resiliente*

ERIKA MARIA RIBEIRO SOUZA

Mestre em Administração pela  
Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
erikageobr@yahoo.com.br

ANDRÉA CARDOSO VENTURA

Doutora em Administração da Escola de  
Administração da Universidade Federal  
da Bahia (UFBA). andreaventurassa@  
gmail.com

[doi.org/10.56839/bd.v32i1.1](https://doi.org/10.56839/bd.v32i1.1)

## INTRODUÇÃO

Os efeitos das mudanças climáticas são experimentados de maneiras diferentes pelos países do mundo dada as diferenças de exposição, vulnerabilidade e capacidade de lidar com os referidos problemas (UNITED NATIONS, 2020). Por isso, para Andrade e Ventura (2020), faz-se necessário reduzir a exposição da população aos eventos e riscos climáticos, bem como sua vulnerabilidade. O problema é amplificado diante do contexto da crise urbana que, conforme Maricato (2015), advém dos conflitos entre os agentes no meio urbano, gerados a partir das pressões impostas pelo crescimento da população urbana aos serviços, recursos e ao próprio meio ambiente. Assim, a crise climática amplia o acirramento da luta social por melhores condições de trabalho, renda, moradia, mobilidade e saúde, que são acessados de maneira desigual pelas pessoas.

Diante deste contexto, diferentes cidades passaram a elaborar planos para desenvolver suas resiliências urbanas (SILVA *et al.*, 2022). Tal conceito é definido pelo Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês), como “a capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver perturbações, mantendo a mesma estrutura básica e formas de funcionamento, a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e à mudança” (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2008, p. 86).

**A recente pandemia de covid-19 deixou clara a importância de desenvolver estratégias locais, bem como a necessidade de cooperação entre os governos para superar desafios**

A recente pandemia de covid-19 deixou clara a importância de desenvolver estratégias locais, bem como a necessidade de cooperação entre os governos para superar desafios de acordo com Ventura, Silva e Carvalho (2021). Diante deste cenário e para enfrentar outros potenciais eventos causadores de desastres, como inundações, deslizamentos e furacões, também conhecidos como choques, e aos desafios críticos já enfrentados pelos meios urbanos como a desigualdade, a ocupação urbana desordenada e a violência, denominados de estresses, gestores de cidades de todo o mundo estão se associando em redes (SILVA *et al.*, 2020). A cidade de Salvador associou-se ao programa 100 *Resilient Cities* (100 RC), criado pela Fundação Rockfeller em 2013 com o objetivo de tornar as cidades mais resilientes frente aos desafios econômicos, sociais e ambientais. O programa, posteriormente, deu origem a *Resilient Cities network* em 2020 (R-Cities) (RESILIENT CITIES NETWORK, 2022).

Estudo realizado por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019) buscou analisar como os projetos de resiliência das cidades associadas ao 100 RC incorporaram as questões de equidade social em seus objetivos, prioridades e estratégias. Para tal, os pesquisadores construíram um *Framework* a partir do conceito de equidade social e definiram suas dimensões de “reconhecimento”, de “procedimento” e de “distribuição” como elementos de análise. Tomando estas dimensões como base, os pesquisadores avaliaram as dez primeiras cidades norte-americanas a elaborar seus planos de resiliência. Os resultados encontrados apontam que as cidades têm diferentes enfoques para a busca dessa equidade, porém, com uma dominância maior do enfoque da dimensão de distribuição em relação às dimensões de reconhecimento e procedimental.

Observe-se que a pesquisa foi aplicada exclusivamente em cidades localizadas nos Estados Unidos, país do “Norte global”, portanto, que não possui as mesmas capacidades institucionais e desafios de desenvolvimento de países do chamado “Sul global” (FITZGIBBONS; MITCHELL, 2019). Ziergovel e outros (2017) identificam que, enquanto a agenda sobre resiliência tem sido moldada pelas políticas e publicações relacionadas às cidades no Hemisfério Norte, sua aplicação nas cidades do Hemisfério Sul tem sido pouco explorada em pesquisas, sobretudo com a participação de pesquisadores locais.

Não obstante a pesquisa mencionada analisar o “Norte Global”, é importante ter-se em mente que este tipo de divisão político-geográfica não é consensual. O trabalho de Horner (2020) aponta três razões maiores para a discussão sobre o (des)uso dos termos “Norte e Sul globais” para designar países desenvolvidos e países em desenvolvimento, respectivamente. Tais razões foram resumidas em: (i) a interconexão do capitalismo globalizado, (ii) o desafio do desenvolvimento sustentável (especialmente como resultado das mudanças climáticas) e (iii) a indefinição das fronteiras

Norte-Sul. É muito complexo poder utilizar conhecimentos advindos de países ditos já desenvolvidos, para poder fazer frente a problemáticas de países que historicamente, ainda precisam lidar com questões básicas ligadas à sua sustentabilidade (SCARANO *et al.*, 2021).

O estudo de Hickel e outros (2022) demonstra que, embora o período colonial tenha se encerrado, ocorreu a manutenção do padrão de apropriação de recursos estabelecido neste período e a persistência da desigualdade social entre as regiões. Os países do Sul (excluindo Austrália e Nova Zelândia) continuando sendo fornecedores de mercadorias que compreendem recursos e trabalho incorporado não apenas em commodities primárias, mas também em bens manufaturados. Neste estudo, durante o período de 1990 e 2015, a drenagem de recursos do Sul totalizou US\$ 242 trilhões, o que representa o equivalente a um quarto do PIB do Norte.

A presente pesquisa tem em mente as considerações de Hickel e outros (2022). Ou seja, considera a existência de grandes assimetrias ainda predominantes do Sul Global, que prescindem de análises e buscas de superação. Por isso, considerando que a amostra de dez cidades da análise de Meerow, Pajouhesh e Miller (2019) não incluía nenhuma cidade da América do Sul, se observa que os pesquisadores deixaram de fora realidades muito díspares. Todavia, conforme visto no *website* [resilientcitiesnetwork.org](http://resilientcitiesnetwork.org), diversas cidades sul-americanas, entre elas Salvador, localizada no estado da Bahia/Brasil, também adotaram as diretrizes trazidas pelo 100 RC, tornando possível verificar como se comportaram no tocante a uma de suas principais problemáticas: a desigualdade social. Diante desta lacuna, pergunta-se: como e em que extensão o *Plano Salvador Resiliente*, que expõe a estratégia de resiliência definida para a cidade de Salvador, incorporou elementos de equidade social?

Este trabalho se insere nas atividades de um grupo de estudos que, dentre outros objetivos, realiza pesquisas sobre resiliência urbana. O objetivo deste estudo é analisar como e em que extensão o *Plano Salvador Resiliente* incorporou elementos de equidade social. Para atingir este objetivo, uma revisão sistemática por meio de análise documental foi conduzida no referido plano, utilizando os procedimentos metodológicos propostos por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019). Com isto, espera-se ampliar e complementar a análise destes pesquisadores, oferecendo visão sobre uma cidade da América do Sul, tendo em vista que, nas análises iniciais, apenas cidades da América do Norte foram consideradas.

## A EQUIDADE SOCIAL E OS PLANOS DE RESILIÊNCIA URBANA

Embora as cidades tenham passado a desenvolver Planos de resiliência, para Meerow, Pajouhesh e Miller (2019) não está claro quem de fato se

**Embora o período colonial tenha se encerrado, ocorreu a manutenção do padrão de apropriação de recursos estabelecido neste período e a persistência da desigualdade social entre as regiões**

**No que diz respeito ao contexto de resiliência urbana [...], a dimensão distributiva é definida como acesso equitativo à bens e infraestrutura, amenidades ambientais, serviços e oportunidades econômicas**

beneficia destas estratégias. Muitas críticas emergem no que diz respeito à operacionalização dos Planos. Para Joseph (2013), resiliência é uma forma de governança que possui ênfase na responsabilidade individual dos atores em prosperar. Isto colaboraria para perpetuar a agenda neoliberal, pois mascara as iniquidades decorrentes do desenvolvimento deste modelo. Outros autores, como Ziergovel e outros (2017), apontam que algumas abordagens dos Planos de resiliência das cidades negligenciam as iniquidades na distribuição dos benefícios, pois têm a tendência de focar na performance da estratégia como um todo, não identificando quem se beneficia, para que, onde, quando nem por quê. Já para autores, como Bonds (2018), muitas dessas estratégias ignoram as relações e estruturas de poder preexistentes, o que reforça a marginalização de determinados grupos que já são vulneráveis. Enquanto isso, investimentos são direcionados a grupos e áreas já privilegiadas, que visam recuperar-se de uma grave crise, sem mudar o *status quo*.

Para realizar a análise sobre a incorporação da equidade social nas estratégias de resiliência, Meerow, Pajouhesh e Miller (2019) utilizam o conceito difundido por Schlosberg (2007), que reconhece como componentes fundamentais desta equidade social não apenas a dimensão distributiva, mas também as dimensões procedimental e de reconhecimento. Isto ocorre, uma vez que há a necessidade de grupos marginalizados identificarem suas próprias necessidades e prioridades, ajudando a mitigar sua sub-representação. É necessário reconhecer-se que apenas as pessoas que vivenciam as desigualdades estruturais podem fornecer elementos sobre essa realidade.

No que diz respeito ao contexto de resiliência urbana, para os autores do artigo que serve de base metodológica para esta pesquisa (MEEROW; PAJOUHESH; MILLER, 2019), a dimensão distributiva é definida como acesso equitativo à bens e infraestrutura, amenidades ambientais, serviços e oportunidades econômicas. Já a dimensão procedimental se refere a participação justa nos processos de tomada de decisão, que inclui a participação na elaboração do Plano, esforços para ampliar a participação na governança da cidade e publicização para grupos marginalizados que, geralmente, são pouco inseridos ou excluídos nos processos tradicionais de engajamento. Enquanto a dimensão de reconhecimento seria a admissão, respeito e acolhimento das diferenças de identidade entre os membros da comunidade, além da incorporação de que essas identidades são formadas por injustiças históricas que moldam vulnerabilidades aos choques e estresses, acesso à recursos e capacidade de participar no processo decisório.

Cabe mencionar que, Fitzgibbons e Mitchell (2019) realizaram um estudo buscando examinar em que extensão 31 cidades participantes do 100 RC, localizadas tanto em países do Norte quanto do Sul global, focam em equidade social em suas narrativas. Embora a pesquisa englobe cidades latinas,

a única cidade brasileira a participar da amostra foi o Rio de Janeiro. Já Muñoz-Eerickson e outros (2021) buscaram examinar como o conceito de resiliência é retratado por diferentes setores dos Estados Unidos e América Latina, porém não houve representantes brasileiros na amostra analisada. Buscando mitigar estas lacunas, esta pesquisa tem como objeto o Plano de Resiliência da cidade de Salvador, localizada no estado da Bahia, Brasil, que será brevemente apresentado na próxima seção.

## **O SALVADOR RESILIENTE**

Salvador, a capital da Bahia, foi fundada em 1549, mesmo ano que se tornou a primeira capital do Brasil, até 1763. A cidade é referência na diversidade étnica, sendo considerada a cidade mais negra do Brasil (GOMES *et al.*, 2022) por ter a maior quantidade (81,3%) de pessoas pretas e pardas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), das 2.668.078 pessoas residentes da cidade, 2.120.580 se consideram pretas ou pardas, o que resulta em um percentual de 79,48% da população total.

Segundo o mesmo censo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), a metrópole baiana tem o índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,759 e o índice de Gini de 0,49. Tem-se que, para o IDH, quanto mais próximo de zero, menos desenvolvida é a cidade, já com relação ao índice de Gini, a cidade é menos desigual quando o índice se aproxima de zero. Logo, embora Salvador tenha um alto IDH, ainda é uma cidade desigual. Tal fato se materializa ao se observar que 45,5% da população soteropolitana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021) vive em áreas de risco de deslizamentos e alagamentos. De acordo com Souza (2021), a ocupação dessas áreas pela população mais vulnerável é fruto de um processo histórico de discriminação racial, a partir da ação política do estado e do mercado imobiliário na determinação e localização dos sujeitos no espaço.

Assim, Salvador se associou ao programa 100 Cidades Resilientes - 100 RC, da Fundação Rockefeller, tendo como mote principal sua desigualdade social (SILVA *et al.*, 2022). Com apoio da Fundação e consultorias especializadas, elaborou o *Plano Salvador Resiliente*, onde apresenta suas estratégias frente a choques e estresses. O Plano foi publicado e adota como referência para enquadramento de suas ações os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mundiais, tratando de quatro choques e seis estresses, conforme o Quadro 1.

Os choques e estresses citados no *Plano Salvador Resiliente* foram analisados no artigo de Silva e outros (2020). Os autores concluíram que as 343 ações vincularam-se aos choques e estresses e desta forma promovem efetivamente o seu enfrentamento na cidade.

**A cidade é referência na diversidade étnica, sendo considerada a cidade mais negra do Brasil por ter a maior quantidade (81,3%) de pessoas pretas e pardas**

**Quadro 1**  
**Choques e estresses do *Salvador Resiliente***

Choques	Estresses
Deslizamento de terra	Pobreza e desigualdade social
Surto de doenças	Desemprego
Inundações e alagamentos	Crime e violência
Insuficiência de serviços básicos	Uso e ocupação irregular do solo
-	Falta de mobilidade urbana
-	Falta de acesso à educação adequada

Fonte: Elaboração própria.

O Plano de Resiliência de Salvador (SALVADOR, 2019) conta com cinco pilares. Estes dão origem a 21 objetivos, e, por fim, geram 60 iniciativas, que podem ser consideradas ações práticas para a realização dos objetivos. A seguir, apresenta-se o Quadro 2 que visa facilitar a visualização dos pilares e objetivos:

**Quadro 2**  
**Pilares e objetivos do *Salvador Resiliente***

<b>Pilar 1: Cultura e Múltiplas Identidades</b>	
Obj. 1	Valorizar e requalificar o patrimônio histórico de Salvador
Obj. 2	Fortalecer a diversidade cultural soteropolitana fomentando-a como ativo para o desenvolvimento econômico
Obj. 3	Dar visibilidade e consolidar as múltiplas identidades territoriais da Cidade
<b>Pilar 2: Comunidade Saudável e Engajada</b>	
Obj. 1	Ampliar o acesso e fortalecer a educação pública de qualidade
Obj. 2	Fomentar a corresponsabilidade cidadã através dos processos de planejamento integrados e participativos
Obj. 3	Promover a equidade social, racial e de gênero
Obj. 4	Qualificar a gestão de saúde e assistência social, melhorando o atendimento à população
<b>Pilar 3: Economia Diversificada e Inclusiva</b>	
Obj. 1	Apoiar e facilitar o empreendedorismo de negócios inovadores, inclusivos e sustentáveis
Obj. 2	Fortalecer o setor de turismo de forma integrada e sustentável, valorizando a cultura local
Obj. 3	Promover atividades de capacitação para fortalecer e diversificar a economia local
<b>Pilar 4: Cidade Informada e Governança Inovadora</b>	
Obj. 1	Adotar uma política forte em tecnologia com padrões e processos que permitam conhecer a cidade, facilitando o planejamento integrado e assertividade das ações futuras
Obj. 2	Prestar serviços de maneira inclusiva, inovadora e integrada através de uma gestão de dados transparente e eficiente
<b>Pilar 5: Transformação Urbana e Sustentável</b>	
Obj. 1	Preparar a cidade para as mudanças climáticas, dotando-a de mecanismos de adaptação e mitigação dos riscos ambientais em prol do bem-estar da população
Obj. 2	Criar formas de desenvolvimento inovadoras, valorizando os ativos ambientais da cidade
Obj. 3	Promover a transformação da cidade de modo sustentável, através de um olhar multidisciplinar

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se, assim, que a questão da equidade social é tratada como um objetivo específico, dentro do Pilar “Comunidade Saudável e Engajada”.

Em um trabalho mais recente, Silva e outros (2022) identificaram quais setores predominantes (Social, Planejamento urbano, Risco e emergência, Economia, Educação e cultura, Mobilidade, Floresta e Recursos Hídricos, Pesquisa e Desenvolvimento, Energia, Saúde, Gestão de Resíduos, Habitação e Indústria) são considerados na estratégia de resiliência de Salvador. O estudo tomou como base as ações presentes do *Salvador Resiliente* no tocante aos choques e estresses identificados, comparando os setores privilegiados por Salvador àqueles trabalhados em outras 19 cidades integrantes da agora denominada R-Cities. O estudo conclui que quando a resiliência urbana cresce, a estratégia de resiliência das cidades, inclusive a de Salvador, dá maior importância aos setores “social” e de “planejamento urbano”. Esta conclusão parece trazer necessidade de aprofundamento sobre como o setor social trata a questão da equidade, em uma cidade notadamente desigual.

**Quando a resiliência urbana cresce, a estratégia de resiliência das cidades, inclusive a de Salvador, dá maior importância aos setores “social” e de “planejamento urbano”**

## MÉTODO

Esta pesquisa utilizou os procedimentos metodológicos propostos por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019) em sua análise sobre equidade social nos Planos de Resiliência Urbana das cidades de Nova Iorque, Oakland, São Francisco, Boulder, Boston, Pittsburgh, Nova Orleans, Berkeley, Norfolk, Atlanta e Novo México. A estratégia do presente artigo foi baseada em uma análise de conteúdo. Para Pimentel (2001), este tipo de pesquisa permite que os conteúdos sejam extraídos, organizados e interpretados de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa.

Para tanto, uma dupla de pesquisadores vinculada ao grupo de pesquisa anteriormente mencionado se dividiu e fez uma leitura cuidadosa do Plano, com o objetivo de buscar as categorias de análise estabelecidas por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019). As categorias adotadas para a análise e as suas respectivas descrições estão apresentadas no Quadro 3.

Cada uma das pesquisadoras copiou as citações relevantes em uma tabela individual, de acordo com a descrição do Quadro 1, e realizaram a categorização da citação de acordo com as descrições apresentadas no Quadro 3. Na sequência, as pesquisadoras se reuniram para comparar os resultados e agrupá-los, visando a dirimir as diferenças entre as duas análises. Apenas foram mantidos na análise as menções que obtiveram consenso entre as pesquisadoras.

**Quadro 3**  
**Categorias de análises e suas descrições**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Descrição</b>
Concepção de resiliência	N/A	Texto definindo o que significa resiliência para a cidade
Concepção de equidade	N/A	Texto definindo o que é equidade para a cidade
Concepção de equidade em relação a resiliência	N/A	Texto descrevendo a relação entre a equidade e resiliência
Menções a Equidade	N/A	Total de número de vezes que “equidade” foi escrita no documento
Equidade Distributiva	Equidade na alocação de recursos	Texto descrevendo como os recursos são distribuídos desigualmente na cidade, como os recursos serão alocados para alcançar a equidade ou estratégias para alcançar a equidade de distribuição de recursos
	Acesso à infraestrutura	Texto descrevendo como o acesso à infraestrutura é desigual, como o acesso será feito para que seja igualitário, ou estratégias para alcançar equidade de acesso à infraestrutura
	Acesso a oportunidades econômicas/emprego	Texto descrevendo a desigualdade de oportunidades econômicas ou empregos, como eles se tornaram igualitários ou estratégias para alcançar a equidade de acesso a oportunidades econômicas
Equidade procedimental	Participação inclusiva e engajamento	Texto descrevendo como diferentes membros do público estão engajados no processo de planejamento ou iniciativas para ampliar a participação no processo decisório
Equidade de reconhecimento	Indicação de temas de grupos vulneráveis	Texto identificando as populações vulneráveis ou descrevendo as desigualdades nas vulnerabilidades ou estratégias para reduzir as vulnerabilidades destes grupos
	Consideração do contexto histórico	Texto descrevendo as desigualdades históricas ou seus impactos
	Discussão de racismo estrutural	Texto reconhecendo a existência de racismo estrutural
	Conexão com outros grupos e Planos	Texto descrevendo outros Planos ou parcerias externas relacionadas à equidade distribucional, procedimental ou de reconhecimento
Métricas para identificar temas/ acesso a resultados	N/A	Texto descrevendo como equidade será avaliada ou medida

Fonte: Adaptado de Meerow, Pajouhesh e Miller (2019).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A definição de resiliência e a equidade do *Plano Salvador Resiliente*

Da mesma maneira que as outras cidades participantes do programa 100 RC, Salvador adota definição de resiliência que deriva da estabelecida pela Fundação Rockefeller como “A capacidade da cidade continuar funcionando, de modo que as pessoas continuem a viver e trabalhar, especialmente os pobres e vulneráveis, de sobreviver e prosperar independentemente dos choques e estresses que enfrentam” (THE ROCKEFELLER FOUNDATION; ARUP, 2014, p. 5, tradução nossa). Vale destacar que, Meerow, Pajouhesh

e Miller (2019) observaram algumas variações no foco atribuído pelos gestores das dez cidades de seu estudo. Isto ocorre porque, a construção da visão de resiliência de cada localidade tem que englobar a visão da própria cidade sobre seus estresses e choques, a partir do seu contexto social e geográfico. Logo, os choques e estresses são estabelecidos por cada cidade, considerando que choques são eventos breves, desastres graves de curta duração; e estresses são eventos de longa duração, recorrentes e crônicos na cidade.

A definição de resiliência para Salvador é “a capacidade que indivíduos, comunidades, instituições e sistemas dentro de uma cidade têm de sobreviver, se adaptar e crescer, independentemente dos choques e estresses crônicos aos quais são submetidos” (SALVADOR, 2019, p. 19). Assim como identificado por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019), este conceito não traz menção explícita à equidade social. Isto ocorre também no conceito da Fundação Rockefeller (THE ROCKEFELLER FOUNDATION; ARUP, 2014), no qual foi baseado. Contudo, nos dez conceitos analisados pelos autores, duas cidades, Boston e Oakland, ampliaram a definição para atender a contextos sociais locais mais específicos. Este também foi o caso de Salvador, já que “Para Salvador, a construção da resiliência visa prevenir e superar o custo da desigualdade socioeconômica valorizando seus ativos para o desenvolvimento humano e urbano integrado e inclusivo” (SALVADOR, 2019, p. 19).

Portanto, embora o *Salvador Resiliente* não traga uma definição de equidade social, o conceito de resiliência utilizado traz a noção explícita, apresentando-a como objetivo da estratégia. Soma-se a isto o fato de que, embora mencione apenas seis vezes a palavra “equidade”, o Plano menciona 15 vezes “inclusão”, três vezes “igualdade” e 16 vezes “desigualdade”, termos que, conforme afirmado por Fitzgibbons e Mitchell (2019), estão diretamente relacionados com equidade e combate à desigualdade, embora “inclusão” se refira a apenas um dos diferentes princípios da resiliência. Ademais, o rol de estresses elencado pela cidade de Salvador, em especial “Pobreza e desigualdade social”, apresentado no Plano (Quadro 1), relaciona-se diretamente com este objetivo.

Conclui-se, portanto, que assim como na maior parte das cidades analisadas por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019), a concepção de equidade do *Plano Salvador Resiliente* advém da noção de equidade distributiva.

### **Equidade distributiva no *Plano Salvador Resiliente***

A definição do termo “Equidade distributiva”, segundo Meerow, Pajouhesh e Miller (2019), está relacionada à justa distribuição de bens e liberdades. Mas, no contexto da resiliência urbana, significa “acesso equitativo à

**A definição de resiliência para Salvador é “a capacidade que indivíduos, comunidades, instituições e sistemas dentro de uma cidade têm de sobreviver, se adaptar e crescer, independentemente dos choques e estresses crônicos aos quais são submetidos”**

**O acesso à infraestrutura, amenidades ambientais, serviços, oportunidades econômicas e educação são discutidos como forma de superar os estresses e atingir o objetivo de "superar a desigualdade socioeconômica valorizando seus ativos para o desenvolvimento humano"**

bens, infraestrutura, amenidades ambientais, serviços e oportunidades" (MEEROW; PAJOUHESH; MILLER, 2019, p. 5, tradução nossa).

O *Salvador Resiliente* (SALVADOR, 2019) trata os estresses definidos no Plano como forma de enfrentar desigualdades. Neste ponto, o Plano se aproxima do grupo de cidades norte-americanas analisadas por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019). Sendo assim, o acesso à infraestrutura, amenidades ambientais, serviços, oportunidades econômicas e educação são discutidos como forma de superar os estresses e atingir o objetivo de "superar a desigualdade socioeconômica valorizando seus ativos para o desenvolvimento humano" (SALVADOR, 2019, p. 19). Esta realidade parece contrariar a visão de Joseph (2013), para quem existe uma diferença em construir resiliência em cidades de países desenvolvidos anglo-saxões e em fazê-lo em cidades de países pobres, onde estes projetos são parte do seu desenvolvimento. Ao menos no que tange à distribuição de sua equidade, a cidade latino-americana seguiu a tendência observada nas cidades dos Estados Unidos.

Muñoz-Erickson e outros (2021) encontraram forte influência dos campos de desenvolvimento humano e social na construção do conceito de resiliência nos países da América Latina que estudaram. Isto também se verificou no objetivo do *Salvador Resiliente* em diferentes passagens como, por exemplo, em "Uma educação de qualidade para todos prepara as crianças e jovens para se tornarem futuros cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade melhor, sabendo aproveitar e gerar oportunidades e ajudar na manutenção e melhorias dos locais onde vivem" (SALVADOR, 2019, p. 82). Neste trecho, observa-se a ênfase na preparação ou capacitação do indivíduo para contribuir para a transformação da cidade, colocando o desenvolvimento humano em prol desse objetivo.

Importante destacar que, Joseph (2013) critica o viés neoliberal das propostas de resiliência, devido ao foco dado na responsabilização do indivíduo por seu desenvolvimento e bem-estar, como observado no trecho acima. Para o autor, isto afasta a capacidade de atuação do estado. O pesquisador ainda propõe que a falta de desenvolvimento é um problema para a autonomia política do indivíduo e não o contrário.

Meerow, Pajouhesh e Miller (2019) afirmam que poucas cidades por eles analisadas discutiram a desigualdade na distribuição das desvantagens ou impactos negativos, como poluição, violência e desemprego. De acordo com os autores, a maior parte dos Planos procura discutir apenas a equidade de amenidades "desejáveis". Isto não ocorre no *Salvador Resiliente* que busca discutir e "[...] considerar as desigualdades socioespaciais existentes, de forma a garantir o acesso à cidade e seus serviços de maneira democrática" (SALVADOR, 2019, p. 192).

De tal forma, o Plano reconhece que a má distribuição de infraestrutura, serviços e oportunidades econômicas impacta especialmente a população mais vulnerável, como, por exemplo, em:

Em relação a ocupações irregulares, a população mais vulnerável sofre diariamente com a necessidade de longos deslocamentos para o trabalho e para o atendimento de consumo de bens e serviços. Tais áreas são as que menos dispõem de infraestrutura de serviços e de lazer. (SALVADOR, 2019, p. 193).

O Plano também reconhece que os choques advindos de desastres naturais impactam de maneiras diferentes as áreas mais ricas e pobres da cidade, afirmando que “[...] o deslizamento de terra, inundações e alagamentos, que atinge majoritariamente as comunidades mais precárias” (SALVADOR, 2019, p. 170).

Nos trechos acima mencionados, percebe-se que a mobilidade e educação possuem um grande foco no Plano, no que diz respeito ao acesso equitativo à infraestrutura. Mas, no que diz respeito à prioridade, o *Salvador Resiliente* apresenta a economia com geração de emprego e renda como principal forma de promover inclusão. Com isto, concebe o Pilar 3 (Economia diversificada e inclusiva) para este fim. O documento utiliza-se, também, de ações específicas, como por exemplo a “qualificação da mão de obra de bairros periféricos e comunidades vulneráveis” (SALVADOR, 2019, p. 144). O mesmo pode ser observado ao reconhecer que o desemprego é maior entre jovens e mulheres e que a “A qualificação da mão de obra de bairros periféricos e comunidades de baixa renda” (SALVADOR, 2019, p. 144) são prioridades para reduzir a desigualdade da cidade.

### **Equidade de reconhecimento no *Plano Salvador Resiliente***

A definição do termo “Equidade de reconhecimento”, segundo Meerow, Pajouhesh e Miller (2019), perpassa pelo

[...] reconhecimento da interseccionalidade das diferentes identidades dos membros da comunidade (como idade, gênero, classe e raça, reconhecer que essas identidades são moldadas por injustiças históricas que geram vulnerabilidades à choques e estresses, como também habilidade de acessar capacidade de participar do processo de tomada de decisões, além de fomentar o respeito de diferentes grupos. (MEEROW; PAJOUHESH; MILLER, p. 5, tradução nossa).

No que diz respeito à população vulnerável, o Plano aqui analisado reconhece em especial as mulheres negras e a população LGBTQIA+ como grupos prioritários. Como pode ser observado em:

**No que diz respeito à prioridade, o *Salvador Resiliente* apresenta a economia com geração de emprego e renda como principal forma de promover inclusão**

**Embora reconheça o racismo estrutural como um desafio para alcançar a resiliência, o texto do Plano se ressent de abordar propriamente como determinadas políticas de Estado resultaram na marginalização sistêmica e estrutural destes grupos**

A população negra, particularmente as mulheres, enfrenta dificuldades de ascensão hierárquica profissional e disparidades salariais, apesar de constituir a maioria da população soteropolitana [...] em propor diretrizes de ação governamental para o combate à discriminação e defesa dos direitos da população LGBTQIA+ [...]. (SALVADOR, 2019, p. 97).

Embora o Plano dedique diversas iniciativas ligadas ao Pilar 1 (Cultura e múltiplas identidades) e um objetivo exclusivo a estes grupos (Objetivo 3 - Promover a equidade racial e de gênero) no Pilar 2 (Comunidade saudável e engajada), o *Salvador Resiliente* dedica-se menos ao tratar da equidade de reconhecimento se comparado à equidade distributiva. Neste item, o Plano se equipara aos das cidades norte-americanas analisadas por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019).

O Plano é exitoso ao apresentar ações voltadas para atendimento e inclusão destas populações, como o “Programa de Combate ao Racismo Institucional” (SALVADOR, 2019, p. 99) ou quando identifica que a ausência de ações específicas para essa finalidade reforça a situação de exclusão destas pessoas, como pode ser verificado em “A ausência de instrumentos e subsídios adequados no trato à pessoa LGBTQI+, devido ao despreparo, gera discriminação e negação da cidadania. Além disso, o negro ainda enfrenta o preconceito diariamente, mesmo sendo maioria da população soteropolitana” (SALVADOR, 2019, p. 98). Inclusive, na etapa de Avaliação Preliminar de Resiliência (PRA), a desigualdade social e o racismo são apontados como desafios para a construção da resiliência urbana.

Contudo, percebe-se que, embora reconheça o racismo estrutural como um desafio para alcançar a resiliência, o texto do Plano se ressent de abordar propriamente como determinadas políticas de Estado resultaram na marginalização sistêmica e estrutural destes grupos, conforme apontado por Souza (2021). Para Bonds (2018), o fundamento proposto a partir do conceito de resiliência pode mascarar a natureza política e racial dos sistemas sociais pré-existentes, pois esconde o papel de políticas desenvolvidas anteriormente por autoridades e instituições, sendo que isto acaba por captar recursos de comunidades negras e pobres, para construir resiliência em outras. A má distribuição não é concebida como um reflexo do *status quo* racial.

**Equidade procedimental no *Plano Salvador Resiliente***

A definição do termo “Equidade procedimental”, segundo Meerow, Pajouhesh e Miller (2019), é a:

[...] participação justa e equitativa no processo de tomada de decisões que inclui a participação no desenvolvimento do plano, esforços para aumentar a participação pública na governança e alcance para grupos marginalizados que são geralmente sub-representados em processos

de engajamento. (MEEROW; PAJOUHESH; MILLER, 2019, p. 6, tradução nossa).

Assim como as cidades estudadas por Meerow, Pajouhesh e Miller (2019), Salvador desenvolveu um modelo de consulta e engajamento popular extenso para a construção de seu Plano para a resiliência. Embora não especifique se houve o engajamento da população identificada como vulnerável no desenvolvimento do documento, observa-se que, além da Fundação Rockefeller, sua elaboração contou com a participação da sociedade civil e diferentes parcerias e organizações.

A construção da Estratégia de Resiliência [...] contou com a consultoria da Arup Group Ltd no desenvolvimento das Fases 1 e 2, em que participaram em torno de 5.753 pessoas em 78 oficinas. [...]. Foram firmadas parcerias importantes que geraram iniciativas para esta Estratégia com a Fundación Avina/FOMIN (Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento), Bernard van Leer Foundation, AVSI (Associação de Voluntários para o Serviço Internacional), GIZ (Deutsche Gesellschaft Zusammenarbeit), além de trabalhos desenvolvidos com parceiros da plataforma da 100RC como Ordnance Survey International, Global Network for Advanced Management, Knowledge Hub e Repowering London. (SALVADOR, 2019, p. 7).

Além disso, conforme afirmando no documento aqui em análise, um conjunto de políticas e trabalhos pré-existentes foi tomado por base: Planejamento Estratégico 2013 a 2016 e 2017 a 2020, o Programa Salvador 360, e os estudos para preparação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016, Plano de Mobilidade (PlanMob), Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Lei Municipal 8.915 de setembro de 2015, Plano Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Adaptação e Mitigação da Mudança Climática e o Plano Municipal de Saneamento (SALVADOR, 2019).

Verifica-se, ainda, a criação e implantação de diferentes instrumentos para engajamento da população em diferentes ações, como a implantação de hortas urbanas e a implementação do Conselho Municipal de Resiliência (CORE), um colegiado de caráter consultivo e propositivo, onde a sociedade civil e instituições de ensino podem propor ações de resiliência. Além disso, para ampliar a participação do cidadão e da transparência na gestão da prefeitura, no Pilar 4 (Cidade informada e Governança inovadora) estão previstas ações de sensibilização e fortalecimento do uso de tecnologia, como a criação de um *website* e de um aplicativo consultivo.

Se, por um lado, verifica-se o esforço de aumentar governança participativa através do uso de tecnologias e da participação de instituições de ensino, por outro, é possível ocorrer a exclusão ou a sub-representação de

**Para ampliar a participação do cidadão e da transparência na gestão da prefeitura, no Pilar 4 (Cidade informada e Governança inovadora) estão previstas ações de sensibilização e fortalecimento do uso de tecnologia**

**O *Salvador Resiliente* não foge à tendência dos países sul-americanos que desenvolveram sua estratégia de resiliência pautando o desenvolvimento econômico e a desigualdade social em seu conceito**

grupos vulneráveis que não possuem acesso a estes instrumentos. Esta realidade vai ao encontro das observações de Muñoz-Erickson e outros (2021) e Meerow, Pajouhesh e Miller (2019) em seus trabalhos. Fitzgibbons e Mitchell (2019) aprofundam a discussão ao afirmar que, a exclusão desses grupos também resulta na exclusão de percepções únicas que podem fornecer soluções para os problemas de desigualdade estrutural.

Por essa perspectiva, não fica claro como ocorreu o engajamento de grupos marginalizados na elaboração do Plano, nem como se prevê a integração destes nas ações de “inclusão” e “participação” previstas no documento.

**CONCLUSÃO**

O crescente uso do conceito de resiliência no planejamento urbano de cidades ao redor do mundo não vem ocorrendo sem críticas. Com o uso corrente em diversas áreas do conhecimento, que vão da engenharia à ecologia, o termo ganhou múltiplos significados, e as críticas se concentram sobre sua possível imprecisão ou flexibilidade e sua dificuldade em promover adequadamente equidade e justiça social.

Essas críticas se avolumam no que diz respeito às diferenças de abordagem do conceito entre o Norte e o Sul dos hemisférios. No geral, os países do Norte, mais desenvolvidos, elaboram estratégias de resiliência para superar vulnerabilidades sociais, consolidar direitos e identidades dos cidadãos de maneira que estes se tornem mais autônomos. Os países do Sul, menos desenvolvidos, têm suas pautas de resiliência influenciadas pelo conceito desenvolvido pelo Hemisfério Norte, pioneiros no tema, e isto não ocorre sem contradições. Trata-se de um tema complexo e delicado o apoio em “soluções” que vem do Norte para serem aplicadas em países do Sul. Estes últimos têm que ser capazes de mobilizar seus próprios recursos para fazer frente a suas principais problemáticas internas. Verifica-se, desta forma, haver um campo amplo para novas pesquisas. Assim, este trabalho sobre o Plano de Resiliência de Salvador, capital do estado brasileiro da Bahia, foi realizado como forma de mitigar esta lacuna.

O *Salvador Resiliente* não foge à tendência dos países sul-americanos que desenvolveram sua estratégia de resiliência pautando o desenvolvimento econômico e a desigualdade social em seu conceito. As ações de resiliência do Plano estruturam a economia com foco na geração de emprego e renda como forma de promover inclusão. Com isto, o Plano possui o enfoque na dimensão distributiva que se refere a alocação de bens e recursos. Sabe-se, no entanto, que apenas a distribuição não é suficiente

para garantir a estruturação de uma cidade frente a choques e estresses. É necessário que outras dimensões de equidade sejam observadas para que soluções a elas relacionadas sejam implementadas.

Tendo sido desenvolvido a partir do programa 100 RC, o Plano traz a noção de equidade referenciada a partir do Norte do globo terrestre. Por isso, este conceito é reconhecido pela academia por não tratar apenas de distribuição de bens e recursos, mas também diz respeito ao reconhecimento de identidades e grupos vulneráveis, como também se associa à necessidade destes grupos estarem engajados no processo de decisão da gestão, como na elaboração do próprio plano. Portanto, o Plano de Salvador é exitoso ao apresentar ações voltadas para atendimento e inclusão das populações identificadas como vulneráveis, como as pessoas pobres, em especial as mulheres negras e os LGBTQIA+. Porém, não é possível verificar como estes grupos foram engajados no processo de formulação do Plano ou como estarão representados politicamente na gestão.

Observa-se que o Plano promove ações na direção de ampliar a governança participativa, sobretudo pelo uso de instrumentos digitais. Contudo, verifica-se a necessidade de inserir os grupos vulneráveis neste processo, uma vez que possivelmente a população mais pobre da cidade não possui acesso a estes instrumentos.

Verificou-se o esforço da cidade em aumentar a governança participativa, através do uso de tecnologias e da participação de instituições de ensino. Entretanto, este cuidado pode exacerbar a exclusão ou a sub-representação de grupos de pessoas vulneráveis, que não possuem acesso a estes instrumentos.

Destaca-se que este trabalho apresenta limitações, tendo em vista que foi realizado através de análise de conteúdo estritamente documental, sem realização de entrevistas com os responsáveis pelo Plano. Desta forma, não foi possível verificar com mais detalhes o processo de engajamento da população civil, nem se a população vulnerável está sub-representada na elaboração do Plano.

Sugere-se, para investigações futuras, a necessidade de avaliar a extensão em que as cidades sul-americanas envolvidas no programa 100 RC, ou cidades localizadas em países africanos, por exemplo, incorporaram a equidade em seus Planos de Resiliência. Sugere-se também, um estudo comparativo entre estas e as cidades norte-americanas e europeias, para mapear as diferenças no que diz respeito à abordagem de equidade nestas estratégias.

**O Plano de Salvador é exitoso ao apresentar ações voltadas para atendimento e inclusão das populações identificadas como vulneráveis, como as pessoas pobres, em especial as mulheres negras e os LGBTQIA+**

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C.; VENTURA, A. Inovação para sustentabilidade. *In*: SALVADOR. Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência; DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (org.). *Painel Salvador de Mudança do Clima*. Salvador: SECIS, 2020. p. 10-12. (Cadernos temáticos, 1). Disponível em: [https://www.bivica.org/files/6150\\_7%20Painel%20Salvador%20de%20Mudan%C3%A7a%20do%20Clima%20-%20Cadernos%20Tem%C3%A1ticos%20Vol%201.pdf](https://www.bivica.org/files/6150_7%20Painel%20Salvador%20de%20Mudan%C3%A7a%20do%20Clima%20-%20Cadernos%20Tem%C3%A1ticos%20Vol%201.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

BONDS, A. Refusing resilience: the racialization of risk and resilience. *Urban Geography*, [s. l.], v. 39, n. 8, p. 1285-1291, 2018.

FITZGIBBONS, J.; MITCHELL, C. L. Just urban futures? Exploring equity in 100 Resilient Cities. *World Development*, [s. l.], n. 112, p. 648-659, 2019.

GOMES, A. *et al.* Salvador: ecos da escravidão e da desigualdade em uma economia periférica. *In*: SANTOS, E. *et al.* (org.). *QualiSalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade de Salvador*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.

HICKEL, J. *et al.* Imperialist appropriation in the world economy: drain from the global South through unequal exchange, 1990-2015. *Global Environmental Change*, [s. l.], v. 73, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>. Acesso em: 24 set. 2022.

HORNER, R. Towards a new paradigm of global development? Beyond the limits of international development. *Progress in Human Geography*, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 415-436, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132519836158>. Acesso em: 24 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades: Salvador*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 11 nov. 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate change 2007: synthesis report*. Geneva: IPCC, 2008. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar4/syr/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JOSEPH, J. Resilience as embedded neoliberalism: a governmentality approach. *Resilience: international policies, practices and discourses*, [s. l.], v. 1, p. 1, p. 38-52, 2013.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEEROW, S.; PAJOUHESH, P.; MILLER, T. M. Social equity in urban resilience planning. *Local Environment: the international journal of justice and sustainability*, [s. l.], v. 24, n. 9, p. 793-808, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13549839.2019.1645103>. Acesso em: 6 jul. 2021.

MUÑOZ-ERICKSON, T. A. *et al.* Beyond bouncing back? Comparing and contesting urban resilience frames in US and Latin American contexts. *Landscape and Urban Planning*, [s. l.], v. 214, 2021.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

RESILIENT CITIES NETWORK. Disponível em: <https://resilientcitiesnetwork.org>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SALVADOR. Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência. *Salvador Resiliente*. Salvador: SECIS, mar. 2019. Disponível em: <http://salvadorresiliente.salvador.ba.gov.br/pdf/#p=1>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SCARANO, F. R. *et al.* Para além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desafios para o Brasil. *Revista Bio Diverso*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 3-21, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/biodiverso/article/view/120366/65547>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SCHLOSBERG, D. *Defining environmental justice: theories, movements, and nature*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SILVA, A. M. A. *et al.* A resiliência urbana no enfrentamento de choques e estresses: análise do Plano Salvador Resiliente. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE, 22., 2020, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2020.

SILVA, A. M. A. *et al.* Examining the urban resilience strategy of Salvador, Bahia, Brazil: a comparative assessment of predominant sectors within the Resilient Cities Network. *Journal of Urban Planning and Development*, [s. l.], v. 148, n. 2, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/358002031\\_Examining\\_the\\_Urban\\_Resilience\\_Strategy\\_of\\_Salvador\\_Bahia\\_Brazil\\_A\\_Comparative\\_Assessment\\_of\\_Predominant\\_Sectors\\_Within\\_the\\_Resilient\\_Cities\\_Network](https://www.researchgate.net/publication/358002031_Examining_the_Urban_Resilience_Strategy_of_Salvador_Bahia_Brazil_A_Comparative_Assessment_of_Predominant_Sectors_Within_the_Resilient_Cities_Network). Acesso em: 19 fev. 2022.

SOUZA, J. F. S. *Riscos socioambientais, racismo estrutural e deslizamentos em Salvador*. 59 f. 2021. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

THE ROCKEFELLER FOUNDATION; ARUP. *City Resilience Framework*. Londres: Arup, 2014. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/wp-content/uploads/City-Resilience-Framework-2015.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *World social report 2020: inequality in a rapidly changing world*. Nova York: ONU, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report2020-FullReport.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VENTURA, A. C.; SILVA, T. S.; CARVALHO, C. A. Estratégia de Resiliência e Território: atuação de Salvador no enfrentamento a pandemias. *RIGS: revista interdisciplinar de gestão social*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 107-120, jan./abr. 2021.

ZIERVOGEL, G. *et al.* Inserting rights and justice into urban resilience: a focus on everyday risk. *Environment and Urbanization*, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 123-138, 2017.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Bahia Análise & Dados*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre os temas definidos nos editais publicados no site da SEI, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem no tema correspondente.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e a coordenação editorial da edição reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br), menu "Biblioteca Virtual - Publicações SEI".

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

### PADRÃO PARA ENVIO DE ARTIGOS OU RESENHAS

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou pelo e-mail definido no edital, para a coordenação editorial daquele número.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores. É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e *abstract* contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e *keywords* devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto.
- Apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é título e subtítulo. O título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto. O subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- Tabelas e gráficos devem ser enviados em programa de planilhas de maior difusão (Excel). Fotografias e ilustrações escaneadas devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).
- Quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Bahia Análise & Dados podem ser visualizados no site [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br), menu "Biblioteca Virtual - Publicações SEI".



## Colaboraram nesse número:

Acácia Batista Dias

Alassana dem

Ana Lúcia Barreto Fonseca

Andréa Cardoso Ventura

Erika Maria Ribeiro Souza

Fábio Henrique de Alencar Freitas

Fabício Ferreira Caetano Santos

Francisco Quintanilha Veras Neto

Gabriel Lemos Junkes

Hélen Rejane Silva Maciel Diogo

Iolanda Pinto de Faria

Ivo Marcos Theis

José Roberto Santos da Silva

Larissa Pereira Leal

Lis Helena de Souza Borges

Lucigleide Nery Nascimento

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Márcia dos Santos Macêdo

Maria Alice Pereira da Silva

Maria Goretti da Fonseca

Mônica de Moura Pires

Nicolle Thauana Passold

Rafael Francisco Cardoso

Silvânia Ferreira Conceição

Tânia Moura Benevides

Táyla Carize Silva Carneir

Ticiane Grecco Zanon Moura

Victor Baralle Ferreira

Victor Said dos Santos Sousa